



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CDS**

---

**A Institucionalização do Fomento à Pesquisa em Artes no CNPq:  
O Programa Básico de Artes.**

**Viviane Ferreira Caixeta**

**Brasília - DF**

**2007**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CDS**

---

**A Institucionalização do Fomento à Pesquisa em Artes no CNPq:  
O Programa Básico de Artes.**

**Viviane Ferreira Caixeta**

**Orientadora: Isabel Teresa Gama Alves**  
**Co-orientador: Sílvio Perini Zamboni**

**Dissertação de Mestrado**

**Brasília - DF**

**2007**

*Dedico este trabalho á minha mãe, Aurelita Ferreira Caixeta, ao meu irmão Aurélio Gabriel  
Ferreira Caixeta e ao meu pai, João Gabriel Ferreira, (todos em memória).  
A mim mesma, e  
À Vida*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à existência, a Deus pela vida que permite recriar vida. À Instituição CNPq, por oportunizar meu aprimoramento profissional por meio do Mestrado promovendo com isso a geração de novas experiências e conhecimentos da dinâmica institucional. Em especial, aos colegas, que me incentivaram e apoiaram na iniciativa do Mestrado - à Geralda pelo reconhecimento e carinho. As equipes do Serviço de Capacitação Institucional, da Coordenação de Ciências Humanas e Sociais, do Centro de Memória e da Coordenação Geral de Informática pelo apoio na viabilização da pesquisa dos dados e informações institucionais.

A minha família. Às irmãs Caixeta, todas elas, pelo amor incondicional e pela beleza de viver a irmandade que me enraíza e sustenta o meu crescimento. Em especial a Vera, Aninha e Guilherme, pela abertura e carinho em disponibilizar a “Morada dos Meus Sonhos” e a si próprios, no desafio da convivência saudável. A Verânia com quem pude contar com a presença lúcida e centrada nos momentos difíceis dessa incursão. A Verônica e Pedro, pelas orações e apoio no momento final e exaustivo da revisão.

Aos meus amigos, Beto, Stela, Nartan, Rosana e Ruth por continuarem me amando apesar dos momentos de chatice.

Ao Gustavo, quem encontrei e compartilhei lindos momentos em 2006, pelo amor, carinho e cumplicidade.

Ao Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), todo o seu corpo de funcionários que nesse tempo me acolheram na tarefa de desmistificar o mito - Mestrado.

Em especial, a Isabel Teresa Gama Alves, minha orientadora, pela confiança, tranquilidade e apoio na condução da orientação.

À Silvio Zamboni, meu co-orientador, quem muito me apoiou com seus conhecimentos sobre a Pesquisa em Artes e seus pesquisadores.

Às colegas de mestrado, Marita e Elenara, por terem se transformado em amigas, pela convergência na idéia de que a força de três é maior que de uma só. Com quem pude compartilhar muito, choros e risos, de tudo isso.

A Cristina pelo profissionalismo e a excelente formatação. Mas ainda, e principalmente, pela escuta, paciência e cumplicidade nesse processo de parição final da dissertação.

Sinceramente, a todos, eu agradeço!

*Na minha inocência, eu já sabia por instinto  
o que viria a ficar tão claro mais tarde:  
que a obsessão da permanência é inseparável da criação.*  
(Lígia Fagundes Teles, *A Disciplina do Amor*, 1980, p. 121)

## RESUMO

O presente estudo visou inicialmente reconstruir o processo de institucionalização do Programa Básico de Artes no CNPq compreendendo a participação desse órgão no incentivo à organização da pesquisa e da comunidade de pesquisadores em Artes Cênicas, Música e Artes Plásticas, no âmbito nacional, com um olhar mais profundo na organização da comunidade de pesquisadores em Artes Plásticas na Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Cada vez mais a relação entre arte e ciência é reconhecida. As descobertas da física quântica e a revolução tecnológica aproximaram essas duas áreas de criação humana. A pesquisa em teoria, história e crítica da arte está mais consolidada e a pesquisa na linguagem artística é ainda questão indefinida, é peculiar ao artista. O Ministério da Cultura tem papel importante de formulação e condução de uma Política Pública Cultural abrangente e articulada com todos os atores envolvidos no sistema cultural e com a política de ciência e tecnologia. O Programa Básico de Artes do CNPq é um Programa da Coordenação Geral dos Programas Básicos de Ciências Humanas e Sociais que dispõe de instrumentos, critérios, mecanismos de seleção, acompanhamento e avaliação exercendo decisivo papel político por meio da distribuição de seus instrumentos bolsas e auxílio. Essa distribuição é definida por meio da avaliação das propostas submetidas ao fomento do CNPq pela comunidade de pesquisadores em artes integrantes dos Comitês de Assessoramento, mecanismo de assessoria científica tecnológica utilizada pelo CNPq. Na análise das considerações desses assessores ao longo do período destaca-se o incentivo a formação de doutores no exterior, o amadurecimento dos projetos da subárea de artes cênicas e a consolidação da subárea Artes (parte mais teórica das artes). O denominado Programa Básico de Artes prescinde de identificação de um problema, de objetivos claros, metas e indicadores para se constituir de fato um Programa. No dispêndio de recursos feito no programa pode se verificar o maior investimento na subárea de música e uma concentração nas regiões sudeste, centro-oeste e sul.

**Palavras-Chave:** Programa, Fomento CNPq, Formação RH, Pesquisa em Artes.

## ABSTRACT

The present study initially aimed at a reconstruction of the process of institutionalization of the Basic Program of Arts in the CNPq, understanding the participation of this agency in the incentive to the organization of the Research and of the Community of Researchers in Scenic Arts, Music and Plastic Arts, in the national scope, with a deeper look at the organization of the Community of Researchers in Plastic Arts, in the form of the National Association of Researchers in Plastic Arts. More and more, the relation between science and art is recognized. The discoveries of the Quantum Physics and the technological revolution had approached these two areas of the human creation. The research in theory, history and Arts criticism is more consolidated and the research in artistic language is still indefinite question, peculiar to the artist. The Ministry of Culture has the important role of formularization and conduction of a Cultural Public Policy, including and articulated with all the actors involved with the cultural system and with the scientific and technological policy. The Basic Program of Arts from CNPq it's a program from the General Coordination of the Basic Programs of Human and Social Sciences, and it makes use of devices, criteria, selection mechanisms, accompaniment and evaluation exerting decisive politic role through the distribution of its instruments of grant and assistance. This distribution is defined by means of the evaluation of the proposals submitted to the promotion department of CNPq through the Community Researchers in Integrated Arts of the Arts and Communication Advising Committee (CA-AC), mechanism of scientific and technological advising used by CNPq. In the analysis of the considerations of these advisers throughout the period, it's distinguished the incentive to the formation abroad of doctors, the matureness of the projects from sub-areas of scenic arts, and the consolidation of the sub-area Beddings, Theory and Criticism of Art. The named Basic Program of Arts does without identification of a problem, of clear objectives, goals and indicators that allow the accompaniment and evaluation of its impacts.

**Key-words:** Program, Promotion CNPq, Formation Human Resources, Research in Arts.

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE SIGLAS	
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>1 CIÊNCIA, ARTE E PESQUISA EM ARTES: ALGUMAS REFLEXÕES</b>	<b>22</b>
1.1 ARTE E CIÊNCIA – PONTOS DE CONVERGÊNCIA	22
1.2 A QUESTÃO DA PESQUISA EM ARTES	25
<b>2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ARTES NO CNPQ</b>	<b>30</b>
2.1 GÊNESE DA CRIAÇÃO DO CNPQ	31
2.2 AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E SEU ESPAÇO NO CNPQ	33
2.3 A CRIAÇÃO DA ÁREA DE ARTES NO CNPQ	39
2.3.1 Os Primeiros Projetos de Artes no CNPq	40
2.3.2 Processo de Conscientização e Divulgação nas Universidades	41
2.3.3 A Explosão da Demanda de Artes	43
2.3.4 As Artes Instituídas	44
<b>3 A CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA EM ARTES</b>	<b>47</b>
3.1 O PAPEL DO CNPQ	48
3.1.1 ANPPOM - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música	48
3.1.2. ABRACE - Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas	49
3.2 O CNPq E A CRIAÇÃO DA ANPAP	50
3.2.1 A ANPAP	52
3.2.2 Subsídios para o Histórico da ANPAP	54
<b>4 POLÍTICA PÚBLICA E APOIO ÀS ARTES</b>	<b>62</b>
4.1 POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL	62
4.2 O PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO EM ARTES NO EXTERIOR	65



(APARTES): UMA EXPERIÊNCIA DA CAPES	
4.3 EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES RECONHECIDOS PELA CAPES	71
4.4 EVOLUÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA EM ARTES NO PAÍS	73
<b>5 O FOMENTO À PESQUISA E A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO CNPq</b>	<b>76</b>
5.1 AÇÕES DE DESTAQUE DA GESTÃO DO FOMENTO NO CNPQ	81
5.2 AS ARTES E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL DO CNPQ	84
5.3 O PROGRAMA BÁSICO DE ARTES NO CNPQ	88
5.3.1 Formas de Chamadas	89
5.3.2 Formas e Instrumentos de Fomento	89
5.3.2.1 Bolsas individuais no país	92
5.3.2.2 Bolsas individuais no exterior	93
5.3.2.3 Bolsas por quota	94
5.3.2.4 Auxílios	96
5.4 MECANISMOS DE ASSESSORIA CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA	97
5.4.1 Os Comitês de Assessoramento	98
5.4.2 O Comitê de Assessoramento de Artes e Comunicação – CA AC	101
5.4.3 O Processo de Análise, Julgamento, Seleção e Seus Critérios	104
5.4.4 Acompanhamento e Avaliação (A&A)	106
5.5 ANÁLISE DO PROCESSO DE JULGAMENTO DAS DEMANDAS NO PERÍODO DE 1995 A 2005	107
5.6 OS DISPÊNDIOS DO CNPQ COM O PROGRAMA BÁSICO DE ARTES NO PERÍODO DE 1995 A 2005	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>151</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>159</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>169</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1 –</b>	Resumo Histórico da ANPAP	61
<b>Organograma 1 –</b>	Comissão CNPq	79
<b>Organograma 2 –</b>	Detalhamento organizacional da estrutura básica do CNPq	86
<b>Quadro 2 -</b>	As Demandas do CA-AC no Período de 1995-2005	109

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	– Programa Básico de Artes - Auxílios Por Modalidade 1995-2005	119
<b>Gráfico 2</b>	– Programa Básico de Artes - Bolsas no Exterior Por Modalidade - 1995-2005	121
<b>Gráfico 3</b>	– Programa Básico de Artes - Bolsas no País por Modalidade - 1995-2005	122
<b>Gráfico 4</b>	– Programa Básico de Artes - Bolsas no Exterior X Bolsas no País - 1995-2005	124
<b>Gráfico 5</b>	– Programa Básico de Artes - Auxílios por Ano - 1995-2005	125
<b>Gráfico 6</b>	– Programa Básico de Artes - Bolsas por Ano - 1995-2005	127
<b>Gráfico 7</b>	– Programa Básico de Artes - Auxílios por Subárea - 1995-2005	129
<b>Gráfico 8</b>	– Programa Básico de Artes - Bolsas por Subárea - 1995-2005	131
<b>Gráfico 9</b>	– Programa Básico de Artes - Auxílios por Unidade da Federação - 1995-2005	133
<b>Gráfico 10</b>	– Programa Básico de Artes - Bolsas por Unidade da Federação - 1995-2005	135
<b>Gráfico 11</b>	– Programa Básico de Artes – Auxílio no país por IES - 1995-2005	137
<b>Gráfico 12</b>	– Programa Básico de Artes – Auxílio no exterior por IES - 1995-2005	139
<b>Gráfico 13</b>	– Programa Básico de Artes - Bolsas no país por IES- 1995-2005	141
<b>Gráfico 14</b>	– Programa Básico de Artes - Bolsas no exterior por IES- 1995-2005	143

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 –</b>	Distribuição Percentual dos Recursos Destinados a Bolsas Pelo CNPq 1951/56	34
<b>Tabela 2 –</b>	Distribuição Percentual dos Auxílios Pelo CNPq 1951/56	34
<b>Tabela 3 –</b>	Evolução do Número de Auxílios por Área de Conhecimento (1972 – 1979).	36
<b>Tabela 4 –</b>	Evolução do Número de Auxílios por Área de Conhecimento (1980 – 1984).	36
<b>Tabela 5 –</b>	Programa Apartes - Demanda e Concessão por ano (1996 a 2000)	68
<b>Tabela 6 –</b>	Programa Apartes - Número de Bolsistas por Subárea	69
<b>Tabela 7 –</b>	Programa ApArtes - Demanda e Concessão por Ano (2001 e 2002) – Música	69
<b>Tabela 8 –</b>	Evolução dos Programas de PG (1996 -2005) na Área: Artes.	71
<b>Tabela 9 –</b>	Mestrados e Doutorados Reconhecidos na Grande Área: Lingüística, Letras e Artes.	72
<b>Tabela 10 -</b>	Evolução dos Grupos de Pesquisa em Artes (Censos 1993-2004)	74
<b>Tabela 11 -</b>	Número de grupos, pesquisadores, estudantes, técnicos, linhas de pesquisa e relações segundo área de conhecimento Artes (Censo 2004).	74
<b>Tabela 12 -</b>	CA-AC - Quantitativo Consolidado de Bolsas e Auxílios do Programa Básico de Artes (1995-2005)	117

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A&A	Acompanhamento e Avaliação
ABRACE	Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas
AC	Artes e Comunicação
AED	Auxílio Editoração
ANPAP	Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas
ANPPOM	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música
AP	Aperfeiçoamento/Especialização
ApArtes	Programa de Aperfeiçoamento em Artes no Exterior
APQ	Auxílio Projeto Individual de Pesquisa
APV	Auxílio Pesquisador Visitante
ARC	Auxílio Realização de Congresso
ARC	Auxílio Promoção de Eventos Científicos
AT	Apoio Técnico
AVG	Auxílio Participação em Eventos Científicos
C&T	Ciência e Tecnologia
CA	Comitê de Assessoramento
CA AC	Comitê de Assessoramento de Artes e Comunicação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAA	Comissão de Coordenação dos Comitês Assessores
CCT	Conselho de Ciência e Tecnologia
CD	Conselho Deliberativo
CGCHS	Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Ciência Humanas e Sociais Aplicadas
CMA	Comitê Multidisciplinar de Articulação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCHS	Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais
Conpeex	Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão
COPAR	Comissão Permanente de Análise de Recursos
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CTs	Comitês Temáticos

DCR	Desenvolvimento Científico Regional
DCT	Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DPE	Diretoria de Programas Especiais
DPH	Diretoria de Programas Horizontais e Instrumentais
ECA/USP	Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
ESN	Estágio Sênior
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FAPESP	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FASM	Faculdade de Santa Marcelina
FAV/UFG	Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás
FI	Filosofia
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUPs	Fundos Universitários de Pesquisa para a Defesa Nacional
GD	Doutorado
GDE	Doutorado Pleno no Exterior
GM	Mestrado
HI	História
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
ICJ	Iniciação Científica Júnior
IdA/UnB	Instituto de Artes da Universidade de Brasília
IES	Instituições de Ensino Superior
INP	Instituto Nacional de Pesquisa
IPT	Instituto de Pesquisa Tecnológica
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LL	Letras e Lingüística
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério ad Educação
MinC	Ministério da Cultura
NATI	Núcleo de Assessores em Tecnologia e Inovação
PAS	Pesquisador Associado
PD	Pós-Doutorado
PDD	Programas de Doutorado Direto
PDE	Pós-Doutorado no Exterior

PDJ	Pós-Doutorado Júnior
PDS	Pós-Doutorado Sênior
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PGI	Pós-Graduação Integrada
PH	Psicologia e Serviço Social
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPA	Plano Plurianual
PQ	Produtividade em Pesquisa
PROSSIGA	Programa de Informação e Comunicação para Pesquisa
PUC/ SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PV	Pesquisador Visitante
RD	Recém Doutor
SABE	Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Bolsas no Exterior
SDC	Superintendência de Desenvolvimento Científico
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SESU	Secretaria de Educação Superior
SINAPEM	Simpósio Nacional sobre a Pesquisa e o Ensino Musical
SWE	Doutorado Sanduíche no Exterior
SWP	Doutorado Sanduíche no País
UDESC	Universidade Estadual de Santa Catarina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFACS	Universidade Salvador

UNIRIO      Universidade do Rio de Janeiro  
USP          Universidade de São Paulo



## INTRODUÇÃO

A relação entre arte e ciência sempre foi uma questão polêmica. Esses dois campos de criação e conhecimento humano são considerados, ao longo da história, separados, em virtude da natureza dos seus métodos e das diferentes reações que provocam nas pessoas. Os avanços da ciência e da própria arte, aproximam esses dois campos, e com a expansão tecnológica, é agilizada a interdisciplinaridade, deflagrando conexões e parcerias, até então não previstas. (CAMPOS, 2003).

A arte e a ciência são campos de conhecimento e da expressão humana diferentes, respondem de formas diferentes e exercem funções diferentes no contexto social. O rótulo que generaliza, à priori, o campo das artes de não científico é precipitado, pois, o trabalho em artes se divide tornando possível o estudo e a pesquisa científica em artes. (BRONOWSKI, 1908).

A pesquisa científica em artes tem *locus* junto às ciências humanas e sociais no fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e é um dos fatos que permearam o desenvolvimento desse trabalho. Algumas indagações, já no início, se faziam possíveis: o fato de as artes estarem institucionalizadas junto as demais áreas das ciências humanas e sociais já não concederia a elas o status de ciência humana e social? E, estando aí situada, recebendo apoio de um dos maiores órgãos federais de fomento à ciência e à tecnologia, será que as artes receberiam o menor volume de recursos, tendo em vista o seu pouco reconhecimento como ciência?

Na busca da definição de um método de pesquisa em artes, o trabalho de Silvio Zamboni (1998) – A pesquisa em Artes: um paralelo entre arte e ciência -, propõe uma metodologia para a pesquisa em artes visuais, esquematizando as fases essenciais para que um trabalho artístico possa ser considerado pesquisa. São fases da pesquisa científica aplicadas à pesquisa artística, quais sejam: definição do objeto, problema, referencial teórico e hipóteses; observação; processo de trabalho; resultado e interpretação.

Perguntas sobre a definição de critérios e de método de pesquisa em arte surgem durante o processo de formação da área no CNPq e tais respostas são buscadas junto à comunidade de

pesquisadores na área que de certa forma se articulam e se organizam no sentido de responder tais perguntas.

A organização do corpo de pesquisadores em artes em associações gera uma maior repercussão, representatividade política e de investimentos em formação de recursos humanos e em pesquisas na área.

Dessa forma, a institucionalização do fomento às artes feita no âmbito do CNPq e a criação de Associações da comunidade de cientistas e pesquisadores nas diversas subáreas das artes em especial a de artes plásticas – Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP) -, são fatos de importância decisiva no desenvolvimento e reconhecimento da pesquisa em artes.

A construção de uma massa crítica de pessoal bem qualificado, fazendo arte e desenvolvendo boas pesquisas nesse campo, vem sendo uma tarefa empreendida no âmbito da política de ciência e tecnologia desde a década de oitenta, no âmbito do CNPq, e, com certeza, é um aspecto que precisaria ser melhor considerado numa política pública cultural que se queira transversal.

A arte e a cultura são rentáveis, geram empregos e podem ou não serem partes importantes do desenvolvimento do país, dependendo do seu grau de prioridade na agenda política. Pensar no desenvolvimento de um país inclui pensar no desenvolvimento da dimensão cultural desse país. Pergunta-se sobre alguma ação política integrada em prol da formação de recursos humanos em artes?

O desenvolvimento sustentável é aquele que ao satisfazer as necessidades das atuais gerações não compromete a capacidade das futuras de atender as suas próprias necessidades (WCED, 1987). A dimensão cultural do desenvolvimento sustentável é apresentada por Sachs (2000) e seus critérios estão relacionados às mudanças no interior da continuidade, o equilíbrio entre tradição e inovação e a autonomia para elaboração de um projeto nacional, integrado e endógeno, oposto aos modelos alienígenas.

A autonomia de um projeto nacional endógeno pode estar no reconhecimento e apropriação da criatividade e da riqueza das manifestações artísticas do povo brasileiro e, nesse contexto, na formação de recursos humanos para o desenvolvimento da pesquisa em artes, na capacidade de se desenvolver massa crítica cultural bem formada e atuante na promoção do desenvolvimento da cultura de um país, como o Brasil, nas suas mais diversas dimensões.

Talvez a relação da pesquisa em arte com o desenvolvimento sustentável esteja no como se fomenta tal pesquisa, no responsável papel de se promover o desenvolvimento de um campo de conhecimento tão atinente ao humano e ao social. E, também, no compromisso dos artistas pesquisadores com a qualidade e a sustentabilidade, no processo de criação de sua obra e de sua organização política. Tudo isso pode ser conduzido no âmbito de uma Política Pública Cultural integrada e endógena, articulada à Política Científica e Tecnológica, na busca de uma ação mais efetiva no campo das Artes e da Cultura.

Então, a relação da pesquisa em arte com o desenvolvimento sustentável passa pelo desenvolvimento cultural do país e, nesse contexto, pelo fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos em artes.

Este estudo surgiu da curiosidade de se conhecer o processo histórico de institucionalização da área de artes no CNPq, o seu reconhecimento como uma área do conhecimento científico, e sua organização em comunidade científica dentro e fora da estrutura do CNPq.

Tem o objetivo de conhecer o processo de criação e realizar o acompanhamento do Programa Básico de Artes do CNPq, em termos de funcionamento e investimentos, no período de 1995 a 2005, compreendendo a organização da comunidade de pesquisadores em artes plásticas na Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP), e a importância desses fatos para o reconhecimento da área enquanto ciência.

Interessou-se, assim, em investigar o fomento as artes no CNPq e a formação da comunidade científica de artes, resgatando suas gêneses e tentando compreender seus processos de institucionalização. Interessou-se ainda em ter um panorama do programa, sua

forma de funcionamento e investimentos feitos nos últimos onze anos e para tanto se pesquisou o fomento ao programa. Tentou-se responder: como foi o processo de institucionalização das artes no fomento do CNPq? E a organização da comunidade de pesquisadores em artes, quando e como foi? Qual a participação do CNPq no processo de criação das Associações? Em específico, a ANPAP, em que contexto foi criada? Como e por quem? Como se estruturou a ANPAP e qual o seu percurso desde sua criação?

Buscou-se ainda compreender um pouco da gestão do fomento no período de 1995 a 2005 e seus impactos no fomento as artes. Relatar a experiência de planejamento, tentando responder às seguintes indagações: O que mudou no fomento das artes com a programatização? Como se estrutura o Programa? Qual sua forma de funcionamento? O Programa Básico de Pesquisa em Artes é de fato um Programa?

Em relação ao fomento ao Programa Básico de Artes nos últimos onze anos, pretendeu-se responder: quanto se investiu em auxílio e bolsa? Em quais modalidades de bolsas e auxílios mais se investiu? Quais as subáreas que receberam maiores investimentos? Quais as instituições que receberam os maiores investimentos? Como se distribuíram os investimentos por ano? Em que regiões se concentraram os investimentos no Programa Básico de Artes no período estudado?

A metodologia compreendeu a realização de entrevistas semi estruturadas para o resgate da história da criação da área de Artes no CNPq e da ANPAP; de pesquisa documental, no levantamento das informações institucionais relativas ao Programa tais como: funcionamento, processo de análise e julgamento das propostas e aspectos de destaque da gestão do fomento, e de pesquisa bibliográfica, para alcançar os elementos mais teóricos relacionados ao tema e à sua investigação.

A técnica de entrevista semi estruturada é utilizada na realização de estudo exploratório e no detalhamento e interpretação da experiência, opinião, percepção e julgamento dos entrevistados. Caracteriza-se por dar foco ao tema estudado, reservando, entretanto, alguma flexibilidade na condução da entrevista que são apoiadas por um roteiro. (NASCIMENTO, 2005).

A estrutura do trabalho conta com cinco capítulos.

O primeiro capítulo trata de algumas reflexões sobre arte, ciência e pesquisa em artes. São construídas aí algumas distinções relativas ao trabalho artístico. Fala-se dos diferentes nichos de atuação do artista de mercado e do artista pesquisador. As características da atuação do artista pesquisador dão a ele o acesso ao sistema de fomento do CNPq. Já o artista de mercado pode ser contemplado pelas instituições de promoção da arte e cultura estaduais e federais, como por exemplo, o Ministério da Cultura.

O segundo capítulo discorre sobre o processo de institucionalização da área de artes no CNPq, contextualizando-o no movimento de expansão do espaço das ciências humanas e sociais no âmbito do fomento daquela instituição.

O terceiro capítulo versa sobre a conseqüente construção da comunidade acadêmica e científica da área de artes, com a criação da ANPAP, em 1986, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), em 1988, e da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (ABRACE), em 1998. Destaca-se o percurso da ANPAP por esta ter sido uma criação *pari passu* à oficialização das artes no CNPq e ter sido uma importante iniciativa no reconhecimento da área como conhecimento científico.

No quarto capítulo, aborda-se um pouco da gestão do fomento feito pelo CNPq à formação de recursos humanos e à pesquisa, destacando-se algumas ações gerenciais realizadas no período de 1995 a 2005, dentre elas a ação de Planejamento Estratégico que visou, entre outras metas, à reformulação da forma de fomento e sua programatização. Essa ação impacta a área de artes, que passa a contar com o Programa Básico de Artes, sem, no entanto, ser formulado um documento de referência contendo problema, objetivo, metas e indicadores que permitissem o seu acompanhamento e avaliação.

No quinto capítulo, faz-se a apresentação dos elementos da estrutura de funcionamento do Programa Básico de Artes: formas de chamadas, formas de apoio, instrumentos de apoio, critérios de análise, julgamento e seleção, mecanismos de acompanhamento e avaliação. No processo de análise e julgamento das demandas submetidas ao fomento do Programa Básico

de Artes, destacam-se algumas recomendações e orientações determinantes dos resultados desse processo que, por sua vez, constitui uma política implícita de desenvolvimento da área. São apresentados os dispêndios em bolsas e auxílios feitos com o Programa Básico de Artes, no período de 1995 a 2005. Esses estão dispostos em gráficos contendo a distribuição dos auxílios por modalidade, por ano, por subárea, por unidade da federação e por instituição, e das bolsas no país por modalidade, no exterior por modalidade, bolsas no país versus bolsas no exterior, das bolsas no país e no exterior por ano, subárea, unidade da federação e instituição.

# 1 CIÊNCIA, ARTE E PESQUISA EM ARTES: ALGUMAS REFLEXÕES

## 1.1 ARTE E CIÊNCIA – PONTOS DE CONVERGÊNCIA

Um dos aspectos em comum entre ciência e arte é que ambas são de difícil conceituação. Segundo Bernal (1973), o conceito de ciência é tão amplo na sua extensão temporal, de tantas implicações e de caráter tão abstrato, que a norma deve ser a multiplicidade de seus aspectos e referências.

Para o autor, a ciência pode ser contemplada como instituição, como método, como uma tradição acumulativa de conhecimento, como fator decisivo na manutenção e desenvolvimento da produção e como um dos mais influentes aspectos na moldagem das crenças e atitudes do homem relativas ao universo.

A tradição do conhecimento que passa do pai para o filho, do mestre ao aprendiz, é a autêntica raiz da ciência e existe desde os mais remotos tempos do homem, desde muito antes da ciência poder ser considerada como instituição ou pudesse ter dado lugar a um método diferente do sentido comum ou do saber tradicional. Entre os aspectos anteriormente citados, os da ciência como instituição e como fator na produção, pertencem quase exclusivamente aos tempos modernos. (BERNAL, 1973).

Para Parker (1953<sup>1</sup> apud WEITZ, 2006), a definição de arte deve ser formulada em termos de um complexo de características. Na sua versão teórica, a arte é essencialmente três coisas: a personificação de desejos imaginativamente satisfeitos, a linguagem, a qual caracteriza o meio público da arte, e a harmonia, a qual unifica a linguagem com as camadas das projeções imaginativas. Ele propõe uma concepção estética complexa e abrangente que comporta a subjetividade das representações sociais.

---

<sup>1</sup> PARKER, DeWitt H. **The Nature of Art**. Nova Iorque: [ s.n.] 1953 apud WEITZ, Morris. **O Papel da Teoria na Estética** Florianópolis: UFSC. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/estetica.htm>. Acesso em: 08 out. 2006.

Levando em conta a inseparabilidade da ciência e da sociedade, Bernal (1973) faz abstrações sobre as características que distinguem a ciência de outros aspectos da atividade social humana, como a arte e a religião.

Os principais dados para a distinção do aspecto científico são que este se ocupa primariamente de como fazer coisas, se refere a uma massa cumulativa de conhecimento tácito e de ação. Suscita primeira e principalmente a compreensão, o controle e a transformação dos meios de produção, isto é, das técnicas para satisfazer as necessidades humanas.

A tarefa do modo artístico, é pretender que as pessoas prefiram fazer uma coisa e não outra, o que é igualmente social e cujas funções consistem em engendrar primeiro o desejo e logo a vontade de uma ação específica.

Cada um destes modos requer o complemento do outro e nem a arte nem a ciência podem encontrar-se isoladas. Tampouco esgotam, sem dúvida, o significado da arte ou da ciência para o indivíduo. Além disso, e como algo comum a todas as formas de realização humana, está o prazer intrínseco que produzem a contemplação e a criação de novas combinações já anteriormente existentes na natureza. Esse prazer, mesmo experimentado em primeiro lugar individualmente, não é em absoluto uma emoção privada. Como o primeiro interesse se deriva da sociedade, também o ato contemplativo é social e é comum ao artista e ao cientista o intenso desejo de comunicá-lo.

Toda tarefa científica, tem um objetivo e gera um objetivo ulterior, porém este não é o aspecto caracteristicamente científico do mundo, tampouco é a beleza e o prazer que se apreciam na obra da ciência que num aspecto puramente científico é uma fórmula: ensina como fazer certas coisas que se quer fazer. Por outra parte, uma obra de arte não é algo que simplesmente nos agrada e emocione. As obras de artes contêm uma preciosa informação sobre o mundo e sobre como viver nele, especialmente quando tratam de temas sociais. Deve-se lembrar que a ciência somente se completa se suas indicações são seguidas. A ciência não é só uma questão do pensamento, senão a questão de um pensamento continuamente levado à prática e continuamente renovado por essa prática .(BERNAL, 1973).



A arte e a ciência são campos de conhecimento e da expressão humana diferentes, respondem de formas diferentes e exercem funções diferentes no contexto de uma sociedade que pratica a divisão do trabalho, onde há funções especializadas por motivos econômicos e sociais. (BRONOWSKI, 1908).

No entanto, ambas se utilizam dos mesmos princípios fundamentais da criação. As revelações da Heurística<sup>2</sup> constataam a semelhança orgânica dos procedimentos de criação mental atinentes às múltiplas áreas do conhecimento. A Semiótica<sup>3</sup> permite interpretar e relacionar os produtos finais da criação com elementos singulares de um amplo conjunto de signos. Ambas apontam caminhos para fenômenos físicos e revelam a unidade na diversidade de matizes do pensar e do sentir humano. (CAMPOS, 2003).

O sucesso da teoria quântica<sup>4</sup>, da ciência do caos<sup>5</sup> e da demonstração de Gödel<sup>6</sup> força a recomposição da ossatura lógico-científica, tornando-a flexível e melhor adaptada às imprecisões e aos limites humanos e mais afeiçoada ao arcabouço das artes. Por sua vez, as artes assimilaram experiências de precisão e rigor construtivo que se sobrepuseram à espontaneidade do objeto artístico e do próprio ato criativo.

Campos (2003) argumenta que no século XX, houve uma aproximação entre arte e ciência, um paralelismo do percurso histórico com a expansão tecnológica e com a informática e seus avanços. Os recursos dos microcomputadores, a partir de 1980, permitiram o surgimento de *softwares* voltados para as artes e simulações científicas, o que agilizou a interdisciplinaridade, fazendo emergir conexões e parcerias, até então não previstas.

Leonardo Da Vinci é um exemplo proeminente da arte plástica pautada nas regras científicas, sintetizando em si as características integrantes dessas duas vertentes da criação

---

<sup>2</sup> Conforme o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, é o conjunto de regras e métodos que conduzem à descoberta, à invenção e à resolução de problemas. Para V. N. Puchkin em Heurística - A Ciência do Pensamento Criador, é a ciência que estuda as constantes da atividade do pensamento criador.

<sup>3</sup> Ciência que estuda a relação entre os signos lingüísticos ou não e seus significados; semiologia.

<sup>4</sup> Campo da física descoberto, também, a partir do princípio da indeterminação de Heisenberg que revela o papel primordial da incerteza e aleatoriedade nas leis da natureza.

<sup>5</sup> Os eventos ditos caóticos (macrocosmo) indicam, nas suas formas peculiares de aleatoriedade, certa ordenação espontânea.

<sup>6</sup> Gödel em 1930 descobre a incompletude do conjunto de axiomas matemáticos, derrocada do absolutismo axiomático matemático.

humana. Seu trabalho se faz “em plena época de renovação das letras, das artes e das ciências, num formigueiro de vida [ . . . ]” (GRAND, 2005, p.11). Para Da Vinci, o objetivo da obra de arte é atingir a perfeição da própria Criação, integrada ao universo. “E nas fronteiras do impossível, em cada realização, se encarregava de ascender à origem das coisas para reinventá-las.” (GRAND, 2005, p. 12).

As leis matemáticas ofereceram rapidamente a Da Vinci certezas e garantias, que resultaram em uma serenidade que transparece em suas obras.

Que ninguém leia nos meus princípios nada que não seja matemático, afirmava Da Vinci. Ele codificou as proporções do corpo humano e fez da geometria o esqueleto de suas pinturas, estabelecendo sua composição segundo um esquema harmonioso, que pode ser facilmente percebido: o círculo onde se inscreve tão perfeitamente o homem, o triângulo em A Virgem nos Rochedos, o tronco de cone onde se insere A Gioconda [...]. O arco, o trapézio, a espiral, o pentágono ordenam e justificam todas as suas obras, onde não há nenhum lugar para o acaso [ . . . ]. (GRAND, 2005, p. 12).

Em suas notas, Da Vinci escreveu: “O artista continuamente a contemplar a Criação rende ao criador uma perpetua homenagem. Nosso estudo tão paciente da obra divina pede maior esforço do que cantar matinas.”(DA VINCI Apud GRAND, 2005, p.13).

## 1.2 A QUESTÃO DA PESQUISA EM ARTES

Litto (1982) fez uma avaliação bastante ampla das questões relativas à área de artes. Desde os problemas acadêmicos e administrativos, as atividades de extensão, a educação artística, o mercado de trabalho até a pesquisa e os cursos de pós-graduação e concluiu que o estudo e a pesquisa avançada nas artes no Brasil estavam em plena evolução.

Em relação à pesquisa em artes, Litto (1982) nos fala de um “analfabetismo acadêmico” de um estilo informal na condução da pesquisa.

Aqui, salvo poucas exceções conhecidas, o docente típico em artes não tem a menor idéia do que seja pesquisa ou linha de pesquisa no seu campo. Em resposta à pergunta “que pesquisa você esta realizando no momento?” ele responde em termos de uma investigação informal, ou pesquisa por conta própria, ou pesquisa didática - maneira diferente de dizer que o trabalho não é sistemático, carece de método, e seus

resultados não serão comunicados a outros investigadores do mesmo ramo para sua informação e apreciação. (LITTO, 1982, p. 92).

Há um ajustamento natural para as pessoas que querem ser profissionais das artes, atraídas pela possibilidade de serem artistas. O tempo e a experiência trazem a desistência, seja pelo reconhecimento da mediocridade, ou pela atração por outro tema no ramo das artes: história, crítica, ensino, empresariado, marchand, decoração, administração, etc. Litto (1982) diz que é esse ajustamento natural a causa do problema, pois, geralmente:

[. . .] aqueles que querem ser historiadores (a alternativa mais popular após a de ser artista mesmo) normalmente não têm a menor noção do que seja a prática da história, das ferramentas do historiador, de como avaliar evidência e tirar conclusões de natureza histórica. O mesmo acontece com aquele que quer estudar manifestações artísticas folclóricas. Sem um profundo conhecimento da literatura internacional científica sobre folclore, não é possível realizar estudos que tenham qualquer valor. Em nome de uma suposta memória nacional que está se perdendo, lançamos desesperadamente nas ruas e nos campos do país centenas de bem intencionados novatos com ordens de coletar tudo, mas sem nenhum treinamento em como coletar, em como analisar ou como entender aquilo que foi coletado. (LITTO, 1982, p. 93).

Há também pesquisas em andamento que são bem planejadas, executáveis e em todos os sentidos merecedoras de apoio da comunidade científica. Em muitos casos, são pesquisas teóricas e práticas bastante ligadas aos problemas e possibilidades nacionais ou de interesse internacional: termos de reza no ambiente rural, músicos pernambucanos do passado, fabricação de papel para fins artísticos, tecelagem sem tear, texturas em xilogravura (LITTO, 1982).

Zamboni (1998) estabelece distinção entre o fazer artístico de origem puramente intuitiva, do fazer artístico calcado na pesquisa, chegando mesmo a afirmar que existem, pelo menos, dois tipos de artistas: o pesquisador e o não pesquisador.

De acordo com Zamboni (1998, p. 53):

Em Ciência, o conceito de hipótese é amplamente utilizado, e faz parte obrigatoriamente de qualquer roteiro de projeto. Em artes, existe também a hipótese na sua essência, mas com algumas diferenciações; na realidade, em artes existe mais uma expectativa de ocorrência do que hipótese como é entendida em sentido científico lato.

A classificação dos artistas em artistas pesquisadores e naqueles puramente intuitivos seleciona, de alguma forma, os que são potenciais beneficiários do CNPq.

Os artistas pesquisadores são aqueles que, além da intuição, realizam seus processos de criação a partir de elementos racionais, com sistemática e foco. São artistas professores, sabem falar, sabem transmitir o conhecimento, porque têm consciência daquilo que fazem, têm referencial teórico e metodologia de trabalho. Esses respondem bem ao perfil científico e tecnológico do CNPq.

Já os artistas puramente intuitivos, que geralmente abrem mão dos elementos racionais, do método; e a intuição pura é o elemento condutor do processo criativo, têm dificuldades no acesso ao fomento em artes feito pelo CNPq, seguindo as regras do mercado e dos *marchands*.

Os artistas de mercado, sem formação acadêmica, nem vínculo com a universidade, puramente intuitivos, norteados pela idéia de que arte é arte<sup>7</sup>, geralmente desconhecem as peculiaridades do fomento à ciência e tecnologia e da formação de recursos humanos. Esses artistas questionam por que o CNPq só privilegia professores universitários e pesquisadores e não o artista de mercado. Muitas vezes, é difícil esclarecer a finalidade institucional do CNPq.

Existem experiências que demonstram as diferenças entre um artista intuitivo e o artista pesquisador/professor.

Zamboni, em entrevista concedida em 2006 para o desenvolvimento desta dissertação, conta que, no início, tinha muitos artistas sem titulação nas universidades, por falta de uma estrutura universitária de cursos de Pós-Graduação como hoje. Ele afirma que existia muito a idéia de que arte é arte, não é ciência. A universidade, em relação às artes, não era estruturada. Havia muitos artistas sem titulação alguma, às vezes grandes artistas, mas sem preparo para ser professor de universidade, muito menos pesquisador. Exemplo disso era grandes pintores, professores em universidades, que, simplesmente, se punham a pintar em frente aos alunos, sem falar uma palavra, sem transmitir aquilo que sabiam.

---

<sup>7</sup> Não é ciência, ou qualquer outra coisa. É um campo próprio que se destaca dos demais.

Depreende-se da entrevista concedida por Zamboni (2006) que a falta de formação de recursos humanos em artes acabou por determinar a precariedade inicial das atividades de pesquisa em artes no Brasil.

Um dos fatos que dificultam a institucionalização da pesquisa em Artes é a própria natureza da área. A pesquisa nas subáreas ligadas à teoria, estética, crítica e história da arte conta com uma metodologia já definida. A subárea de restauro e conservação utiliza a própria metodologia da química, da biologia, da física, em termos de materiais. Zamboni (2006) identifica grandes problemas metodológicos na pesquisa na linguagem artística, ou seja, naquela feita pelo artista que segue os seus próprios critérios e métodos, o que perdura até hoje.

Não se pode estratificar, rigidamente, o segmento artístico, pois existem artistas intuitivos, autônomos que buscam a universidade para estudar e para sobreviver no mercado. E, também, existem artistas professores universitários que estão no mercado com suas obras. Há uma retroalimentação dos distintos nichos profissionais da arte e do artista. As distinções são necessárias, e se fazem, naturalmente, conforme o interesse e estilo de cada profissional, o que é comum a outras carreiras.

Hoje, há a tendência geral, em todas as Artes, de se investir na formação universitária do artista. Ao contrário de quando os artistas se faziam sozinhos, quando o aprendizado era através do meio artístico ou de ateliês.

Segundo Zamboni<sup>8</sup> (2006) hoje:

[ . . . ] há uma nova possibilidade com o aumento dos cursos de graduação na área de Artes. É muito comum que jovens artistas, uma grande porcentagem deles, já tenham uma formação acadêmica e, sem dúvida, essa formação acadêmica os ajuda na questão da sua própria carreira. A decisão de ir para o mercado ou continuar numa carreira acadêmica, é uma opção que existe em todas as outras carreiras.

De acordo com Zamboni (2006), muitos artistas buscam se embasar na questão da pós-graduação para trabalhar dentro de um referencial teórico de uma forma mais consistente,

---

<sup>8</sup> Idem.

inclusive para falar de seu próprio trabalho e legitimá-lo no mercado. Mas a universidade, ainda que melhor prepare o artista, tornando-o um artista pesquisador, não garante a qualidade artística do seu trabalho.

## **2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ARTES NO CNPQ**

As reflexões feitas no capítulo anterior revelaram a aproximação entre arte e ciência ocorrida no século XX, a precariedade inicial da atividade de pesquisa em artes por falta de tradição e de pessoal capacitado, bem como a percepção da necessidade de apoio à formação de recursos humanos para o melhor desenvolvimento da área. Neste capítulo abordar-se-á o processo de institucionalização da área de artes no CNPq na década de 80 que responde a essas necessidades.

Uma maior compreensão histórica dos fatos controversos e do processo que levaram à criação do Programa Básico de Artes no CNPq passa inicialmente por motivos antagônicos àqueles que justificaram a criação do CNPq na década de 50 - basicamente a defesa nacional, onde a física nuclear e as ciências exatas tinham uma maior participação.

A partir dos anos 70, as Ciências Humanas e Sociais desenvolvem um importante papel na expansão das universidades, bem como na criação do sistema de pós-graduação brasileiro. A partir de então, percebem-se diversos movimentos institucionais de apoio às Ciências Humanas e Sociais.

Nos anos 80, iniciativas foram promovidas para ampliar o número de áreas das Ciências Humanas e Sociais atendidas pelo CNPq e, somente aí, as artes passam a ser contempladas e a ter seu espaço institucional próprio.

Foi todo um processo de conscientização junto ao meio acadêmico artístico brasileiro. Mas o que propriamente forçou a formalização da área de Artes no CNPq foi, mais precisamente, a tradicional relação demanda/oferta. E todo esse processo de conscientização realizado foi o fator de indução do aumento da demanda.

O papel do corpo técnico e de dirigentes do CNPq nesse processo de institucionalização das artes foi de indutor, mobilizador e interlocutor da política de C&T vigente à época, junto a comunidade científica de artes.

## 2.1 GÊNESE DA CRIAÇÃO DO CNPQ

O CNPq foi criado Conselho Nacional de Pesquisa em 1951, por iniciativa e participação decisivas de cientistas e militares. A participação do Brasil na Segunda Guerra revelou as carências científico-tecnológicas e militares que fragilizaram nossas possibilidades de defesa nacional. Isso provocou a mobilização de cientistas e militares no enfrentamento dos desafios da guerra. Para Forjaz (1988, p.9):

A guerra colocou, claramente, para todos os países envolvidos no conflito, a vinculação entre desenvolvimento científico e tecnológico e potência militar. As inovações tecnológicas e científicas dos armamentos tornaram-se fatores primordiais para o sucesso do desempenho militar, das potências em conflito. A primazia científica torna-se fator fundamental da excelência militar, e todo esse processo culminou com a utilização da energia nuclear pelos Estados Unidos no Japão.

Continua a autora:

Essa combinação entre demanda da comunidade científica e objetivos estratégicos dos militares estaria presente na carreira do principal responsável pela criação do CNPq, o Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva. O “pai” do CNPq era militar e cientista, ao mesmo tempo. Integrava as Forças Armadas e participava da Academia Brasileira de Ciências, sintetizando em sua militância em prol do órgão as duas vertentes que levaram à sua constituição. (FORJAZ, 1988, p. 12).

Conforme Motoyama (1985), a Segunda Guerra Mundial, em 1942, desencadeou um grande movimento de mobilização na Universidade de São Paulo (USP), no sentido de prestar assistência aos problemas técnico-científicos concernentes à defesa nacional. Para financiar o empreendimento, formaram-se os Fundos Universitários de Pesquisa para a Defesa Nacional (FUPs). O Exército e a Marinha, nessa época, enfrentavam sérios problemas técnicos, sem poder receber cooperação externa. Dessa forma, o grupo da USP desenvolveu um método para a medição da velocidade de balas de canhão, produziu transmissores e receptores portáteis para jipes e caminhões do Exército, e aparelhos de sonar para a Marinha, financiados pelos FUPs, com a colaboração do Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), do Instituto Nacional de Pesquisa (INP) do Rio de Janeiro e de outras instituições, inclusive particulares.

Enquanto no Brasil iniciativas como as da USP são tomadas, internacionalmente a questão do controle do desenvolvimento da energia nuclear já era discutida. Os países



desenvolvidos partiram na busca da disseminação dos conhecimentos relativos à fissão nuclear.

Forjaz (1988, p. 13-14) afirma que:

Em 1946 foi criada uma Comissão de Energia Atômica na Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil se tornou membro, já que possuía grandes reservas de material radioativo, onde passou a ser representado pelo Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, tendo como suplente o Coronel Orlando Rangel. A participação do Brasil nessa comissão foi um dos motivos para a retomada da antiga idéia de criação de um Conselho Nacional de Pesquisas.

Como se pode verificar nas colocações do representante brasileiro na Comissão:

O trato dos problemas referentes à energia atômica me leva a sugerir algumas medidas que se impõem como salvaguarda do nosso futuro econômico e do nosso prestígio. (...) Assim, dentre outras, as seguintes: a) nacionalização de todas as minas de tório e urânio; b) imediata revisão das concessões dessas minerações, enquanto não se põe em prática o item a; c) obrigatoriedade do tratamento primário dos minérios, referidos no item a, no Brasil, como medida complementar ao controle da exportação; (...) g) fundação do Conselho Nacional de Pesquisas para fomentar e coordenar as atividades científicas e técnicas, escolher pessoal idôneo a ser imediatamente encaminhado ao estrangeiro para aperfeiçoamento; h) instituição de uma Comissão Nacional de Energia Atômica, nos moldes do projeto elaborado e entregue ao Ministério das Relações Exteriores; i) suspensão imediata da transmissão da propriedade das concessões e das minas, enquanto não se torna efetiva a nacionalização prevista no item a; j) todas as atividades referentes à energia atômica serão monopólio do governo ou executadas sob concessões especiais; k) a pesquisa será livre, mas satisfeitos os imperativos do interesse nacional. (MOTOYAMA, 1985, p. 39).

O Almirante Álvaro Alberto, em abril de 1949, reforça ao Presidente da República, Marechal Gaspar Dutra, a necessidade de criação do CNPq e obtém o assentimento do mesmo. É criada uma comissão de 22 membros para estudar o assunto.

A comissão elaborou um anteprojeto de lei, no qual o CNPq assume o papel de Estado Maior da Ciência e da Técnica, com funções de planejamento e coordenação de toda atividade científico-tecnológica da Nação. Essa abrangência e o caráter centralizador proposto para o órgão, e o atrelamento aos imperativos de Segurança Nacional, causaram preocupações em alguns membros da comissão. Principalmente da bancada paulista, que atuou no sentido de garantir a liberdade de investigação científica, conseguindo introduzir dispositivos na

legislação de garantia da não interferência do Conselho nas atividades internas e na administração dos Centros de Pesquisas beneficiados com auxílios do CNPq. (FORJAZ, 1988).

A lei nº 1310 que institui o CNPq, assinada em 15 de janeiro de 1951, explicita suas atribuições específicas na área de energia atômica em vários de seus artigos:

O Conselho incentivará, em cooperação com órgãos técnicos oficiais, a pesquisa e a prospecção das reservas existentes no País, de materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica e, compete ao Conselho Nacional a adoção das medidas que se fizerem necessárias à investigação e à industrialização da energia atômica e de suas aplicações, inclusive aquisição, transporte, guarda e transformação das respectivas matérias primas para esses fins. (BRASIL, 2006b, p. 1).

## 2.2 AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E SEU ESPAÇO NO CNPQ

Entre 1930 e 1964, no bojo dos processos mais amplos de industrialização e urbanização do país, moldaram-se importantes centros produtores de Ciências Sociais, dentre os quais exerceram papel de liderança a Escola Sociológica Paulista e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB):

Esse conjunto de transformações afetando o perfil da estrutura social está na raiz de uma gama extensa e complexa de iniciativas institucionais nas áreas de ensino e produção cultural que, por sua vez, vão contribuir decisivamente, em médio prazo, para a cristalização de um amplo setor terciário intelectual, nucleado em torno da organização universitária e tendo como principal frente de operações a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. [...] Ao contrário do que se passou em Minas Gerais, por exemplo, onde as disciplinas jurídicas e econômicas constituíam o cerne da formação acadêmica em ciências sociais, o currículo da faculdade paulista se nutria de uma alentada formação filosófica sobre a qual foi se erigindo progressivamente o domínio intelectual da disciplina sociológica convertida em núcleo dinâmico da produção acadêmica em ciências sociais nesse período. [...] O próprio insucesso dos principais empreendimentos universitários na então capital federal (a começar pela Universidade do Distrito Federal) deveu-se em ampla medida à ingerência política das autoridades governamentais e, por outro lado, aos obstáculos de toda ordem impostos pelo exercício do controle confessional católico. A maioria das iniciativas bem-sucedidas no Rio de Janeiro ganhou impulso institucional sob a proteção de lideranças e círculos governamentais influentes. (MICELI, 1989a, p. 14-15).

Para compreender melhor a situação da área de artes nesse contexto, vale tentar identificar um pouco do processo de institucionalização das Ciências Humanas e Sociais no CNPq. A arte, como conhecimento científico, situa-se no âmbito das Ciências Humanas e

Sociais e, por conseguinte, seu desenvolvimento está atrelado, direta e indiretamente, ao processo de desenvolvimento e institucionalização destas.

Nos anos 50 o apoio do CNPq se restringe às chamadas Ciências Exatas, concentrando seus recursos nas Ciências Biológicas, Física e Química, como se pode verificar nas Tabelas 1 e 2.

**Tabela 1** – Distribuição Percentual dos Recursos Destinados a Bolsas Pelo CNPq 1951/56

SETOR	ANOS					
	1951	1952	1953	1954	1955	1956
Pesquisas Agronômicas	19,5	9,1	2,8	3,2	12,6	15,9
Pesquisas Biológicas	37,1	40,7	44,5	43,8	31	33,2
Pesquisas Físicas	12,9	14,1	12,2	13,5	19,8	6,7
Pesquisas Químicas	11,8	15,6	18,1	13,5	15,5	17,6
Pesquisas Tecnológicas	8,5	5,7	10,8	16,5	10,2	10,2
Pesquisas Matemáticas	5,8	7,8	5,4	4,9	3	4,2
Pesquisas Geológicas	4,4	5,5	3,4	2,4	7,8	8,9
Setor Técnico	-	1,5	2,8	2,2	-	3,3
Total Anual	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Em Cr\$ 1.000,00 correntes	1.106	7.541	18.752	23.235	17.572	27.512

Fonte: FORJAZ, 1988, p. 21 A.

**Tabela 2** – Distribuição Percentual dos Auxílios Pelo CNPq 1951/56

SETOR	ANOS					
	1951	1952	1953	1954	1955	1956
Pesquisas Agronômicas	4,6	5,2	3,2	2,4	24,6	16,1
Pesquisas Biológicas	29,4	40,6	46,7	42	23,5	21
Pesquisas Físicas	20	7,6	12,4	11,8	21,3	12,5
Pesquisas Químicas	33,4	33	23,5	33,4	18,4	23,4
Pesquisas Tecnológicas	9,3	4,8	7,2	4,9	7,4	26,5
Pesquisas Matemáticas	1,4	6	3,1	2,7	4,6	4,9
Pesquisas Geológicas	0,2	1,4	0,2	-	0,1	1,6
Setor Técnico	1,6	1,4	3,7	2,8	-	-
Total Anual	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Em Cr\$ 1.000,00 correntes	15,498	19.293	22.061	22.602	13.994	43.284

Fonte: FORJAZ, 1988, p. 21 B.

O processo de federalização das universidades, cresceu durante o governo de JK, na transição dos anos 50 para os anos 60 e tinha a preocupação de que cada Estado brasileiro tivesse pelo menos, uma universidade. Nesse sentido, várias universidades federais foram criadas tendo havido uma forte participação e um predomínio das ciências humanas e sociais nessa afluência das universidades, no processo de federalização. Pode-se dizer que a partir daí, as ciências humanas e sociais começam a ter um desenvolvimento mais específico. (FORMIGA, 2006<sup>9</sup>).

Segundo Forjaz (1988, p. 28):

Na reformulação que o órgão sofreu em 1964 (lei nº4533 de 08/12/1964) passou a existir um Departamento Técnico Científico organizado em nove setores entre os quais foi incluído um de Ciências Sociais. É nessa época que se iniciam, timidamente, os financiamentos para as ciências da sociedade. Em meados dos anos 60 foi contratado como técnico do CNPq o sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Ivan Gonçalves de Freitas que foi um dos pioneiros da implantação das ciências sociais no Conselho. Sua presença na instituição significou um passo importante no reconhecimento da área e a partir de sua contratação passam a crescer os financiamentos concedidos às humanidades. Esse cientista social, ligado a Darcy Ribeiro, foi, além de responsável pelo setor de Ciências Sociais, Diretor da Divisão Técnica do CNPq até 1974.

Em 1968, com a institucionalização da Pós-Graduação no Brasil, houve novas possibilidades de expansão para as Ciências Sociais, aumentando consideravelmente os programas de Mestrado e Doutorado na área, conseqüentemente a comunidade de cientistas sociais se amplia, se diversifica e se qualifica com a obtenção da titulação acadêmica. Como bem fundamenta Forjaz (1988, p. 29):

[. . .] Da mesma forma a produção científica da área aumenta e ganha respeitabilidade nacional e internacional. Em suma, cria-se uma massa crítica de professores e pesquisadores (assim como de publicações) que passam efetivamente a configurar a existência, dentro da comunidade científica, de um setor especializado e com identidade definida. Ao estímulo às Ciências Sociais resultante da consolidação da Pós Graduação veio somar-se, a partir de meados dos anos 70, novos espaços abertos na estrutura interna do CNPq, que sofreu grandes mudanças organizacionais. A transformação do Conselho Nacional de Pesquisa no atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico deu-se formalmente através da lei nº 6.129 de 1.11.1974. O CNPq teve alterada a sua personalidade jurídica, passando de autarquia diretamente subordinada à Presidência da República para fundação de direito privado vinculada à Secretaria do Planejamento (SEPLAN).

---

<sup>9</sup> Entrevista.

A tabela 3 permite ver a tendência de evolução do número de Auxílios à Pesquisa concedidos pelo CNPq entre 1972 e 1979. A área de Ciências Humanas e Sociais foi a que mais cresceu, atingindo uma taxa média de crescimento anual de 38,7%.

**Tabela 3** – Evolução do Número de Auxílios por Área de Conhecimento (1972 – 1979).

Área do Conhecimento	ANOS								Taxa Anual de Crescimento
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	
Ciências Exatas e da Natureza	244	209	279	263	303	nd	nd	617	12,29%
Engenharias	49	47	52	33	102	nd	nd	208	19,80%
Ciências Agrárias	53	53	47	42	67	nd	nd	169	15,59%
Ciências de Saúde	160	174	152	182	195	nd	nd	432	13,21%
Ciências Humanas e Sociais	10	6	10	8	78	nd	nd	137	38,70%
<b>TOTAL</b>	<b>516</b>	<b>489</b>	<b>540</b>	<b>528</b>	<b>745</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>	<b>1.563</b>	<b>14,85%</b>

Fonte: FORJAZ, 1988, p. 43 A.

A posição das Ciências Humanas e Sociais já vinha crescendo nos anos 70 e se consolidou nos anos 80. A tabela 4 expressa a evolução do número de bolsas por grande área do conhecimento na primeira metade dos anos 80. Em 1982, as Ciências Humanas e Sociais superam as Engenharias deixando de ser a área menos beneficiada. Em 1983 assume o segundo lugar e em 1984, a liderança no apoio do CNPq.

**Tabela 4** – Evolução do Número de Auxílios por Área de Conhecimento (1980 – 1984).

Área do Conhecimento	ANOS					Taxa Anual de Crescimento
	1980	1981	1982	1983	1984	
Ciências Exatas e da Natureza	2107	2101	2268	2355	2341	2,12%
Engenharias	1343	1318	1550	1586	1760	5,55%
Ciências Agrárias	1415	1540	1928	2055	2178	9,00%
Ciências de Saúde	1441	1560	1876	1974	1951	6,24%
Ciências Humanas e Sociais	901	1161	1735	2108	2374	21,38%
<b>TOTAL</b>	<b>7207</b>	<b>7680</b>	<b>9357</b>	<b>10078</b>	<b>10604</b>	<b>8,02%</b>

Fonte: FORJAZ, 1988, p. 43 B.

No ocaso do regime militar, quando o ambiente social era de contestação – a abertura política em marcha com o movimento “Diretas Já”-, e o governo João Figueiredo, fiel à tradição prático imediatista, lutava contra dificuldades econômicas, traduzidas na inflação de 110% ao ano, sem conseguir prestar a necessária atenção às coisas da Ciência e Tecnologia (C&T), diminuindo cada vez mais o investimento para essa área, tudo o que era do governo sofria hostilidade patente. No seio da comunidade científica, não era diferente, havia ataques à postura governamental em relação aos cortes de investimentos em ciência e tecnologia. (MOTOYAMA, 2002).

Nesse período, compreendido dos anos 1980 a 1985, o CNPq, sob a presidência do engenheiro civil Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, viveu um momento de grande expansão do fomento para as áreas das Ciências Humanas e Sociais, com o incentivo e institucionalização de novas áreas de conhecimento e um maior espaço na distribuição dos recursos, tradicionalmente concentrados nas Ciências Biológicas e Exatas.

Segundo Manoel Formiga em entrevista concedida em 11/09/2006 para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa. :

[. . .] o CNPq era a casa dos cientistas das ciências exatas (...). As outras ciências humanas e sociais ficaram excluídas por um período(...). Acho que não era preconceito com relação às ciências humanas e sociais, que na época, eram incipientes no Brasil, mas sim por influência do sistema americano. O Conselho de Desenvolvimento Científico Americano tem este perfil: ciências fortes,(...) uma área de engenharia, uma área de medicina, e só depois é que as ciências sociais também tiveram um espaço dentro dessa agenda. (...) Como o modelo americano é anterior ao brasileiro, talvez, esse modelo influenciou, deu um balizamento para o modelo brasileiro. E a verdade é que se passam quase duas dezenas de anos, sem que as humanas e sociais tenham espaço na ciência brasileira.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> The report Science – The Endless Frontier, written in 1945 by Dr. Vannevar Bush. Its most emphatic and original recommendation was that the Federal Government should provide strong support for the conduct of basic research in the universities as the most effective means of assuring an adequate knowledge base for the country to draw upon in resolving problems it would inevitably confront in the future. (The Five-Year Outlook: Problems, Opportunities and Constraints in Science and Technology. V. I. National Science Foundation, Washington, D.C., 1980, p 9.). Established in 1950, the National Science Foundation (NSF) is the federal government’s only agency dedicated to the support of education and fundamental research in all scientific and engineering disciplines. “By the National Science Foundation Act of 1950 the Congress established the National Science Foundation to promote the progress of science; to advance the national health, prosperity, and welfare; to secure the national defense; and for other purposes. The President approved the act no May 10, 1950.” (NSF. Disponível em: <http://www.nsf.gov/about/history/> . Acesso em: 8 fev. 2007).

Embora em sua origem, o CNPq privilegiasse claramente, a física nuclear, estava estabelecido, como seu principal objetivo a promoção do desenvolvimento científico em todos os domínios do conhecimento, incluindo as Ciências Humanas e Sociais. Houve discussões a esse respeito, no âmbito da comissão que estudou a implantação do Conselho, e, apesar das propostas de exclusão, acabou vencendo a orientação favorável à inclusão. (FORJAZ, 1988).

Na prática, entretanto, inexistiram financiamentos a esse setor durante longo tempo, afirma Formiga<sup>11</sup> (2006).

As ciências sociais atravessam, impávidas e desconhecidas, no CNPq, a década de 50 e quase toda a de 60. Foram 25 anos de esquecimento, porque elas só vão aparecer, com mais nitidez, com a transformação em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O CNPq, por iniciativa do corpo de dirigentes e respaldo do então presidente, Lynaldo Cavalcanti, promoveu um trabalho de divulgação e incentivo ao fomento da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais junto às universidades que resultou no crescimento da demanda e no aumento do atendimento aos projetos dessa grande área do conhecimento.

Conforme afirma Formiga<sup>12</sup> (2006):

Essa iniciativa foi bem articulada e divulgada. Num período de dois a três anos, que vai de 1980 a 1982, a área de Ciências Humanas e Sociais cresceu e passou a competir, em volume de demanda, com as Ciências Exatas e as Ciências da Saúde e Biológicas. Isso prova que existia uma demanda reprimida, pois a área se firma, definitivamente, e hoje há um equilíbrio na demanda dessas grandes áreas.

Nesse primeiro momento de afirmação das Ciências Humanas e Sociais no CNPq se percebia a ausência de financiamentos na área de Artes e Cultura, de um modo geral. Começou com Letras que já tinha certo espaço e depois veio a Comunicação. Mas as Artes, *strito sensu*, era algo que faltava. Havia uma espécie de preconceito: “[. . .] da mesma forma que tinha uma imagem anterior, de que as Ciências Humanas e Sociais não eram financiáveis pelo CNPq, havia também nas Ciências Humanas e Sociais, de que Arte, também, não seria contemplada pelo CNPq.” (FORMIGA, 2006).

---

<sup>11</sup> Entrevista.

<sup>12</sup> Idem.

### 2.3 A CRIAÇÃO DA ÁREA DE ARTES NO CNPQ

A confluência de fatores como a expansão do espaço institucional das Ciências Humanas e Sociais, e a vontade política e técnica impulsionaram o processo de criação da área de Artes no CNPq.

Na primeira metade da década de 80 houve mudanças na hierarquia política institucional do CNPq e Manoel Marcos Formiga assume a pasta da Superintendência de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e George Zarur, assume, então, o seu lugar junto a Coordenação de Ciências Humanas e Sociais, onde a área de Artes estava no nascedouro.

Zarur (2006) relata que havia o interesse em se criar a área de Artes, e foi feito todo um trabalho de conscientização, de sensibilização e mobilização dos artistas, com a realização de várias reuniões, em várias cidades. Todo um trabalho de promoção a favor das Artes. Inclusive, com o ulterior incentivo à organização corporativa da comunidade de pesquisa e pós-graduação em Artes.

A coisa pegava fogo no fomento. Milhares de processos sobre as áreas mais incríveis, tendo-se que opinar. Esta era outra coisa; eu ficava desesperado com os procedimentos puramente burocráticos. Eu achava que os técnicos do CNPq tinham que entrar no assunto, tinha que ser interlocutores da comunidade científica e, portanto, tinham que ter conhecimento específico daquela área que eles cobriam lá no CNPq. Então, eu não via o menor sentido ter alguém que não conhecia a Arte, que não interagira com a comunidade, que não era membro daquela comunidade específica do conhecimento, ficar dando parecer burocrático, sobre algo que ele não tinha a menor idéia. (ZARUR, 2006)<sup>13</sup>.

A área de Artes era ainda muito incipiente, começava-se a receber os primeiros projetos ao fomento do CNPq. A mudança do Analista em C&T, Silvio Zamboni, para a área de Artes, foi um passo importante na sua consolidação dentro do CNPq.

O novo técnico que assumiu a incumbência de formar e criar essa área dentro do CNPq, vinha da agricultura, e era pintor, fazia exposições e tinha uma atuação artística reconhecida.

---

<sup>13</sup> Entrevista.



“O processo de criação da área foi longo, e não incluiu somente as Artes Plásticas, mas também a Música e as Artes Cênicas”. (ZAMBONI, 2006).

Pode-se afirmar que Marcos Formiga, George Zarur e Silvio Zamboni foram os “jardineiros fiéis” que semearam e plantaram as sementes das Artes, como área do conhecimento científico, humano e social, no âmbito do CNPq.

A partir de então, as Artes puderam receber apoio financeiro dessa agência de fomento para a formação de recursos humanos e a pesquisa, o que facilitou o seu crescimento e desenvolvimento como ciência.

### 2.3.1 Os Primeiros Projetos de Artes no CNPq

Mesmo não existindo o fomento à área de artes, alguns artistas de grande renome e importância começaram a submeter seus projetos de pesquisa para o fomento do CNPq. Como não havia ainda uma relação estabelecida do CNPq com consultores especialistas em artes, esses projetos eram analisados e julgados junto com outras áreas do conhecimento relativas às Ciências Humanas e Sociais, geralmente a Comunicação.

No início apenas alguns poucos projetos de grandes artistas eram submetidos, analisados e julgados no âmbito de outros Comitês Assesores.

Segundo Zamboni (2006), havia raros projetos de pessoas bem qualificadas e de grande importância para a área de Artes, como: Walter Zanini, Aracy do Amaral e Regina Silveira. Esses poucos pedidos eram encaminhados para a análise de consultores e comitês assessores de outras áreas, normalmente ligados à Comunicação ou outra área afim, visto que não poderiam ser analisados por outra área do conhecimento que não às Ciências Humanas e Sociais.

Um dos primeiros projetos da área de Artes apresentados ao CNPq foi no ano de 1979, da professora Aracy Abreu Amaral, doutora em artes pela USP, que submeteu ao CNPq seu

pedido de bolsa de Pós-Doutorado, sob o título “O Realismo Social na Arte do Brasil da década de 30 aos anos 60”. (PESQUISA, Microfilme 0275).

Seu pleito foi inicialmente, negado, pois o pedido não se enquadrava na modalidade de bolsa solicitada, mas, sim, na modalidade de bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Dessa forma, o pedido, com a autorização da candidata, foi apreciado dentro do cronograma de julgamento de bolsas de pesquisas, e teve o parecer favorável para uma bolsa na modalidade Produtividade em Pesquisa (PQ) nível 1B, pelo período de 24 meses, no processo n°. 300817/79. (PESQUISA, Microfilme 0275).

### 2.3.2 Processo de Conscientização e Divulgação nas Universidades

Com esses primeiros projetos de artes sendo apreciados no CNPq e o movimento de abertura de novas áreas de fomento às ciências humanas e sociais, foi realizado todo um trabalho de divulgação e conscientização junto as comunidades acadêmicas de artes nas universidades.

O então recém chegado técnico de Artes, fez uma série de viagens pelo país, fazendo contatos com professores e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em Artes; falando sobre a função e a estrutura de funcionamento do CNPq para o recebimento de propostas.

Zamboni conta da desmobilização política da classe de professores pesquisadores de Artes na defesa de seus interesses em relação ao desenvolvimento de recursos humanos e a pesquisa na área junto às agências estadual e federal de fomento à ciência e tecnologia. “Eles não tinham consciência de que existiam órgãos públicos que faziam isso no país. Ou, se tinha consciência, não era uma coisa que fazia parte do pesquisador”. (ZAMBONI, 2006).

Então, a primeira coisa foi explicar que existia um órgão, que no caso era o CNPq, que poderia financiar a pesquisa. Na época, financiava, cuidava da questão de recursos humanos, de cursos no país e no exterior. Era muito comum, mesmo, porque a estrutura da pós-graduação, praticamente, não existia no país. E foi um

trabalho, talvez, de ensinamento, explicando que existia esse órgão que poderia resolver uma série de problemas do pesquisador, e que eles deveriam pedir aquilo que eles tinham interesse e necessidade para desenvolvimento das suas pesquisas e das suas áreas na área de desenvolvimento de recursos humanos. (ZAMBONI, 2006)<sup>14</sup>.

As Universidades e Faculdades de Artes receberam muito bem, e com surpresa, as boas novas que Zamboni trazia. A grande maioria da comunidade acadêmica de artes desconhecia essas possibilidades. Não se tinha muito bem claro o papel do Estado no fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do país. Observa, muito bem, Zamboni<sup>15</sup> (2006): “[. . .] eles achavam que era uma coisa assim, meio de presente, que não era uma obrigação do Estado em fazer isso. E foi ótima a receptividade”.

O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. §3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho. (BRASIL, 2006a).

Esse trabalho de divulgação e conscientização da comunidade acadêmica de Artes, feito pelo CNPq, no início da década de 80, foi um marco fundamental no desenvolvimento de recursos humanos e da pesquisa em Artes no país, bem como da organização corporativo política da comunidade de artistas – professores e pesquisadores.

Nesta época, a formação em nível superior em Artes nas Universidades estava bem consolidada. Com uma maior procura e também melhores condições de infra-estrutura. Havia uma efervescência geral em relação às Artes nas universidades brasileiras as escolas de artes ofereciam mais condições: professores, alunos, espaço e materiais; e não era mais verdade que elas tinham apenas as condições mínimas de trabalho. (LITTO, 1983).

No entanto a Pós-Graduação ainda era incipiente havia um único curso de pós-graduação - o da USP e praticamente, não existiam pessoas tituladas. Os primeiros doutores surgiam de uma forma meio nova, testada pela USP, normalmente com artista de peso, como Regina Silveira e Carmela Gross. A tese de doutorado era a elaboração do memorial do seu trabalho artístico. Já as subáreas das Artes com cunho mais teórico tinham uma facilidade um

---

<sup>14</sup> Entrevista.

<sup>15</sup> Idem.

pouco maior pois já havia algum curso nas faculdades de História e ou de Arquitetura e Urbanismo. (ZAMBONI, 2006).

### 2.3.3 A Explosão da Demanda de Artes

Depois desse trabalho de conscientização começaram a chegar diversos pedidos de bolsas na área de Artes ao CNPq, afirma Zamboni<sup>16</sup>, “[. . .] uma demanda bruta, heterogênea, e muito grande”. Porém, salvo as exceções dos grandes artistas pesquisadores, houve uma demanda de projetos inadequados ao modelo do CNPq, a despeito do esclarecimento de que deveria ser um projeto de pesquisa bem elaborado.

Conta Zamboni<sup>17</sup> em entrevista:

Agora, existe um aprendizado de pedir. Isso, no CNPq, é claro. E, era uma área que nem sabia que existia o CNPq, não sabia pedir. Certo que esses grandes pesquisadores, que já estavam, eles tinham muito mais facilidade, normalmente eram sérios no que faziam. (...) Mas eu acho que a grande questão não foi desses professores das grandes universidades brasileiras. Eu acho que a demanda, isso daí se alastrou e começou a aparecer muito, pessoas que não eram nem ligadas à universidade, e pediam. Inclusive, artista autônomo. E começaram a pedir, sem critério, sem pesquisa, fazendo Arte de forma puramente intuitiva.

O aumento da demanda provocou a aceitação de um maior número de propostas. Criou-se, assim, a necessidade de se ter membros do Comitê Assessor especializados em Artes para o julgamento das propostas. A participação de um membro da comunidade científica de Artes foi um avanço, definitivo, rumo à oficialização da área de Artes no CNPq.

Essa explosão da demanda de Artes chamou a atenção da equipe do CNPq, e começou-se a pensar na necessidade de se oficializar a área. Oficializar significa alocar recursos e ter um comitê com assessores especializados. Enfim, passar a ser uma área na estrutura administrativa e financeira do CNPq.

---

<sup>16</sup> Entrevista.

<sup>17</sup> Idem.

A partir desse trabalho de incentivo do CNPq acontece um meio termo que não é mais tanto uma pesquisa especificamente intuitiva. O pesquisador de Arte passa a buscar a continuidade do apoio do CNPq e a ter uma visão mais acadêmica. (ZARUR, 2006)<sup>18</sup>.

#### 2.3.4 As Artes Instituídas

A questão da criação da área de Artes no CNPq foi submetida, em reunião, à consideração e aprovação dos membros do então, Conselho Consultivo de Ciência e Tecnologia (CCCT). Houve uma discussão polêmica e difícil, pois com essa decisão “[. . .] era uma fatia a mais do bolo de recursos que iria ser destinada a alguma área, e, evidentemente, essa fatia poderia fazer falta em outras áreas que estavam, tradicionalmente, acostumadas a receber a grande parte desse bolo.” (ZAMBONI, 2006).

Essa reunião do conselho consultivo gerou indignação e muita briga chegando ao nível de ter comentários por parte da comunidade de ciências exatas tais como - então ia transformar o CNPq em barracão de escola de samba pois escola de samba é arte. Em suma uma visão extremamente elitista e preocupada com os recursos escassos, por que eles seriam prejudicados. (ZARUR, 2006).

Houve grande resistência por parte da comunidade das ciências exatas, pois, já estavam indignados com o crescimento das Ciências Humanas e Sociais, mais ainda com a idéia de criação da área de Artes que para eles não poderia ser considerada ciência. Pelo contrário, era o contraponto da ciência – “arte é arte”. Porém graças ao apoio decisivo do Prof. Lynaldo Cavalcanti, então presidente do CNPq, foi possível, naquela reunião, instituir a área de Artes no CNPq.

Em 1985, quando da comemoração dos 10 anos da Superintendência de Desenvolvimento Científico (SDC) houve palestras de cada um dos Comitês ligados a essa Superintendência. Os Professores Benedito Nunes, de Literatura, Bárbara Heleodora, de Artes Cênicas, Frederico Litto, de Comunicação e Manoel da Veiga, de Música, integrante do

---

<sup>18</sup> Entrevista.

Comitê Assessor de Artes e Comunicação (CA AC), apresentaram uma mesa sobre as Inter-relações entre Artes e Ciências.

Nessa ocasião a Profa. Bárbara Heleodora apresentou argumentações que justificam muito bem a institucionalização das Artes no CNPq.

As Artes estão no CNPq não para que se queira fazer da criação artística um ato científico mas para que se passe a incluir no acervo de conhecimento em nosso país aquela parcela que é formada pela pesquisa a respeito do fenômeno artístico. Embora haja caso em que há também uma pesquisa perfeitamente válida na própria criação. O preconceito contra as artes e seu estudo é a causa do atraso desse setor particular de conhecimento no Brasil e nasce da idéia de que o diferente é necessariamente pior. No entanto, ciência e arte são apenas dois caminhos diversos para busca do conhecimento e no acervo geral da nossa formação ocidental, Ésquilo, Sófocles, Dante, Michelangelo, Sheakespear, Bach, Mozart, não são, sem dúvida, marcos menos significativos, quanto qualquer um dos grandes nomes da ciência. (CNPq, 1985).

No processo de oficialização da área de artes no CNPq, estava sempre presente um problema, a questão: e o que é Pesquisa em Arte? Zamboni<sup>19</sup> diz que, oficializar a área era uma coisa, mas toda área oficializada tem que ter critério.

O que é pesquisa, o que é boa pesquisa, o que não é boa pesquisa? Este foi o grande desafio naquele momento determinado. Precisava de pesquisa. A demanda grande não queria dizer nada, foi interessante até, politicamente, para forçar a questão da formação da área no CNPq. Agora, o que eu estava pretendendo lá era fazer uma área, evidentemente, o mais séria possível. Uma área engatinhando na pesquisa. Os artistas sempre foram muito atuantes, mas, na ciência e tecnologia, eram totalmente despreparados, não sei se é esse o termo ideal, faltava um engajamento enquanto uma classe de pesquisadores. Então, era fundamental você ter critérios, e os mais claros, definidos e rígidos, possíveis, para você fazer daquela área nascente uma área respeitável, do ponto de vista científico. (ZAMBONI, 2006).

Na busca da definição de critérios que definissem a pesquisa em artes e sustentassem, do ponto de vista científico, o apoio do CNPq às artes, iniciou-se um trabalho de articulação com

---

<sup>19</sup> Entrevista

artistas pesquisadores que culminou na mobilização da classe visando uma maior organização política dessa comunidade por meio de Associações.

### **3 A CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA EM ARTES**

Adentrar no assunto do CNPq como indutor da organização da classe de cientistas pesquisadores em artes requer definir o que é comunidade científica.

Segundo Kuhn (2000, p.220):

Uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas. Neste processo absorveram a mesma literatura técnica e dela retiraram muitas das mesmas lições. Normalmente as fronteiras dessa literatura-padrão marcam os limites de um objeto de estudo científico e em geral cada comunidade possui um objeto de estudo próprio.

A atividade científica não pode se desenvolver e ser mantida de forma sustentada se não tiver um componente importante de auto-referência e auto-regulamentação. Pelo menos duas condições são necessárias para que os cientistas mantenham seus pares como principal grupo de referência. Em primeiro lugar, a sociedade precisa associar ciência com progresso, ou de alguma forma reconhecer o valor do trabalho científico. É esse reconhecimento que permite aos cientistas alcançar prestígio social e atrair apoio financeiro. (SCHWARTZMANN, 2001, p. 11).

A importância da organização corporativa das comunidades de pesquisadores nas diversas subáreas da Arte se reflete no desenvolvimento e sustentação desta, pois se sabe que o poder de captação de recursos junto às agências de fomento, necessários a esse desenvolvimento, está atrelado ao nível de auto-referência e auto-regulamentação desse grupo, dentre outros aspectos.

O valor do trabalho científico em artes precisa ser reconhecido e estar relacionado de alguma forma ao progresso para que esse campo do conhecimento alcance prestígio social e acesse apoio financeiro. A organização de comunidades científicas nos diversos ramos das artes foi um passo importante para o reconhecimento do trabalho científico na área.



### 3.1 O PAPEL DO CNPQ

O CNPq teve uma atuação importante na indução da organização da classe de cientistas e pesquisadores nas mais diversas áreas do conhecimento. Participou da formação de Associações Nacionais de Pesquisadores das diversas áreas das Ciências Exatas, Humanas e Sociais. É um órgão criado por influência da comunidade de cientistas organizados.

No caso das artes, não foi diferente. Com a sua institucionalização no âmbito do CNPq, seguiu-se um movimento de incentivo e promoção da criação da ANPAP, em 1986, da ANPPOM, em 1988, e da ABRACE, em 1998.

A idéia originária da criação da ANPAP surgiu da inquietude do corpo técnico e de dirigentes do CNPq em relação aos parâmetros científicos da pesquisa em artes, durante o processo de formação da área. Buscava-se definir critérios para a análise e seleção dos projetos de pesquisa em Artes submetidos ao fomento do CNPq.

Dessa forma, por ter sido um movimento ulterior à institucionalização das Artes no CNPq, faz-se, neste estudo, uma abordagem um pouco mais destacada da história de criação, percalços, realizações e produtos da ANPAP.

Entretanto, considerando também a participação do CNPq na organização das comunidades científicas de Música e Artes Cênicas descreve-se brevemente abaixo um pouco dos processos de criação da ANPPOM e da ABRACE.

#### 3.1.1 ANPPOM - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música

A ANPPOM congrega associações científicas, programas de pós-graduação, pesquisadores, pós-graduados, professores de pós-graduação e alunos de cursos de pós-graduação em Música.

A primeira discussão no país sobre a formação musical brasileira, em todos os seus níveis, foi feita no Simpósio Nacional sobre a Pesquisa e o Ensino Musical (SINAPEM)

realizado em 1987, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o apoio do CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Secretaria de Educação Superior (SESU) que resultou, dentre outras, na proposta da criação de uma Sociedade Brasileira de Educação e Pesquisa Musical, de forma a congregar as sociedades de pesquisa musical já existentes, estimular o desenvolvimento de outras sociedades departamentais congêneres. (NOGUEIRA; NEVES, 2006).

Tal proposta foi encaminhada, em setembro de 1987, à Direção de Ciências Humanas do CNPq (professor José Nilo Tavares), recomendando gestões para a criação de uma sociedade de pós-graduados em Música. Esse documento resultou na fundação da ANPPOM, em abril de 1988, em Brasília, sob os auspícios da Coordenação de Ciências Humanas do CNPq. (NOGUEIRA; NEVES, 2006).

### 3.1.2 ABRACE - Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas

A ABRACE foi criada em Salvador, Bahia, no dia 21 de abril de 1998, com apoio do CNPq e a participação de representantes: da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), da USP, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/ SP). (ABRACE, 2006).

Os objetivos dessa Associação são: incentivar a pesquisa, congregar os programas brasileiros de pós-graduação, representar seus associados junto a agências de coordenação e financiamento, promover reuniões científicas e artísticas, divulgar estudos, fomentar o intercâmbio e a cooperação científico-artística entre grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e cursos de graduação, identificar temas prioritários de pesquisa, prestar serviços técnicos e viabilizar instrumentos jurídicos que concorram para a realização destes objetivos. (ABRACE, 2006).

### 3.2 O CNPq E A CRIAÇÃO DA ANPAP

O enfoque mais aprofundado dado à ANPAP justifica-se pelo fato de a criação dessa Associação ter sido a primeira iniciativa do CNPq de se estimular e promover a organização política e social de pesquisadores em artes.

Além disso, a fundação da ANPAP veio *pari passo* à institucionalização da área de artes no CNPq, em função do movimento da área técnica na busca da definição de critérios de pesquisa em artes que pudessem sustentar o apoio do órgão.

Anna Barros, em depoimento sobre a criação da ANPAP concedido em 2006 com a finalidade desta dissertação, disse que o responsável técnico de criação da área junto ao CNPq, Silvio Zamboni, foi a ponte de ligação entre esse órgão e pesquisadores da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) como Walter Zanini, Aracy Amaral, que arrebanharam artistas e teóricos para criar a ANPAP. E, segundo ela, a Associação foi fundada por incentivo do CNPq, interessado em fazer com que a pesquisa em arte fosse vista “em pé de igualdade” com outras pesquisas consideradas científicas.

Zamboni conta que, depois das viagens que fez em função do trabalho de conscientização sobre o fomento à pesquisa em artes junto as universidades, adquiriu um conhecimento muito grande dos melhores pesquisadores em artes no país. Assim ele estabeleceu contato com esses pesquisadores fazendo consulta no sentido de se criar uma Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas.

Com uma lista grande - mais de 30, 40 pessoas, bastante representativa (...) pesquisadores em artes plásticas, a grande maioria das universidades - organizou-se uma reunião, mais nacional possível, para discutir a questão de uma associação de pesquisadores em Artes Plásticas. Estavam presentes representantes de vários estados. (ZAMBONI, 2006).

Houve reação contra a idéia da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, pois, historicamente, outras iniciativas de se formar associações de artistas não foram para frente. O clima foi de desconfiança, em função dessas iniciativas frustradas anteriormente.

O embrião da ANPAP surgiu nessa reunião realizada em dezembro de 1986, presidida por Silvio Zamboni e Walter Zanini, na sala Álvaro Alberto do CNPq. Zamboni conta que foi uma reunião polêmica e difícil. Perguntava-se o que era a pesquisa na linguagem visual, o que era a pesquisa no fazer artístico, nas várias áreas e subáreas das Artes, tendo sido feita nessa ocasião uma primeira subdivisão das subáreas a serem incluídas na Associação.

Nessa reunião foi indicada uma primeira diretoria provisória, presidida pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Aracy do Amaral, principal crítica de artes plásticas de São Paulo, e secretariada por Daisy Peccinini, historiadora da arte. Essa diretoria teve a incumbência de realizar a 1<sup>a</sup> Assembléia de Fundação da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Discutiu-se e ficou definido também o nome da Associação: “Aracy deu o nome ANPAP. Eu era a favor de Artes Visuais, mais abrangente e mais moderna, mas ela quis que fosse Plásticas, e assim foi”. (ZAMBONI, 2006).

Em decorrência dessa primeira reunião, elaborou-se o projeto de realização da 1<sup>a</sup> Assembléia Geral Extraordinária da ANPAP, no período de 15 e 16 de maio de 1987, em São Paulo, na USP. Esse projeto foi apresentado ao CNPq para o apoio com a concessão de recursos financeiros, processo nº 400980/87-8 em nome de Aracy do Amaral. (PROCESSOS DE AUXÍLIOS, Microfilme 0306).

O parecer técnico ao processo acima referido, considerou de importância fundamental o apoio ao projeto, sem o qual poderia se inviabilizar a própria existência da associação. “Deve ser atendida a íntegra da solicitação, em primeira prioridade”. (PROCESSOS DE AUXÍLIOS, Microfilme 0306).

Foi concedido pelo CNPq o Auxílio Realização de Congresso (ARC), no valor de Cr\$ 106.842,00 (Cento e seis mil oitocentos e quarenta e dois Cruzados), para a realização dessa 1<sup>a</sup> Assembléia Geral.

Em seu relatório técnico apresentado ao CNPq como prestação de contas do apoio recebido para realização do evento, Amaral conta do completo êxito deste, com pesquisadores de nove unidades da Federação e noventa participantes. Apresentado o anteprojeto do Estatuto

da ANPAP, o mesmo foi debatido e aprovado. “Teve assim plena fundação a entidade ANPAP<sup>20</sup>” e foi eleita a 1ª diretoria, presidida por Walter Zanini, arquiteto, artista plástico de grande renome, Diretor da ECA/USP à época”. (PROCESSOS DE AUXÍLIOS, Microfilme 0306).

### 3.2.1 A ANPAP

Assim foi criada a ANPAP, como uma sociedade civil de natureza científica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, congregando pesquisadores, centros e instituições de pesquisas com a finalidade de promover, desenvolver e divulgar pesquisas no campo das artes plásticas em todo território nacional. (ANPAP, 2004).

É constituída dos comitês associativos de História, Teoria e Crítica da Arte, Linguagens Visuais, Arte-Educação, Curadoria e Conservação e Materiais compostos por pesquisadores das áreas respectivas aos comitês, com mandato de dois anos.

Os órgãos que integram a estrutura organizacional da ANPAP são a Assembléia Geral, a Diretoria e o Conselho Deliberativo. A Assembléia Geral é constituída pelos sócios e deve se reunir anualmente a cada Encontro Nacional e extraordinariamente quando convocada. A Diretoria é eleita pela Assembléia Geral pelo período de dois anos e é constituída dos seguintes cargos: presidência, vice-presidência, 1ª secretaria, 2ª secretaria, 1ª tesouraria e 2ª tesouraria. O Conselho Deliberativo é constituído pelo vice-presidente da diretoria que é o

---

<sup>20</sup>Assinaram a ata da fundação da ANPAP, nesta ordem: Daisy Peccinini de Alvarado, Aracy Amaral, Mario Barata, Maria Amélia Bulhões de Carvalho, Grace Maria Machado de Freitas, Frederico de Moraes, Ana Mae Tavares Barbosa, Walter Zanini, Augusto Froelich, Regina Silveira, Silvio Perini Zamboni, Sonia Salzstein Goldberg, Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, Maria Lucia Morales Silva Gomes, Paulo Bruscky, Nilza de Oliveira, João Evangelista de Andrade Filho, Maria Lucia Toralles Pereira, Elza Maria Ajzenberg, Maria Luiza Villas Boas, Osmar Pinheiro Souza Jr., Otília B. F. Arantes, Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, Blanca Brites, Maria Lucia Bastos Kern, Suely Deschermayer, Berenice Gorini, Elizabeth Silva Lopes, Elvira Vernaschi, Stela Maris Figueiredo, Suzete Venturelli, Domingos Tadeu Chiarelli, Ivo Mesquita, Martin Grossmann, Yone Soares Lima, João Spinelli, Noemia Varela, Dalton Sala Jr., Icléia Cattani, Evandro Salles, Vagner Dante Veloni, Áurea Pereira da Silva, Miriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Ivone Luiza Vieira, Maria Luiza Sabóia Saddi, Anna Barros, Olímpio Pinheiro, Ana Maria Belluzo, M. C. França Loureiro, M. Heloisa Toledo Ferraz, Silvia Menezes Athayde, Lisbeth Rebollo Gonçalves, Anna Bella Geiger, José Cláudio da Silva, Evelyn Berg Ioschpe, Diana Dominguez, Maria Isabel Meirelles Reis Branco Ribeiro. Por procuração, da Associação de Artes Educadores de São Paulo assina Ivone Mendes Richter. Há algumas assinaturas ilegíveis. (MEDEIROS, 2004, p. 2).

presidente natural do Conselho e mais no mínimo cinco membros eleitos pela Assembléia Geral em número proporcional aos associados de cada comitê.

Está estabelecido em estatuto que a sede nacional será onde estiver instalada sua Diretoria e Secretaria Geral. O foro para efeitos legais é em São Paulo e a representação estadual é definida pelos associados de cada estado. Onde não existem associados ou representação local organizada, a Diretoria pode designar um comissário para esta função. (ANPAP, 2004).

A ANPAP tem uma estrutura democrática de delegação de poder mediante o voto dos associados e com a mudança bienal da diretoria sua sede física também muda.

Segundo Anna Barros<sup>21</sup> (2006), os propósitos da Associação foram o incentivo e a difusão das pesquisas em Artes Plásticas. “A idéia que orientou o desempenho da ANPAP dentro do mundo acadêmico foi a de incentivar e difundir a pesquisa. Para tanto, a diretoria da sociedade deveria peregrinar pelo Brasil tornando mais fácil essa tarefa”. (BARROS, 2006).

Barros (2006)<sup>22</sup> conta que:

[. . .] durante alguns anos, a energia da ANPAP permaneceu meio que em gestação, sendo sustentada por encontros do núcleo de São Paulo na casa da Gabriela Wilder. Alguns membros se tornaram mais ativos, entre eles a própria Gabriela, Daisy Peccinini, Maria Isabel Branco Ribeiro, Maria Heloisa Ferraz e Anna Barros.

Essa forma rotativa de gestão da Associação - em que sua sede estará na instituição à qual o seu presidente pertence - faz com que, caso não haja um interesse comprometido com as artes plásticas por parte da instituição sede da ANPAP, o presidente fique sozinho, comprometendo o bom funcionamento da Associação. A estrutura rotativa torna o funcionamento da ANPAP vulnerável a um jogo de interesse político dependente principalmente da figura do presidente e dos seus vínculos.

---

<sup>21</sup> Informação via e-mail.

<sup>22</sup> Idem.

É necessário que haja um compromisso institucional declarado e efetivo com, no mínimo, uma contrapartida da infra-estrutura por parte da instituição sede da ANPAP. As facilidades e o sucesso da gestão estão diretamente ligados ao nível de reconhecimento e relevância das artes plásticas dentro da estrutura de poder da qual o presidente provém. Se não houver representatividade e respaldo institucional, ou mesmo se este for pequeno, será também pequeno o espectro de atuação da ANPAP naquele biênio.

A institucionalização da pesquisa em artes plásticas pode ser percebida assim: quando as instituições aceitam o compromisso e respondem por meio do seu representante, quando se têm recursos para apoiar a pesquisa e se oferece as condições necessárias à mesma, também quando se investe na divulgação de seus resultados, no acompanhamento e no contínuo aperfeiçoamento desse sistema.

As demais informações e regulamentações sobre a natureza, o quadro associativo, a assembléia geral, a diretoria, o conselho deliberativo, os comitês associativos e disposições gerais e transitórias podem ser encontradas no Estatuto Social da ANPAP.

### 3.2.2 Subsídios para o Histórico da ANPAP

As informações históricas da ANPAP foram obtidas em entrevistas realizadas com pessoas-chave no seu processo de institucionalização e em pesquisas no seu livro de atas e nos anais dos encontros.

Como descrito anteriormente, uma primeira diretoria provisória foi composta por indicação, durante a primeira reunião de discussão sobre a idéia de se criar a Associação de Pesquisadores em Artes Plásticas, realizada no CNPq em 1986.

Essa diretoria teve a tarefa de organizar e fundar tal associação por meio da realização da 1ª Assembléia Geral, na USP, em 1987, quando foi discutido e aprovado o Estatuto Social da ANPAP. Houve também a eleição da primeira diretoria composta por: Wálter Zanini (presidente); Mário Antônio Barata (vice-presidente), Daisy Valle Machado Peccinini de

Alvarado (1ª secretária); Maria Amélia Bulhões Garcia (2ª secretária); José Roberto Teixeira Leite (1º tesoureiro) e Grace Maria Machado de Freitas (2ª tesoureira).

Walter Zanini, primeiro presidente eleito da ANPAP, no esboço da apresentação do primeiro caderno, fala que ela surgiu do propósito de congregar pesquisadores que atuam nas diversas áreas das artes plásticas.

Discutiu-se a amplitude incomum da guilda em cuja abrangência, entretanto, se situam valores que constituem domínios interdependentes. Logo se definiu o perfil de sua unidade múltipla, dando formação a um quadro relativamente numeroso e em crescimento. Entre os objetivos da primeira diretoria eleita para cumprir o biênio 1987/1989, achava-se a publicação dos cadernos da ANPAP, com a finalidade de divulgar as pesquisas recentes ou em desenvolvimento de seus associados. Seu programa editorial que a ANPAP se propõe a levar adiante é um item destacado de suas atividades no qual se deverá fazer sentir o intercâmbio com as instituições congêneres do Brasil e do exterior, com vistas a imprescindíveis contatos entre os pesquisadores da área. (ZANINI, 1988, p. 1).

Esta primeira diretoria realizou o I Encontro Nacional da ANPAP, no período de 17 a 19 de novembro de 1988, na Casa da Cultura Japonesa, em São Paulo. Solicitou-se o apoio do CNPq para a publicação do I Caderno contendo os resumos das comunicações apresentadas no referido evento. Tal pedido foi em princípio recusado, com a recomendação de reapresentação do projeto incluindo texto sobre a descrição da área de artes no país. A primeira diretoria realizou ainda o II Encontro Nacional da ANPAP - as pesquisas recentes e em andamento, nos dias 19 e 20 de maio de 1989, também na Casa da Cultura Japonesa, com o apoio da FAPESP. Nessa ocasião, foi convocada a Assembléia Geral para a eleição de nova diretoria para o biênio 1989/1991.

No biênio compreendido entre maio de 1989 e maio de 1991, a Diretoria da ANPAP ficou composta por: Daisy V. M. Peccinini de Alvarado (Presidente), Mario Antonio Barata (Vice-Presidente), Silvio Zamboni (1º Secretário), Maria Heloisa C. Toledo Ferraz (2ª Secretária), Maria Cecília França Lourenço (1ª Tesoureira), e Diana Domingues (2ª Tesoureira). Foi realizado o III Encontro Nacional da ANPAP, em São Paulo, tendo sido editados os três volumes de Caderno da ANPAP, dois deles relativos aos I e II Encontros realizados em 1988 e 1989 e o terceiro volume, referente ao III Encontro.



No biênio 1991/1993, a Diretoria da ANPAP estava sediada no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, sob a presidência de Maria Amélia Bulhões, a vice-presidência de Romanita Pisonzi, a 1ª secretária de Lenora Rosenfield, a 2ª secretária de Evelyn Berg Yoshpe, a 1ª tesouraria de Diana Maria Gallicchio Domingues e a 2ª tesouraria de Blanca Luz Brites.

Nos dias 21 e 22 de agosto de 1993 foi realizado o V Encontro Nacional da ANPAP na Universidade de Caxias do Sul, em Canelas, RS. Este Encontro foi organizado em uma reunião e na da Assembléia Geral de eleição da nova diretoria. A reunião do V Encontro foi coordenada pela então presidente que abriu o debate sobre as expectativas em relação à ANPAP. O tema foi bem aceito e um assunto destacado foi o fato de a ANPAP ter, a princípio, atingido seus objetivos ao suprir a falta de um canal de representação dessa comunidade. Entretanto, a situação da arte estava crítica e advertiu-se da necessidade de organização política para a garantia das conquistas feitas, uma vez que a situação sócio-política do país era preocupante e o fomento a algumas áreas seria discriminado em favor do fomento de áreas prioritárias. Durante a Assembléia Geral, além da eleição da nova diretoria, houve também a discussão e revisão do Estatuto. (ANPAP, [199-]).

O livro de registro de atas da ANPAP ficou perdido desde o V Encontro, em agosto de 1993, e só foi reencontrado em outubro de 1997, não tendo sido registradas as atas das reuniões e assembléias gerais nesse período. Cabe ressaltar ainda, que não há registro em ata da realização do IV Encontro Nacional da ANPAP, provavelmente ocorrido entre os anos de 1990 a 1992.

No biênio 1993/1995 a sede da ANPAP estava em Brasília, no Instituto de Artes da Universidade de Brasília (IdA/UnB), sob a presidência de Silvio Zamboni, a vice presidência de Stella Maris de Figueiredo Bertinazzo, 1ª secretaria de Maria Beatriz de Medeiros, 2ª secretaria de Grace Maria Machado de Freitas, 1ª tesouraria de Suzete Venturelli e 2ª tesouraria de Douglas Marques de Sá. Foi quando se promoveu a realização do VI Encontro em São Paulo e a publicação dos Anais.

No Biênio 1995/1997 a diretoria da ANPAP estava constituída de Ana Mae Barbosa, na Presidência, Anna Barros na Vice-Presidência, Milton T. Sogabe como Primeiro- Secretário, MA. Gabriela Suzana Wilder, Segunda-Secretária, Maria Heloísa F. T. Ferraz, Primeira-

Tesoureira, Gilberto Prado como Segundo-Tesoureiro. Sua sede estava no Núcleo de Cultura e Extensão em Promoção da Arte na Educação (SESC-NACE-NUPAE) em São Paulo.

Em 1996, a ANPAP completou 10 anos de existência e foi realizado o Congresso Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - ANPAP 10 Anos, em São Paulo, no período de 22 a 26 de outubro de 1996.

[. . .] em comemoração aos dez anos da ANPAP, o Congresso teve, pela primeira vez, convidados do Exterior a convite de Ana Mae e de Anna Barros. Uma das atividades de destaque foi a realização da Exposição de Arte, no Paço das Artes, em São Paulo, com a curadoria de Daisy Peccinini e projeto e organização de Anna Barros. (BARROS, 2006)<sup>23</sup>.

Em 1997 sob essa mesma gestão, foi realizado o IX Encontro Nacional da ANPAP e publicados os Anais. Na ocasião, Ana Mae estava lecionando nos Estados Unidos e quem assumiu a organização do referido evento como presidente interina da ANPAP foi Anna Barros.

Na Assembléia Geral realizada durante o IX Encontro foi abordado o tema de a ANPAP não ter uma sede fixa e se sugeriu que seus documentos permanecessem em São Paulo pelo fato dela estar registrada nesta cidade. Tal sugestão teve apoio de outros associados tendo sido aprovada a idéia de criação de um Centro de Documentação da ANPAP sediado no núcleo de São Paulo englobando documentos da ANPAP e publicações de seus associados.

Com a eleição da nova diretoria para o biênio 1997/1999, presidida por Paulo Bruscky, a sede da ANPAP mudou-se para a Escolinha de Artes de Recife - PE. O não registro legal da ANPAP no foro de Recife deixou-a em má situação e esse foi um período de crise.

Quando a diretoria da Associação foi levada para Recife e os seus membros não a registraram no foro de Recife, ela ficou à deriva. Foi então, que Anna Barros organizou uma reunião do Conselho e de membros para defender a existência da ANPAP. Ficou decidido que sua sede voltaria para São Paulo. Na votação, Anna Barros foi eleita presidente, época em que era professora convidada da UnB. De Brasília controlava a organização, tendo a ajuda de Lilian Amaral, Gilberto Prado e Milton Sogabe, secretários e tesoureiro da Associação em São Paulo. (BARROS, 2006).

---

<sup>23</sup> Informação via e-mail..

Em 1999, portanto, a Diretoria da ANPAP foi recomposta ficando assim constituída: Anna Barros (Presidente), Maria Izabel Ribeiro (Vice-Presidente), Milton Sogabe (1º Secretário), Lílian Amaral (2ª Secretária), Gilberto Prado (1º Tesoureiro), Ana Cláudia de Oliveira (2ª Tesoureira). Nesse ano foi realizado o X Encontro Nacional da ANPAP - O Estado da Pesquisa em Arte, no período de 10 a 12 de Novembro de 1999, em São Paulo, com a publicação dos Anais e a eleição da nova diretoria.

O papel que Ana Barros exerceu foi decisivo para a continuação da Associação tendo em vista o fato dela ter resgatado a ANPAP de seu estado de abandono em Recife para trazê-la de volta aos seus cuidados em São Paulo. Este acontecimento comprova a dificuldade de se manter a gestão de uma Associação cuja sede pretende-se itinerante.

No Biênio 2000/2001 a Diretoria da ANPAP era composta por Ana Claudia M. A. de Oliveira (Presidente), Maria Izabel Ribeiro (Vice-Presidente), Lílian Amaral (1ª Secretária), Gabriela Wilder (2ª Secretária), Gilberto Prado (1º Tesoureiro), Miriam Celeste Martins (2ª Tesoureira) sediada na Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo. Esta diretoria realizou o XI Encontro Nacional da ANPAP, em novembro de 2001, bem como a Assembléia Geral de eleição na nova diretoria. Todas as comunicações do XI Encontro estão registradas em CD ROM, reconhecido como publicação científica - publicação eletrônica - para efeito das agências de fomento.

Dentro de uma proposta da ANPAP de descentralizar suas atividades, promovendo eventos regionais para integrar os seus associados aos demais núcleos de pesquisa no país, realizou-se de 14 a 16 de Setembro de 2000, na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (FAV/UFG), o I Encontro Centro-Oeste ANPAP - Discutindo a Produção Acadêmica e Artística do Centro-Oeste. Foram editados os Anais do referido Encontro Regional, que teve a coordenação geral de Maria Elizia Borges.

Para o biênio 2002/2003, a ANPAP retorna sua sede para Brasília, vinculada à Pós-Graduação em Artes, do Instituto de Artes da Universidade de Brasília, IdA/UnB. A Diretoria era composta por Maria Beatriz de Medeiros (Presidente), Tânia Regina Fraga (Vice-Presidente), Suzete Venturelli (1ª Secretária), Elisa de Souza Martinez (2ª Secretária), Lygia

Maurity Sabóia (1ª Tesoureira) e Thérèse Hofmann Gatti (2ª Tesoureira). Durante esta gestão, foram realizados e publicados os Anais do XII Encontro Nacional da ANPAP: O tempo na / da arte, e do III Encontro Internacional de Arte e Tecnologia: Mídias interativas, sua história, teoria, crítica e curadoria, em junho de 2003.

A Assembléia Geral realizada durante o XII Encontro da ANPAP designou grupo de trabalho para proceder análise e revisão do Estatuto, no que se refere ao processo de candidatura de novos associados, tendo sido criada e aprovada a figura do Associado Emérito. Na mesma ocasião foi aceita a proposta de dar continuidade ao mandato da atual diretoria por mais um ano. Portanto, não houve necessidade de uma nova eleição.

Em novembro 2004, ainda com a mesma composição da diretoria, foi realizado o XIII Encontro Nacional da ANPAP - A Arte em pesquisa: especificidades, quando foram também publicados seus Anais. Durante o Encontro, na 2ª Assembléia Geral, foi feita a eleição da próxima diretoria para o biênio 2005/2006, composta por: Dulcimira Capisani (presidente), Irene Tourinho (vice-presidente) Maria Beatriz de Medeiros (1ª secretária), Maria Elizia Borges (2ª secretária) Cleomar de Souza Rocha (1º tesoureiro) e Raimundo Martins (2º tesoureiro).

Com o falecimento da Drª Dulcimira, Irene Tourinho assume a presidência e a sede da ANPAP é transferida para Goiânia (ROCHA, 2006). Ainda em 2005, Irene Tourinho afasta-se da presidência para fazer Pós-Doutorado no Exterior e Cleomar de Souza Rocha (1º tesoureiro) assume interinamente a presidência, coordenando a realização do XIV Encontro Nacional da ANPAP, em outubro de 2005, na FAV/UFG.

Durante a Assembléia Geral realizada no XIV Encontro, foi colocada em votação a reorganização da atual Diretoria para vigência 2005/2006. Nessa nova composição, Cleomar Rocha assume a presidência e Maria Beatriz de Medeiros, a vice-presidência. Maria Elizia Borges, assume a 1ª secretaria, Irene Maria Fernandez da Silva Tourinho, a 2ª secretaria, José César S. Clímaco Teatini, a 1ª tesouraria e Raimundo Martins da Silva Filho, a 2ª tesouraria. Com essa reordenação da diretoria, o foro legal da ANPAP passa para Salvador, BA, ficando sua sede na Universidade de Salvador (UNIFACS). (ROCHA, 2006).

Esta nova diretoria realizou o XV Encontro Nacional da ANPAP – Arte: limites e contaminações, no período de 19 a 23 de setembro de 2006, no *Goethe Institut*, em Salvador BA. Na véspera do evento foi realizada uma reunião do Fórum de Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação em Artes Plásticas e ao final houve uma reunião do Conselho Deliberativo da ANPAP e a Assembléia Geral.

A Assembléia Geral teve como pauta a leitura e aprovação da ata da assembléia anterior; o envio de cartas da ANPAP às instituições de fomento e universidades com o intuito de mobilizar e fazer-se conhecer; o apoio da ANPAP à Prof<sup>a</sup> Dayse Peccinini, em razão do processo impetrado contra sua pesquisa pela filha do Brecheret; os pareceres dos comitês sobre a entrada de novos associados e a eleição da nova diretoria.

Foi demonstrado o interesse da UFBA em sediar a ANPAP oportunamente. Houve a candidatura de duas chapas: uma da UDESC, de Florianópolis, SC, e outra composta por distintas instituições e estados, mas com a sede inicial na Faculdade de Santa Marcelina (FASM), em São Paulo. O grupo da UDESC venceu a eleição, assumindo o mandato de gestão da ANPAP para o biênio 2007/2008.

As pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores em artes plásticas associados da ANPAP, que foram apresentadas nos Encontros Nacionais ao longo de sua história e publicadas em forma de artigos nos Anais estão descritas no Apêndice desta dissertação intitulado Anais ANPAP.

<b>Ano</b>	<b>Fato</b>	<b>Presidência</b>	<b>Instituição Sede</b>	<b>Realizações</b>
<b>1986</b>	Primeira Reunião - discussão da criação ANPAP no CNPq	Aracy do Amaral (provisória)	ECA/USP - São Paulo/SP	Primeira Assembléia Geral extraordinária de criação da Anpap
<b>1987/1989</b>	Primeira eleição da diretoria pela Assembléia Geral de Criação da ANPAP	Walter Zanini (eleito)	ECA/ USP - São Paulo/SP	I e II Encontros Nacionais da ANPAP e Assembléia Geral
<b>1989/1991</b>	Eleição de nova diretoria pela Assembléia Geral durante o II Encontro	Dayse V. M. Peccinini de Alvarado	ECA/USP - São Paulo/SP	III Encontro Nacional da ANPAP e publicação dos 1º, 2º e 3º Cadernos da ANPAP
<b>1992/1993</b>	Eleição de nova diretoria pela Assembléia Geral durante III Encontro Nacional	Maria Amélia Bulhões	UCS -Caxias do Sul/RS	V Encontro Nacional da ANPAP
<b>1993/1995</b>	Eleição de nova diretoria pela Assembléia Geral durante o V Encontro	Sílvia Zamboni	IdA/UnB - Brasília/DF	VI Encontro Nacional da ANPAP e publicação dos Anais
<b>1995/1997</b>	Eleição de nova diretoria Assembléia Geral durante o VI Encontro	Ana Mae Barbosa e Anna Barros	SESC/NACE /NUPAE - São Paulo/SP	Congresso Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - ANPAP 10 anos, o IX Encontro da ANPAP, a publicação dos Anais e maior intercâmbio internacional de pesquisadores.
<b>1997/1999</b>	Eleição de nova diretoria pela Assembléia Geral durante o IX Encontro	Paulo Bruscky	Escolinha de Artes de Recife / PE	ANPAP não é registrada no Fórum de Recife e entra em crise.
	Crise ANPAP	Ana Barros	SESC / São Paulo -SP	Resgate da ANPAP, X Encontro Nacional da ANPAP e publicação dos Anais
<b>2000/2001</b>	Eleição de nova diretoria pela Assembléia Geral durante o X Encontro	Ana Cláudia M. A. de Oliveira	Fundação Álvares Penteado - São Paulo/ SP	XI Encontro Nacional da ANPAP e publicação das Comunicações em CD-ROM
<b>2002/2003</b>	Eleição de nova diretoria pela Assembléia Geral durante o XI Encontro	Maria Beatriz de Medeiros	IdA/UnB - Brasília/DF	XII Encontro Nacional da ANPAP, publicação dos Anais
<b>2003/2004</b>	A Assembléia Geral durante o XII Encontro aceitou a continuidade do mandato de Maria Beatriz de Medeiros por mais um ano		IdA/UnB - Brasília/DF	XIII Encontro Nacional da ANPAP, publicação dos Anais, revisão do Estatuto e III Encontro Internacional de Arte e Tecnologia
<b>2005/2006</b>	Eleição de nova diretoria pela 2ª Assembléia Geral de 2004 durante o XIII Encontro	Dulcimira Capisani	São Paulo /SP	Dulcimira Capisani vem a falecer no começo do mandato, assumindo Irene Tourinho (vice-presidente)
	Falecimento de Dulcimira Capisani	Irene Tourinho	FAV/UFG - Goiânia/GO	Afastamento para Pós- Doutorado no Exterior
	Afastamento de Irene Tourinho para o Pós- Doutorado no exterior	Cleomar Rocha (interino)	UNIFACS - Salvador/BA	XIV Encontro Nacional da ANPAP e publicação dos Anais.
<b>2006</b>	Redefinição nova diretoria pela Assembléia Geral durante o XIV Encontro	Cleomar Rocha (eleito)	UNIFACS - Salvador/ BA	XV Encontro Nacional da ANPAP e publicação dos Anais
<b>2007/2008</b>	Eleição da nova diretoria pela Assembléia Geral durante o XV Encontro Nacional da ANPAP	Sandra Regina Ramalho e Oliveira	UDESC - Florianópolis /SC	Previsto o XVI Encontro Nacional da ANPAP e a publicação dos Anais

**Quadro 1 - Resumo Histórico da ANPAP**

## **4 POLÍTICA PÚBLICA E APOIO ÀS ARTES**

Para fins deste trabalho, no escopo da Biblioteca Virtual de Política Científica e Tecnológica, “Política Pública” - equivale, em Português, a expressão inglesa *policy* - e é um conjunto de ações ou normas de iniciativa governamental, visando determinados objetivos. Nesta perspectiva, política pública tem sempre caráter estatal, ainda que sua execução através de programas, projetos e atividades possa envolver agentes privados. (CNPq, 2006b).

As políticas públicas nascem da sociedade, geram-se no âmbito do Estado e envolvem setores estatais e societários. É uma tentativa governamental de modificar o meio ou contexto (social, cultural, político, econômico e ambiental) em que se movem atores sociais dirigidos por uma lógica corporativa. (NASCIMENTO, 2005).

### **4.1 POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL**

A Política Pública da área Cultural deve assim articular com os diversos atores relacionados ao tema nas mais diferentes esferas de atuação, buscando para tanto acionar e direcionar mecanismos e instrumentos de apoio disponíveis na consecução dessa política.

O desafio de formular e implementar políticas públicas para um setor tão diverso como é o cultural, com inúmeras linguagens a serem contempladas tais como: teatro, música, dança, cinema, comunicação de massa, artes plásticas, fotografia, escultura, artesanato, livros, patrimônio cultural (material e imaterial), circo, museus, etc, cada um com sua complexidade e especificidade, é no quadro governamental tarefa do Ministério da Cultura (MinC) em articulação e parceria com os atores (público e privado) envolvidos neste segmento.

Com todas as dificuldades advindas da falta de priorização da cultura, o atual governo tem assumido que é indispensável para o fortalecimento do setor cultural brasileiro a ação pública do Estado neste campo feita com base em políticas públicas coerentes e consistentes, formuladas e implementadas de modo democrático. (BRASIL, 2006d).

Uma política para ser suficientemente abrangente deve considerar as dimensões transversais às diversas linguagens artísticas e culturais: políticas de capacitação profissional, criação, produção, circulação e financiamento da cultura. Os diferentes públicos e segmentos culturais devem ser enfocados: povos indígenas e afro-descendentes, jovens, portadores de necessidades especiais, comunidades marginalizadas das grandes cidades e demais comunidades. (BRASIL, 2006d).

È fundamental a existência de diretrizes políticas coerentes e consistentes ao conjunto de instrumentos institucionais pelos quais se dá a ação pública do Estado – tais como programas, projetos, editais, leis, decretos e portarias, dentre outros, e que são as formas concretas de implementação das políticas públicas.

Neste cenário, o Estado brasileiro tem uma missão de protagonista na articulação e fortalecimento da produção do setor cultural.

A percepção de que a cultura é a mola propulsora e o amálgama do desenvolvimento sustentável é um fator de vantagem competitiva em vários países... Nossa diversidade cultural, a criatividade do brasileiro, a vontade de compartilhar o que é nosso, o respeito (muito além da tolerância) pelo que é diferente, são traços distintivos nossos, reconhecidos e valorizados internacionalmente. Para que todo esse potencial se transforme em dados econômicos invejáveis, em um futuro não muito distante, é preciso começar a trabalhar agora! (REIS, 2005, p.1).

A Cultura está sendo compreendida e defendida na sua acepção mais ampla e multifacetada como: fator de consolidação de identidade; fator de divulgação da imagem, regional e internacionalmente; fator de aglutinação de comunidades e grupo; fator de promoção da diversidade; fator propulsor da economia da criatividade e inovação; fator de atração de mão de obra qualificada; fator gerador de renda, emprego, impostos, estrutura e riqueza, e fator de regeneração de uma região. (REIS, 2005).

O Programa Brasil Três Tempos, do governo Lula faz prospecções para o desenvolvimento do país nos marcos temporais de 2015 e 2022, e contempla a dimensão sócio-cultural analisando as probabilidades de evolução de seu estado atual. O documento do referido Programa faz considerações importantes sobre a dimensão cultural e ressalva:



Apesar da importância crescente da cultura, a dimensão sócio-cultural é interdependente das demais dimensões. Ou seja, as tendências dinâmicas e probabilidades da dimensão sócio-cultural não podem ser isoladas das demais, pois a cultura deve ser vista em uma perspectiva de transversalidade.

O contexto internacional age diretamente sobre a dimensão sócio-cultural brasileira, em um processo complexo e contínuo. O desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, a acelerada revolução sócio-tecnológica, a globalização cultural e os acordos em relação às trocas de bens e serviços culturais, bem como de direitos autorais e de propriedade intelectual, interferem sobre a cultura do país.

O contexto nacional não é menos complexo e também interfere significativamente na dimensão sócio-cultural. O descompasso entre a democracia política e o desenvolvimento social, as gritantes desigualdades sociais, educacionais e regionais, a exclusão - inclusive cultural - e a ausência de oportunidades são apenas alguns dos fatores que precisam ser destacados em uma análise que se pretenda completa. (BRASIL, 2004, p.1).

Considerações culturais devem ser incorporadas em todos os aspectos do desenvolvimento se quisermos que este seja sustentável e efetivo.

James Wolfensohn, Presidente do Banco Mundial defendia que a cultura é um recurso subestimado nos países em desenvolvimento. Pode gerar renda, através do turismo e outras empresas culturais. Além disso, o apoio a atividade tem um profundo efeito no bem estar, na organização social e no funcionamento da sociedade. (REIS, 2005).

Existe uma carência de análises do setor cultural em sua dimensão econômica e uma precariedade de informações estatísticas sobre a produção e o consumo de bens culturais no Brasil. Um grupo de trabalho interdisciplinar de cultura da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Cultura, apresenta uma reflexão inicial sobre a concepção de um sistema de informações e indicadores culturais que atenda às lacunas e demandas assimiladas pela sociedade. (LINS, 2006).

O Estado tem um papel vital no fortalecimento da economia da cultura, seja no levantamento do potencial, seja no planejamento das ações, na articulação dos agentes econômicos e criativos, na mobilização da energia social disponível no fomento direto, na regulação das relações entre agentes econômicos, na mediação dos interesses dos agentes econômicos e dos interesses da sociedade, assim como na fiscalização das atividades. É um papel múltiplo, que exige vontade política, qualificação institucional e recursos. (LINS, 2006)

O Ministério da Cultura tem insistido na abordagem das conexões entre cultura e desenvolvimento e na necessidade de ampliar seu papel, somando às políticas tipicamente compensatórias aquelas capazes de diagnosticar e estimular o mercado,

ou seja as empresas e os empreendedores brasileiros que atuam no setor cultural. Trata-se de uma abordagem mais abrangente e integrada. (GIL, 2005).

A Política Pública Cultural deve estar articulada com as mais diferentes esferas de atuação buscando para tanto acionar e direcionar mecanismos e instrumentos de apoio disponíveis na consecução dessa política.

Hoje, instituições federais de fomento à ciência e tecnologia, como o CNPq e a Capes, que despendem recursos de seus orçamentos fomentando o desenvolvimento das mais diversas áreas do conhecimento, apóiam a formação de recursos humanos e a pesquisa em Artes com rubricas orçamentárias e programas específicos próprios.

Neste sentido faz-se necessário à articulação entre as políticas públicas Cultural, de C&T e da Pós-Graduação para que programas como o Programa Básico de Artes do CNPq que tem por objetivo o fomento à formação de recursos humanos e a pesquisa em Artes possa também, direcionar seus investimentos considerando as diretrizes na consecução da Política Pública Cultural.

#### 4.2 O PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO EM ARTES NO EXTERIOR (APARTES): UMA EXPERIÊNCIA DA CAPES

A Capes foi criada como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". (CAPES, 2006).

Atualmente denominada, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todo país. Suas atividades estão agrupadas em quatro grandes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção

científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional. (CAPES, 2006).

Em 1996, foi implementado pela Capes o Programa de Aperfeiçoamento em Artes no Exterior (ApArtes), destinado a jovens artistas brasileiros residentes no país ou estrangeiros com visto de permanência no Brasil, com idade entre 18 a 30 anos. O Programa buscava interessados em investir na carreira profissional, freqüentando cursos específicos nas áreas de Música, Dança, Artes Cênicas, Cinema, Vídeo e Artes Plásticas, em instituições estrangeiras altamente qualificadas ou aperfeiçoando-se tecnicamente com profissionais reconhecidos. (CAPES, 2002).

A inscrição ao Programa requereu uma série de documentação incluindo, além de formulários devidamente preenchidos e portfólio (segundo orientações Capes), o comprovante de proficiência do idioma do país de destino, e também, na implementação das bolsas eram requeridos outros documentos, entre eles, a carta de aceitação definitiva da instituição no exterior, especificando claramente o nível e data de início do curso ou estágio para o qual o bolsista foi aceito. (CAPES, 2002).

O processo de seleção compreendia a análise e conferência documental feita pela equipe da Capes e a análise de mérito da qualificação do candidato, considerando: mérito e talento evidenciados; ser iniciante na carreira; expectativa de sua futura contribuição artística no Brasil; nível de excelência da instituição de destino; nível de excelência do orientador; e qualidade e relevância do plano de atividades a ser desenvolvido no exterior, e uma entrevista onde o não comparecimento eliminava a candidatura. (CAPES, 2002)

O ApArtes envolveu membros da Direção Superior e técnicos da Capes bem como figuras destacadas das comunidades científica e artística brasileira no seu processo de seleção de candidatos e análise de documentos. (CAPES, 2001).

As bolsas tinham a duração mínima de 6 meses e máxima de 24 meses e oferecia os seguintes benefícios: mensalidade (valor mensal de referência US\$ 1.100); auxílio instalação no valor de uma mensalidade de bolsa; passagens aéreas de ida e volta para o bolsista e até

um dependente; seguro saúde com reembolso máximo de US\$ 800 para bolsistas solteiros e US\$ 1.500 para casais com filhos; e taxas escolares pagas diretamente ao curso pela Capes mediante fatura original. (CAPES, 2001).

A primeira seleção foi resultado de negociações entre os Ministérios da Educação e da Cultura e ocorreu em novembro de 1995.

Em 1998, foi promovida pela Capes, amostra dos trabalhos de destaque selecionados dentre os bolsistas participantes do Programa visando a divulgação dos resultados dos dois primeiros anos de apoio a formação e aperfeiçoamento de jovens talentos brasileiros.

O Programa foi marcado por tensão entre os membros da comunidade e entre estes e a Capes. Houve reação entre os pesquisadores mais teóricos em contraposição àqueles pesquisadores da prática artística ou performance. Com a pós-graduação nas subáreas de música, teatro e dança em fase de expansão, aumentou a resistência por parte dos pesquisadores dessas mesmas áreas que se sentiam ameaçadas em perder candidatos, uma vez que os candidatos ao Programa ApArtes seriam potenciais candidatos à Pós-Graduação.

A partir de 1999, os aspectos operacionais do Programa não eram mais discutidos com a participação de representantes da área. A maior contestação da comunidade acadêmica dizia respeito “a uma eventual diminuição dos investimentos na área nos programas já estabelecidos, para suprir o ApArtes com recursos” (CAPES, 2001, p. 10). Isso significaria dizer que o ApArtes se desenvolveria em detrimento dos demais programas de formação e isso comprovaria a superposição de ações, inicialmente tão negada.

Tendo em vista as resistências, ainda em 1999, o Programa ficou mais formalizado dentro da Capes, deram-lhe um formato que permitisse maior integração e aproximação com a representação de área e, através desta, com a própria comunidade de Artes. Houve a padronização das exigências para os candidatos aos benefícios do programa. Fez-se um refinamento na definição do perfil do candidato em termos de: faixa etária, áreas temáticas, vinculações profissionais, formação, comprometimento com o retorno. Houve um

ajustamento, uma descaracterização do Programa, de modo a adequá-lo ao perfil da ação tradicional de formação da Capes. (CAPES, 2001).

Após cinco anos de funcionamento, fez-se necessária uma avaliação que permitisse a Agência decidir sobre a continuidade deste programa, bem como, caso se configurasse uma posição favorável, as formas de como o programa deveria ser conduzido, principalmente resgatando os princípios que motivaram sua criação.

As tabelas 5 e 6 fornecem a evolução do programa, no período de 1996-2000, em termos de demanda/concessão global, além das concessões no mesmo período segundo as subáreas contempladas.

É possível observar na tabela 5 considerável aumento da demanda com a redução das concessões a partir de 1999.

**Tabela 5 - Programa Apartes - Demanda e Concessão por ano (1996 à 2000).**

	<b>Ano da Bolsa</b>				
<b>Distribuição</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>Demanda</b>	188	186	183	201	228
<b>Concessão</b>	50	49	53	30	30

Fonte: Capes, 2001.

Observa-se ainda na tabela 6 um número maior de concessões às subáreas de Música e Artes Plásticas, esta última por abrigar um elenco variado de temas elegíveis.

**Tabela 6** - Programa Apartes - Número de Bolsistas por Subárea

<b>Área</b>	<b>Ano da Bolsa</b>				
	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Teatro	7	3	5	2	4
Cinema	3	4	3	5	6
Música	28	26	25	15	11
Artes Plásticas	6	12	16	5	7
Dança	6	4	4	3	2
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>49</b>	<b>53</b>	<b>30</b>	<b>30</b>

Fonte: Capes, 2001.

Nos anos de 2001 e 2002, como pode ser observado na tabela 7, houve ainda uma demanda crescente com o número reduzido de concessões em relação aos anos anteriores. No ano de 2002 foi atendida a demanda de quatro bolsas, em parceria com a Fullbright.

**Tabela 7** - Programa ApArtes - Demanda e Concessão por Ano (2001 e 2002) – Música

<b>Distribuição</b>	<b>Ano da Bolsa</b>		
	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2002*</b>
<b>Demanda</b>	176	207	4
<b>Concessão</b>	24	20	4

Fonte: Capes, 2001.

\* Parceria com a Fullbright

Os resultados da avaliação do Programa feita pela Capes, em agosto de 2001, expressos no “Relatório ApArtes: o Programa após 05 anos”, evidenciam o caráter não tradicional de fomento do Programa, pois este visava proporcionar treinamento em performance artística em tópicos inexistentes no país, apoiando segmento específico de jovens talentos sem vocação acadêmica que não poderiam prescindir de conhecimentos sistematizados para consolidar sua formação.

Constatou-se desvios de gestão do Programa que deveriam-se à falta de prática da agência em lidar com grupos fora da sua linha tradicional de atendimento, restringindo-se aos mesmos canais acadêmicos em prática há décadas.

Sobre a pertinência do ApArtes à atuação da Capes, o relatório de avaliação diz que em princípio, o passado e a tradição dos programas no exterior da Capes sinalizam contrariamente a um programa do escopo do ApArtes, no entanto, na medida em que o sistema de Pós-Graduação no país se consolida a atuação das agências em nichos específicos seria uma possibilidade futura para programas no exterior. Assim, o ApArtes pode configurar-se como uma experiência a ser posteriormente disseminada em outras áreas ou temas muito específicos e particulares principalmente em nível de especialização não acadêmica. (Capes, 2001).

Quanto à continuidade do Programa, o relatório demonstrou ser evidente o pouco incentivo oferecido no país a jovens talentos artísticos. Também não é menos evidente o fato de que a indústria cultural desempenha atualmente, um importante papel no contexto econômico além dos aspectos lúdicos relacionados com esta atividade. Portanto, não pareceu fora de propósito a continuidade do ApArtes, passando do caráter experimental para um patamar mais estruturado e institucionalizado. Como as discussões em torno do Programa sempre remeteram a um resgate dos princípios que motivaram sua criação, não parece descabido desenvolver esforços, tanto no setor público quanto no privado, visando buscar parcerias que possibilitem, não só aporte de recursos adicionais, mas também uma maior divulgação e disseminação do seu conteúdo e propostas. (CAPES, 2001).

Mesmo com o posicionamento da avaliação relativamente favorável à continuidade do Programa ApArtes, com o resgate de seus princípios e a busca por recursos adicionais com uma maior disseminação de suas propostas, este deixa de funcionar a partir de 2002.

### 4.3 EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES RECONHECIDOS PELA CAPES

Os programas de pós-graduação podem incluir cursos de Mestrado e/ou Doutorado e só são reconhecidos pela CAPES os que obtêm nota igual ou superior a 3, atendendo os requisitos básicos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE).

No que tange os programas de pós-graduação em Artes, houve um considerável aumento nos números desses desde a criação da área no CNPq. De um único curso de pós-graduação em Artes da ECA/USP, na década de 80, a área saltou para 11 programas de pós-graduação no ano de 1996. Este aumento pode ser observado na tabela abaixo, que apresenta a evolução do programas de pós-graduação na área de Artes, de 1996 a 2005, na qual pode-se também perceber uma redução na tendência de aumento no ano de 2005.

**Tabela 8** - Evolução dos Programas de PG (1996 -2005) na Área: Artes

Área	Total	M	D	M/D
<b>1996</b>	11	9	0	2
<b>1997</b>	13	10	0	3
<b>1998</b>	14	6	0	8
<b>1999</b>	15	7	0	8
<b>2000</b>	17	9	0	8
<b>2001</b>	18	9	0	9
<b>2002</b>	20	11	0	9
<b>2003</b>	22	13	0	9
<b>2004</b>	24	15	0	9
<b>2005</b>	17	10	0	7

Fonte: CAPES, 2007.

No entanto, a redução verificada na Tabela 8 no ano de 2005 não perdura, pois os programas apresentam novamente crescimento nos anos seguintes. Isso pode ser confirmado ao se verificar a tabela 8, apresentada abaixo, que expressa a situação dos programas e cursos de pós-graduação em artes no ano de 2007.



**Tabela 9** – Mestrados e Doutorados Reconhecidos na Grande Área: Lingüística, Letras e Artes.

Área (Área de Avaliação)	Programas e Cursos de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
Artes (Artes / Música)	35	21	0	0	14	49	35	14	0
Letras (Letras / Lingüística)	79	35	0	1	43	122	78	43	1
Lingüística (Letras / Lingüística)	22	9	0	0	13	35	22	13	0
<b>Total de Lingüística, Letras e Artes</b>	<b>136</b>	<b>65</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>70</b>	<b>206</b>	<b>135</b>	<b>70</b>	<b>1</b>

Fonte: CAPES. Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos. Disponível em:

[http://servicos.capes.gov.br/projetorelacao cursos/jsp/areaDet.jsp?cd\\_garea=80000002&grandeArea=LINGÜÍSTICA.%20LETRAS%20E%20ARTES](http://servicos.capes.gov.br/projetorelacao cursos/jsp/areaDet.jsp?cd_garea=80000002&grandeArea=LINGÜÍSTICA.%20LETRAS%20E%20ARTES). Acesso em: 18 fev. 2007.

Cursos: M - Mestrado Acadêmico, D - Doutorado, F - Mestrado Profissional. Programas: M/D - Mestrado Acadêmico / Doutorado,

Observando a Tabela 9 (acima) - Mestrados e Doutorados Reconhecidos na Grande Área Lingüística, Letras e Artes - especificamente, no tocante às artes/música, pode-se perceber o aumento no número de cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em artes reconhecidos pela Capes. A área conta hoje com 35 programas de pós-graduação. Dentro desses programas existem 49 cursos, sendo 35 Mestrados e 14 Doutorados.

A Tabela apresentada no Anexo A (Mestrado e Doutorados Reconhecidos – Programas Grande Área: Lingüística, Letras e Artes - Área: Artes), detalha a Tabela 9 apresentada acima no que se refere à área de Artes. Essa tabela detalhada mostra a distribuição dos 35 (trinta e cinco) programas de pós-graduação nas subáreas das Artes. São 8 (oito) programas de pós-graduação em Artes, 13 (treze) em Música, 3 (três) em Artes Cênicas, 6 (seis) em Artes Visuais, 2 (dois) em Teatro, 1 (um) em Ciências da Arte, 1 (um) em Cultura Visual e 1 (um) em Dança.

Desses programas, dois têm conceito 6 (seis) junto à Capes: um em música, da UFRGS e outro em artes cênicas, da UFBA. Oito programas têm conceito 5 (cinco), três são da subárea de artes visuais das universidades: USP, UFRJ, UFRGS; três são da subárea música da UFBA, da UNICAMP e da UNIRIO; um é da subárea de teatro da UNIRIO e um da subárea de artes cênicas da USP. Oito têm o conceito 4 (quatro), sendo um o curso de mestrado em dança da UFBA, três em são da subárea música, sendo um da Universidade Federal de Goiás (UFG), um da UFRJ e outro da USP; e quatro são da subárea artes, sendo

um da UnB, um da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um da USP, um da UNICAMP. Dezesete programas têm conceito 3 (três).

Observa-se nesta mesma Tabela (Anexo A - Mestrado e Doutorados Reconhecidos – Programas Grande Área: Lingüística, Letras e Artes - Área: Artes), a concentração da maioria dos programas nas regiões Sul e Sudeste. Dos trinta e cinco programas reconhecidos pela CAPES, apenas seis encontram-se na região Nordeste.

#### 4.4 EVOLUÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA EM ARTES NO PAÍS

O Diretório dos Grupos de Pesquisa é um projeto do CNPq desde 1992 e constitui uma base de dados com informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no país, quais sejam: recursos humanos, linhas de pesquisa e especialidades de conhecimento. Os grupos de pesquisa inventariados estão em universidades, instituições de ensino superior, institutos de pesquisa científica e tecnológica e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento. (CNPq, 2007b).

Os censos são uma fotografia tirada bianualmente que retrata o estado da pesquisa no Brasil. O grupo de pesquisa é a unidade de análise da base de dados do Diretório, se organiza em torno de uma liderança e é abrigado por uma instituição. (CNPq, 2007b).

Como pode se verificar na tabela: Evolução dos Grupos de Pesquisa -, organizada segundo os censos realizados no período de 1993 a 2004 e apresentada abaixo, houve um aumento bastante considerável do número de grupos de pesquisadores em Artes durante este período. De 56 (cinquenta e seis) grupos de pesquisa registrados no ano de 1993, este número saltou para 253 (duzentos e cinquenta e três) grupos registrados em 2004, um aumento de quase 300%.

**Tabela 10** - Evolução dos Grupos de Pesquisa em Artes (Censos 1993-2004)

Anos	Grupos	% <sup>1</sup>
<b>1993</b>	56	0,9
<b>1995</b>	73	1
<b>1997</b>	104	1,2
<b>2000</b>	108	0,9
<b>2002</b>	144	0,9
<b>2004</b>	253	1,3

(<sup>1</sup>) Percentual dos grupos de pesquisa em artes em relação ao total dos grupos de pesquisa nas demais áreas.

Fonte: CNPq, 2007a.

Apesar deste surpreendente aumento dos grupos de pesquisadores registrado pelo Censo, a Tabela mostra que o percentual do total dos grupos de pesquisadores em Artes permaneceu em torno de 1% em relação ao total de grupos de pesquisadores de todas as áreas contempladas no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Isso se deu justamente pelo correspondente aumento do número de grupos de pesquisadores de outras áreas, o que fez com que essa percentagem permanecesse na média de um por cento.

No censo dos grupos de pesquisa realizado pelo CNPq em 2004 conforme Tabela 11 (abaixo), a área de Artes tem 1.063 pesquisadores distribuídos em 253 grupos, desenvolvendo projetos em 554 linhas de pesquisa espalhados por todo o Brasil, com maior concentração nas regiões Sudeste e Sul.

**Tabela 11** - Número de grupos, pesquisadores, estudantes, técnicos, linhas de pesquisa e relações segundo área de conhecimento Artes Censo 2004.

Área de conhecimento/	Grupos	Linhas de Pesquisa	Pesquisadores	Estudantes	Técnicos				
Região geográfica	G	L	P	E	T	L/G	P/G	E/G	P/L
Centro-Oeste	26	62	114	112	8	2,4	4,4	4,3	1,8
Nordeste	32	71	143	135	11	2,2	4,5	4,2	2
Norte	5	17	23	21	0	3,4	4,6	4,2	1,4
Sudeste	133	286	509	423	66	2,2	3,8	3,2	1,8
Sul	57	118	274	260	19	2,1	4,8	4,6	2,3
<b>TOTAIS</b>	<b>253</b>	<b>554</b>	<b>1.063</b>	<b>951</b>	<b>104</b>	<b>2,2</b>	<b>4,2</b>	<b>3,8</b>	<b>1,9</b>

\* Em geral há dupla contagem no número de pesquisadores, estudantes e técnicos, tendo em vista que o indivíduo que participa de mais de um grupo de pesquisa foi computado mais de uma vez.

Fonte: CNPq, 2007a.

Ainda não foi disponibilizado no sítio oficial do CNPq o resultado do censo dos grupos de pesquisa com previsão de realização no ano de 2006, não tendo sido possível estender a análise aos dias atuais.

## **5 O FOMENTO À PESQUISA E A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO CNPq**

No âmbito do conjunto de instituições que compõem o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, o CNPq é uma fundação vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, e tem como missão promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do país e contribuir na formulação das políticas nacionais de C&T.

A origem de sua criação pela Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951<sup>24</sup>, esteve diretamente ligada ao apoio à pesquisa científica brasileira, por isso o antigo nome – Conselho Nacional de Pesquisa. O CNPq é consequência dos esforços da comunidade científica em função dos avanços da importância da ciência no mundo. Na realidade culmina uma série de iniciativas de integração dos cientistas, militares e da sociedade civil. É uma criação dos cientistas e militares em parceria com o Estado para financiar a pesquisa e formar recursos humanos qualificados.

A principal linha de trabalho do CNPq é o fomento dirigido à formação de recursos humanos e à pesquisa feita por meio da concessão de bolsas no país individuais e por quota e no exterior, e de auxílios financeiros – custeio e capital.

O termo fomento vem do latim *fomenta, orum*, ato ou efeito de fomentar, fomentação. Segundo o “Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa”, fomentar significa promover o desenvolvimento, o progresso; estimular; facilitar.

As primeiras ações de fomento à pesquisa eram efetivadas pela Divisão Técnico-Científica onde as propostas eram analisadas e submetidas a deliberação do Conselho Deliberativo. (WANDENKOLCK,1989).

Em 1974 o Conselho Nacional de Pesquisa é transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico mantendo-se a sigla CNPq. Essa iniciativa, ao mesmo tempo em que confere autonomia administrativa e financeira, impõe uma redefinição

---

<sup>24</sup> Lei nº 1.310 - de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências

da atuação do Conselho, tornando-o responsável também pela coordenação nacional da política de desenvolvimento científico e tecnológico. (BRASIL, 2006c).

Tal reestruturação insere-se em um quadro geral de diretrizes voltadas para o fomento e organização das atividades de produção científica e tecnológica, que se baseiam em preocupações anteriormente explicitadas no PED para o período 1968-1970. As medidas conduzem (CNPq, 2001a) a uma significativa mobilização de recursos oriundos de vários instrumentos financeiros do governo federal e de dotações concedidas por fundações estrangeiras, e ensejam a preparação de uma estrutura institucional adequada, da qual faz parte o CNPq.<sup>25</sup> (CNPq, 2001a, p.174 apud SCHWARTZMAN).

A partir de 1974, a Superintendência de Desenvolvimento Científico – SDC assumiu as atribuições da antiga Divisão Técnico-Científica. Nessa ocasião, os Comitês Assessores, estruturados por área do conhecimento, exerceram a função de orientação das ações do fomento, vinculadas à demanda espontânea. Transformada em Superintendência de Bolsas e Auxílios à Pesquisa – SBA, a partir de 1985, na gestão de Crodowaldo Pavan foi transformada em Diretoria Executiva pela Resolução Normativa 008/86, de 05/06/86. Composta por quatro Diretorias - Ciência da Vida – DCV, Ciências Exatas, da Terra e Engenharias – DET, Ciências Humanas e Sociais - DHS e Diretoria de Planejamento e Gestão, a Diretoria Executiva permanecendo até 1991, quando novamente se alterou a estrutura organizacional do CNPq. Foi então criada a Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – DCT, (responsável pelo fomento da demanda espontânea – balcão – absorvendo todas as áreas do conhecimento) que juntamente com a Diretoria de Programas Especiais - DPE, a Diretoria das Unidades de Pesquisas – DUP e a Diretoria Administrativa – DAD existiram até bem recente. No atual processo de reorganização, elas passaram a integrar uma única diretoria, a Diretoria Colegiada. (WANDENKOLCK, 1998).

Em 1985, é criado o MCT e o CNPq se desvincula da Seplan e passa a ser subordinado ao MCT. Ganha um novo Estatuto formulado com o apoio da comunidade científica e

---

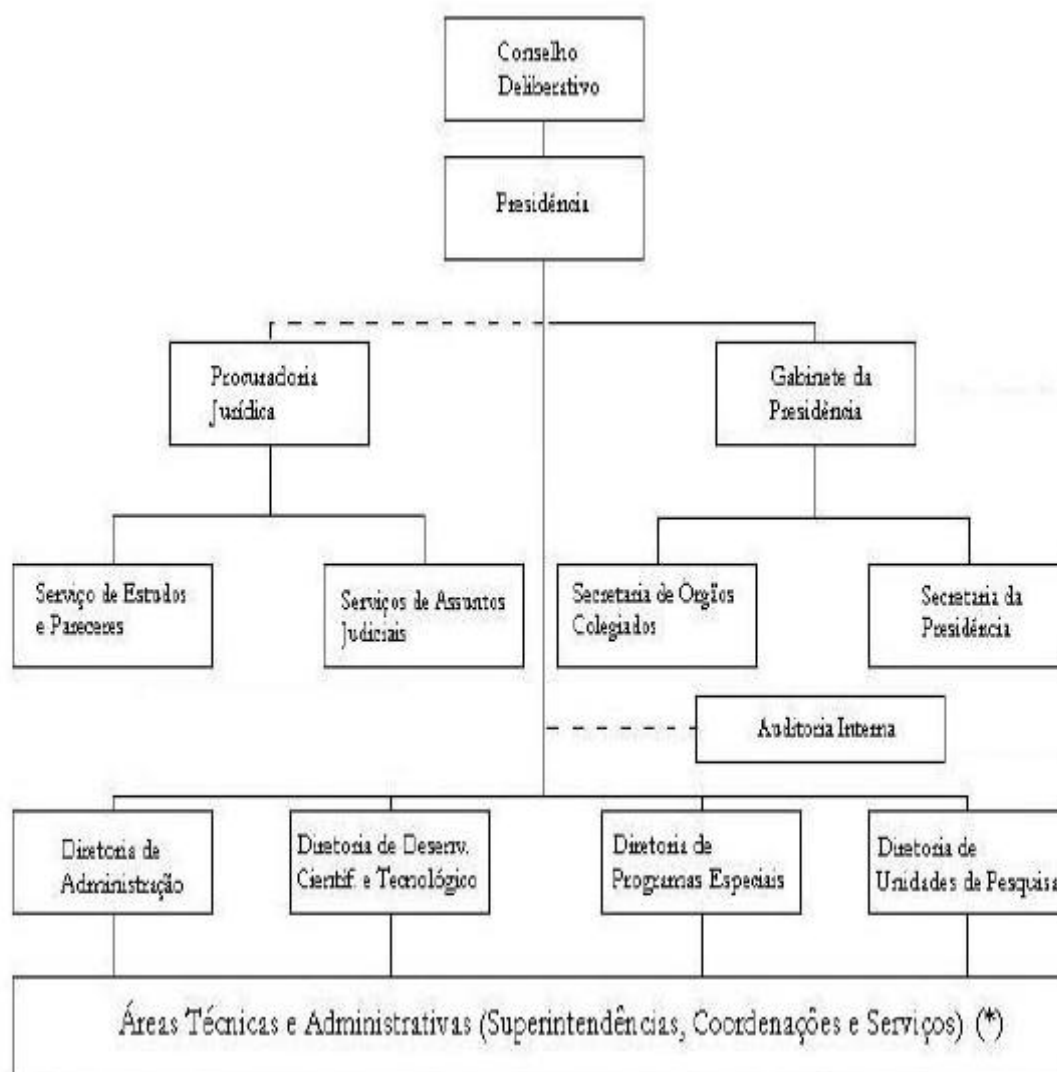
<sup>25</sup> SCHWARTZMAN, Simon. **História da Ciência Social**. São Paulo: UCITEC, 1997. Apud CNPq. **Cinqüentenário do CNPq**: notícias sobre a pesquisa no Brasil. Brasília, DF: CNPq, 2001.

ressurge a figura do Conselho Deliberativo com a inclusão de membros indicados pela SBPC e ABC e o órgão perde algumas das suas funções originalmente atribuídas. (CNPq, 2001a).

No decorrer de sua história, entre as extinções e recriações do MCT, vinculações a um ou outro órgão (Seplan, MCT, MDIC, SCT), o papel e desempenho do CNPq no fomento do desenvolvimento científico e tecnológico do país, sofrem contínuas modificações influenciadas pelos diferentes contextos político, econômico e social e pela linha de pensamento dos diversos gestores (cientistas e políticos) que assumiram a pasta.

Entretanto, desde sua criação, esta instituição se consolidou como uma das mais fortes estruturas públicas de apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) dos países em desenvolvimento com o apoio direto à formação de mestres, doutores, especialistas e pesquisadores e o fomento à pesquisa nacional nas diversas áreas de conhecimento.

Durante o período compreendido entre 1995 e 2001, a Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DCT) era a instância organizada em unidades por áreas do conhecimento, afins e correlatas, de modo a viabilizar a gestão e o acompanhamento do fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos nos Programas Básicos de Ciência e Tecnologia: a principal atividade do CNPq. A área de Artes, era gerida nesse âmbito como um Programa Básico da Coordenação de Ciências Humanas e Sociais.



(\*) Devido à grande extensão do organograma e à impossibilidade de usar sua imagem original, estas áreas não foram citadas com detalhes.

#### Organograma 1 – Comissão CNPq

Fonte: CNPq, 1995 Apud Zoratto, 2005, p. 86<sup>26</sup>.

Atualmente o PPA organiza a ação de fomento do CNPq no âmbito do Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa que tem por objetivo ampliar a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade, mediante a formação e qualificação de pesquisadores. É um programa totalmente executado pelo CNPq por meio das seguintes ações Concessão de Bolsas de Iniciação Científica, Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação, Concessão de Bolsas de Estímulo à Pesquisa. (CNPq, 2005c).

<sup>26</sup> CNPq. RN 008/95. Brasília, DF: CNPq, 1995.



O fomento à formação e qualificação de pesquisadores tem por objetivo formação de pesquisadores altamente qualificados e é feito por meio da concessão de Bolsas no País individuais e por quota e no Exterior, visando gerar uma capacitação científica e tecnológica nacional.

O fomento à Pesquisa visa contribuir para o aumento da produtividade científica e tecnológica das universidades, institutos de pesquisa e empresas, na geração de conhecimentos e na organização de grupos de pesquisa e desenvolvimento. São concedidas bolsas de estímulo à pesquisa científica e tecnológica.

Os Auxílios à Pesquisa são oferecidos aos Projetos Individuais e Integrados de Pesquisa e a Pesquisadores individualmente. Os Auxílios Individuais à Pesquisa incluem o Apoio à Realização de Eventos, à participação em eventos científicos e tecnológicos, a pesquisadores visitantes e a editoração e publicação de periódicos científicos e constituem o chamado Fluxo Contínuo.

Esta atividade de fomento é a mais tradicional forma de atuação do CNPq e absorve a maior parcela dos recursos. Realiza-se por meio dos Programas Básicos por Áreas e Grandes Áreas do Conhecimento e objetiva o avanço do conhecimento científico e tecnológico de caráter permanente. Têm seu *locus* nas coordenações técnico-científicas, operacionais e de suporte ao fomento, sendo executadas com a contribuição dos Comitês Assessores, bem como de outras instâncias de assessoria e de consultoria orientadoras das ações de fomento. (CNPq, 2000b).

Os Programas Básicos por Área do Conhecimento perfazem 76 programas que cobrem todas as áreas do conhecimento apoiadas pelo CNPq. As atividades desses Programas consistem na análise dos projetos de pesquisa e das solicitações de bolsas de formação; na preparação dos projetos e das bolsas para viabilizar o julgamento do mérito pelos Comitês Assessores e na análise de relatórios e de prestações de contas. (CNPq, 2000b).

## 5.1 AÇÕES DE DESTAQUE DA GESTÃO DO FOMENTO NO CNPQ

Na busca de um acompanhamento das atividades de gestão do fomento visando identificar as modificações que promoveram o seu aperfeiçoamento e evolução e o impacto dessas no Programa Básico de Artes, descreve-se abaixo as ações gerenciais do fomento que se destacaram no período de 1995 a 2005:

- a) aumento percentual nos recursos empenhados pela a inclusão da função ciência e tecnologia entre aquelas não contingenciáveis, de acordo com o artigo n° 67,§ 1°, inciso II, letra a, da Lei N° 10.524 de 25/07/2002 e o crescimento de recursos dos diversos Fundos Setoriais<sup>27</sup>. (CNPq, 2003e);
- b) avaliação do Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa: compreendeu a configuração do quadro atual de bolsistas incluindo a relação de pesquisadores, organizada por categoria, instituição, área de conhecimento e região entre outros dados da produção em pesquisa. A avaliação compreendeu ainda a análise do processo de seleção e de renovação, a evolução do programa: gênese, histórico, evolução do quadro de bolsistas, visão crítica do programa atual, relação do programa com as outras ações de fomento do CNPq, com a evolução das áreas de conhecimento e com políticas de Estado e perspectivas e propostas para o Programa;
- c) avaliação dos Programas de Mestrado e Doutorado: houve uma reorientação pautada nas diretrizes do Conselho Deliberativo (CD) de centrar as concessões de bolsas nos orientadores, vinculados a grupos de pesquisa atuantes, sobretudo, os que têm projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq, priorizando as bolsas de Doutorado no total do orçamento para bolsas;
- d) formulação do Plano Plurianual, relativo à C&T para o quadriênio 2000-2003 com a participação do corpo técnico-científico e de dirigentes do CNPq;
- e) informatização do processo de fomento representando uma democratização do acesso à informação. Iniciou-se com a utilização do site do CNPq como fonte de informações e serviços. Os pesquisadores e bolsistas puderam acessar os avisos de crédito, alterar endereços e dados bancários além de implementar, suspender e

---

<sup>27</sup> Os Fundos Setoriais foram criados em 1999 com recursos provenientes de empresas públicas e/ou privadas, visando garantir investimentos sólidos e permanentes na pesquisa científica e tecnológica do Brasil, com a aprovação pelo Congresso Nacional, do primeiro Fundo (o CT PETRO). Representa novas fontes de investimento em C&T. (CNPq, 2006c).

cancelar benefícios, dentre outras possibilidades. A informatização do fomento concluiu-se com a captação eletrônica das demandas de bolsas (em todas as modalidades), análise, julgamento, implementação, tratamento, acompanhamento e avaliação segundo o modelo de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico adotado pelo CNPq;

- f) informatização do Sistema de Consultoria *ad hoc*: concluiu-se a informatização com a inclusão do módulo de comunicação da decisão final do CNPq aos consultores *ad hoc*;
- g) implantação da Plataforma Lattes: um conjunto de sistemas computacionais do CNPq visando compatibilizar e integrar informações coletadas em diferentes momentos de interação da Agência com seus usuários, aprimorar a qualidade da sua base de dados e racionalizar o trabalho dos pesquisadores e estudantes disponibilizando as informações requeridas pelo Conselho. É constituída por quatro módulos: o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, o Currículo Lattes, o Diretório de Instituições e o Lattes Fomento;
- h) implantação de uma Central de Atendimentos (*call center*) para prestar serviço aos usuários por meio de telefone e de correio eletrônico, a fim de atender as questões relativas às atividades do CNPq;
- i) implantação do Plano Institucional com a reestruturação organizacional e a programatização do fomento com o propósito de instituir um novo modelo de fomento, uma nova filosofia de gestão e uma nova arquitetura organizacional. A reestruturação organizacional foi iniciada com a implantação dos Programas Temáticos de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia da Informação e Agronegócios, seguidas das áreas de Saneamento Básico, Morfologia, Fisiologia, Patologia, Microbiologia, Engenharia Ambiental, Oceanografia, Ecologia e Aqüicultura, e finalmente das áreas de Engenharias, Ciências Exatas, Biologia, Ciências da Terra e Ciências Humanas e Sociais que passaram a dispor de Programas próprios;
- j) implementação do Planejamento Estratégico Situacional: a ação do Planejamento teve uma força maior. Sua função foi: [. . .] projetar o desenvolvimento do CNPq e organizar sua atuação de acordo com parâmetros de qualidade, com as políticas de governo e com as demandas fundamentais da sociedade no campo da ciência e da tecnologia, o que resultou na elaboração do Plano Institucional. (CNPq, 1995);

- k) implantação dos Fundos Setoriais: ações financiadas por recursos provenientes de Fundos Setoriais, criados com o objetivo de contribuir para a construção de uma política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) de longo prazo visando simultaneamente incentivar o desenvolvimento tecnológico empresarial e oferecer um novo padrão de financiamento adequado às necessidades de investimentos em CT&I. Destacam-se o CT PETRO, CT HIDRO, CT ENERG, CT MINERAL, o Fundo Verde Amarelo, o CT-INFRA, CT Transporte, CT INFO, CT BIO, CT Agro e CT Saúde. (CNPq, 2003e);
- l) implantação e consolidação do Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Bolsas no Exterior;
- m) lançamento do Programa Ação Induzida para a Formação de Doutores no Exterior que pretendeu suprir a necessidade de pesquisadores em áreas estratégicas ou carentes com treinamento nos mais importantes centros de pesquisas no exterior;
- n) modificação no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT): o recolhimento anual dos recursos do FNDCT é modificado, tornando-o um fundo perene e conferindo maior estabilidade e solidez à pesquisa nacional devido à regularidade de repasse de verbas para a ciência;
- o) revisão da sistemática tradicional de fomento: foram identificados os problemas que vêm influenciando na obtenção de melhores resultados. Estes problemas relacionam-se com a demanda espontânea e individual; com o varejo no tratamento e atendimento; com a predominância absoluta do mérito sobre a relevância; com a imobilidade das áreas face à série histórica de bolsas concedidas; com a falta de padronização dos relatórios; com a falta de preparo e de condições técnicas para análise de demanda etc. Cada um desses problemas foi analisado e propostas de encaminhamentos foram estudadas no âmbito do Planejamento Estratégico do CNPq. (CNPq, 1995);
- p) sistema de Gestão de Acompanhamento e Avaliação da Capacitação de Recursos Humanos: foi criado em 2002 com a finalidade de promover a manutenção e atualização dos sistemas de gestão, acompanhamento e avaliação garantindo a metodologia de concepção da infra-estrutura de informações para a gestão de C&T. (CNPq, 2002d).

## 5.2 AS ARTES E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL DO CNPQ

O Planejamento Estratégico Situacional (PES)<sup>28</sup> do CNPq, teve seu início em um Seminário de 4 (quatro) dias, realizado em Brasília, DF, no mês de setembro de 1995, do qual participaram representantes das comunidades científica, tecnológica e das unidades de pesquisa, bem como dirigentes e pessoal técnico da administração central do órgão. (CAGNIN; ALBUQUERQUE; ALBAGLI, 1996).

Este Planejamento ocorreu no período de 1995 a 1998 e teve por alvo principal a reestruturação do fomento. Buscava-se uma nova forma de gerir o fomento, pretendia-se, através do Planejamento Estratégico, organizar as ações em programas - programatizar o fomento. (WANDENKOLCK, 1998).

O processo de Planejamento Estratégico resultou na criação do Plano Institucional que apresentou um conjunto de políticas e ações organizacionais estabelecidas para a consecução de objetivos institucionais (CNPq, 1999) elencando proposições e metas. Foram seis grandes metas, sendo três relacionadas com as atividades-fim, consideradas como foco estratégico: a) reformulação e racionalização das formas de atuação do CNPq, especialmente no fomento à pesquisa e formação de recursos humanos, b) fortalecimento e integração das unidades de pesquisa, c) desenvolvimento e implantação de mecanismos de transferência de conhecimento para setores produtivos e de serviços; e as outras três relacionadas com as atividades-meio: a) revitalização do sistema de planejamento, gestão e articulação; b) adequação dos recursos humanos e da infra-estrutura; c) implementação de um sistema permanente de acompanhamento e avaliação. (CNPq, 1998).

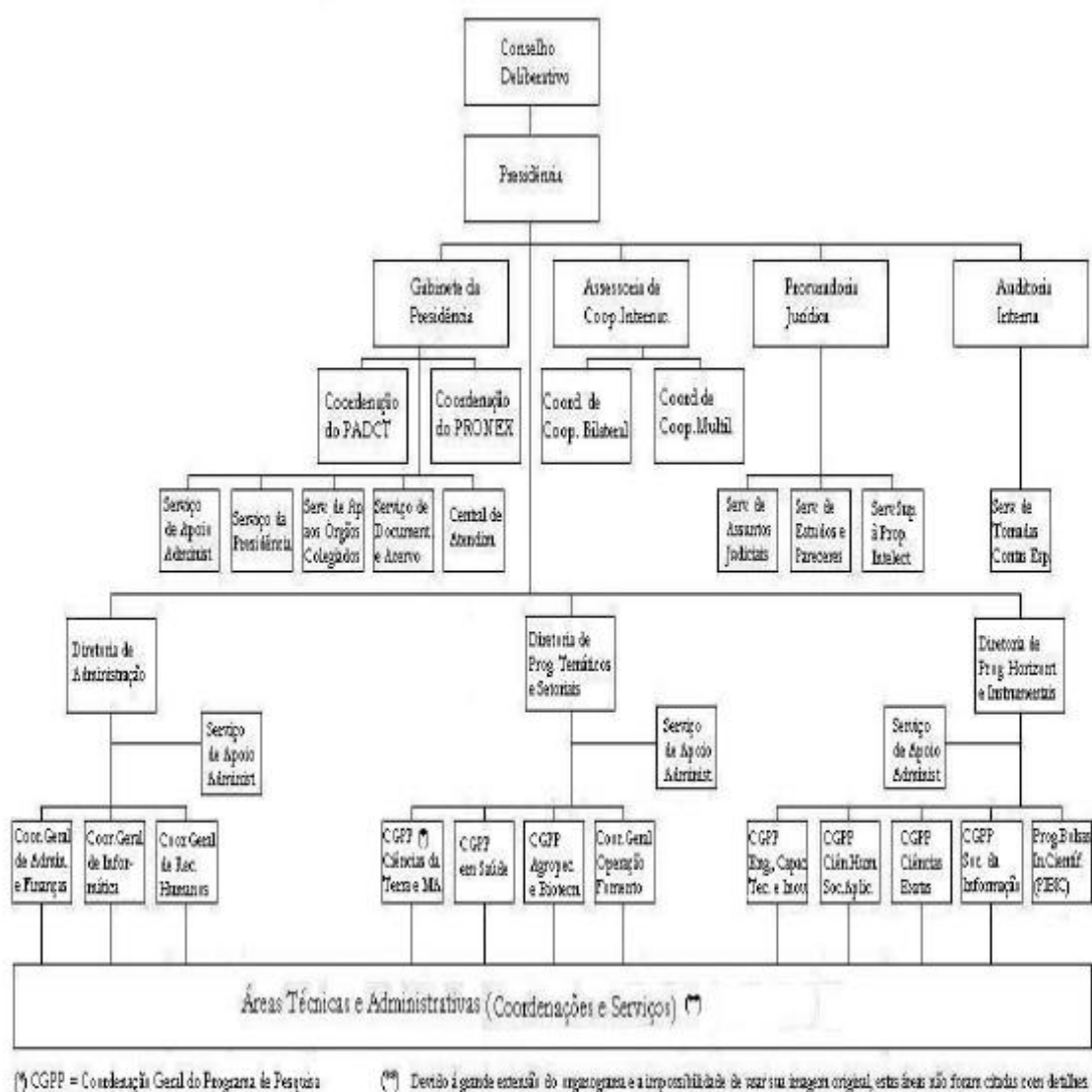
---

<sup>28</sup> Planejamento Estratégico Situacional é um método desenvolvido pelo economista Carlos Matus. (...) Foi concebido para auxiliar os dirigentes de empresas públicas, sendo também aplicável a qualquer órgão cujo centro do jogo não seja exclusivamente o mercado, mas o jogo político, econômico e social (falta a ref dessa parte). Caracteriza-se pelo subjetivismo, na identificação e análise da uma situação problemática, centrando-se nos indivíduos envolvidos e suas percepções, é a elaboração de planos-propostas a partir de problemas e assume que o futuro é incerto buscando enumerar possibilidades e preparar os atores para enfrentá-las. (...) É na verdade uma ferramenta de liberdade (...). (FOGLIATTO, 2003, p. 1).

O interesse desta dissertação no Planejamento Estratégico se refere especificamente à meta estabelecida de reformulação e racionalização das formas de atuação do CNPq, especialmente no fomento à pesquisa e formação de recursos humanos:

Isso implica na indução de pesquisa em áreas, temas ou setores considerados prioritários e estratégicos para o País; na continuidade ao apoio a pesquisadores e a grupos de pesquisa; na articulação e maior envolvimento com os agentes de desenvolvimento científico e tecnológico; na adequação ou proposição de novos procedimentos, mecanismos e processos e na agilização do fluxo técnico-operacional. E, reconhecido o valor da liberdade de trabalho na investigação e do avanço técnico-científico, assume-se o compromisso de buscar um ponto de equilíbrio entre o fomento induzido e o atendimento à demanda espontânea, capaz de estimular e harmonizar duas formas de atuação. (PIEDRAS; MARTINS, 1998, p. 10-11).

Em 1998, iniciaram-se as discussões para o redesenho de uma nova estrutura organizacional que executaria o Plano Institucional. Em 1999, Bresser Pereira assume o MCT e o CNPq e passa a negociar a nova estrutura organizacional do CNPq de forma desvinculada do Plano Institucional. O Governo Federal redimensiona seu Plano Plurianual com base na experiência de Planejamento Estratégico do CNPq. Evando Mirra passa a exercer a Presidência do CNPq e implanta a nova estrutura em 2000.



**Organograma 2** - Detalhamento organizacional da estrutura básica do CNPq  
 Fonte: CNPq, 2001 Apud ZORATTO, 2005, p. 94.<sup>29</sup>

No trabalho de acompanhamento e avaliação da implantação da nova estrutura feito junto aos Coordenadores Gerais em 2001, foram revelados vários problemas, entre eles: sobrecarga de trabalho, indefinições relativas à atuação e ao apoio tecnológico, demandas de recriação da área de Planejamento, de redesenho dos processos de trabalho, de maior apoio da informática e a necessidade de uma maior compreensão e atuação junto ao Plano Plurianual (PPA).

<sup>29</sup> CNPq. RN 0001/2001. Brasília, DF: CNPq, 2001.

O termo Programa, segundo os Procedimentos para Elaboração de Programas - PPA (2000), é um instrumento de organização da atuação governamental. Articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicador, visando à solução de um problema ou o atendimento de necessidade ou demanda da sociedade.

Antes dessa ação de Planejamento Estratégico e Reestruturação Organizacional, a área de Artes, como dito anteriormente, tinha seu lócus na Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico no âmbito da Coordenação de Ciências Humanas e Sociais, figurando como área vinculada ao Comitê de Assessoramento de Artes e Comunicação (CAAC) constituído das áreas de Comunicação, Artes, Ciência da Informação, Museologia e Turismo.

Com a implantação da nova estrutura, a extinção da DCT e a programatização do fomento, é agregado à área de Artes o termo Programa ficando denominada Programa Básico de Artes que passa para o âmbito da Diretoria de Programa Horizontais e Instrumentais. Entretanto, nessa programatização não foram considerados, tampouco elaborados, aspectos inerentes a um Programa, conforme os Procedimentos para Elaboração de Programa do PPA, quais sejam: objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicador visando à solução de um problema ou o atendimento de necessidade da sociedade.

Parece que a programatização desejada não se deu. O que ocorreu foi a renomeação e re colocação das diversas áreas em “Programas”, sem nenhum documento de referência com diretrizes, objetivos, metas e indicadores que permitam acompanhá-los e avaliá-los. O Acompanhamento e Avaliação (A&A) prescindem das idéias de planejamento e de uma gestão estratégica. Percebe-se que as ações não são planejadas, não estão sintonizadas, coordenadas entre si e tampouco em relação às políticas públicas. A falta de planejamento e de uma política de longo prazo pautada em cenário estratégico com indicadores de resultados, prejudica a gestão, o acompanhamento e avaliação do desempenho institucional e dos resultados das ações do Programas de fomento científico e tecnológico.



### 5.3 O PROGRAMA BÁSICO DE ARTES NO CNPQ

Atualmente no CNPq o Programa Básico de Artes está institucionalizado no âmbito da Diretoria de Programas Horizontais e Instrumentais (DPH), por meio da Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Ciência Humanas e Sociais Aplicadas (CGCHS), na Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (COCHS) que gerencia os Comitês de Assessoramento: de Arte e Comunicação (AC) englobando as áreas de Artes, Ciência da Informação, Comunicação, Museologia e Turismo; de Filosofia (FI), constituído da Filosofia e Teologia; de História (HI), de Letras e Linguística (LL) e de Psicologia e Serviço Social (PH).

A área de Artes integra a Tabela de Conhecimentos sob o código 8.03.00.00-6 e tem um extenso conjunto de subáreas: Fundamentos e Crítica das Artes, Teoria da Arte, História da Arte, Crítica da Arte; Artes Plásticas – Pintura, Desenho, Gravura, Escultura, Cerâmica e Tecelagem; Música - Regência, Instrumentação Musical, Composição Musical e Canto; Dança - Execução da Dança, Coreografia; Teatro- Dramaturgia, Direção Teatral, Cenografia, Interpretação Teatral; Ópera; Fotografia; Cinema – Administração e Produção de Filmes, Roteiro e Direção Cinematográficos, Técnicas de Registro e Processamento de Filmes, Interpretação Cinematográfica, Artes do Vídeo e Educação Artística. (ANEXO B - Tabela das Áreas do Conhecimento (Linguística, Letras e Artes).

Na pesquisa desenvolvida para esta dissertação sobre o Programa Básico de Artes verificou-se a inexistências de elementos básicos constitutivos de um Programa tais como: o problema, objetivo, metas e indicadores. No entanto encontraram-se elementos da sua estrutura de funcionamento: formas de chamadas, os instrumentos, critérios de seleção, mecanismos de análise e julgamento bem como de acompanhamento e avaliação que serão descritos e analisados abaixo.

### 5.3.1 Formas de Chamadas

O CNPq utiliza tradicionalmente a sistemática de calendário com um cronograma de datas preestabelecidas para a inscrição, o julgamento, o resultado e o início da vigência das propostas por categorias, modalidade de bolsa e/ou auxílio.

Em 1991 implantou-se a sistemática de Fluxo Contínuo que permite a solicitação de determinadas bolsas e auxílios a qualquer momento, com o prazo de pelo menos noventa dias antes do início das atividades que estão sendo propostas.

Recentemente, adotou-se a forma de Edital, que é um instrumento de notificação pública que é fixado em local de acesso dos interessados ou é publicado em um veículo da imprensa oficial ou particular. Inicialmente esse instrumento era usado exclusivamente para as chamadas de propostas aos Fundos Setoriais, com o tempo passou também a ser utilizado para as chamadas das propostas de fomento à pesquisa e formação de recursos humanos incluindo os programas das ciências humanas e sociais, dentre eles o Programa Básico de Artes.

### 5.3.2 Formas e Instrumentos de Fomento

As formas de fomento dirigidas à formação de recursos humanos e à pesquisa, se estruturam na concessão de bolsas no país - individuais e por quota, de bolsas no exterior e de auxílios individuais ou integrados à pesquisa. Essas formas de fomento detêm instrumentos, que aqui são denominadas as modalidades de bolsas e auxílios.

As modalidades de bolsas individuais - no país e no exterior, têm por objetivo a formação de pesquisadores altamente qualificados e o aumento da produtividade científica e tecnológica das universidades, na geração de conhecimentos e na organização de grupos de pesquisa e desenvolvimento.

Os instrumentos dessas duas formas de fomento direcionados ao Programa Básico de Artes no período de 1995 a 2005 foram as seguintes modalidades de bolsas: Produtividade em

Pesquisa (PQ), Pesquisador Aposentado (extinta) Pesquisador Visitante (PV), Pós-Doutorado (PD), Pós-Doutorado Júnior (PDJ), Pós-Doutorado Sênior (PDS), Doutorado Sanduíche no País (SWP), Desenvolvimento Científico Regional (DCR), Recém Doutor (RD), Doutorado Sanduíche no Exterior (SWE), Doutorado Pleno no Exterior (GDE) Pós-Doutorado no Exterior (PDE), Estágio Sênior (ESN) e Pesquisador Associado (PAS – extinta).

Especificamente em relação à formação de doutores no exterior com a concessão de bolsas de GDE, a política do CNPq se baseia nos seguintes pontos (CNPq, 2003h): a) conveniência de oxigenar certas áreas e subáreas que por motivos específicos necessitam, em determinada época, de intercâmbio mais substantivo com o exterior; b) importância do aproveitamento de condições ímpares de formação em centros avançados e de excelência no exterior e ou com cientistas de primeira linha; c) a necessidade de fortalecer áreas e subáreas estratégicas, carentes, emergentes, de ponta, tendo em vista o desenvolvimento científico e tecnológico nacional; d) caráter de complementaridade às oportunidades de doutoramento existentes no país; e) interesse em apoiar jovens competentes, comprometidos com a pesquisa científica e tecnológica e que contribuirão melhor e por mais tempo com o desenvolvimento do país no seu retorno. (CNPq, 2001c).

A forma de fomento de bolsas por quota destina-se a instituições, programas de pós-graduação ou a pesquisadores/orientadores para promover a formação de recursos humanos e/ou o aperfeiçoamento. (CNPq, 2003g) Os instrumentos dessa forma de apoio utilizados pelo Programa no período estudado foram as modalidades: Apoio Técnico (AT), Iniciação Científica (IC), Aperfeiçoamento/Especialização (AP) - (APCurso, extinta), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Iniciação Científica Júnior (ICJ), Mestrado (GM) e Doutorado (GD) e os Programas de Doutorado Direto (PDD) e de Pós-Graduação Integrada (PGI).

Outra forma de fomento oferecido pelo CNPq é o Auxílio, recursos financeiros para despesas de custeio e capital. Estes são concedidos nas formas de Auxílio Individual a Pesquisa e Auxílio a Projeto Integrado de Pesquisa.

O Auxílio Individual a Pesquisa é o auxílio dado pelo CNPq ao conjunto de ações desenvolvidas individualmente por um pesquisador, na modalidade Auxílio a

Pesquisa (APQ). O Auxílio a Projeto Integrado de Pesquisa são alguns tipos de auxílio ou modalidade de bolsas concedidas pelo CNPq a ações desenvolvidas por uma equipe de pesquisadores, através do pesquisador responsável pela execução ou pela coordenação do projeto. (CNPq, 1990, p. 2).

A forma de fomento do auxílio individual à pesquisa utiliza como instrumentos as seguintes modalidades de auxílios: Auxílio Projeto Individual de Pesquisa (APQ), Auxílio Pesquisador Visitante (APV), Auxílio Participação em Eventos Científicos (AVG), Auxílio Promoção de Eventos Científicos (ARC) e o Auxílio Editoração (AED). Estas também são contempladas na sistemática do Fluxo Contínuo.

A forma de fomento do auxílio a projeto integrado de pesquisa utilizou, durante o período estudado, além dos instrumentos de Auxílio Projeto Individual de Pesquisa (APQ) e do Auxílio Pesquisador Visitante (APV), os instrumentos das modalidades de bolsas por cota - Iniciação Científica (IC), Aperfeiçoamento (AP), Apoio Técnico a Pesquisa (AT); e os instrumentos das modalidades de bolsas individuais - Produtividade em Pesquisa (PQ), Pesquisador Associado (PAS - extinta), Recém Doutor (RD), Pesquisador Visitante (PV) e Desenvolvimento Científico e Regional (DCR).

A sistemática de Fluxo Contínuo que ampara solicitações individuais de determinadas bolsas (especiais) e auxílios com a antecedência de noventa dias da data de início das atividades, contempla as seguintes modalidades de auxílios: Auxílio Pesquisador Visitante (APV), Auxílio Participação em Evento Científico (AVG), Auxílio Promoção de Evento Científicos (ARC) e Auxílio Editoração (AED). As bolsas especiais no país e no exterior concedidas ao Programa Básico de Artes, no âmbito dessa sistemática, foram: Pós-Doutorado no Exterior (PDE), Doutorado Sanduíche no Exterior (SWE), Estágio Sênior (ES), Pesquisador Visitante (PV), Pós-Doutorado Júnior (PDJ), Pós-Doutorado Sênior (PDS), Doutorado Sanduíche no País (SWP) e Recém Doutor (RD).

Serão descritos abaixo os instrumentos do fomento do Programa Básico de Artes no período estudo, comuns a todas as áreas de ciências humanas e sociais, deixando de abordar os instrumentos de fomento tecnológico que guardam características diferentes.

### 5.3.2.1 Bolsas individuais no país

As Bolsas Individuais são solicitadas por pesquisadores ou estudantes, diretamente ao CNPq de acordo com calendário e as normas de cada modalidade (CNPq, 2003f). Suas modalidades são:

- a) Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ): é atribuída a pesquisadores de reconhecida competência na carreira de pesquisa, com produção científica regular de valor reconhecido pelos pares, atuação na formação de recursos humanos em nível de pós-graduação e desempenho de atividades de natureza científica e acadêmica que indiquem liderança na área. Tem a finalidade de distinguir o pesquisador, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos estabelecidos pelo CNPq. Destina-se ao desenvolvimento contínuo e regular de Projetos Individuais ou Integrados de Pesquisa;
- b) Bolsa Doutorado Sanduíche no País (SWP): visa apoiar aluno formalmente matriculado em curso de doutorado no Brasil no desenvolvimento parcial de sua tese junto a outro grupo de pesquisa nacional. (CNPq, 2003f);
- c) Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR): visa estimular a fixação de recursos humanos com experiência em ciência, tecnologia e inovação e/ou reconhecida competência profissional em instituições de ensino superior e pesquisa, institutos de pesquisa, empresas públicas de pesquisa e desenvolvimento, empresas privadas e microempresas que atuem em investigação científica ou tecnológica, prioritariamente nas instituições situadas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste (exceto Brasília, DF) e em microrregiões de baixo desenvolvimento científico e tecnológico do País. (CNPq, 2003f);
- d) Pesquisador Aposentado: (extinta - RD 004/1993 e RN 018/1994) tem o objetivo de resguardar os cursos de pós-graduação no país e ou grupos de pesquisa consolidados ou emergenciais do afastamento imediato de pesquisadores de alta qualificação tendo em vista sua aposentadoria em função da instituição do Regime Jurídico Único, RJU. (CNPq, 1992);
- e) Pesquisador Associado (PAS) (extinta – RN 008/1998) possibilitou a absorção e a associação de pesquisadores altamente qualificados e produtivos a grupos de pesquisa, visando a ampliação ou consolidação de linhas de pesquisa e da massa crítica de

pessoal qualificado e o estímulo ao planejamento nas instituições de pesquisa e ensino. (CNPq, 1992);

f) Pesquisador Visitante (PV): possibilita ao pesquisador brasileiro e estrangeiros de reconhecida liderança científica, a colaboração com grupos de pesquisa emergentes ou consolidados no desenvolvimento de linhas de pesquisa científica ou tecnológica. (CNPq, 2003f);

g) Pós-Doutorado (PD): visa estimular pesquisadores na realização de estágios para consolidação e atualização de seus conhecimentos em campos definidos de interesse científico e tecnológico. (CNPq, 1992);

h) Pós-doutorado Junior (PDJ): tem a finalidade de possibilitar a consolidação e atualização dos conhecimentos ou o eventual redirecionamento da linha de pesquisa do candidato no País, por meio de estágio e desenvolvimento de projetos de pesquisa junto a grupos e instituições de reconhecida excelência na área de especialização do candidato. (CNPq, 2003f);

i) Pós-doutorado Sênior (PDS): possibilita a consolidação e atualização dos conhecimentos e/ou o redirecionamento da linha de pesquisa do candidato no País, por meio de estágio e desenvolvimento de projetos de pesquisa junto a grupos e instituições de reconhecido nível de excelência na área de especialização do candidato. (CNPq, 2003f);

j) Recém Doutor (RD) visa possibilitar ao pesquisador que tenha obtido há no máximo 18 meses o título de doutor no país ou no exterior, o desenvolvimento de projeto de pesquisa ou pesquisa/ensino vinculado a determinada instituição, enquanto o mesmo não se integra formalmente no mercado de trabalho (CNPq, 1992). Com a criação do Programa de Fixação de Doutores – Profix esta modalidade foi extinta;

### 5.3.2.2 Bolsas individuais no exterior

A Resolução Normativa - RN 018/2006 (CNPq, 2003h) estabelece as normas gerais e específicas para as seguintes modalidades de bolsas individuais no exterior: Estágio Sênior (ESN), Pós-doutorado (PDE), Doutorado Sanduíche (SWE), Doutorado Pleno (GDE). A solicitação dessas modalidades de bolsas é feita por pesquisadores ou estudantes por meio do Formulário de Propostas *online* de acordo com o calendário e normas de cada modalidade, com exceção da modalidade GDE, cuja submissão é feita por formulário *online* específico.

Os benefícios da bolsa no exterior compreendem o pagamento de mensalidades, passagens aéreas, auxílio-instalação, auxílio seguro-saúde e taxas escolares de acordo com as especificidades de cada modalidade. São calculados de acordo com a tabela do CNPq em vigor e qualquer benefício relativo aos dependentes só será concedido se sua permanência no exterior for superior a 6 (seis) meses ininterruptos. (CNPq, 2003h).

As bolsas são:

- a) Estágio Sênior (ESN): propicia ao pesquisador o desenvolvimento de projeto de pesquisa ou parte dele em instituição estrangeira de competência internacionalmente reconhecida. (CNPq, 2003h);
- b) Doutorado Pleno no Exterior (GDE): tem a finalidade de formar doutores no exterior em instituições de reconhecido nível de excelência, em áreas do conhecimento consideradas de vanguarda científico-tecnológica, que a pós-graduação no País ainda seja deficiente ou em áreas prioritárias definidas pelo Conselho Deliberativo do CNPq. (CNPq, 2003h);
- c) Doutorado Sanduíche no Exterior (SWE): apóia aluno formalmente matriculado em curso de doutorado no Brasil que comprove qualificação inequívoca para usufruir, no exterior, da oportunidade de aprofundamento teórico, coleta e/ou tratamento de dados ou desenvolvimento parcial da parte experimental de sua tese a ser defendida no Brasil. (CNPq, 2003h);
- d) Pós-Doutorado no Exterior (PDE): possibilita ao pesquisador a capacitação e atualização de seus conhecimentos por meio de estágio e desenvolvimento de projeto com conteúdo científico ou tecnológico inovador e de vanguarda, em instituição no exterior de nível de excelência internacionalmente reconhecido. (CNPq, 2003h).

#### 5.3.2.3 Bolsas por quota

As Bolsas por quota destinam-se a instituições, programas de pós-graduação ou pesquisadores individualmente para promover a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos. (CNPq, 2003g).

As modalidades de bolsas oferecidas em quotas às instituições de ensino e pesquisa e aos cursos de pós-graduação no âmbito do Programa Básico de Artes são: Apoio Técnico

(AT), Iniciação Científica (IC), Aperfeiçoamento/Especialização (AP), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Iniciação Científica Junior (ICJ), e a Pós-Graduação – Mestrado (GM) e Doutorado (GD). Os interessados devem solicitar as bolsas dessas modalidades diretamente nas instituições, que por sua vez devem divulgar seus respectivos critérios e mecanismos de obtenção.

O julgamento das bolsas por quota obedece à sistemática distinta para cada modalidade. Tais procedimentos estão estabelecidos nas normas específicas. O pagamento das bolsas nestas modalidades será processado mensalmente, diretamente ao bolsista em bancos e agências acordadas, obedecendo a cronograma e valores fixados pelo CNPq. (CNPq, 2003g).

As bolsas:

- a) Aperfeiçoamento/Especialização (AP – tipos A e B) visa propiciar o aperfeiçoamento de graduados com a continuidade de seu programa de formação em investigação científica e tecnológica, através da participação em projetos de pesquisa ou da realização de estágio em cursos de especialização. Os tipos A e B se distinguem pelo destino da quota, ao curso ou ao pesquisador/orientador, respectivamente. (CNPq, 1992). AP/A - ao curso, extinta;
- b) Apoio Técnico (AT) tem a finalidade de apoiar grupos de pesquisa mediante a concessão de bolsa a profissional técnico especializado. (CNPq, 2003g);
- c) Bolsas de Mestrado e Doutorado no País visam apoiar a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação. Os Programas de Doutorado Direto (PDD) e de Pós-Graduação Integrada (PGI) são casos especiais de doutoramento, de adesão voluntária. O PDD é aplicável a cursos com conceito 5, 6 e 7 e o PGI apenas a cursos 6 e 7. As regras gerais são as mesmas do doutorado. (CNPq, 2003g);
- d) Iniciação Científica (IC) visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação universitária, mediante participação em projeto de pesquisa, orientados por pesquisador qualificado. (CNPq, 2003g);
- e) Iniciação Científica Júnior (ICJ) visa despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino fundamental, médio e de educação profissional da Rede Pública, mediante a participação em projeto de pesquisa, orientados por pesquisador qualificado. (CNPq, 2003g);



f) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) tem o objetivo geral de despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação contribuindo para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores e propiciando à instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação. (CNPq, 2003g).

#### 5.3.2.4 Auxílios

Entre as várias modalidades de auxílio, há o Auxílio Pesquisador Visitante (APV), Auxílio Participação em Eventos Científicos (AVG), Auxílio a Promoção de Eventos Científicos (ARC), Auxílio a Projeto de Pesquisa (APQ) e Auxílio Editoração (AED). (CNPq, 2006a):

- a) Auxílio Editoração (AED) tem a finalidade de apoiar e incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros impressos, sendo considerado prioritário o apoio às revistas divulgadas simultaneamente por meio eletrônico, em todas as áreas do conhecimento. (CNPq, 2006a);
- b) Auxílio Participação em Eventos Científicos (AVG) tem por finalidade apoiar a participação de pesquisador com desempenho destacado em sua área de atuação em eventos científicos no país ou no exterior, tais como: congressos e similares; intercâmbio científico ou tecnológico; ou visitas de curta duração para aquisição de conhecimentos específicos e necessários ao desenvolvimento da pesquisa científica ou tecnológica. (CNPq, 2006a);
- c) Auxílio Pesquisador Visitante (APV) possibilita ao pesquisador brasileiro ou estrangeiro, de reconhecida competência, a colaboração com grupos de pesquisa, de instituições públicas ou comunitárias nacionais, para o desenvolvimento de linhas de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico. (CNPq, 2006a);
- d) Auxílio Projeto Individual de Pesquisa (APQ) tem por finalidade apoiar atividades de pesquisas científica, tecnológica e de inovação, mediante o apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, em todas as áreas do conhecimento. (CNPq, 2006a);
- e) Auxílio Promoção de Eventos Científicos (ARC) apóia a realização no País, de congressos, simpósios, seminários, ciclos de conferências e outros eventos similares de curta duração relacionados à ciência, tecnologia e inovação. (CNPq, 2006a).

#### 5.4 MECANISMOS DE ASSESSORIA CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA

O CNPq adota o sistema de avaliação por pares para decisão de mérito técnico científico das propostas submetidas ao fomento, o que implica na participação da comunidade científica no processo de tomada de decisão institucional e na formulação da política de C&T.

A utilização sistemática de *referees*, ou árbitros para avaliar a atividade científica é apenas um exemplo de juízes encarregados de avaliar a qualidade do desempenho num sistema social. Esses juízes encontram-se em todos os âmbitos institucionais, sendo parte integral do sistema de controle social, avaliando os desempenhos e distribuindo recompensas (ZUCKERMAN; MERTON, 1973, p. 460).

A revisão por pares é definida como o método de avaliação formal e o mecanismo autorregulador do processo de desenvolvimento e consolidação da ciência como instituição social - a ciência moderna (CHUBIN; HACKETT, 1990).

Esse procedimento contribui para a consolidação da comunidade científica, na medida em que são seus integrantes os únicos que definem as regras de acesso e exclusão e que, através de uma hierarquia própria distribuem internamente tanto prestígio e autoridade como recursos. (NICOLETTI, 1985).

A utilização pelo CNPq desse sistema se estrutura com a formação de um corpo de assessores especializados e com mérito acadêmico - Assessoria Científico-Tecnológica, constituída por pesquisadores individualmente ou em grupo nas diversas áreas de conhecimento com atribuições específicas, atuando de acordo com suas especialidades na análise, julgamento, seleção e acompanhamento dos pedidos de projetos de pesquisa e formação de recursos humanos. (CNPq, 2007c).

São mais de 300 pesquisadores (implementados em 2004), selecionados por área de conhecimento, escolhidos periodicamente pelo Conselho Deliberativo (CD) com base em consulta feita à comunidade científica tecnológica nacional que integram os Comitês de

Assessoramento (CA) e os Comitês Temáticos (CT) e tem a atribuição entre outras de julgar as propostas de apoio à pesquisa e formação de recursos humanos. (CNPq, 2007c).

Os Comitês Temáticos atuam no julgamento das propostas de ações especiais e dos Fundos Setoriais.

O CNPq também utiliza Consultoria *ad hoc* no processo de seleção das demandas. Tal consultoria é constituída de especialistas de alto nível, bolsistas de Produtividade em Pesquisa, indicados pela presidência, responsáveis por analisar o mérito técnico-científico dos projetos de pesquisa e das solicitações de bolsas enviadas ao CNPq antes do processo de julgamento pelo CA's.

#### 5.4.1 Os Comitês de Assessoramento

O Programa Básico de Artes, assim como os demais programas básicos, trabalha com os Comitês de Assessoramento (CA) no processo de análise, julgamento e seleção das propostas submetidas ao mesmo.

Os Comitês Assessores foram implantados em 1976 (FORJAZ, 1988), e apesar das mudanças ocorridas ao longo do tempo, como a mudança do nome para Comitê de Assessoramento, conserva as mesmas funções e características básicas - avaliar os projetos de pesquisa submetidos ao CNPq, a composição por cientistas nomeados pelo CD com a indicação da comunidade científica, os mandatos periódicos e a organização por área do conhecimento.

Os Comitês de Assessoramento são órgãos permanentes, constituídos de pesquisadores titulares e suplentes em áreas do conhecimento científico que tratam da demanda espontânea e das ações contínuas, relacionadas com as atividades regulares dos programas de formação de pesquisadores e de estímulo à pesquisa científico-tecnológica. (CNPq, 2005c).

É competência dos membros dos Comitês de Assessoramento a participação no processo de planejamento, avaliação, acompanhamento, e análise das ações relativas às áreas do conhecimento em que atuam; a contribuição na formulação de programas e planos de desenvolvimento científico e tecnológico; a recomendação de ações de fomento em sua área de atuação à Diretoria Executiva, e a análise das solicitações de bolsas e auxílios, elegendo critérios específicos de julgamento e emitindo parecer fundamentado quanto a seu mérito científico e técnico e a sua adequação orçamentária, recomendando ou não sua concessão. (CNPq, 2005c).

A avaliação das solicitações de formação de recursos humanos e pesquisa apresentadas continuamente ao fomento do CNPq, requer uma visão estratégica da área pelo seu assessor representante, para que este possa incentivar pesquisas que representem novos avanços da ciência, bem como das subáreas ou linhas de pesquisa que estão menos desenvolvidas no país e são relevantes para o desenvolvimento técnico-científico de sua área.

A atuação de cada assessor envolve uma postura cidadã. É desejada uma conduta ética, isenta e consubstanciada nas normas institucionais de fomento e no mérito técnico científico da proposta. Na verdade não é desejada, está normativamente expressa a proibição:

É vedado aos membros dos CA's: a) julgar processos em que haja conflito de interesses; b) divulgar, antes do anúncio oficial do CNPq, os resultados de qualquer julgamento; c) fazer cópia de processos; d) discriminar áreas ou linhas de pensamento; e) não levar em conta, sem razão justificada, nas suas recomendações, os pareceres dos assessores *ad hoc*; f) desvirtuar o significado do conteúdo dos pareceres dos assessores *ad hoc*; g) emitir parecer em recurso contra decisão sua, e h) comportar-se como representante de uma instituição ou de uma região. (CNPq, 2005c).

O assessor titular é designado pelo período de 2 ou 3 anos podendo ser reconduzido após interstício de igual período e o suplente não pode ser reconduzido à suplência mas pode ser designado a titular do CA sem interstício. (CNPq, 2005c).

Os Comitês de Assessoramento atuam no julgamento das propostas nas formas de chamadas de calendário e de editais. O calendário prevê duas reuniões anuais, uma por semestre, geralmente nos meses de maio (05) e de outubro (10) e os editais são lançados

também com as datas das reuniões de julgamento marcadas. Ao final de cada reunião, os CA's elaboram relatório historiando as recomendações e sugestões para melhoria do trabalho.

Os números de Comitês de Assessoramento crescem na medida do crescimento do número de áreas atendidas pelo CNPq. No decorrer do tempo houve um processo de maior autonomia decisória do CA, mas esta autonomia estará sempre condicionada à política e gestão institucional.

O reconhecimento e a formalização de uma nova área na estrutura de fomento do CNPq passa necessariamente pela inclusão de um especialista dessa área no Comitê de Assessoramento.

O caso das Ciências Humanas e Sociais, colocado por Forjaz (1988), exemplifica bem esta relação entre o reconhecimento e o prestígio de uma área e sua representatividade institucional nos Comitês de Assessoramento.

[. . .] A quantidade e o grau de especialização dos CA's são expressivos do prestígio das disciplinas tanto que as exatas possuíam desde o início CA's unidisciplinares e as Ciências Sociais com suas 17 sub-áreas estavam contidas em apenas dois comitês: 1- Psicologia, Filosofia, História, Arqueologia, Linguística e Letras, Educação, Direito, Administração, Urbanismo e Informação, e 2 - Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, Economia, Demografia e Geografia. (...) Gradativamente, os esforços da comunidade conjugados à atuação de alguns dirigentes do CNPq foram levando à diversificação dos CA's das Humanidades, que passaram para quatro em 1982 e para seis em 1984. (FORJAZ, 1988, p. 31-32)

Em 1982 aumentam os números de CA's das Ciências Humanas e Sociais. Esses se dividiram nos CA's de Psicologia, Filosofia, Educação, Letras e Linguística, de Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, História, Arqueologia e Direito e nos CA's de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, compreendendo o CA de Economia, Administração e Demografia e o CA de Geografia Humana, Urbanismo e Ciências de Informação. (FORJAZ, 1988).

O processo de afirmação da área através do CA's é analisado por um dos técnicos do CNPq:

[ . . . ] continua a expansão dos CA's das áreas de Humanidades. Hoje temos vários. Por exemplo, foi criado um comitê específico de Educação. Há uma tendência crescente de diversificação e especificação dos CA's. Isso é sinônimo de reconhecimento da área. (...) Hoje a área de Ciências Sociais é uma área em processo de consolidação, apesar das resistências. (FORJAZ Apud GARCIA<sup>30</sup>, 1988, p.32)

Na área de Artes não foi diferente. No início os poucos projetos apresentados eram analisados por especialistas da comunicação ou de outra área afim. O aumento da demanda de projetos tornou necessária a inclusão de um especialista no Comitê de Comunicação, responsável pelo julgamento dessas propostas. É neste momento que a comunidade e a área de artes se afirma e conquista algum espaço no fomento do CNPq.

#### 5.4.2 O Comitê de Assessoramento de Artes e Comunicação – CA AC

O CA AC é constituído de especialistas das áreas de Comunicação, Ciência da Informação, Artes, Museologia e Turismo, e atua junto a COCHS.

A composição do CA AC é feita por indicação da comunidade científica nas áreas por ele contempladas e por decisão do Conselho Deliberativo do CNPq. No período de 1995 a 2006, sua composição foi feita por meio da edição de sete portarias de designação dos componentes.

Em 1995, o CA AC estava composto segundo a Portaria – PO 276/95, por: Ilza Maria Costa Nogueira – Música/UFPB 95/97, Maria Lucia Santaella Braga – Comunicação/PUC-SP 93/95, Jeanette Marguerite Kremer – Ciência da Informação/UFMG 94/96 e Carlos Augusto da Silva Zílio – Artes Plásticas/PUC RJ 94/96.

Em 1996, a Portaria 304/96 revoga a PO 276/95 substituindo o membro Maria Lúcia Santaella Braga – Comunicação/PUC-SP 93/95, por Etienne Ghislain Samain – Comunicação/UNICAMP 96/98 ficando então o CA AC composto por: Ilza Maria Costa Nogueira – Musica/UFPB 95/97, Jeanette Marguerite Kremer – Ciência da

---

<sup>30</sup> Entrevista de Valter Esteves Garcia, concedida a Forja em 11 de março de 1988.

Informação/UFMG 94/96 e Carlos Augusto da Silva Zílio – Artes Plásticas/PUC RJ 94/96 e Etiene Ghislain Samain – Comunicação/UNICAMP 96/98.

Já em 1997, a PO 206/97 revoga a PO 304/96 substituindo os membros Jeanette Marguerite Kremer – Ciência da Informação/UFMG 94/96 e Carlos Augusto da Silva Zílio – Artes Plásticas/PUC RJ 94/96 por José Teixeira Coelho - Ciência da Informação/USP 97/98 e Icléia Maria Borsa Cattan – Artes Plásticas/UFRGS 97/98, que juntamente com os membros Etiene Ghislain Samain – Comunicação/UNICAMP 96/98, Ilza Maria Costa Nogueira – Musica/UFPB, 95/97 formaram o CA AC.

No período compreendido aos anos de 1998 a 2002, os membros do CA AC eram escolhidos pelo Conselho Deliberativo, no entanto, não foram editadas as portarias de designação.

Em 1998 se mantiveram os mesmos membros do CA AC, apenas com a substituição de Ilza Maria Costa Nogueira – Musica/UFPB, 95/97 por José Maria Neves – Artes/UNIRIO 98/01. Ficando o CA-AC assim formado: Etiene Ghislain Samain – Comunicação/UNICAMP 96/98, José Teixeira Coelho - Ciência da Informação/USP 97/98 e Icléia Maria Borsa Cattan – Artes Plásticas/UFRGS 97/98 e José Maria Neves – Artes/UNIRIO 98/01.

O CA AC em 1999 estava assim composto: José Maria Neves – Artes/UNIRIO 98/01, Sérgio Caparelli – Comunicação/UFRGS, Maria Lucia Bastos Kern – PUCRS Artes, Vera Silvia Marão Beraquet - Ciência da Informação PUC Campinas, Aldo de Albuquerque Barreto - Ciência da Informação/UFRJ e Antônio Fausto Neto – Comunicação/UNISINOS.

A Composição do CA AC em 2000/2001 era: José Maria Neves – Artes/ UNIRIO 98/01, Sérgio Caparelli – Comunicação/UFRGS, Vera Silvia Marão Beraquet - Ciência da Informação/PUC Campinas, Annateresa Fabris – Artes/USP e Jose Luiz Warren J.Gomes - Comunicação/UNISINOS.

Já em 2002, o CA AC estava composto por: Annateresa Fabris – Artes/USP, Jose Luiz Warren J.Gomes – Comunicação/UNISINOS, Cristina M P Caparelli Gerling - Artes/UFRGS,

Arlindo Ribeiro Machado - Comunicação PUC-SP e Suzana Pinheiro M. M. - Ciência da Informação/UnB.

Em 2003 a composição CA AC era: Annateresa Fabris – Artes/USP, Cristina Maria Pavan Caparelli Gerling - Artes/UFRGS, Arlindo Ribeiro Machado - Comunicação PUC-SP e Suzana Pinheiro M. M. - Ciência da Informação/UnB.

No final de 2003 a PO 267/03 designou os seguintes membros para o CA AC 2004: Maria Lucia Bastos Kern - Artes / PUCRS 03/06, Lena Vânia Ribeiro Pinheiro - Ciência da Informação IBICT 03/05, Cristina Maria Pavan Caparelli Gerling - Artes/UFRGS 01/04 e Arlindo Ribeiro Machado - Comunicação/PUC-SP 01/04.

A PO 155/04 revogou a PO 267/03 designando os seguintes membros titulares para compor o CA AC em 2005: Mauricio Alves Loureiro – Artes/UFMG 04/07, Maria Immacolata Vassallo de Lopes - Comunicação/USP 04/07, Maria Lucia Bastos Kern - Artes/PUCRS 03/06 e Lena Vânia Ribeiro Pinheiro - Ciência da Informação/IBICT 03/05. Os membros suplentes eram: José Luiz Warren J. Gomes – Comunicação/UNISINOS 04/07, Sergio Coelho Borges Farias - Artes Cênicas/UFBA, 04/07 e Heitor Capuzzo Filho - Audiovisual/UFMG 04/07.

Em meados de 2005 a PO 139/05 revogou a PO 155/04 quando apenas foram incluídos à composição anterior dois membros: um titular – Rosali Fernandez de Souza - Ciência da Informação/UFRJ 05/08 e um suplente – Vera Silvia Marão Beraquet - Ciência da Informação/PUC Campinas 05/08.

Em 2006 a PO 201/2006 revogou a PO 139/05 e o CA AC ficou composto pelos membros titulares: Juremir Machado da Silva - Comunicação/PUCRS 06/09, Maria Immacolata Vassallo de Lopes - Comunicação/USP 04/07, Mauricio Alves Loureiro – Artes/UFMG 04/07, Rosali Fernandez de Souza – Ciência da Informação/IBICT 05/08, Sônia Gomes Pereira - Artes/UFRJ 06/09 e pelos membros Suplentes: Heitor Capuzzo Filho - Audiovisual/UFMG 04/07, Sergio Coelho Borges Farias - Artes Cênicas/UFBA 04/07, José



Luiz Warren J. Gomes – Comunicação/UNISINOS 04/07 e Vera Sílvia Marão Beraquet -  
Ciência da Informação/PUC Campinas 05/08.

O quadro abaixo apresenta a representação por área, subárea e por instituição do Comitê de Assessoramento de Artes e Comunicação constituído ao longo do período entre 1995 e 2006. Em relação à representação da área de Artes é possível observar a preponderância da região Sul e Sudeste no quadro de titulares do Comitê e a preponderância da subárea Artes em relação à Música e Artes Plásticas.

#### 5.4.3 O Processo de Análise, Julgamento, Seleção e Seus Critérios

A análise, o julgamento e a seleção das propostas são feitos nas seguintes etapas: a) pré-análise pela área técnica; b) análise por consultores *ad hoc*; c) análise de mérito e classificação das propostas pelo CA AC; d) decisão final pela Diretoria, em função da disponibilidade financeira do CNPq.

Os pareceres emitidos pelo CA AC devem atender aos critérios gerais de julgamento e seleção, levando em consideração os pareceres da área técnica, dos consultores *ad hoc*, as normas e especificidades das modalidades, a experiência e qualificação do candidato, o mérito técnico-científico e a viabilidade técnica do projeto de pesquisa ou plano de trabalho e da instituição.

Os pareceres devem ser emitidos de forma clara e legível, contendo as justificativas nos casos desfavoráveis e as condições nos casos de parecer favorável condicional, organizados em apenas um conjunto para cada programa básico, com indicação de prioridade. Todos os membros de cada CA devem tomar conhecimento do parecer final, identificar o nome e assinar a folha de parecer.

É importante esclarecer que os critérios específicos de julgamento e seleção das propostas do Programa Básico de Artes variam de acordo com as modalidades de bolsas e auxílios e de acordo com as instruções de julgamento estabelecidas nos editais e a disponibilidade financeira de fomento da área.

Esses critérios devem ser claros e explícitos e dizer respeito ao mérito científico-tecnológico do pesquisador e da solicitação. São qualitativos, admitindo-se, no entanto, que subsidiariamente se utilizem critérios quantitativos. No julgamento das propostas, não se deve usar critérios distintos daqueles divulgados na *homepage* do CNPq. (CNPq, 2005c).

Por exemplo o CA AC definiu os critérios de seleção das propostas do Edital 05/2004 de bolsas de Iniciação Científica da área de Artes para o coordenador, que deve: a) ser pesquisador I ou II do CNPq; b) ter projeto aprovado e preferencialmente orientar investigações em programas de pós-graduação de cursos classificados pela Capes de 5 a 7; c) atender os critérios do edital; d) apresentar produção científica e técnica e artística continuada; e) apresentar Plano de Atividades do Bolsista pertinente com a pesquisa que está em andamento. (CNPq, 2004).

Os critérios de seleção das propostas de bolsas de Apoio Técnico do Edital CNPq 003/2003 para o coordenador foram: a) apresentar projeto aprovado e financiado por entidade pública, constando os objetivos, fundamentação teórico-metodológica e o plano de atividades do bolsista de apoio técnico pertinente ao mesmo; b) apresentar currículo no Sistema Lattes do CNPq com produção científica técnica e artística continuada. (CNPq, 2004e).

Os critérios utilizados pelo CA AC na análise das bolsas de Produtividade em Pesquisa são os seguintes: a) ter grau de Doutor e atuar em regime integral ou dedicação exclusiva em instituição de ensino ou de pesquisa; b) mérito técnico-científico da proposta; c) parecer de dois consultores *ad hoc* e do próprio comitê sendo indeferida se obtiver dois pareceres desfavoráveis (item eliminatório); d) produção científica; e) livros de autoria ou co-autoria do candidato; f) artigos científicos (mínimo 5 páginas) em revistas arbitradas e indexadas de ampla circulação nacional e/ou internacional, utilizando, se possível, indicadores disponíveis na comunidade científica; g) capítulos de livro; h) livros organizados; i) trabalhos completos em Anais.

Para inclusão inicial no sistema, o candidato deve atender aos seguintes critérios mínimos a partir dos quais os candidatos serão classificados: a) ter projeto recomendado (dois pareceres favoráveis); b) média de uma produção científica de qualidade por ano, nos últimos 5 anos; c) envolvimento na formação de mestres.

Para manutenção no sistema o candidato deve atender aos seguintes critérios mínimos: a) ter projeto recomendado por dois pareceres favoráveis; b) pelo menos uma publicação por ano nos últimos dois anos; c) envolvimento na formação de mestres e doutores vinculados à instituição com Programa de Pós-Graduação; d) ter ao longo da carreira uma produção compatível com os requisitos do nível em que esteve classificado durante a última vigência da bolsa além de regularidade de produção desde o doutorado. (CNPq, 2000).

Os critérios de enquadramento e classificação das propostas do Programa Básico de Artes são elaborados em função das especificidades da área e suas subáreas de conhecimento junto ao CA AC.

Os critérios de enquadramento e reclassificação das bolsas nas modalidades Produtividade em Pesquisa (PQ), Apoio Técnico (AT) e Desenvolvimento Científico e Regional (DCR) estão descritos no ANEXO C (Critérios de Enquadramento das Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) Para a Área ao Conhecimento – Artes) desta dissertação.

O julgamento das Bolsas e Auxílios na sistemática do Fluxo Contínuo tem uma característica diferenciada do julgamento das bolsas tradicionais, consistindo na pré-seleção da área técnica, na análise do consultor *ad hoc* e na decisão da diretoria. Não há a participação do Comitê de Assessoramento – CA no julgamento dos pedidos dessa sistemática.

#### 5.4.4 Acompanhamento e Avaliação (A&A)

A sistemática tradicional de acompanhamento e avaliação dos projetos apoiados pelo CNPq compreende a apresentação de Relatório Técnico das atividades desenvolvidas pelo bolsista bem como a prestação de contas dos auxílios financeiros recebidos. Em alguns casos são realizadas visitas de acompanhamento e avaliação no local de desenvolvimento do projeto.

Neste processo de A&A o CNPq conta com a participação do seu Corpo de Assessores e de Consultores *ad hoc*.

O Programa Básico de Artes considerando as suas especificidades teórico-práticas, demanda maior flexibilidade na forma desse acompanhamento e avaliação.

George Zarur, coordenador de Ciências Humanas e Sociais à época da criação da área de Artes – início da década de 80, conta um episódio de apresentação do relatório técnico de uma bolsista da subárea de Dança, que ilustra muito bem a necessidade de flexibilizar a forma de acompanhar e avaliar os projetos fomentados nessa área:

É verdade que eu enfrentei situações notáveis. A parte administrativa, a gerência de operações (GOP) é que cobrava os relatórios. Então eu posso me lembrar de uma coisa maravilhosa que me aconteceu. Um dia, entrou na minha saleta de coordenador uma moça muito bonita, com um gravadorzinho e duas caixinhas de som. Colocou ali, começou a tocar e ficou dançando. Eu nunca tinha visto a moça. E ao final ela disse: - “estão cobrando meu relatório, e este é meu relatório. Como é que eu vou apresentar um relatório da minha formação em Dança?”. Então eu mandei vir rapidamente o processo dela e aprovei o relatório com louvor. Quero dizer que os procedimentos todos mudam, mudaram, e a gente tinha que ter flexibilidade. Daí eu expliquei à GOP que este negócio de arte é outra coisa. Podia ter fita gravada, podia ter filme, não precisava ser um relatório, ou a fotografia de uma escultura, seja lá o que for. A falta de experiência de tradição atrapalhou muito e foi um processo de aprendizado (ZARUR, 2006)<sup>31</sup>

Hoje já se avançou na questão do acompanhamento e avaliação dos projetos apoiados no âmbito do Programa Básico de Artes, visto que já são aceitos como parte dos relatórios técnicos vídeos, CD's, fitas, CD-ROM, fotografia, esculturas, publicações entre outros.

## 5.5 ANÁLISE DO PROCESSO DE JULGAMENTO DAS DEMANDAS NO PERÍODO DE 1995 A 2005

A análise do processo de julgamento das demandas no período de 1995 a 2005 fundamenta-se na pesquisa em documentos gerenciais de controle interno do Programa Básico de Artes, fornecidos pela Coordenação de Programas de Ciências Humanas e Sociais, quais sejam: relatórios das reuniões e planilhas dos resultados de julgamento do CA AC.

É importante colocar que o referido material bibliográfico apresenta informações inconstantes e não muito claras do quantitativo solicitado, recomendado pelo CA e aprovado

---

<sup>31</sup> Entrevista.

pela Diretoria. Em alguns casos, encontrou-se também os quantitativos disponíveis, alguns têm o relatório com informações subjetivas e outros apenas as quantitativas.

A ênfase dessa pesquisa esteve na parte subjetiva e mais qualitativa das informações, às vezes relativas à análise de mérito técnico-científico de projetos, às vezes relativas a aspectos políticos, normativos e administrativos do CA AC.

O CA AC cumpre, ao participar do julgamento das propostas apresentadas ao fomento das suas respectivas áreas de conhecimento, o papel de gerir os recursos destinados à formação de RH e ao apoio à pesquisa. Ele faz isso, na relação com o corpo de dirigentes e técnicos do CNPq, com a apresentação das proposições e demandas dessas áreas, no que tange ao fomento. São os interlocutores, os representantes das áreas junto a essa instituição, participando da organização política e decisória da gestão do fomento.

No período estudado, foram realizadas trinta reuniões de julgamento do CA AC compreendendo as demandas previstas no calendário anual e dos editais, nas quais diversas modalidades de bolsas e auxílios do fomento científico foram submetidas ao processo de análise e julgamento, o que pode ser verificado a partir do quadro abaixo.

<b>Ano</b>	<b>Reuniões de Julgamento</b>	<b>Modalidades Julgadas</b>
1995	Demandas 05 e 10/95 e Fluxo Contínuo	PQ, AP (A e B), APCurso, IC, GDE, AI
1996	Demandas 05 e 10/96 e Fluxo Contínuo	AI (sem auxílio), PQ, PAS, PV, PVE, DCR, RD, APB, APA, IC, AT e Bolsas de Cooperação Internacional
1997	Demandas 05 e 10/97 e Fluxo Contínuo	PQ, GD, AI, AT, IC, AP, PV, DCR, RD, APQ e Bolsas de Cooperação Internacional
1998	Demandas 05 e 10/98	PQ, GD, AI – IC e AT
1999	Demandas 05, 10/99 e GDE Música em 04/99 e Fluxo Contínuo	AI – PQ, AT, IC, AP, GDE
2000	Demandas 05 e 10/00 e Fluxo Contínuo	AI - PQ, IC, AT e Cooperação Internacional
2001	Demandas 05 e 10/01 e Fluxo Contínuo	PD, RD, PV, SWE, AVG, ARC, APQ, DCR, PDE, GDE, PQ, AT, IC
2002	Demandas 05 e 10/02 e Fluxo Contínuo	AI – PQ, IC e AT , GDE
2003	Demandas 05 e 10/03, Edital Universal 01/2002 e Fluxo Contínuo	APV, ARC, AVG, GD, PQ, PV, ESN, AI – AT e IC, PD, SWE, GDE, RD, DCR, PDE
2004	Demandas 05 e 10/04, Sistemática Fluxo Contínuo, Chamada 01/2003, Edital CNPq 06/2003, Edital CNPq 003/2003 AT e 005/2004 IC Edital Universal 019/2004 e o Edital CHS 032/2004	GDE, DCR, PD, PV, PDE, SWE, AVE, APV, PQ, RD, ARC, SWP, IC, AT e APQ
2005	Demandas 05 e 10/05 e Fluxo Contínuo	ARC, APV, PDE, PDS, PDJ, AVG, PQ, SWE e RD

**Quadro 2 -** As Demandas do CA-AC no Período de 1995-2005

É percebido nos relatórios das reuniões de julgamento do CA AC a interlocução, uma comunicação entre três atores: um institucional, representado pela Diretoria do CNPq; um corporativo de todas as áreas contempladas pelo CA AC, e um outro também corporativo, porém específico dos assessores especialistas em Artes.

Dessa forma, na análise do processo de julgamento das demandas são abordadas informações a respeito dos posicionamentos da Diretoria do CNPq em relação à política do fomento de modo mais geral, a respeito do CA AC como um todo, no que tange aos aspectos políticos, normativos e administrativos do Comitê, e mais especificamente, da área de Artes e suas subáreas, quando encontradas nos relatórios das reuniões de julgamento, recomendações, encaminhamentos e orientações políticas para área.

Na participação da Diretoria do CNPq no processo de análise e julgamento do CA AC, destacam-se as seguintes diretrizes e orientações políticas:

- a) captação de recursos para retomar a política editorial;
- b) chamadas específicas para projetos intermultidisciplinares com destaque para área de educação para a ciência e de restauro, além da tentativa voltada para as nanociências;
- c) descompressão de 10% da quantidade de bolsas de produtividade em pesquisa, atingindo cerca de 8.000 do universo estimado de 50.000 pesquisadores atuantes no Brasil;
- d) dificuldade de compreensão da Música fora do âmbito das Artes e compromisso na criação de uma dotação orçamentária própria para a subárea considerando a argumentação da expressiva demanda;
- e) implementação do programa PROFIX, de fixação de Recém Doutores até cinco anos depois da conclusão do doutorado com novas diretrizes para a modalidade relativas ao valor da bolsa e à concessão de modalidades IC e AT; (CNPq, 2001b);
- f) manutenção da política vigente de Formação de Recursos Humanos em Artes fora do país, considerando a necessidade da área de formação de doutores no exterior;
- g) proposta de reiniciar e reforçar financiamentos, procurando em outros setores fora da área do governo: criação de Fundos Setoriais para aplicação em pesquisas relacionadas com a área;

- h) proposta de uma reunião geral da área de Ciências Humanas e Sociais para discutir e avaliar a indução de pesquisa, visando à constituição de um Fundo Setorial comum para as áreas a partir da flexibilização dos Fundos existentes;
- i) reformulação dos comitês assessores iniciada na reunião do Conselho Deliberativo do CNPq, tomando em conta sobretudo a importância da intermultitranstidisciplinaridade de muitas pesquisas;
- j) solicitação da especificação dos produtos mais relevantes alcançados pelos projetos apoiados pelo CNPq em cada área do CA AC.

No período estudado, foram identificados os seguintes aspectos políticos, normativos e administrativos no âmbito do CA AC como um todo:

- a) apresentação de relatório por cada membro do Comitê Assessor, ao término do seu mandato, explicitando as posições assumidas no julgamento de bolsas e recursos financeiros, sua experiência e visão da área;
- b) concessão de pequenos valores para a realização de eventos, fato que tem sido objeto de reclamação das entidades científicas e da comunidade em geral;
- c) consideração de que o formulário elaborado pela CGCHS oferece melhores informações para avaliar os projetos de pesquisa, os candidatos e sua produção científica;
- d) constatação da dificuldade de vários consultores *ad hoc* no envio de seus pareceres, uma vez que não conseguiram abrir as páginas eletrônicas de processos;
- e) constatação da dificuldade dos candidatos no preenchimento do formulário eletrônico com a sugestão de que o próprio formulário faça o alerta para o correto preenchimento dos campos;
- f) constatação da inexistência de Fundos Setoriais específicos para a área de Ciências Humanas;
- g) criação de exigências e normas explícitas a respeito da elaboração dos relatórios dos bolsistas pelo CNPq, que deverão incluir resultados substanciais das publicações e atividades realizadas, comunicando-as a todos os bolsistas;
- h) criação e disponibilização de memória das decisões dos comitês aos consultores *ad hoc*;



- i) estabelecimento de sistemática de descompressão do estoque de bolsas de Produtividade em Pesquisa com a definição de critérios;
- j) falta e/ou a precariedade dos pareceres dos consultores *ad hoc* aos projetos. Os pareceres foram considerados vagos por não entrarem no mérito do projeto, o que dificultava a avaliação dos mesmos, deixando de prestar o necessário auxílio aos membros do CA;
- k) importância do julgamento das quotas institucionais de bolsas de mestrado, especialmente para aqueles programas que ainda não as receberam (CNPq, 1999c);
- l) inclusão de mais um representante de cada uma das subáreas deste CA para se chegar a uma apreciação mais fina dos projetos analisados;
- m) insistência na pertinência da avaliação pelos pares e na necessidade de aperfeiçoamento contínuo desta avaliação;
- n) interesse na realização de reuniões com o Conselho Deliberativo do CNPq e com membros de outros comitês congêneres, por ocasião das reuniões semestrais, visando a troca de idéias sobre assuntos pertinentes;
- o) necessidade de aumento na quota de bolsas em suas diferentes modalidades nas várias áreas e subáreas deste Comitê, tendo em vista a relação entre a alta demanda e a possibilidade real de concessão, bem como o crescimento qualitativo dos projetos apresentados nas várias áreas;
- p) necessidade de dar-se ênfase à bolsa de doutorado sanduíche no exterior, preservando a autonomia de cada área, uma vez que se verifica que as bolsas de doutorado no exterior plenas perderam a importância em algumas áreas; (Relatório da Reunião de Julgamento CA AC 05/2005);
- q) necessidade de recebimento da demanda das reuniões do CA com antecedência para indicação de consultorias *ad hoc*;
- r) pedido de ampliação do número de bolsas de produtividade em pesquisa, a curto prazo, para as áreas desse CA, em razão da dificuldade de inserção de nova demanda no sistema por causa da manutenção inercial da quantidade de bolsas;
- s) pedido de divulgação entre os pares das orientações para melhor formalização dos pedidos de bolsas e auxílios, mantendo igual aproximação com os programas de pós-graduação;

- t) pedido de estudo por parte do CD sobre o aumento da duração das bolsas de produtividade para três anos;
- u) pedido de fomento nas modalidades IC e AT para as áreas, pela dificuldade de selecionar as solicitações devido ao reduzido número disponível das mesmas;
- v) pedido de retomada de auxílios financeiros fundamentais ao desenvolvimento de muitos tipos de pesquisas;
- w) proposição da utilização pelo CNPq da classificação de periódicos do Projeto Qualis da Capes, destinado a subsidiar o processo de avaliação da produção científica dos pesquisadores do CNPq;
- x) proposição de 14 novas cotas de bolsas de Produtividade em Pesquisa para o CA- AC como um todo, passando a quota atual de 34 bolsas para 48;
- y) recomendação de intensificação da produção científica dos pares no que se refere a publicações em periódicos indexados da área, em razão do aumento da demanda qualificada de bolsas de produtividade em pesquisa que eleva o patamar de ingresso e de manutenção do sistema e pode excluir o pesquisador menos competitivo em futuras solicitações (CNPq, 2001b);
- z) retomada de contato com associações nacionais de pesquisa com o fim de divulgar seus programas e políticas de fomento e conhecer as necessidades prioritárias da comunidade científica;
- aa) solicitação de que a implementação das bolsas aprovadas mas não contempladas com o benefício pela falta de recursos orçamentários seja efetuada sem necessidade de novo julgamento pelo comitê assessor visto que seu mérito já foi suficientemente assegurado;
- bb) sugestão de numeração de todas as páginas dos novos processos apresentados ao CNPq, de modo a facilitar a localização dos diversos documentos durante o processo de análise;
- cc) sugestão de penalidade para os consultores *ad hoc* que deixarem de enviar seus pareceres, inclusive com cortes de bolsas;
- dd) sugestão de promoção juntamente com a Capes de estudo voltado para a definição de *ranking* de universidades estrangeiras, para facilitar a atividade dos diversos CA's no exame dos processos.

Por merecerem destaque, algumas recomendações, encaminhamentos e orientações políticas relacionadas especificamente à área de Artes seguem abaixo:

- a) ausência de um membro representante de Artes Cênicas e aumento da demanda nesta subárea, tornando clara a necessidade de integração de um especialista dessa subárea ao CA AC (Relatório de Reunião de Julgamento CA AC 11/2001);
- b) compreensão dos projetos sobre Ópera como pertencentes à habilitação em Arte Lírica, portanto, da subárea de Música;
- c) consideração da subárea Música como área sob as argumentações de que, historicamente, a música nunca integrou o leque de habilitações em belas artes, da tradição de ter um representante da subárea no CA e uma demanda expressiva no CNPq, necessitando, portanto, de uma dotação orçamentária própria;
- d) envio dos critérios de julgamento de apoio à pesquisa em Artes para os consultores *ad hoc* de artes plásticas, dança, teatro, música, cinema, vídeos, mídias eletrônicas e fotografia;
- e) estímulo à execução de doutorado no exterior para a área de Artes com vistas a formar especialistas e pesquisadores;
- f) exigência de que os relatórios (parciais ou finais) relativos às pesquisas envolvendo a produção de vídeos, CD-ROM, filmes, fitas sonoras, fotografias, etc. devem vir acompanhados de um exemplar desses mesmos produtos para apreciação pelos membros do CA AC;
- g) expansão da área de Artes, não apenas no que se refere a projetos de pesquisa, mas também na implantação de cursos de pós-graduação havendo necessidade de uma maior oferta de bolsas (CNPq, 1998 a);
- h) manutenção da política de fomento à Formação de Recursos Humanos no Exterior vigente para a área de Artes. Considerando o número insuficiente de doutores e de infra-estrutura no país, a área necessita ainda da concessão de bolsas de Doutorado Pleno no Exterior;
- i) melhor desempenho deste CA em função da participação de um pesquisador consultor da área de Artes Cênicas;
- j) necessidade de maior contato do corpo técnico do CNPq com as Associações Nacionais de Pesquisa na área de Artes e de participação em suas reuniões científicas, com os objetivos de difundir seus programas e políticas de fomento e conhecer melhor as prioridades dessa comunidade científica; (CNPq, 2000c);
- k) necessidade de reclassificação dos pesquisadores da área de Artes para corrigir distorções;

- l) percepção do amadurecimento dos projetos de Artes Cênicas e do aporte reflexivo incipiente, em alguns casos discutível, nas propostas da subárea de Poéticas Visuais relacionadas com as novas tecnologias. A área de Teoria e História da Arte apresentou projetos amadurecidos, confirmando a consolidação maior da subárea;
- m) premente necessidade de aumento da quantidade de Bolsas de Apoio Técnico, claramente insuficiente para diversas áreas das Artes que podem depender deste apoio técnico para desenvolver projetos voltados para as novas tecnologias e para as pesquisas artísticas que envolvam ação multidisciplinar (CNPq, 2001b);
- n) reivindicação de que a quota de bolsas destinadas à área de Artes receba incremento significativo visto que somente 18% da demanda é contemplada contra uma média aproximada de 40% de outras áreas;
- o) representação da subárea de Artes, a título de consultoria *ad hoc*, cujas demandas foram muito expressivas nas reuniões do CA AC, em função de grande multiplicidade de subáreas de Belas Artes;
  - a) sugestão de colocar em contato representantes deste CA com pesquisadores das Novas Tecnologias (Vídeo-Arte, CD-ROM, etc) para que se trace um perfil do que seja “pesquisa” nesses campos;
  - a) sugestão de discussão aprofundada sobre os problemas específicos dos doutorados voltados para a performance e para a criação (os chamados DMA), nos quais o documento final é documento que nem sempre é análogo à tese, para subsidiar resolução relativa à definição nos editais do CNPq, de aceitação exclusiva de programas de doutorado do tipo PhD;
  - a) sugestão para o incremento na dotação orçamentária para a área nos próximos editais já que esta não reflete mais a crescente demanda;
  - b) urgência na elaboração de critérios de avaliação de pesquisa para as áreas de Multimeios e ou Arte-Tecnologia.

Atendendo à solicitação da DCT, o CA AC - Artes recomendou os seguintes produtos, entre os resultados mais relevantes apresentados nos projetos das subáreas de Artes e Música:

- a) artigo do Prof. Dr. Manuel Veiga sob o título Difusão da Música transmitida por meios Orais e Escritos: estudo de caso de canções brasileiras do século XIX, apresentado no XV Congresso da Sociedade Internacional de Musicologia;

- b) processo 200530/90.0 Os percursos do Pictórico e suas Interrogações tese de livre docência. ECA/USP, 1992, versando sobre arte-museu-conservação.(CNPq, 1995);
- c) processo 302169/88.1 “A Batalha de Guararapes de Victor Meirelles e sua relações com a pintura internacional” (a ser publicado);
- d) processo 521180/95-3 Estudo e restauração de obras sacras em Sabará/MG, comunicação apresentada no *International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works* – Madri, 1992, publicado na revista *Conservation of Iberian and Latin América Cultural Heritage*. Londres, 1992 com o título “*Conservation of the Study of Aleijadinho, the most important esculptor of Colonial Brazil*”.

Considerando a solicitação CA AC 05/95 de apresentação de relatório explicitando as posições assumidas no julgamento de bolsas e recursos financeiros pelos membros do CA ao final do seu mandato, o consultor Carlos Augusto da Silva Zílio elaborou, em 26 de outubro de 1995, um Relatório do CA AC - Área de Artes de análise da situação atual da área, apresentando os principais problemas e propondo medidas de curto, médio e longo prazo.

Nesse relatório, Zílio coloca que a área de artes estava ainda em formação com a maior parte da pós-graduação datando da década de 80. A característica mais marcante da área é sua grande abrangência ao reunir teatro, dança, conservação, restauração, artes plásticas, história da arte, arte educação, vt cinema e programação visual. (ZÍLIO, 1995).

Os principais problemas e as propostas de curto, médio e longo prazos apontados por Zílio para a área de Artes podem ser encontrados no ANEXO D (Relatório da Situação da Área de Artes Elaborado por Carlos Augusto da Silva Zílio ao Termino de seu Mandato junto ao CA-AC em 1995) desta dissertação.

O quantitativo consolidado apresentado abaixo é fruto do trabalho de pesquisa nos relatórios das reuniões de julgamento do CA AC que, como já dito anteriormente, não contém informações confiáveis sobre esse aspecto, apresentando informações inconstantes e pouco claras. Mesmo assim procurou-se contabilizar de acordo com os dados encontrados, as

modalidades e os números de bolsas e auxílios disponíveis, solicitados, recomendados e aprovados.

**Tabela 12- CA-AC - Quantitativo Consolidado de Bolsas e Auxílios do Programa Básico de Artes (1995-2005)**

Modalidades		Disponível	Solicitado	Recomendado	Aprovado
Bolsas no País	AP	---	35	34	---
	AI	---	35	18	---
	APCurso	---	---	5	---
	AT	10	73	33	---
	DCR	---	3	3	---
	IC	38	150	108	---
	PD	---	33	20	5
	PQ	80	429	214	---
	Profix	---	6	3	---
	EV	---	2	2	---
	PV	---	13	7	---
	RD	---	24	18	---
<b>Sub-Total</b>		<b>128</b>	<b>803</b>	<b>465</b>	<b>5</b>
Bolsas no Exterior	SWE	---	19	14	7
	PDE	---	31	30	3
	GDE	14	119	18	6
<b>Sub-Total</b>		<b>14</b>	<b>169</b>	<b>62</b>	<b>16</b>
Auxílios	ARC	---	73	52	4
	APQ	---	106	38	---
	APV	---	2	8	1
	AVG	---	33	37	1
<b>Sub-Total</b>		<b>---</b>	<b>215</b>	<b>136</b>	<b>6</b>
<b>Total</b>		<b>142</b>	<b>1187</b>	<b>663</b>	<b>27</b>

Como se pode verificar na Tabela acima do Quantitativo Consolidado de Bolsas e Auxílios, quase não se encontrou os dados da disponibilidade e da aprovação final.

O que ficou mais evidente, e aparentemente parecido com a realidade, foram as solicitações – um total geral de 1187 bolsas e auxílios solicitados no período de 1995-2005, sendo 803 solicitações de bolsas no país, 169 solicitações de bolsas no exterior e 215 solicitações de auxílios – e as recomendações - um montante total de 663 feitas pelo CA AC – Programa Básico de Artes, sendo 465 recomendações de bolsas no país, 62 recomendações de

bolsas no exterior e 136 recomendações de auxílios. Verifica-se que 55,85% das solicitações foram recomendadas.

## 5.6 OS DISPÊNDIOS DO CNPQ COM O PROGRAMA BÁSICO DE ARTES NO PERÍODO DE 1995 A 2005

A base de dados, fonte das informações abaixo apresentadas, é o Sistema de Gestão do Fomento do CNPq, a partir do qual se elaborou o “Relatório do Programa Básico de Artes desde 1995”, emitido em 18/12/2006, contendo os valores investidos no Programa ao longo do período de 1995 a 2005.

São valores totalizados em reais (R\$) relativos aos auxílios e bolsas, que se apresentam na forma de gráficos contendo a distribuição dos investimentos em auxílios e bolsas no país e no exterior, por modalidade, a comparação dos investimentos gerais em bolsas no país e no exterior, e a distribuição dos auxílios e bolsas por subárea, por ano, por unidade da federação e instituição beneficiada.

As tabelas e gráficos dos auxílios e bolsas no país e no exterior distribuídos por instituição estão colocados num ranking das instituições que receberam os quinze maiores investimentos.

O investimento feito por meio dos Auxílios (custeio/capital) concedidos ao Programa Básico de Artes nestes onze últimos anos disse respeito às modalidades APQ, ARC, AVG, APV e AI.

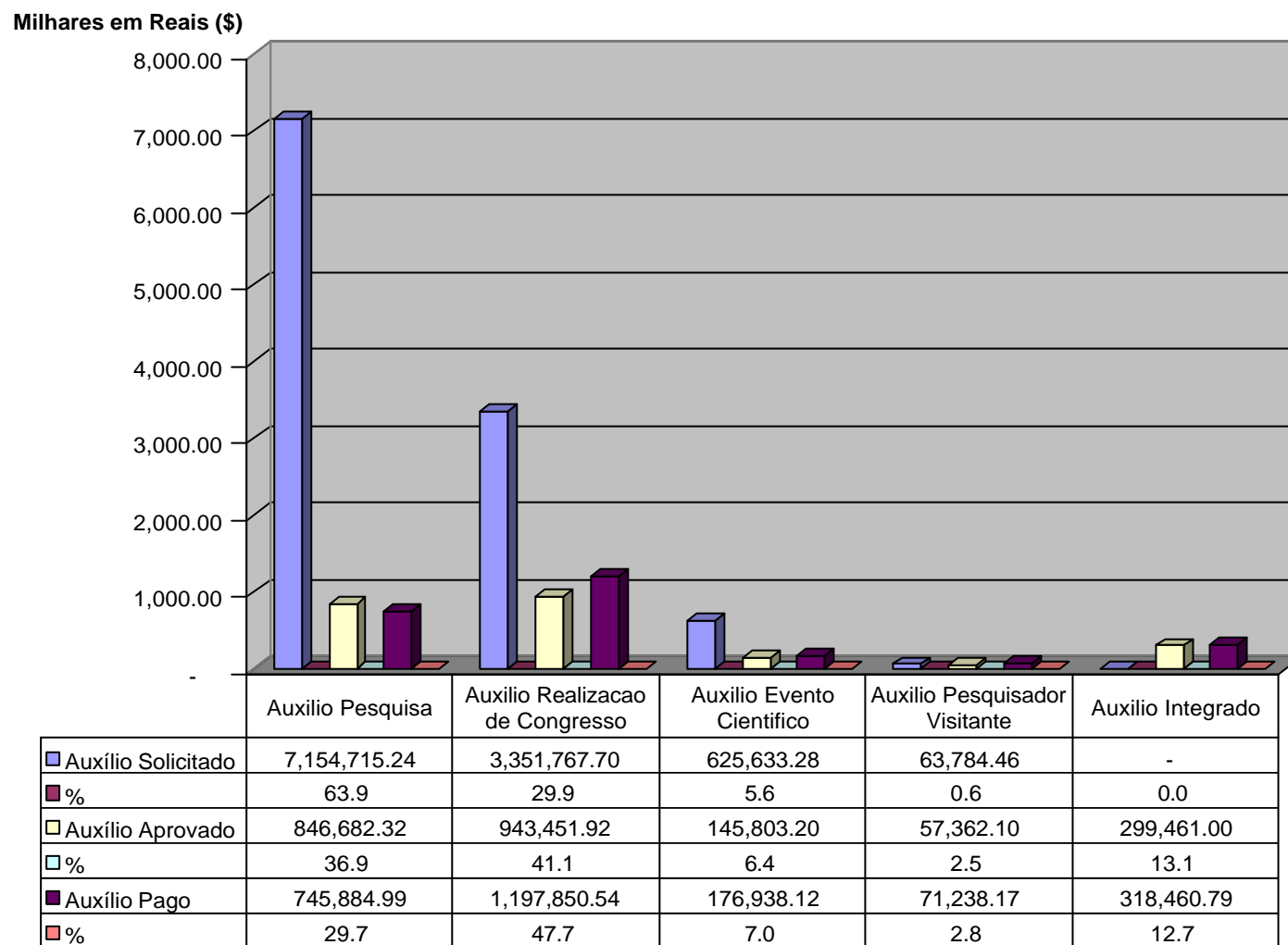


Gráfico 1 - Programa Básico de Artes - Auxílios Por Modalidade 1995-2005



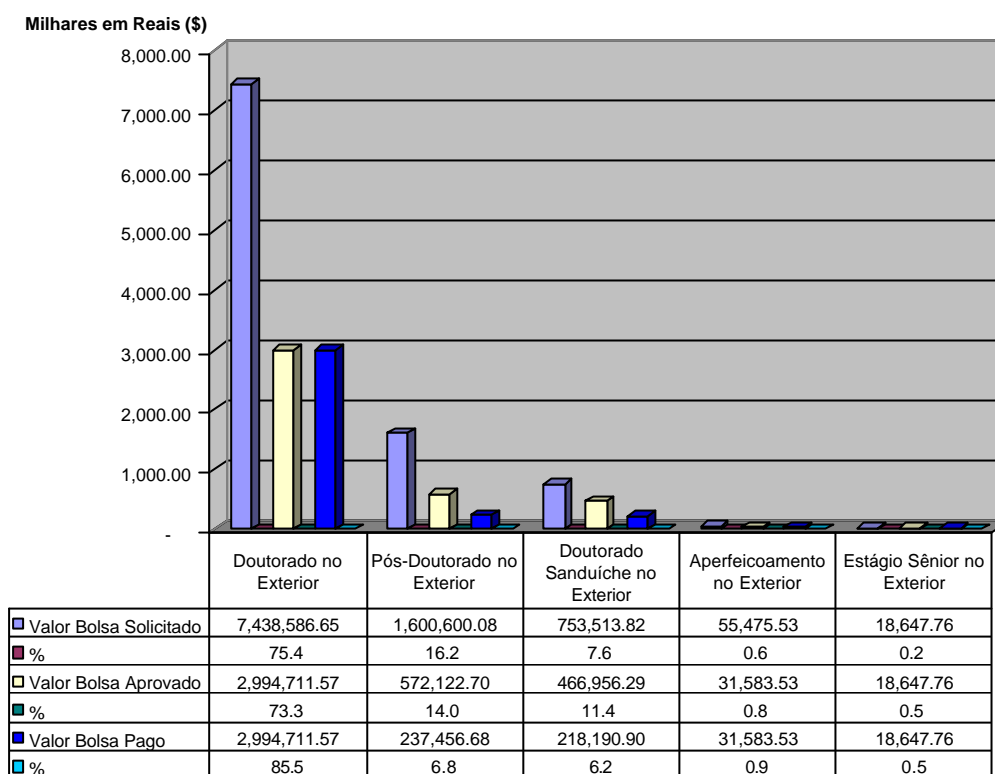
Pode-se constatar que o maior volume de recursos - 63,9% do total dos auxílios solicitados foi na modalidade de Auxílio à Pesquisa (APQ). Entretanto, o maior volume pago no período foi para a modalidade de Auxílio Realização de Congresso - 47,7% do total pago, que teve a segunda maior solicitação – 29,9% do total solicitado.

As modalidades ARC, AVG, APV e AI tiveram o pagamento maior que o valor aprovado, em função de uma maior disponibilidade de recursos definida pela Diretoria do CNPq.

O pagamento do AI foi o terceiro maior, 12,7%, compreendendo também a modalidade APQ concedida nesse âmbito, ainda que nenhuma solicitação esteja registrada no Gráfico 1.

Conclui-se que, em termos dos investimentos nas modalidades de Auxílios, recursos financeiros para custeio e capital concedidos ao Programa Básico de Artes, teve maior ênfase a Realização de Congresso, que possibilita a troca, a disseminação das pesquisas desenvolvidas e da produção científica nas Artes e suas subárea bem como o fortalecimento da comunidade acadêmica nesta área.

As modalidades destinadas à formação de recursos humanos no exterior do Programa Básico de Artes de 1995 a 2005 foram GDE, PDE, SWE, APE e ESN.



**Gráfico 2** - Programa Básico de Artes - Bolsas no Exterior Por Modalidade - 1995-2005

Percebe-se a maior solicitação, 75,4% do valor total solicitado, na modalidade Doutorado no Exterior (GDE), seguidos do Pós-Doutorado no Exterior (PDE) com 16,2% e do Doutorado Sanduíche (SWE), com 7,6% do total solicitado.

Em relação aos valores pagos, esses seguem o mesmo ranking da solicitação. O Doutorado no Exterior (GDE) detém 85,5% do total, o Pós-Doutorado no Exterior (PDE) vem em segundo com 6,8% e o Doutorado Sanduíche no Exterior (SWE) em terceiro, com 6,2% do total.

O fomento à pesquisa e a formação de recursos humanos no país realizados no âmbito do Programa Básico de Artes compreenderam as modalidades de bolsas individuais e por quota - PQ, IC AI, GM, RD, PD, PDJ, GD, DCR, PV, PDS, AP –A (Curso) e B (orientador), PVE, PAS, PAP, e SWP.

Milhares em Reais (\$)

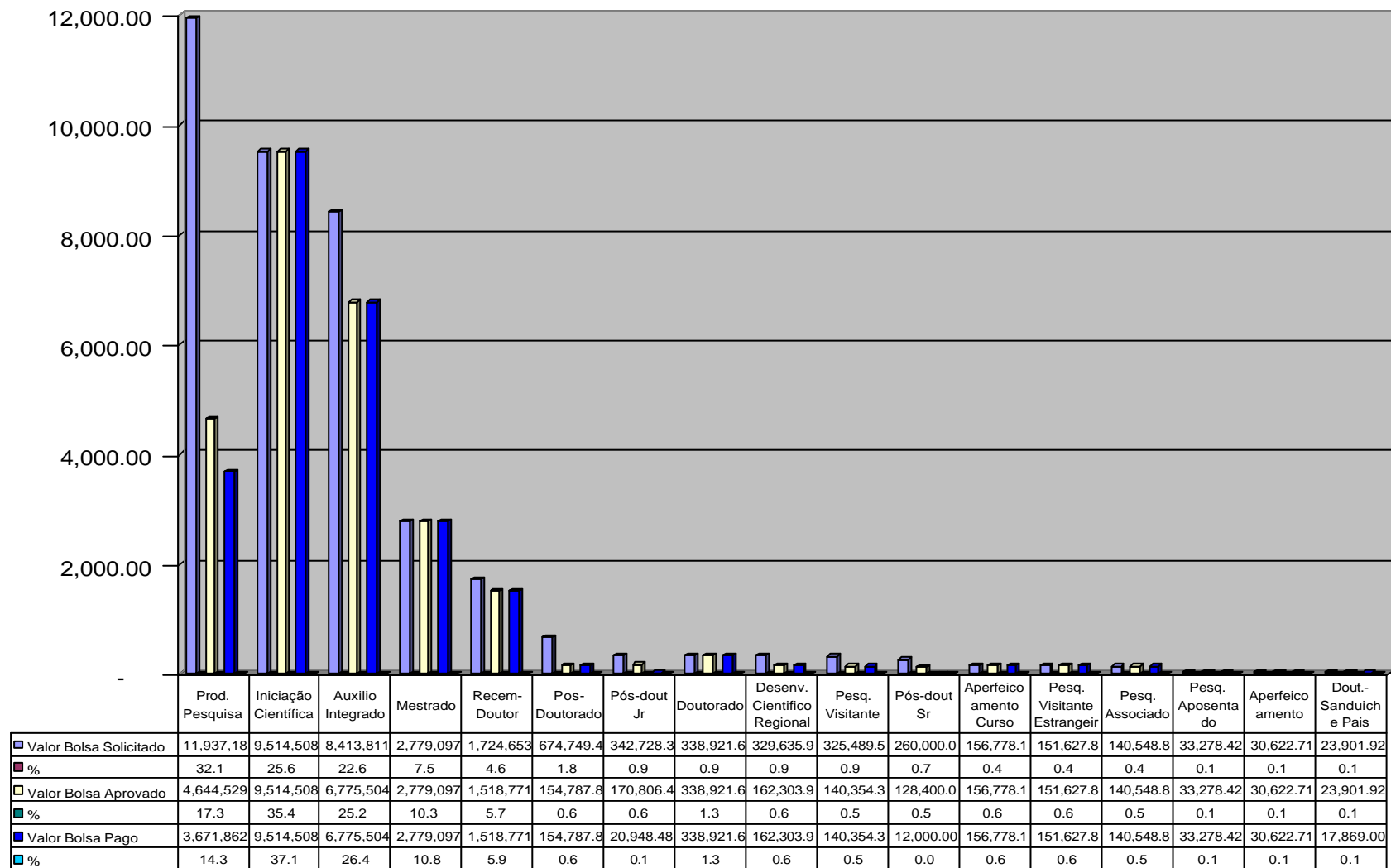


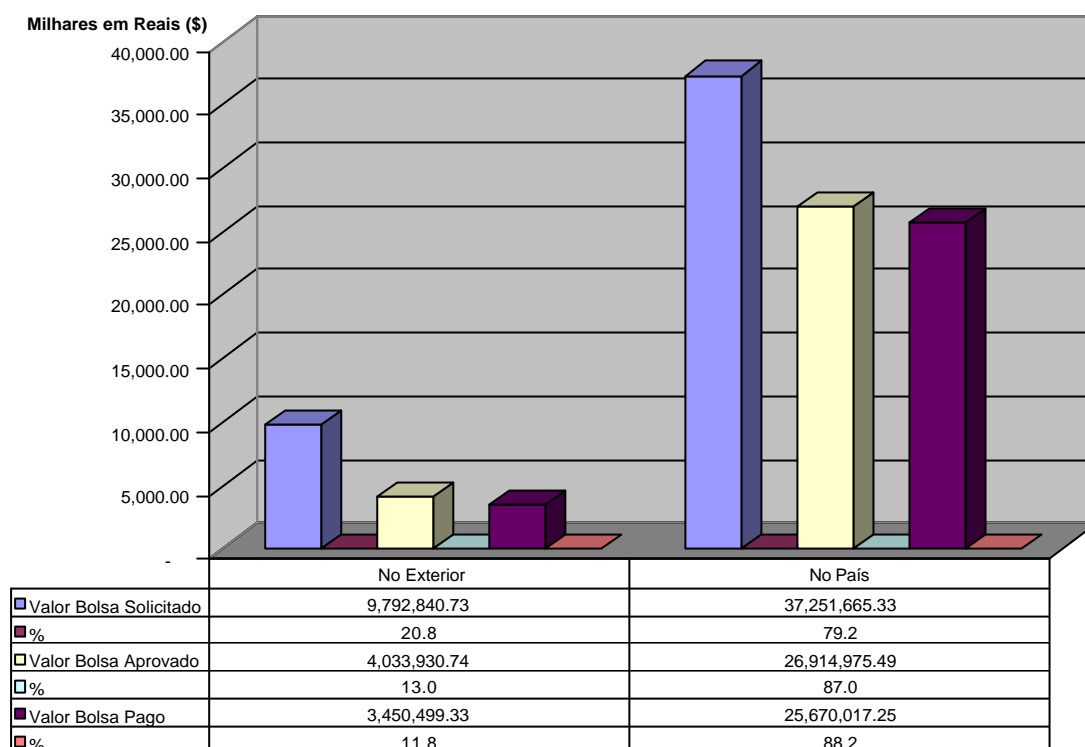
Gráfico 3 - Programa Básico de Artes - Bolsas no País por Modalidade - 1995-2005

Os maiores valores solicitados foram na modalidade Produtividade em Pesquisa (PQ) com 32,1% do total solicitado, seguido da Iniciação Científica (IC) com 25,6% e do Auxílio a Projeto Integrado de Pesquisa (AT, IC e PQ), com 22,6% do montante total solicitado.

Destaca-se o maior investimento na modalidade Iniciação Científica (IC), com 37,1% do total investido. Houve grande ênfase na iniciação de alunos de graduação na pesquisa científica em artes. O segundo maior valor investido foi na modalidade de Auxílio a Projeto Integrado de Pesquisa (AI), compreendendo as modalidades IC, AT e PQ, com 26,4%, seguida da modalidade Produtividade em Pesquisa (PQ) com 14,3% do total investido em bolsas no país.

A modalidade Mestrado no País (GM) teve boa representatividade com o quarto maior valor solicitado (7,5%), aprovado (10,3%) e pago (10,8%), seguida da modalidade Recém Doutor (RD) com 5,9% do total pago, o quinto maior investimento. A modalidade Doutorado no País (GD), com 1,3% do total, tem o sexto maior investimento.

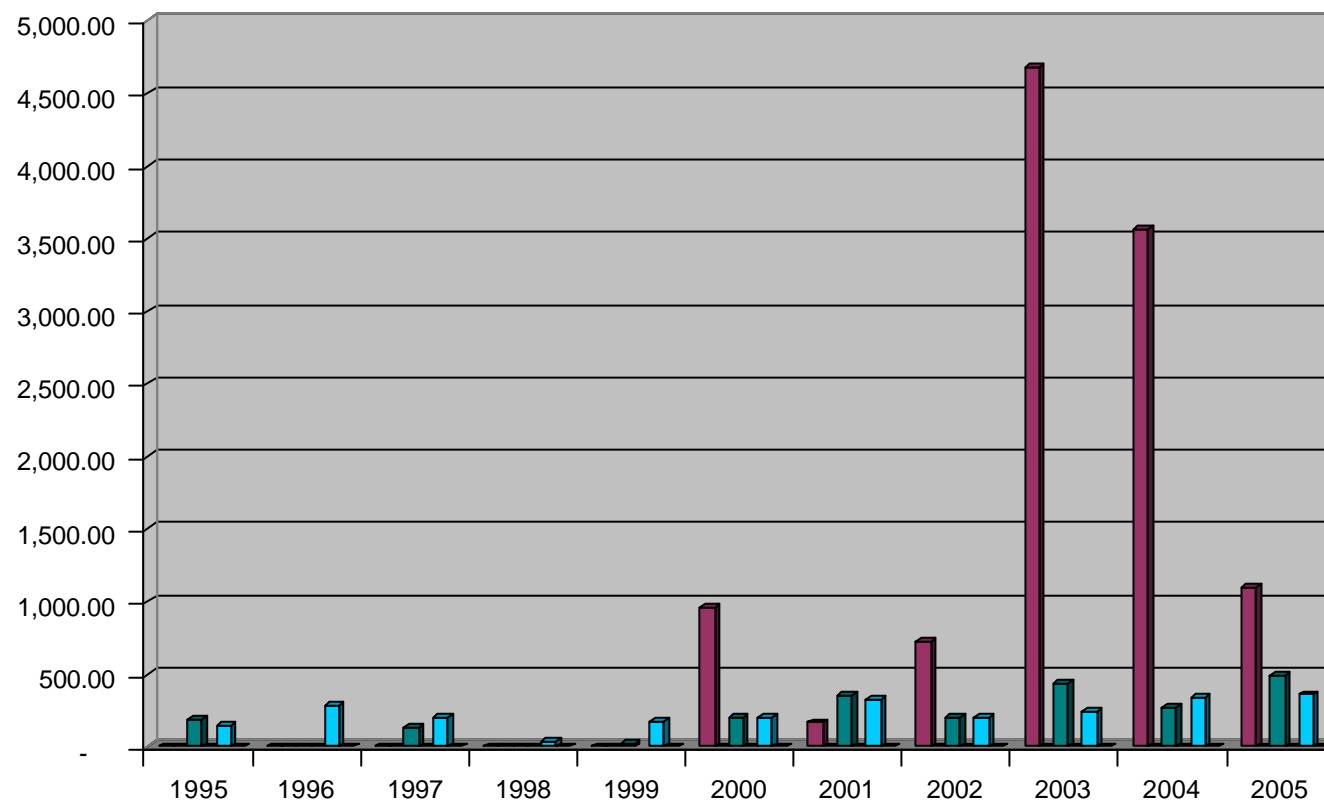
As modalidades PD (0,6%), DCR (0,6%), AP Curso (0,6%), PVE (0,6%), PV (0,5%) e PAS (0,5%) tiveram um investimento intermediário e as modalidades PDJ (0,1%) PAP (0,1%), AP (0,1%), SWP (0,1%) e PDS (0%) os menores valores pagos.



**Gráfico 4** - Programa Básico de Artes - Bolsas no Exterior X Bolsas no País - 1995-2005

Na relação dos investimentos feitos em bolsas no país e no exterior junto ao Programa Básico de Artes verifica-se a preponderância das bolsas no país com 88,2% do montante total pago contra 11,8 % do total pago de bolsas no exterior.

Milhares em Reais (\$)

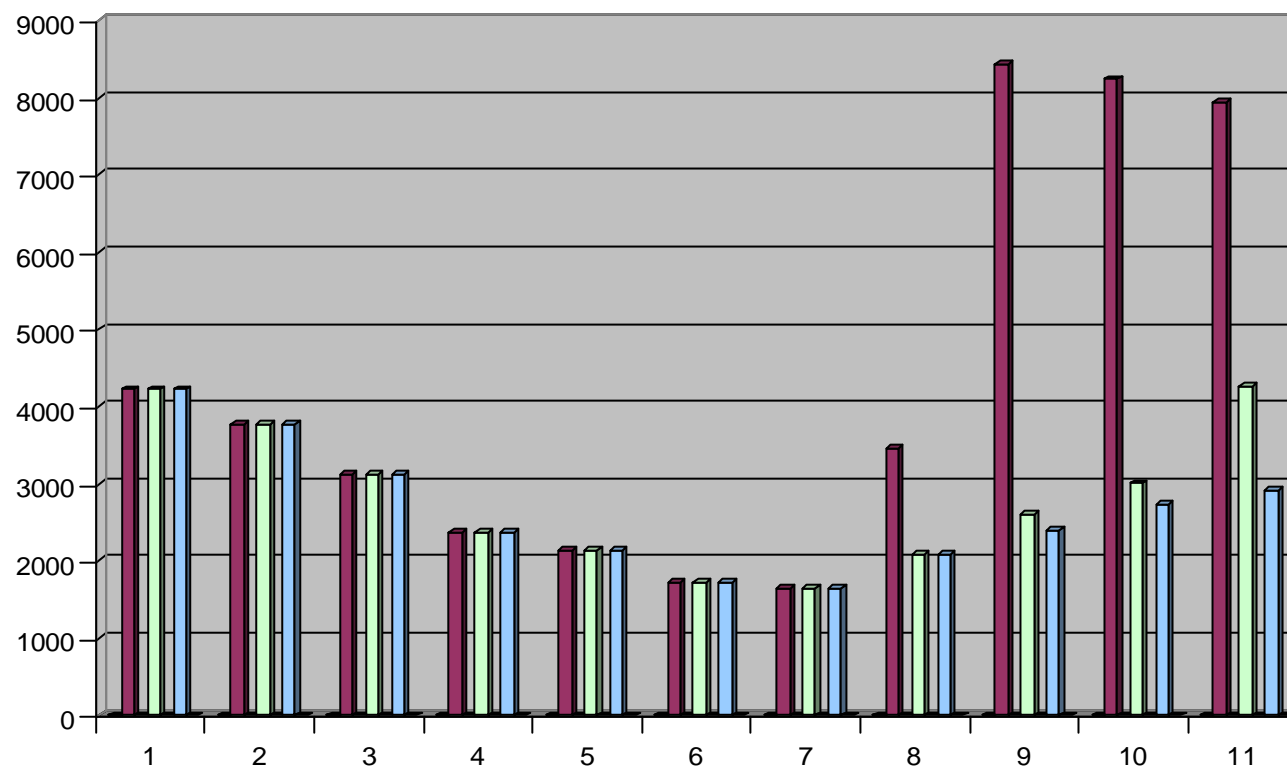


	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
■ Auxílio Solicitado	-	-	-	-	-	962,210.44	166,250.37	729,400.15	4,678,077.42	3,562,076.07	1,097,886.23
□%	-	-	-	-	-	8.6	1.5	6.5	41.8	31.8	9.8
■ Auxílio Aprovado	193,550.12	-	128,576.00	-	25,000.00	200,089.00	352,394.20	196,550.00	434,446.79	267,379.10	494,775.33
■%	8.4	-	5.6	-	-	8.7	15.4	8.6	18.9	11.7	21.6
■ Auxílio Pago	143,866.66	282,656.61	205,071.35	33,500.00	178,445.00	200,089.00	323,894.20	203,550.00	238,579.83	340,432.72	360,287.24
□%	5.7	11.3	8.2	1.3	7.1	8.0	12.9	8.1	9.5	13.6	14.4

Gráfico 5 - Programa Básico de Artes - Auxílios por Ano - 1995-2005

Na distribuição dos Auxílios por Ano percebe-se o aumento dos recursos pagos a partir de 2001 com 12,9% dos auxílios pagos no período. Há uma redução dos valores nos anos de 2002 (8,1%) e 2003 (9,5%) e a retomada do crescimento em 2004 (13,6%) que se mantém em 2005 (14,4%). O aumento de recursos a partir de 2001 se justifica pela retomada do investimento em Auxílio a partir desse ano.

Milhares em Reais (\$)



	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
□ Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
■ Valor Bolsa Solicitado	4,225,409.67	3,777,034.64	3,117,838.13	2,376,745.44	2,132,274.98	1,717,727.32	1,642,436.87	3,451,943.43	8,429,443.31	8,236,724.44	7,936,927.83
□ %	9.0	8.0	6.6	5.1	4.5	3.7	3.5	7.3	17.9	17.5	16.9
□ Valor Bolsa Aprobado	4,225,409.67	3,777,034.64	3,117,838.13	2,376,745.44	2,132,274.98	1,717,727.32	1,642,436.87	2,088,711.99	2,607,197.49	3,004,579.51	4,258,950.19
□ %	13.7	12.2	10.1	7.7	6.9	5.6	5.3	6.7	8.4	9.7	13.8
■ Valor Bolsa Pago	4,225,409.67	3,777,034.64	3,117,838.13	2,376,745.44	2,132,274.98	1,717,727.32	1,642,436.87	2,088,711.99	2,388,250.27	2,734,850.74	2,919,236.53
□ %	14.5	13.0	10.7	8.2	7.3	5.9	5.6	7.2	8.2	9.4	10.0

Gráfico 6 - Programa Básico de Artes - Bolsas por Ano - 1995-2005



Interessante observar que em relação à distribuição anual das modalidades de bolsas no país e no exterior, os maiores investimentos feitos foram nos anos 1995 (14,5%), 1996 (13%), 1997 (10,7%) e 1998 (8,2%).

A partir de 1999 há uma relativa redução, com apenas 7,3% do total investido no período, o que se acentua nos anos 2000 (5,9%) e 2001 (5,6%). É retomando o crescimento dos investimentos a partir de 2002, com 7,2% do investido no período, chegando a 2005 com 10% do investimento feito em bolsas no período.

Milhares em Reais (\$)

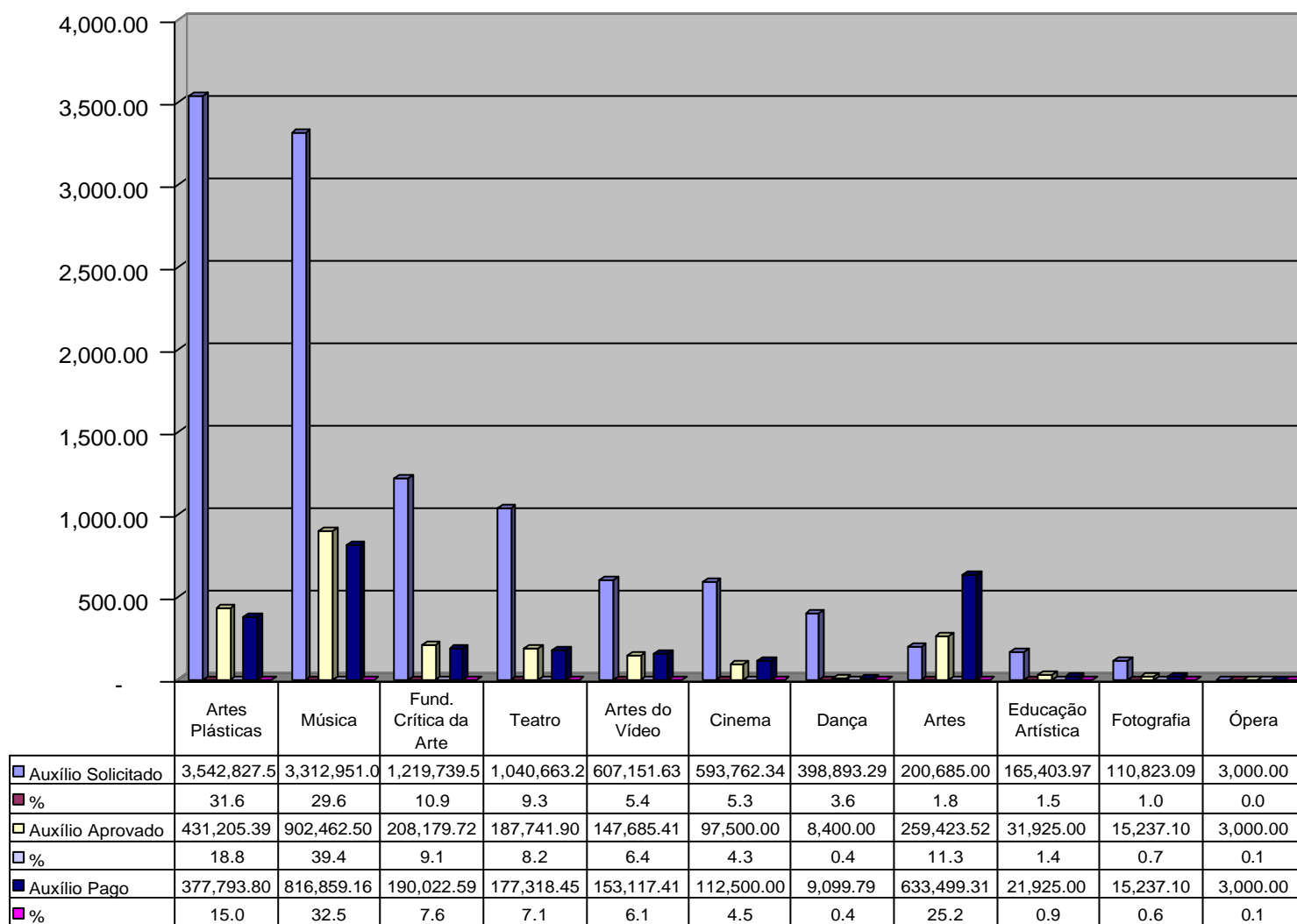


Gráfico 7 - Programa Básico de Artes - Auxílios por Subárea - 1995-2005

Na distribuição dos Auxílios por Subárea destacam-se os investimentos nas subáreas de Música com 32,5% do total e em Artes (código grande área) com 25,2% do total investido no período. A subárea de Artes Plásticas com 15% e de Fundamentos da Crítica da Arte, com 7,6% seguem em terceiro e quarto lugares no total dos investimentos.

Os maiores valores solicitados foram nas subáreas de Artes Plásticas, com 31,6% do total, Música, com 29,6% e Fundamentos da Crítica da Arte, com 10,9% do total solicitado.

As subáreas Teatro (7,1%), Artes do Vídeo (6,1%) e Cinema (4,5%) receberam um investimento proporcionalmente intermediário.

As subáreas que receberam o menor investimento foram: Educação Artística (0,9%), Fotografia (0,6%), Dança (0,4%) e Ópera (0,1%).

Na distribuição das bolsas por subárea os destaques continuam com as subáreas Música, com 60,4%, Artes (código grande área), com 12,8%, Artes Plásticas, com 9,1% e Fundamentos da Crítica da Arte com 7,9% do total de bolsas no período. Primeiro, segundo, terceiro e quarto lugares no investimento em bolsas no Programa Básico de Artes.

Milhares em Reais (\$)

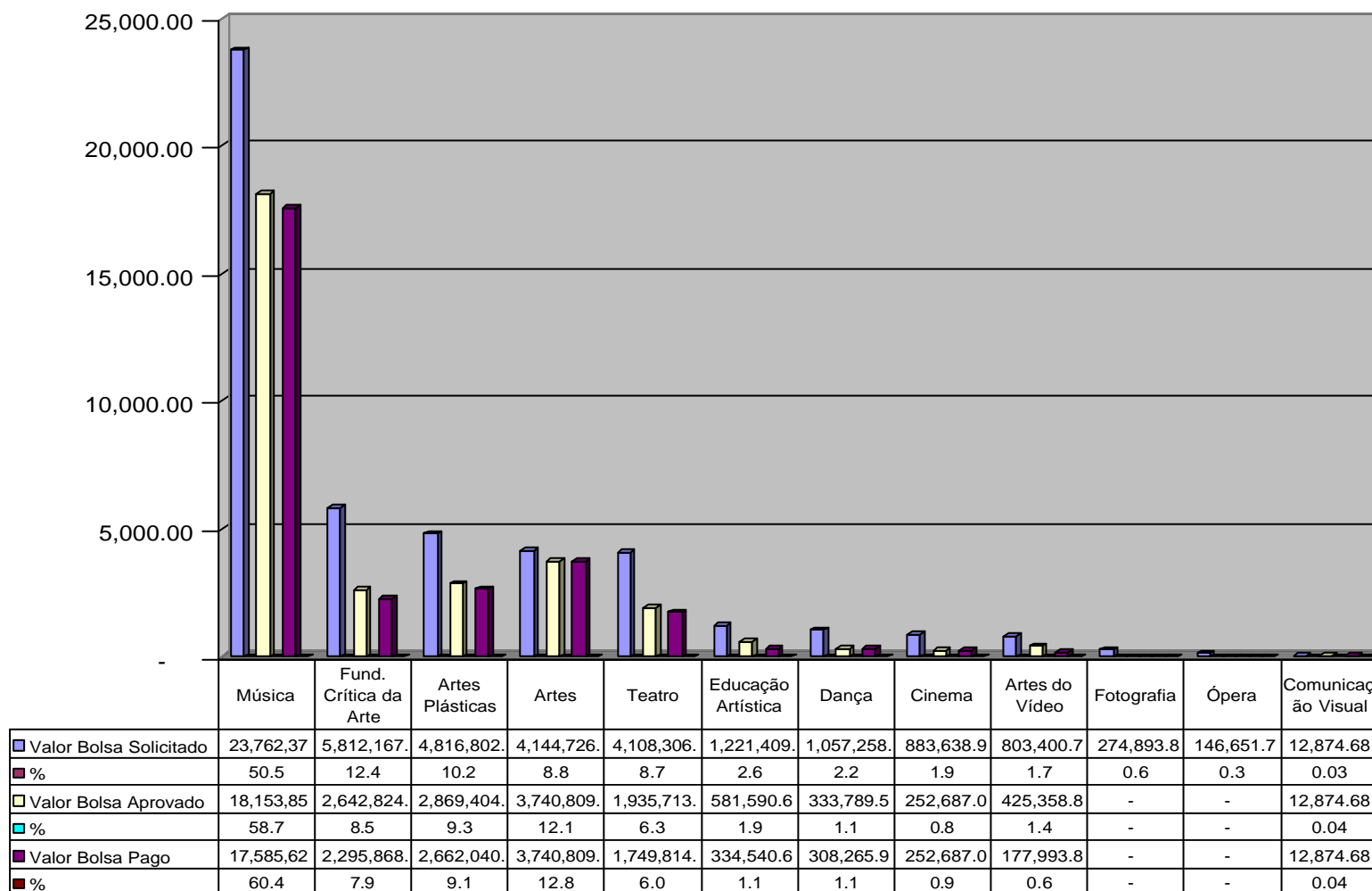
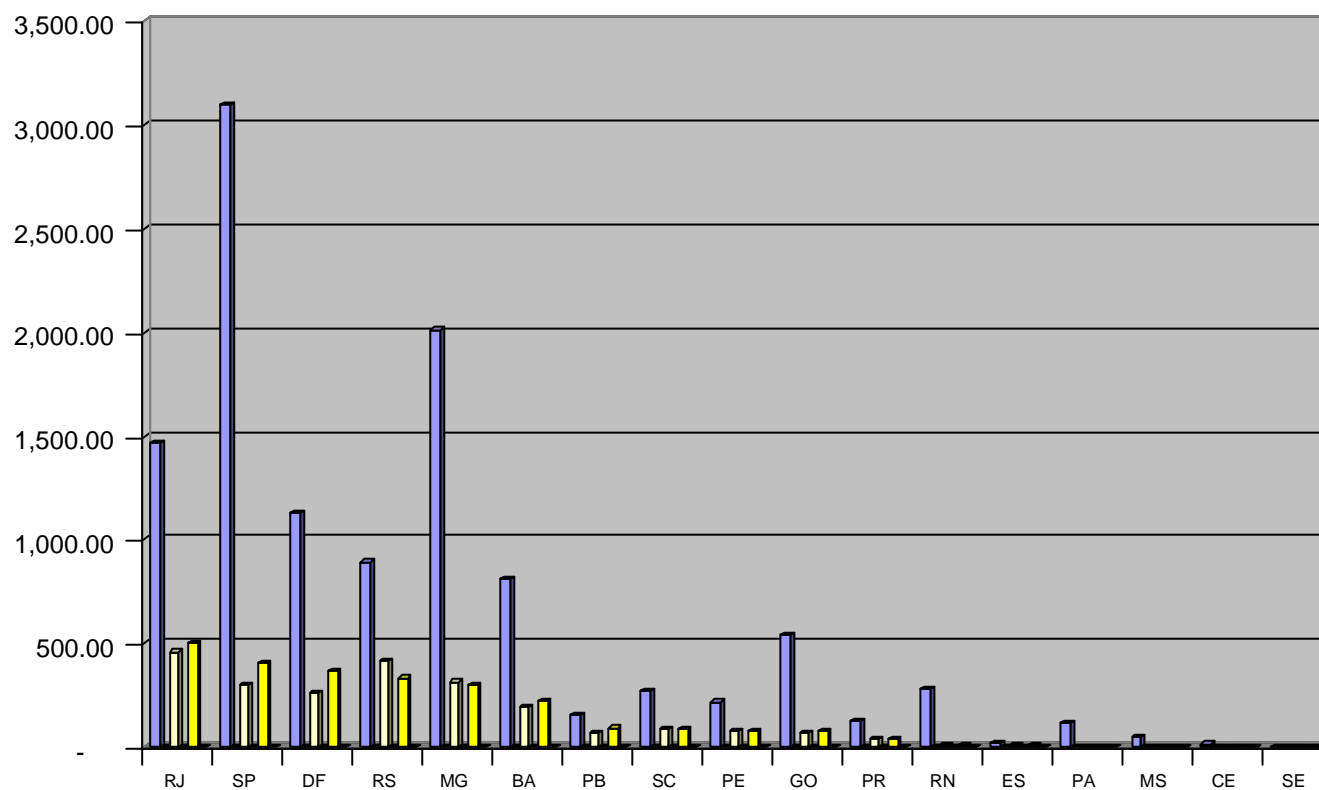


Gráfico 8 - Programa Básico de Artes - Bolsas por Subárea - 1995-2005

A subárea de Teatro com 6%, recebeu o quinto maior investimento de bolsas, seguida da Educação Artística (1,1%), Dança (1,1%), Cinema (0,9%) e Artes do Vídeo (0,6%). A Comunicação Visual recebeu 0,04% do total, o menor investimento. As subáreas de Fotografia e a Ópera não receberam nenhum investimento em bolsas no período.

Milhares em Reais (\$)



	RJ	SP	DF	RS	MG	BA	PB	SC	PE	GO	PR	RN	ES	PA	MS	CE	SE
Auxílio Solicitado	1,469,005.	3,094,940.	1,126,793.	891,741.80	2,011,890.	812,526.61	153,062.28	270,745.84	217,366.05	542,394.14	125,113.83	280,190.39	20,691.47	114,061.20	49,330.20	13,047.33	-
%	13.1	27.6	10.1	8.0	18.0	7.3	1.4	2.4	1.9	4.8	1.1	2.5	0.2	1.0	0.4	0.1	-
Auxílio Aprovado	458,265.15	295,888.49	264,775.41	415,067.93	314,257.86	193,485.08	64,003.05	87,151.34	77,860.00	63,500.00	35,506.23	10,000.00	10,000.00	-	-	-	-
%	20.0	12.9	11.5	18.1	13.7	8.4	2.8	3.8	3.4	2.8	1.5	0.4	0.4	-	-	-	-
Auxílio Pago	499,224.76	405,342.33	368,987.30	333,005.06	298,297.63	222,991.39	92,232.57	83,151.34	74,360.00	74,274.00	35,506.23	10,000.00	10,000.00	-	-	-	-
%	19.9	16.1	14.7	13.3	11.9	8.9	3.7	3.3	3.0	3.0	1.4	0.4	0.4	0.0	-	-	-

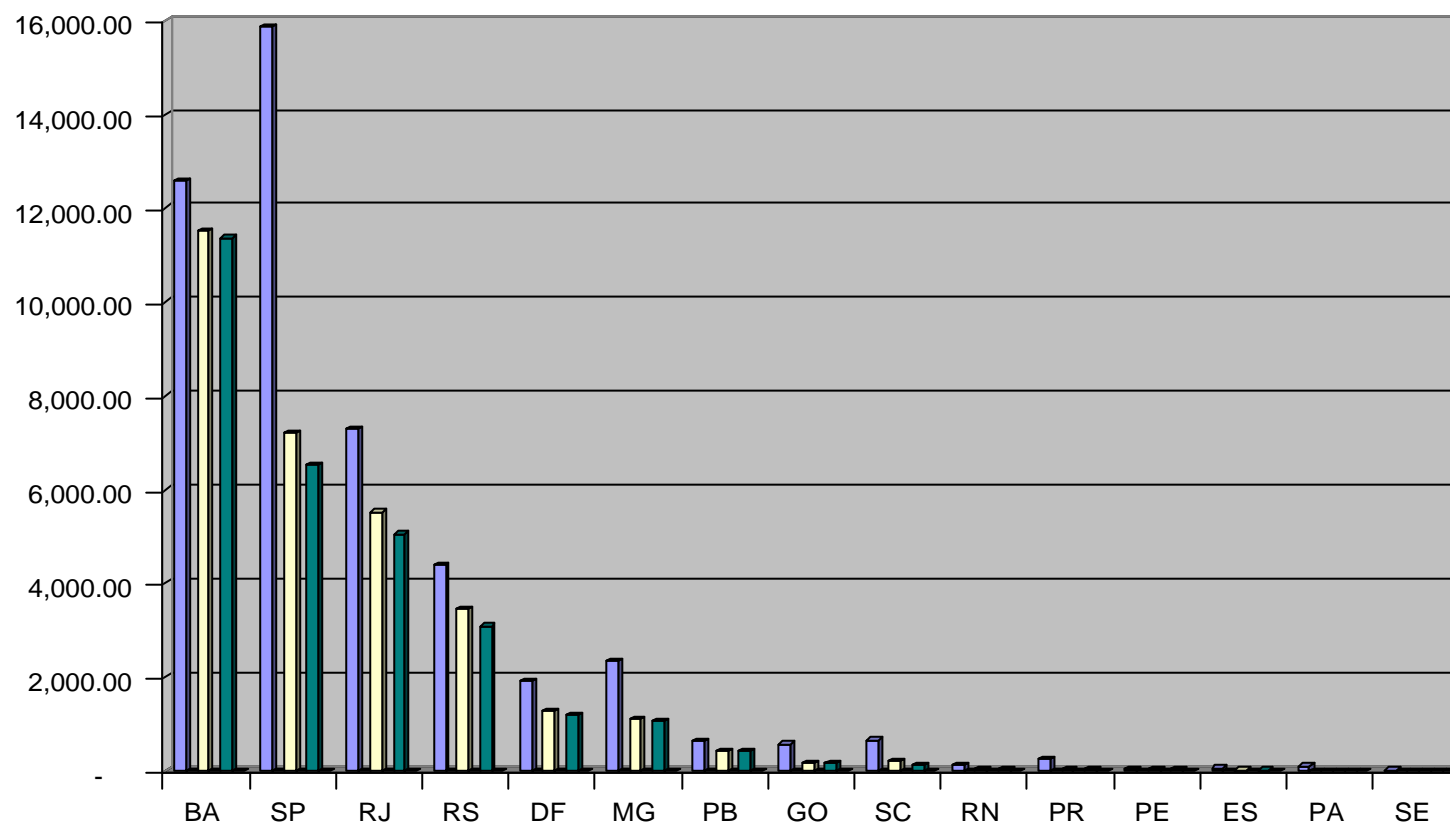
Gráfico 9 - Programa Básico de Artes - Auxílios por Unidade da Federação - 1995-2005

Na distribuição dos Auxílios por Unidade da Federação verifica-se o maior investimento feito nos Estados do Rio de Janeiro com 19,9%, São Paulo com 16,1%, Distrito Federal com 14,7%, Rio Grande do Sul com 13,3%, Minas Gerais com 11,9%, e Bahia com 8,9% do total de auxílios investidos no período. Há uma proporcionalidade na ordem decrescente e pode-se constatar a concentração dos investimentos nas regiões sudeste, centro-oeste e sul.

Em termos das solicitações, São Paulo com 27,6% e Minas Gerais com 18% detém as maiores demandas, seguidas do Rio de Janeiro com 13,1%, Distrito Federal com 10,1%, Rio Grande do Sul com 8%, Bahia com 7,3% e Goiás com 4,8% do total de solicitações de Auxílios no período.

Os Estados da Paraíba com 3,7%, de Santa Catarina com 3,3%, Pernambuco com 3% e Goiás com 3%, receberam investimentos intermediários. Enquanto que os Estados do Paraná (1,4%), Rio Grande do Norte (0,4%), Espírito Santo (0,4%) receberam os menores investimentos em Auxílio. Os Estados do Pará, Mato Grosso do Sul, Ceará e Sergipe não receberam investimentos de Auxílios no período.

Milhares em Reais (\$)



	BA	SP	RJ	RS	DF	MG	PB	GO	SC	RN	PR	PE	ES	PA	SE
Valor Bolsa Solicitado	12,599,529.14	15,880,823.14	7,295,066.92	4,392,634.69	1,913,037.14	2,339,801.88	642,477.51	572,854.54	655,381.46	117,140.47	254,326.97	44,523.22	66,850.58	101,347.92	22,058.76
%	26.9	33.9	15.6	9.4	4.1	5.0	1.4	1.2	1.4	0.2	0.5	0.1	0.1	0.2	0.05
Valor Bolsa Aprovado	11,507,998.46	7,213,526.05	5,519,313.53	3,445,706.10	1,262,970.12	1,110,404.87	413,917.32	160,316.16	203,782.00	37,486.26	33,088.14	25,730.98	14,666.24	-	-
%	37.2	23.3	17.8	11.1	4.1	3.6	1.3	0.5	0.7	0.1	0.1	0.08	0.05	-	-
Valor Bolsa Pago	11,373,358.46	6,529,071.92	5,054,027.01	3,088,546.38	1,186,866.12	1,075,763.59	413,917.32	160,316.16	127,678.00	37,486.26	33,088.14	25,730.98	14,666.24	-	-
%	39.1	22.4	17.4	10.6	4.1	3.7	1.4	0.6	0.4	0.1	0.1	0.1	0.1	0	0

Gráfico 10 - Programa Básico de Artes - Bolsas por Unidade da Federação - 1995-2005



Na distribuição das Bolsas por Unidade da Federação há uma inversão em relação à distribuição de Auxílios por Unidade da Federação (Gráfico 10) e o Estado da Bahia com 39,1% do total do investimento em bolsas no período, recebeu o maior investimento. São Paulo com 22,4%, Rio de Janeiro com 17,4%, Rio Grande do Sul com 10,6%, Distrito Federal com 4,1% e Minas Gerais com 3,7% ficam em segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto lugares no total investido em bolsas no período.

Em termos das solicitações verifica-se que São Paulo com 33,9%, seguido da Bahia com 26,9%, Rio de Janeiro com 15,6%, Rio Grande do Sul com 9,4%, Minas Gerais com 5% e Distrito Federal com 4,1% tiveram as maiores demandas por bolsas.

Os Estados da Paraíba (1,4%), Goiás (0,6%) e Santa Catarina (0,4%) tiveram proporcionalmente um investimento intermediário e Rio Grande do Norte, Paraná, Pernambuco e Espírito Santo receberam os menores investimentos, 0,1% do total de bolsas.

Os Estados do Mato Grosso do Sul, Ceara e Sergipe não receberam investimentos em bolsas no período.

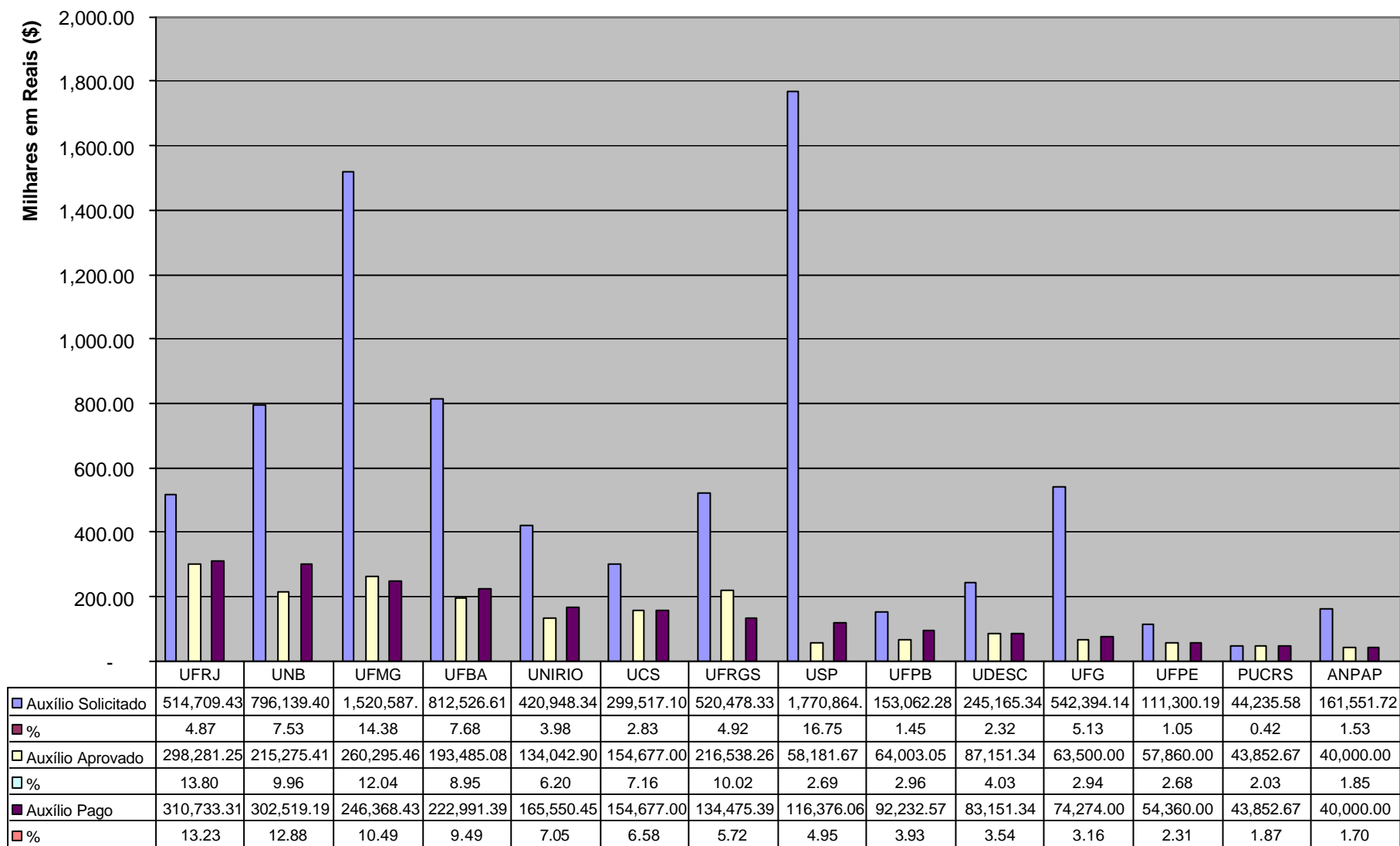


Gráfico 11 - Programa Básico de Artes – Auxílio no país por IES - 1995-2005

As modalidades de auxílios no país distribuídas por instituição foram APQ, ARC, APV e AED.

É possível perceber no total de investimentos em Auxílios no país feito por instituição que a UFRJ com 13,3% do total, deteve o maior volume de investimentos, seguida da UnB com 12,88%, da UFMG com 10,49% e da UFBA, com 9,49%, segundo, terceiro e quarto lugares nos investimentos em Auxílio feitos por instituição.

Já nas solicitações, a USP com 16,75%, a UFMG com 14,38%, a UFBA com 7,68% e a UnB com 7,53% apresentaram as maiores demandas por Auxílios.

A UNIRIO com 7,05%, a UCS com 6,58%, a UFRGS com 5,72% e a USP com 4,95% receberam investimentos intermediário em Auxílios.

A ANPAP com 1,70%, a PUCRS com 1,87% e a UFPE com 2,3% receberam os menores investimentos em Auxílio no período.

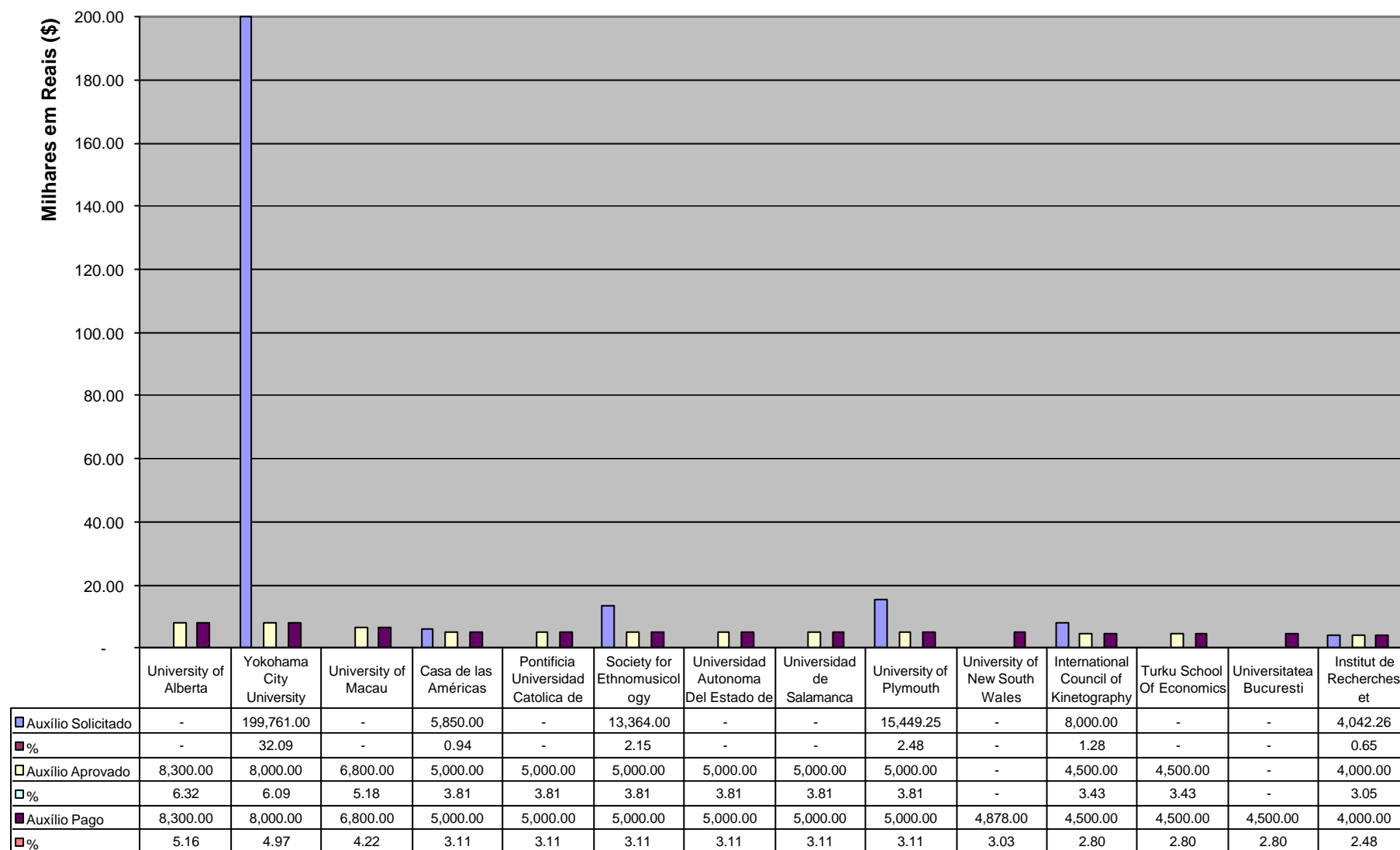


Gráfico 12 - Programa Básico de Artes – Auxílio no exterior por IES - 1995-2005

Os investimentos em Auxílio no Exterior foram feitos por meio do Auxílio Evento Científico (AVG) que permite a participação do bolsista em eventos científicos em instituições no exterior.

*The Society for Ethnomusicology* nos EUA com 6,21% , a *University of Alberta*, no Canadá, com 5,16%, a *Yokohama City University*, no Japão com 4,97%, a *University of Macau*, com 4,22%, receberam os maiores investimentos do total de AVG no período.

A maior solicitação foi para a *Yokohama City University*, no Japão, com 32,09% do total do AVG solicitado no período.

A *Casa de las Américas*, em Cuba, a *Pontificia Universidad Católica del Chile*, a *Universidad Autónoma Del Estado de México*, a *Universidad de Salamanca* e a *University of Plymouth* no Reino Unido receberam o investimento de 3,11% do total de AVG no período.

*Universitatea Bucuresti*, na Romênia, com 2,80%, e o *Institut the Recherche et Coordination Acoustique/Musique*, na França, com 2,48% receberam os menores investimentos em AVG.

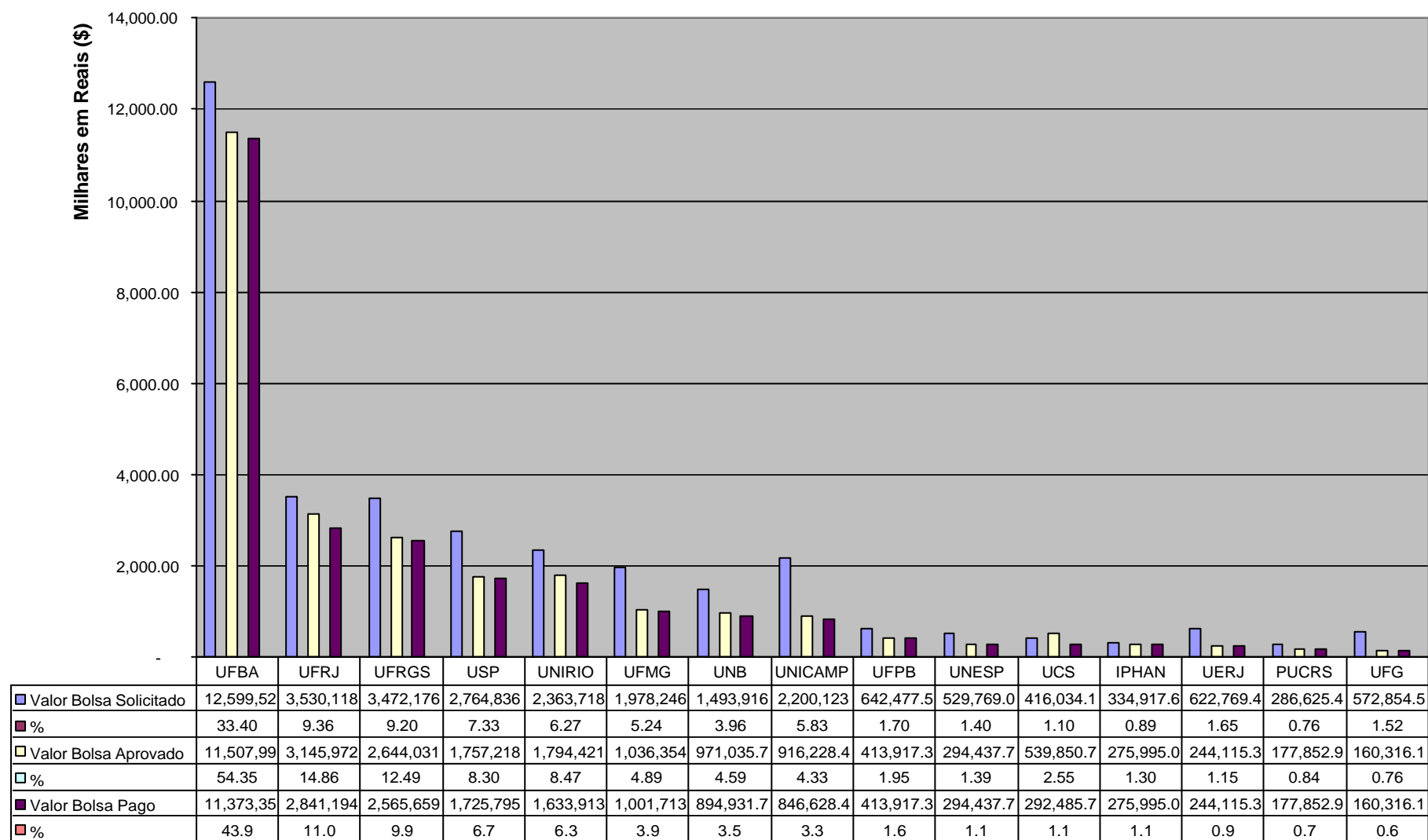


Gráfico 13 - Programa Básico de Artes - Bolsas no país por IES- 1995-2005

Na distribuição das bolsas no país por instituição é possível perceber que a UFBA com 43,9%, a UFRJ com 11% e a UFRGS com 9,9% receberam os maiores investimentos em bolsas no período. Essas instituições também apresentaram os maiores valores solicitados.

Já a USP com 6,7%, a UNIRIO com 6,3%, a UFMG com 3,9%, a UnB com 3,5% e a Unicamp com 3,3% receberam valores intermediários do total investido em bolsas no país no período.

A PUC-RS com 0,7% e a UFG com 0,6%, receberam os menores investimentos em bolsas no país.

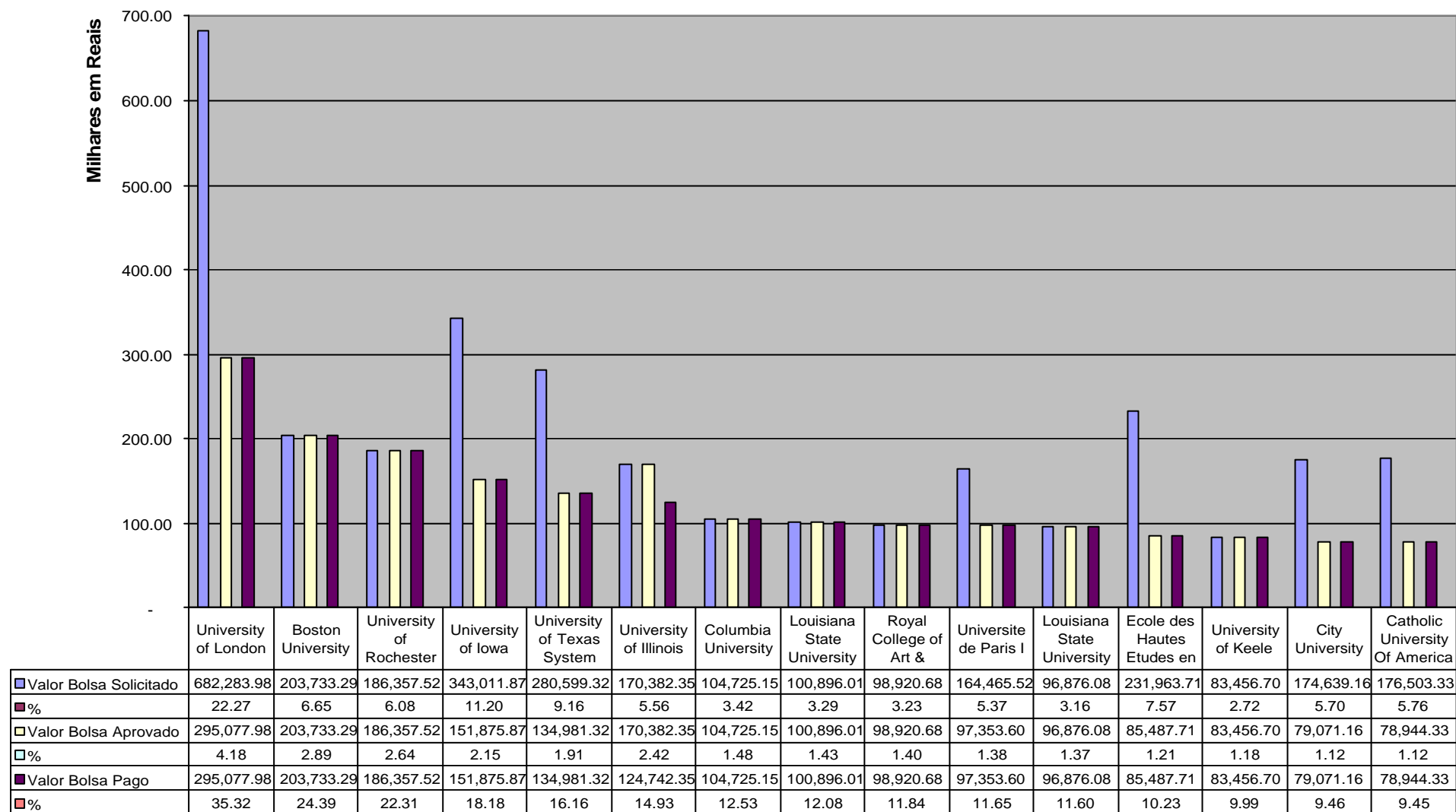


Gráfico 14 - Programa Básico de Artes - Bolsas no exterior por IES- 1995-2005



Na distribuição das bolsas no exterior por instituição pode-se verificar que a *University of London* com 35,32% recebeu o maior volume dos investimentos. *Boston University* com 24,39%, *University of Rochester* nos EUA, com 22,31% e a *University of Iowa* com 18,18% seguem em segundo, terceiro e quarto lugar no ranking dos investimentos em bolsas no exterior por instituição, no período.

As maiores solicitações estiveram na *University of London* com 22,27%, e na *University of Iowa* com 11,20% do total solicitado em bolsas no exterior no período.

A *University of Keele* com 9,99%, a *City University* com 9,46% e a *Catholic University of America* com 9,45% receberam os menores investimentos em bolsas no exterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização do fomento à formação de recursos humanos e à pesquisa em artes no CNPq favoreceu o crescimento da Pós-Graduação na área e induziu a formação de grupos de pesquisa e de associações de pesquisadores em artes, nas suas diversas subáreas: plásticas, música e cênicas. A comunidade científica de artes organizada em associações, por sua vez, adquiriu maior força política, o que favoreceu a captação de recursos para o desenvolvimento e o reconhecimento da área.

Em relação aos programas e cursos de Pós-Graduação em artes, especificamente, no tocante às artes e música, verificou-se o aumento no número de programas e cursos de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) reconhecidos pela Capes. A área conta hoje com 35 programas de Pós-Graduação. Dentro desses programas existem 49 cursos, sendo 35 Mestrados e 14 Doutorados.

A situação dos grupos de pesquisa em artes segundo o censo dos grupos de pesquisa realizado pelo CNPq em 2004, a área de Artes tem 1.063 pesquisadores distribuídos em 253 grupos, desenvolvendo projetos em 554 linhas de pesquisa espalhados por todo o Brasil, com maior concentração nas regiões Sudeste e Sul.

Foi importante e decisivo o papel do corpo técnico e de dirigentes da instituição no estímulo à expansão do fomento às áreas das ciências humanas e sociais, dentre elas a Arte. Nesse sentido, destacam-se a articulação, a mediação e a promoção, pelo CNPq, da ciência e de sua comunidade científica, nas mais diversas áreas do conhecimento, inclusive com o incentivo e apoio à organização corporativa das comunidades científicas das Artes em associações.

A criação da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - ANPAP é o exemplo dessa importante indução do CNPq na conformação da comunidade científica brasileira no campo das artes plásticas.

A ANPAP desde 1987 vem ganhando espaço e se confirmando no cenário da pesquisa em artes plásticas. O centro das ações da ANPAP gira em torno da realização do Encontro Nacional e da edição dos Anais desses Encontros contendo a produção científica dos

pesquisadores da área. Esses Encontros possibilitam novos contatos, o intercâmbio de informações e das pesquisas em desenvolvimento no campo das artes plásticas. É o momento de compartilhar os conhecimentos desenvolvidos nas pesquisas e projetos dos artistas plásticos/pesquisador associado. Momento também de se decidir sobre questões político-administrativas e os rumos da própria Associação.

A questão do método é decisivo na pesquisa em artes. As subáreas história, teoria e crítica da arte têm por natureza, uma estrutura mais científica e teórica, o que facilita a definição metodológica da pesquisa. O restauro e conservação incluem métodos de outras disciplinas como, por exemplo, a química. A questão do método no processo de criação na linguagem artística - a pesquisa no fazer artístico reserva espaço para as peculiaridades do artista. Não há uma metodologia padrão determinada.

Numa iniciativa conjunta entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC), por meio da Capes - talvez aí uma ação política pública integrada -, o Programa ApArtes foi criado em 1996 com a finalidade de formar uma massa de talentos artísticos nacional, aperfeiçoando jovens no exterior.

Porém, suas características pouco acadêmicas transformaram-no em um Programa à parte da atuação tradicional da Capes, gerando conflitos com a própria comunidade artística que tinha a preocupação quanto à diminuição dos recursos destinados à área no âmbito da estrutura formal em decorrência do maior incentivo àquele Programa. Mesmo com o reconhecimento dos resultados do Programa pela opinião pública e com uma boa repercussão junto ao meio, o ApArtes foi interrompido para avaliação. Defendeu-se a continuidade do Programa com algumas reformulações, de modo a manter seus princípios originais, que foram se perdendo em função das pressões para a adequação à ação tradicional da Capes. O ApArtes foi encerrado a partir de 2002.

O Programa Básico de Artes do CNPq cumpriu, e ainda cumpre, o papel de fomentar o desenvolvimento e a consolidação da formação de recursos humanos e da pesquisa em artes no Brasil. Uma ação pública federal, no campo da ciência e tecnologia, em prol das artes e da cultura nacional.

Em relação a políticas públicas de apoio às Artes e à ação do CNPq no Programa Básico de Artes, fazem-se necessárias uma articulação política e uma ação conjunta para o desenvolvimento das Artes e da cultura brasileira. Deve haver uma transversalidade entre as políticas públicas cultural e de ciência e tecnologia. Uma política pública cultural que conte com os instrumentos de formação de recursos humanos e de incentivo à pesquisa em Artes do CNPq e uma política de ciência e tecnologia que contemple também o apoio ao desenvolvimento artístico e cultural do país.

A gestão do fomento do CNPq nesse período passa por muitas mudanças com a implantação da Plataforma Lattes e dos Fundos Setoriais, a informatização do fomento, a reestruturação organizacional, o aumento da dotação orçamentária e o surgimento da figura dos editais como forma mais estruturada de chamada.

No fomento às Artes não poderia ser diferente. As mudanças refletiram aí. A implantação da Plataforma Lattes permitiu a captação e gestão das informações relativas às instituições de pesquisa, aos currículos dos pesquisadores e grupos de pesquisa em artes, dando maior organização, visibilidade da comunidade e das pesquisas em desenvolvimento e gerando maiores possibilidades de interações no campo das artes. Exemplos, desse impacto, são os dados apresentados acima sobre número de grupos e linhas de pesquisa em artes existentes no país. Antes da Plataforma Lattes, talvez isso não fosse possível, ou pelo menos muito difícil.

Todo o processo de fomento, desde a submissão de pedidos de apoio ao CNPq, vem sendo informatizado gradativamente. Primeiro, foi o incremento do formulário de submissão eletrônico; em seguida, o envio eletrônico das propostas por meio da página do CNPq na internet, e, mais recentemente, os processos de pré-análise, consultoria *ad hoc* e julgamento também feitos eletronicamente. Esse processo de transição até a efetiva informatização do fomento gerou dificuldades para os candidatos às bolsas e auxílios da área de artes na submissão de suas propostas, para os consultores *ad hoc* na elaboração de seus pareceres por meio eletrônico e para o próprio Comitê Assessor na análise e julgamento eletrônico das propostas. Foram diversas ações de adequações e correções dos sistemas de modo a deixá-lo satisfatório.

Com a reestruturação organizacional da Casa, a antiga área de Artes passou, a partir de 2001, a ser denominada Programa Básico de Artes, com um código de programa, e todos os seus instrumentos passaram a ser gerenciados nesse âmbito e não mais relacionados apenas ao código de área da tabela de conhecimento. Dessa forma, hoje o CNPq responde por código do programa e da área.

Dos elementos constitutivos de um Programa, abordados nesta dissertação e segundo o PPA, foram encontrados no Programa Básico de Artes do CNPq apenas os que dizem respeito a sua estrutura de funcionamento, quais sejam: instrumentos, critérios, processo de seleção, análise e julgamento, mecanismos de acompanhamento e avaliação e valores investidos. Percebeu-se a ausência de elementos que justificam um Programa, tais como problema, objetivo, metas e indicadores. Dessa forma, sugere-se a elaboração de um Termo de Referência do Programa Básico de Artes, contendo os elementos que permitam avaliar seus impactos. Talvez a interface com a política pública cultural possa ser feita na elaboração desse documento quando da identificação do problema e definição dos objetivos, metas e indicadores.

A participação da comunidade científica em artes junto ao Programa Básico de Artes consiste da análise e do julgamento das propostas submetidas ao apoio do CNPq, bem como da conformação de uma política de desenvolvimento da área no âmbito do Comitê de Assessoramento de Artes e Comunicação CA AC.

Nesse processo de interação, várias recomendações e propostas, tratadas nos itens a seguir, foram feitas, tanto pela Diretoria quanto pelos especialistas, no sentido da gestão do fomento e do desenvolvimento da área. Algumas dessas recomendações e propostas foram levadas à consecução e outras apenas abordadas e discutidas sem se efetivarem.

- a) necessidade de maior oferta de bolsas, considerando a expansão da área de Artes não apenas no que se refere a projetos de pesquisa, mas também no que diz respeito à implantação de cursos de pós-graduação;
- b) manutenção da concessão de bolsas de Doutorado Pleno no Exterior para a área de Artes, considerando o número insuficiente de doutores e de infra-estrutura no país;
- c) necessidade de maior contato do corpo técnico do CNPq com as Associações Nacionais de Pesquisa na área de Artes e da participação em suas reuniões

- científicas, com os objetivos de difundir seus programas e políticas de fomento e conhecer melhor as prioridades dessa comunidade científica;
- d) necessidade e integração do membro suplente representante das Artes Cênicas ao CA-AC, considerando o aumento da demanda nesta subárea o que facilitou o julgamento das propostas e o melhor desempenho do Comitê;
  - e) amadurecimento dos projetos de Artes Cênicas, o aporte reflexivo incipiente, em propostas da subárea de Poéticas Visuais relacionadas com as novas tecnologias e a maior consolidação metodológica dos projetos da subárea de Teoria e História da Arte;
  - f) quanto à mudança na tabela das áreas de conhecimento, com a inclusão da Ópera na subárea de música e a consideração desta como uma área separada das Artes com dotação orçamentária própria, a proposta está inclusa no escopo das mudanças pretendidas na referida tabela das áreas de conhecimento. Entretanto, a Diretoria do CNPq posicionou-se pelo não entendimento da música fora das artes;
  - g) recomendação de intensificação da produção científica dos pares, no que se refere a publicações em periódicos indexados da área, em razão do aumento da demanda qualificada de bolsas de produtividade em pesquisa, que eleva o patamar de ingresso e de manutenção do sistema e pode excluir o pesquisador menos competitivo em futuras solicitações;

Na análise do dispêndio pode-se verificar um maior investimento na subárea de música e uma concentração dos investimentos nas regiões sul e sudeste. O maior investimento em música, talvez se justifique, pelo fato da origem teórica dessa subárea estar ancorada nas ciências exatas. A concentração dos investimentos nas regiões sul e sudeste é fato que abrange de modo geral a distribuição dos investimentos em ciência e tecnologia, no entanto, especificamente, no tocante às artes, isso talvez se deva ao fato de terem os dois grandes centros de produção artística do país – Rio de Janeiro e São Paulo.

Sobre a questão das Artes receberem o menor valor de investimentos no ranking de todas as áreas do conhecimento atendidas pelo CNPq, ficou constatado que não. Numa escala de 74 áreas, ela se coloca no 54º lugar. Isso confere à área um porte médio de desenvolvimento, considerando o fomento à formação de recursos humanos e à pesquisa em artes feito pelo CNPq (ANEXO E – Tabela Rank).

Os investimentos feitos, no período estudado, não representaram um enorme volume de recursos. Com certeza podem ser maior a depender do interesse e da força política e gerencial da comunidade de pesquisadores em artes organizada, do grupo de assessores da área, do corpo técnico e de dirigentes do CNPq.

## REFERÊNCIAS

ABRACE. **Apresentação**. Disponível em:

<http://www.teatro.ufba.br/abrace/aprese/index.html>. Acesso em: 20 nov. 2006.

ANPAP. **Estatuto Social da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**. Brasília, DF: ANPAP, 2004. Disponível em:

<http://www.arte.unb.br/anpapsb/framedownestatuto.htm>. Acesso em: 15 dez. 2006.

ANPAP. **Livro de Atas**. [S.I.: s.n.], [199-].

BARROS, Anna. ANPAP. Mensagem Pessoal. Mensagem enviada para: [vivianef@cnpq.br](mailto:vivianef@cnpq.br) em 11 out. 2006.

BERNAL, John D. **História Social de La Ciência**. 7. ed. Bracelona: Ed. Península, 1973. 2 V.

BRASIL. Brasil em 3 Tempos - Análise Prospectiva Dimensão Sócio-Cultural. In. \_\_\_\_\_. **Projeto Brasil 3 Tempos**. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Título VIII. Da Ordem Social. Capítulo IV. Da Ciência e Tecnologia. Art. 218. Disponível em:

[http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988\\_29.05.2003/art\\_218\\_.htm](http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_29.05.2003/art_218_.htm). Acesso em: 10 out. 2006a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.310 - de 15 de janeiro de 1951**. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências. Disponível em: [http://www.cnpq.br/normas/lei\\_1310.htm](http://www.cnpq.br/normas/lei_1310.htm). Acesso em: 14 dez. 2006b.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.129, de 6 de novembro de 1974**. Dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e dá outras providências. Disponível em:

<http://intranet.cnpq.br/normas/normas-li/li-lei6129.htm>. Acesso em: 13 dez. 2006c.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. **Políticas**. Disponível em:

<http://www.cultura.gov.br/politicas/index.html>. Acesso em: 24 nov. 2006d.



BRONOWSKI, Jacob. **O Senso Comum da Ciência**. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. (Coleção o Homem e a Ciência, V. 4).

CAGNIN, M. A . H.; ALBUQUERQUE, C. de A.; ALBAGLI, S. **CNPq – 45 anos**. Brasília: MCT/CNPq/ Superintendência de Planejamento, 1996.

CAMPOS, Roland de Azeredo. **Arteciência: afluência de signos co-moventes**. São Paulo: Perspectiva, 2003. (Coleção Big Bang).

CAPES. **Estatísticas da PG**. Disponível em: <http://ged.capes.gov.br/AgDw/silverstream/pages/frPesquisaColeta.html>. Acesso em: 10 fev. 2007.

CAPES. **História e Missão**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre/historia.html>. Acesso em: 05 out. 2006.

CAPES. **Programa ApAtres**. Brasília, DF: Capes/Mec, 2002.

CAPES. **Relatório ApArtes**. Brasília, DF: Capes/Mec, 2001.

CHUBIN, Daryl; HACKETT, Edward. **Peerless science: peer review and US science policy**. Albany: State University of New York Press, 1990.

CNPq, **Diretório do Grupo de Pesquisa – Plano Tabular**. Censo 2004. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/planotabular/>. Acesso em: 05 fev. 2007a.

\_\_\_\_\_. **Cinquentenário do CNPq: notícias sobre a pesquisa no Brasil**. Brasília, DF: CNPq, 2001a.

CNPq. Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. **Edital CNPq 003/2003 - Bolsas de Apoio Técnico e Edital CNPq 005/2004 - Bolsas de Iniciação Científica**. Brasília, DF: CNPq, 2004e.

CNPq, **Diretório do Grupo de Pesquisa – Informações Gerais**. Disponível em: [http://dgp.cnpq.br/censo2004/inf\\_gerais/index\\_que\\_eh.htm/](http://dgp.cnpq.br/censo2004/inf_gerais/index_que_eh.htm/). Acesso em: 05 fev. 2007b.

CNPq. **Comitês de Assessoramento**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/cas/index.htm>. Acesso em: 10 jan. 2007c.

CNPq. Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. **Dados sobre o julgamento CA 05/01**. Brasília, DF: CNPq, 2001b.

CNPq. **Escopo da Biblioteca Virtual de Política Científica e Tecnológica**. Disponível em: <http://www4.prossiga.br/Políticas-Publicas/oquee.html>. Acesso em: 02 dez. 2006b.

CNPq. **Fundos Setoriais**. Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/areas/fundossetoriais/index.htm>. Acesso em: 15 nov. 2006c.

CNPq. Participação dos CA's. In.:\_\_\_\_\_. **Reunião da SDC em Comemoração de seus 10 Anos**. Brasília, DF: CNPq, 1985. Fita de Rolo D.05/41, Fita 01.

CNPq. **Relatório de Atividades 1997**. Brasília, DF: MCT/CNPq, 1998.

CNPq. **Relatório de Atividades 1998**. Brasília, DF: MCT/CNPq, 1999b.

CNPq. **Relatório de Atividades 1999**. Brasília, DF: MCT/CNPq, 2000b.

CNPq. **Relatório de Gestão Institucional 2002**. Brasília, DF: MCT/CNPq, 2002d.  
Disponível em: [http://www.cnpq.br/cnpq/docs/relatorio\\_cnpq\\_2002.pdf](http://www.cnpq.br/cnpq/docs/relatorio_cnpq_2002.pdf). Acesso em: 11 nov. 2006.

CNPq. **Relatório de Gestão Institucional 2003**. Brasília, DF: MCT/CNPq, 2003e.  
Disponível em: [http://www.cnpq.br/cnpq/docs/relatorio\\_cnpq\\_2003.pdf](http://www.cnpq.br/cnpq/docs/relatorio_cnpq_2003.pdf). Acesso em: 11 nov. 2006.

CNPq. **Relatório de Gestão Institucional 2005**. Brasília, DF: MCT/CNPq, 2005c.  
Disponível em: [http://www.cnpq.br/cnpq/docs/relatorio\\_cnpq\\_2005.pdf](http://www.cnpq.br/cnpq/docs/relatorio_cnpq_2005.pdf). Acesso em: 11 nov. 2006.

CNPq. **Relatório de Reunião de Julgamento CA AC 05/95**. Brasília, DF: MCT/CNPq, 1995.

CNPq. **Resolução Normativa RN-005/1990**. Brasília, DF : MCT/CNPq, 1990.

CNPq. **Resolução Normativa RN-016/2006**. Brasília, DF : MCT/CNPq, 2003f. Disponível em: [http://www.cnpq.br/normas/rn\\_06\\_016\\_anexo1.htm](http://www.cnpq.br/normas/rn_06_016_anexo1.htm). Acesso em: 28 nov. 2006.

CNPq. **Resolução Normativa RN-017/2006**. Brasília, DF :MCT/CNPq, 2003g. Disponível em: [http://www.cnpq.br/normas/rn\\_06\\_017.htm](http://www.cnpq.br/normas/rn_06_017.htm). Acesso em: 28 nov. 2006.

CNPq. **Resolução Normativa RN-018/2006**. Brasília, DF :MCT/CNPq, 2003h. Disponível em: [http://www.cnpq.br/normas/rn\\_06\\_018.htm](http://www.cnpq.br/normas/rn_06_018.htm). Acesso em: 28 nov. 2006.

CNPq. **Resolução Normativa RN-023/1992**. Brasília, DF :MCT/CNPq, 1992.

CNPq. **Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Bolsas no Exterior – SABE**. Brasília, DF: CNPq, 2001c.

CNPq.**Auxílios**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/auxilios/index.htm>. Acesso em: 05 out. 2006a.

CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS – ANPAP 10 ANOS, 1996. São Paulo. **Conferências e Mesas Temáticas: Anais**. São Paulo: SESC; ECA/USP, 1996. V. 1.

CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS – ANPAP 10 ANOS, 1996. São Paulo. **Comunicações Arte-Educação/Linguagens Visuais: Anais**. São Paulo: SESC; ECA/USP, 1996. V. 2.

CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS – ANPAP 10 ANOS, 1996. São Paulo. **Comunicações História, Teoria e Crítica de Arte/Curadoria/Restauração: Anais**. São Paulo: SESC; ECA/USP, 1996. V. 3.

ENCONTRO CENTRO-OESTE ANPAP: discutindo a produção acadêmica e artística do Centro Oeste, 1, 2000, Goiânia. **História, Teoria e Crítica de Arte, Ensino e Aprendizagem de Arte, Linguagens Visuais, Conservação e Materiais e Curadoria: Anais**. Goiânia: FAV/UFG; ANPAP, 2000.

ENCONTRO NACIONAL DA ANAP, 1., 1991, São Paulo. **Cadernos da ANPAP**. São Paulo: MCT/CNPq, 1991.

ENCONTRO NACIONAL DA ANAP, 2., 1991, São Paulo. **Cadernos da ANPAP**. São Paulo: MCT/CNPq, 1991.

ENCONTRO NACIONAL DA ANAP, 3., 1991, São Paulo. **Cadernos da ANPAP**. São Paulo: MCT/CNPq, 1991.

ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 4., 1991, Brasília. **Anais ...** Brasília: UnB – IdA – VIS e CNPq, 1994.

ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 9, 1997, Brasília. **Mesas Temáticas, Palestras e Comunicações – Arte-Educação:** Anais. São Paulo: SESC/SP; ANPAP, 1997. V.1.

ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP: o Estado da pesquisa em Arte, 10, 1999, Brasília. **Comunicações Ensino-Aprendizagem de Arte e Linguagens Visuais:** Anais. São Paulo: SESC/SP; ANPAP, 1999. V. 1.

ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP: o Estado da pesquisa em Arte, 10, 1999, Brasília. **Comunicações Ensino-Aprendizagem de Arte e Linguagens Visuais:** Anais. São Paulo: SESC/SP; ANPAP, 1999. V. 1.

ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP: o tempo na/da Arte, 12, 2003, Brasília. **Comunicações Ensino-Aprendizagem de Arte e Linguagens Visuais:** Anais. Brasília: UnB, 2003. V. 1.

FOGLIATTO, Flávio Sanson e FAGUNDES, Paulo Ricardo Motta. **Troca rápida de ferramentas: proposta metodológica e estudo de caso.** *Gest. Prod.*, ago. 2003, vol.10, no.2, p.163-181.

FORJAZ, Cecília. **Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq.** São Paulo: IDESP, 1988.

FORMIGA, Manuel Marcos. **A Criação da Área de Artes no CNPq.** Entrevistadora Viviane Ferreira Caixeta. Brasília, DF: CNI, 2006. Entrevista para o desenvolvimento do presente estudo.

GIL, Gilberto (Ministro). **Palestra ministrada no dia 31 de março no Instituto Rio Branco.** Brasília, DF, 2005. Disponível em:  
[http://www.cultura.gov.br/foruns\\_de\\_cultura/economia\\_da\\_cultura/artigos/index.html](http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/economia_da_cultura/artigos/index.html).  
Acesso em: 24 nov. 2006.

GRAND, Gilberte. Os Ensinamentos Ocultos de Leonardo da Vinci. **SOPHIA**, Brasília-DF, ano 3, n. 12, out./dez. 2005.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**, 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LINZ, Cristina Pereira de Carvalho. **Indicadores Culturais**: possibilidades e limites.

Disponível em:

[http://www.cultura.gov.br/foruns\\_de\\_cultura/economia\\_da\\_cultura/artigos/index.php?p=15835&more=1&c=1&pb=1](http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/economia_da_cultura/artigos/index.php?p=15835&more=1&c=1&pb=1). Acesso em: 24 nov. 2006.

LITTO, Frederico. **Avaliação & Perspectiva**: 1982 - Ciências Humanas e Sociais, 48. Artes. Brasília, DF: SEPLAN, CNPq, 1983.

MEDEIROS, Maria Beatriz de. **A Criação da ANPAP**. Entrevistadora Viviane Ferreira Caixeta. Brasília, DF, 2006. Entrevista para o desenvolvimento do presente estudo.

MEDEIROS, Maria Beatriz de (Org.). **A Arte em Pesquisa**: especificidades. Brasília, DF: Pós Graduação em Arte da UnB, 2004. 2v.

MICELI, Sergio et al. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais; IDESP, 1989. V. 1.

MICELI, Sergio et al. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1989. V. 2.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). **50 Anos do CNPq**: contados pelos seus Presidentes. São Paulo: FAPESP, 2002.

MOTOYAMA, Shozo. Gênese do CNPq. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, São Paulo, n. 2, p. 33-34, jul./dez. 1985.

NASCIMENTO, Elimar. **Material de Aula sobre o trabalho - Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas de Maria das Graças de RUA**. Brasília, DF: CDS/UnB, 2005.

NICOLETTI, Lenita. **Participação da Comunidade Científica na Política de C&T**: o CNPq. Brasília, DF: CNPq, 1985. Texto 16.

NOGUEIRA, Ilza; NEVES, José Maria. **Histórico da ANPPOM**. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/outros/historico.php>. Acesso em: 20 nov. 2006.

**PESQUISA**. Brasília, DF: CNPq. Microfilme 0275.

PIEDRAS, Maria Cristina (Org.); MARTINS, Geraldo Moisés (Org.). **O CNPq no Limiar do Milênio**: planejamento para o período de 1996/1998. Brasília: MCT; CNPq, 1998.

**PROCESSOS DE AUXÍLIOS**. Brasília, DF: CNPq. Microfilme 0306.

REIS, Ana Carla Fonseca. Tribuna. **Cultura e Mercado**, São Paulo, 25 set. 2005.. Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br/setor.php?setor=3&pid=56>. Acesso: 24 nov. 2006.

ROCHA, Cleomar. **Criação e História da Anpap**. Entrevistadora Viviane Ferreira Caixeta. Salvador: ANPAP, 2006. Entrevista para o desenvolvimento do presente estudo.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. (Coleção Idéias Sustentáveis).

SCHWARTZMANN, Simon. **Um Espaço para a Ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília, DF: MCT, 2001.

WANDENKOLCK, Vasconcelos Rosana. **O CNPq e a Política de Fomento às Ciências Sociais**. 1998. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

WCED. **Our Common Future**: Report of the World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WEITZ, Morris. **O Papel da Teoria na Estética**. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/estetica.htm>. Acesso em: 08 out. 2006.

ZAMBONI, Silvio Perine. **A Criação da Área de Artes no CNPq e a da ANPAP**. Entrevistadora Viviane Ferreira Caixeta. Brasília, DF: IdA/UnB, 2006. Entrevista para o desenvolvimento do presente estudo.

ZAMBONI, Silvio. **A Pesquisa em Arte**: um paralelo entre arte e ciência. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Polêmica do Nosso Tempo; 59).

ZANINI, Walter. **O Primeiro Caderno**. Porto Alegre: ANPAP, 1988.

ZARUR, George. **A Criação da Área de Artes no CNPq**. Entrevistadora Viviane Ferreira Caixeta. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2006. Entrevista para o desenvolvimento do presente estudo.

ZÍLIO, Carlos. **Relatório da Situação da Área de Artes**. Brasília, DF: CNPq, 1995

ZUCKERMAN, Harriet e MERTON, Robert. Institutionalized patterns of evaluation in science. In.: MERTON, Robert. **The Sociology of Science**: theoretical and empirical investigations. Illinois: University of Chicago Press, 1973.

## **ANEXOS**



**ANEXO A** – Mestrado e Doutorados Reconhecidos – Programas Grande Área: Linguística,  
Letras E Artes - Área: Artes

PROGRAMA	IES	UF	CONCEITO		
			M	D	F
MÚSICA	USP	SP	4	4	-
ARTES	UNB	DF	4	-	-
ARTES	UFES	ES	3	-	-
ARTES	UFMG	MG	4	4	-
ARTES	UERJ	RJ	3	-	-
ARTES	USP	SP	4	4	-
ARTES	UNICAMP	SP	4	4	-
ARTES	UNESP	SP	3	-	-
ARTES	FASM	SP	3	-	-
ARTES CÊNICAS	UFBA	BA	6	6	-
ARTES CÊNICAS	UFRGS	RS	3	-	-
ARTES CÊNICAS	USP	SP	5	5	-
ARTES VISUAIS	UFBA	BA	3	-	-
ARTES VISUAIS	UFRJ	RJ	5	5	-
ARTES VISUAIS	UFRGS	RS	5	5	-
ARTES VISUAIS	UFSM	RS	3	-	-
ARTES VISUAIS	UDESC	SC	3	-	-
ARTES VISUAIS	USP	SP	5	5	-
CIÊNCIAS DA ARTE	UFF	RJ	3	-	-
CULTURA VISUAL	UFG	GO	3	-	-
DANÇA	UFBA	BA	4	-	-
MÚSICA	UFBA	BA	5	5	-
MÚSICA	UNB	DF	3	-	-
MÚSICA	UFG	GO	4	-	-
MÚSICA	UFMG	MG	3	-	-
MÚSICA	UFPB/J.P.	PB	3	-	-
MÚSICA	UFPR	PR	3	-	-
MÚSICA	UFRJ	RJ	4	-	-
MÚSICA	UNIRIO	RJ	5	5	-
MÚSICA	UFRGS	RS	6	6	-
MÚSICA	UDESC	SC	3	-	-
MÚSICA	UNICAMP	SP	5	5	-
MÚSICA	UNESP	SP	3	-	-
TEATRO	UNIRIO	RJ	5	5	-
TEATRO	UDESC	SC	3	-	-

**ANEXO B** - Tabela das Áreas do Conhecimento (Linguística, Letras e Artes)

<b>Número</b>	<b>Área</b>
8.00.00.00- 2	Linguística, Letras e Artes
8.01.00.00-7	Linguística
8.01.01.00-3	Teoria e Análise Linguística
8.01.02.00-0	Fisiologia da Linguagem
8.01.03.00-6	Linguística Histórica
8.01.04.00-2	Sociolinguística e Dialectologia
8.01.05.00-9	Psicolinguística
8.01.06.00-5	Linguística Aplicada
8.02.00.00-1	Letras
8.02.01.00-8	Língua Portuguesa
8.02.02.00-4	Línguas Estrangeiras Modernas
8.02.03.00-0	Línguas Clássicas
8.02.04.00-7	Línguas Indígenas
8.02.05.00-3	Teoria Literária
8.02.06.00-0	Literatura Brasileira
8.02.07.00-6	Outras Literaturas Vernáculas
8.02.08.00-2	Literaturas Estrangeiras Modernas
8.02.09.00-9	Literaturas Clássicas
8.02.10.00-7	Literatura Comparada
8.03.00.00-6	Artes
8.03.01.00-2	Fundamentos e Crítica das Artes
8.03.01.01-0	Teoria da Arte
8.03.01.02-9	História da Arte
8.03.01.03-7	Crítica da Arte
8.03.02.00-9	Artes Plásticas
8.03.02.01-7	Pintura
8.03.02.02-5	Desenho
8.03.02.03-3	Gravura
8.03.02.04-1	Escultura
8.03.02.05-0	Cerâmica
8.03.02.06-8	Tecelagem
8.03.03.00-5	Música
8.03.03.01-3	Regência
8.03.03.02-1	Instrumentação Musical
8.03.03.03-0	Composição Musical
8.03.03.04-8	Canto
8.03.04.00-1	Dança
8.03.04.01-0	Execução da Dança
8.03.04.02-8	Coreografia
8.03.05.00-8	Teatro
8.03.05.01-6	Dramaturgia
8.03.05.02-4	Direção Teatral
8.03.05.03-2	Cenografia
8.03.05.04-0	Interpretação Teatral

‘Continua’

<b>Número</b>	<b>Área</b>
8.03.06.00-4	Ópera
8.03.07.00-0	Fotografia
8.03.08.00-7	Cinema
8.03.08.01-5	Administração e Produção de Filmes
8.03.08.02-3	Roteiro e Direção Cinematográficos
8.03.08.03-1	Técnicas de Registro e Processamento de Filmes
8.03.08.04-0	Interpretação Cinematográfica
8.03.09.00-3	Artes do Vídeo
8.03.10.00-1	Educação Artística

## **ANEXO C - Critérios de Enquadramento das Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) Para a Área do Conhecimento - Artes**

Estes critérios de enquadramento das bolsas de Produtividade em Pesquisa têm vigência no período de 2006 a 2008.

### **Categoria 2:**

Esta categoria é atribuída a pesquisador vinculado à instituição conceituada na área, que já tenha demonstrado desempenho em atividades científicas há pelo menos 3 (três) anos. O pesquisador deverá apresentar produção científica/ tecnológica regular e de qualidade, em publicações reconhecidas e classificadas no Qualis/Capes. Deverá estar participando do processo de formação de Mestres, quando vinculado à instituição de ensino de pós-graduação e de associações científicas. Além dos critérios listados sugerimos examinar se o candidato demonstra ligação entre sua pesquisa e de seus orientandos, se participa em eventos da área e se comprova esta participação através de trabalhos apresentados, publicados em anais. O Comitê Assessor sugere verificar também se a pesquisa tem elo de ligação ou se dá continuidade ao trabalho desenvolvido durante o doutorado, se o candidato orienta Iniciação Científica (IC) e/ou trabalhos de conclusão na graduação, se a bibliografia é atualizada e compatível com o projeto proposto. O projeto de pesquisa deve apresentar fundamentação teórico-metodológica compatível com o problema e/ou hipóteses formuladas. No caso específico de artes, verificar se o candidato tem portfólio/dossiê com imagens e obras, concertos, espetáculos e/ou registro sonoro conforme sua especialidade. Sugere-se que estes critérios sejam levados em consideração nos níveis crescentes e na proporção adequada.

Passagem da Categoria 2 para a Categoria 1: Essa passagem representa o reconhecimento de um trabalho regular e de qualidade, que aliado à capacidade de formação de pesquisadores, evidencia sua autonomia científica. A progressão do pesquisador estará associada a uma produção científica/tecnológica independente e contínua.

### **Categoria 1 Nível D:**

O pesquisador já deve ter demonstrado autonomia e originalidade, comprovadas em trabalhos publicados em veículos de divulgação reconhecidos e classificados pelo Qualis/Capes, há pelo menos 7 (sete) anos. Espera-se regularidade e qualidade nas suas

publicações. Caso pertença a uma instituição com programa de pós-graduação *stricto sensu*, deverá estar orientando alunos desse nível.

#### **Categoria 1 Nível C:**

O pesquisador nesta categoria deve continuar demonstrando capacidade para produção científica/tecnológica qualificada e regular, além de comprovada publicação intensa, de seus trabalhos mais relevantes em periódicos renomados na área e classificados no Qualis/ Capes, há pelo menos 7 (sete) anos. Deve ter comprovado e continuar demonstrando sua competência na orientação de dissertações e teses de pós-graduação (concluídas e aprovadas) e, quando vinculado a programa de pós-graduação com doutorado, é desejável sua participação na orientação de teses desse nível.

#### **Categoria 1 Nível B:**

Para esta categoria/nível, o pesquisador deve demonstrar uma produção científica/tecnológica original de alto nível, há pelo menos 7 (sete) anos, com publicações intensas e regulares em periódicos qualificados e indexados, capacidade de orientação de dissertações de mestrado e teses de doutorado, com regularidade, e/ou apresentar evidência de produção de qualidade comprovada através de mecanismos pertinentes nas áreas tecnológica ou cultural. Deverá estar participando do processo de formação de doutores e de orientação de teses de doutorado, quando vinculado a Instituição de Ensino Superior e Pesquisa (IES) com esse nível de escolaridade e nucleação de grupos de pesquisa.

#### **Categoria 1 Nível A:**

O pesquisador desta categoria/nível deve ter acúmulo de experiência e desempenho que o coloca entre as lideranças científicas/tecnológicas do país em sua área. Deve ter realizado trabalhos, reconhecidamente importantes, em escala nacional e internacional com contribuição significativa para o desenvolvimento de sua área no país, demonstrada pelas publicações de trabalhos em periódicos de reconhecida importância e indexados. Sua carreira deve ter demonstrado atividade científica/tecnológica contínua há pelo menos 10 (dez) anos, e sua contribuição na formação de novos doutores, nucleação de grupos de investigação reconhecidos e fortalecimento de outras instituições de pesquisa no país (além da sua própria). A demonstração, no passado, de alcance desse padrão de desempenho não é garantia de classificação do bolsista nesta categoria/nível, se houver posterior descontinuidade de desempenho.

**Critérios de Reclassificação de Bolsas de Produtividade em Pesquisa:**

Os critérios de análise dos pedidos de reclassificação das bolsas de Produtividade em Pesquisa consideram o perfil de cada categoria estabelecido para a área de Artes tais como: a) atividades docentes e administrativas acadêmicas; b) liderança na área (pesquisa, organização de eventos, representações em agências de fomento, direção de associação científica); c) prêmios; d) produção artística; e) produção bibliográfica nacional e internacional; f) participação em conselhos editoriais; g) participação em eventos científicos nacionais e internacionais; h) orientação de pesquisas concluídas e em andamento em iniciação científica, bacharelado, graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, i) inserção internacional.

**Critérios de Enquadramento na Bolsa AT:**

O bolsista Apoio Técnico - AT será classificado de acordo com sua qualificação e experiência nos seguintes tipos de bolsa:

a) Nível Superior (NS) - profissional com terceiro grau completo ou perfil equivalente, exercendo atividades técnicas de nível superior, envolvendo técnicas e métodos específicos; e

b) Nível Médio (NM) - profissional com segundo grau completo ou perfil equivalente, exercendo atividades técnicas de nível intermediário e de média complexidade, exigindo supervisão, orientação e acompanhamento constantes.

**Critérios Mínimos para Enquadramento e Classificação DCR:**

Nas vertentes regionalização e interiorização, a classificação dos bolsistas obedecerá aos seguintes critérios:

**Pesquisador A:** doutor há, no mínimo, 10 (dez) anos com experiência comprovada na execução de projetos científico-tecnológicos; na coordenação de projetos de CT&I; e na criação / consolidação de grupos de pesquisa. Ter publicado trabalhos considerados de relevância nos âmbitos internacional e nacional. Ter experiência comprovada na formação de mestres e/ou doutores.

**Pesquisador B:** doutor há, no mínimo, 5 (cinco) anos com experiência comprovada na execução de projetos científico-tecnológicos; na coordenação de projetos de CT&I. Ter pós-doutorado e publicado trabalhos considerados de relevância nos âmbitos internacional e nacional.

**Pesquisador C:** doutor, com menos de 5 (cinco) anos de titulação, com experiência na execução de projetos científico-tecnológicos e com publicações no mínimo de âmbito nacional.

Na vertente fomento à competitividade, a classificação dos bolsistas dependerá de produção técnica e obedecerá aos seguintes critérios:

**Pesquisador A:** formação superior em áreas tecnológicas, com experiência mínima de 10 (dez) anos no desenvolvimento e na coordenação de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e/ou em atividades de extensão inovadora e transferência de tecnologia para o setor produtivo;

**Pesquisador B:** formação superior em áreas tecnológicas, com experiência mínima de 5 (cinco) anos no desenvolvimento e na coordenação de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e/ou em atividades de extensão inovadora e transferência de tecnologia para o setor produtivo;

**Pesquisador C:** formação superior em áreas tecnológicas, com experiência mínima de 2 (dois) anos na área do projeto de pesquisa e desenvolvimento apresentado pela empresa.

**ANEXO D - Relatório da Situação da Área de Artes Elaborado por Carlos Augusto da Silva Zílio ao Término de seu Mandato junto ao CA-AC em 1995.**

Os principais problemas da área de Artes apontados por Zílio (1995, p2) foram:

- a) considerando que é uma área em formação, não se conseguiu, ainda, estabelecer condutas e critérios capazes de permanecer através de diferentes gestões de representantes no CA;
- b) dificuldade (até mesmo pelo grande número de subáreas) de se estabelecer uma lista confiável e estável de consultores *ad hoc*;
- c) grande diversidade de sub-áreas;
- d) preponderância dos critérios das ciências exatas no interior do sistema do CNPq.

Dentre as propostas apresentadas, Zílio (1995 p.2) sugere a implantação das seguintes medidas a curto prazo:

- e) buscar criar critérios gerais mais objetivos para a avaliação das sub áreas que ainda não os possuem;
- f) estabelecer um quadro permanente de consultores *ad hoc*;
- g) incentivar a criação de pós-graduação *stricto-sensu* em áreas onde não existam.

E, a médio e longo prazos (ZÍLIO, 1995, p.3):

- a) considerar a instituição de origem do pesquisador como fator importante na concessão da bolsa. Incentivo para centros de excelência em cada subárea;
- b) considerar as dificuldades da subárea de artes plásticas para formação de recursos humanos no exterior. A existência de um único doutorado no Brasil (ECA/USP) poderia justificar o doutoramento no exterior, mas são pouquíssimos os doutorados existentes no EUA (os que existem são eminentemente teóricos) e poucos na Europa, o artista fica sem grandes possibilidades de sair com bolsa para o exterior ao concluir seu mestrado no Brasil;
- c) manutenção de bolsas para o exterior para formação de profissionais;
- d) sugere uma bolsa de estágio no período de um ano para artistas possuidores de mestrado no Brasil. O que poderia ser via instituição brasileira / estrangeira ou artista mestre/professor orientador e corresponderia a um pos mestrado com a mesma dotação financeira de um mestrado. Talvez uma maior ênfase ao programa de AP no exterior. (CNPq, 1995).



## ANEXO E - Tabela Rank

Tabela 1.4.1

CNPq - Total dos investimentos realizados em bolsas e no fomento à pesquisa segundo área do conhecimento - 1998-2005

Ranking das áreas com base no total dos investimentos realizados em 2005

Rk	Área do conhecimento	Investimentos em R\$ mil correntes								Participação Percentual							
		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
36	Administração	6.050	5.908	6.826	9.399	8.362	7.432	8.120	7.308	1,6	1,5	1,6	1,8	1,7	1,3	1,2	0,9
2	Agronomia	27.975	25.673	27.395	30.476	32.552	33.021	39.393	44.762	7,2	6,7	6,3	5,9	6,5	6,0	5,6	5,8
39	Antropologia	3.487	3.642	3.886	4.728	4.885	5.606	6.433	6.457	0,9	1,0	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	0,8
64	Arqueologia	888	963	1.289	1.623	1.446	2.163	2.076	2.252	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3
59	Arquitetura e Urbanismo	2.196	1.931	2.086	2.763	3.916	2.431	2.943	3.241	0,6	0,5	0,5	0,5	0,8	0,4	0,4	0,4
54	Artes	2.721	2.560	2.254	2.552	3.565	2.829	3.581	3.888	0,7	0,7	0,5	0,5	0,7	0,5	0,5	0,5
56	Astronomia	1.772	1.932	1.856	2.138	3.106	2.555	3.501	3.705	0,5	0,5	0,4	0,4	0,6	0,5	0,5	0,5
48	Biofísica	2.173	2.086	4.706	4.485	3.452	3.391	4.292	4.708	0,6	0,5	1,1	0,9	0,7	0,6	0,6	0,6
47	Biologia Geral	1.675	2.097	1.544	2.345	2.377	2.318	3.026	4.894	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,6
9	Bioquímica	7.894	8.988	11.018	12.522	12.913	15.590	19.676	23.404	2,0	2,4	2,5	2,4	2,6	2,8	2,8	3,0
28	Botânica	4.583	4.843	4.736	5.823	6.257	7.259	8.635	10.320	1,2	1,3	1,1	1,1	1,2	1,3	1,2	1,3
7	Ciência da Computação	25.568	20.617	23.739	28.221	31.517	26.705	28.280	26.106	6,6	5,4	5,4	5,5	6,3	4,9	4,0	3,4
67	Ciência da Informação	1.643	1.426	1.518	1.432	848	1.074	1.345	1.538	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
20	Ciência e Tecn. de Alimentos	5.947	5.977	5.663	7.604	8.407	11.144	10.983	13.295	1,5	1,6	1,3	1,5	1,7	2,0	1,6	1,7
49	Ciência Política	2.887	2.640	2.885	3.569	4.217	3.771	4.676	4.662	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,6
44	Comunicação	3.450	3.081	3.341	3.377	3.190	3.557	4.593	5.248	0,9	0,8	0,8	0,7	0,6	0,6	0,7	0,7
70	Demografia	692	685	786	1.140	731	883	1.104	1.293	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2
63	Desenho Industrial	510	818	774	1.127	1.382	1.488	1.641	2.407	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3
60	Direito	2.521	2.287	2.266	2.352	2.577	2.528	3.533	3.078	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
15	Ecologia	7.479	8.293	9.853	11.702	10.696	12.413	15.982	16.897	1,9	2,2	2,3	2,3	2,1	2,3	2,3	2,2
31	Economia	7.072	6.138	7.995	9.490	9.235	8.838	9.818	9.252	1,6	1,6	1,8	1,8	1,8	1,6	1,4	1,2
76	Economia Doméstica	32	41	63	66	52	49	53	102	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	Educação	11.530	10.850	11.007	12.426	15.164	17.564	19.669	24.548	3,0	2,8	2,5	2,4	3,0	3,2	2,8	3,2
65	Educação Física	1.562	1.542	1.547	1.658	1.871	1.883	2.051	2.252	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
46	Enfermagem	3.235	3.120	3.313	3.439	3.743	3.888	4.889	4.945	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6
61	Eng. Aeroespacial	972	921	1.003	1.375	1.425	1.499	2.227	2.997	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4
41	Eng. Agrícola	2.357	2.644	2.783	4.320	3.598	4.634	5.914	6.119	0,6	0,7	0,6	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8
52	Eng. Biomédica	1.048	1.126	1.604	1.708	1.614	2.208	3.768	4.105	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5
16	Eng. Civil	8.513	7.604	9.364	11.202	10.125	11.601	16.101	15.262	2,2	2,0	2,1	2,2	2,0	2,1	2,3	2,0
12	Eng. de Mat. e Metalúrgica	7.258	7.930	9.556	12.184	8.853	11.696	19.555	19.103	1,9	2,1	2,2	2,4	1,8	2,1	2,8	2,5
68	Eng. de Minas	1.010	1.084	1.116	1.952	1.602	1.790	1.792	1.447	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2
38	Eng. de Produção	11.083	10.058	9.111	9.560	8.346	8.083	6.970	6.832	2,9	2,6	2,1	1,9	1,7	1,1	1,0	0,9
66	Eng. de Transportes	1.327	1.249	1.172	1.585	3.548	2.816	2.336	2.166	0,3	0,3	0,3	0,3	0,7	0,5	0,3	0,3
4	Eng. Elétrica	10.803	11.046	12.418	14.755	15.028	15.977	24.225	28.375	2,8	2,9	2,8	2,9	3,0	2,9	3,5	3,7
13	Eng. Mecânica	10.088	9.090	11.004	14.255	12.500	13.012	18.152	19.095	2,6	2,4	2,5	2,8	2,5	2,4	2,6	2,5
73	Eng. Naval e Oceânica	832	699	804	966	592	571	1.144	768	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1
55	Eng. Nuclear	1.890	1.496	1.788	2.197	1.943	2.297	3.774	3.872	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5
14	Eng. Química	5.605	5.326	7.492	10.055	9.462	10.404	15.664	17.114	1,4	1,4	1,7	1,9	1,9	1,9	2,2	2,2
21	Eng. Sanitária	4.046	6.214	7.051	14.271	11.271	10.736	12.107	12.703	1,0	1,6	1,6	2,8	2,2	2,0	1,7	1,6
37	Farmácia	2.555	2.727	3.243	4.949	5.146	4.877	5.468	6.837	0,7	0,7	0,7	1,0	1,0	0,9	0,8	0,9
24	Farmacologia	4.629	5.677	5.597	9.028	6.517	8.561	8.354	11.188	1,2	1,5	1,3	1,7	1,3	1,6	1,2	1,4

**APÊNDICE**  
**ANAIS ANPAP**

## Anais do I Encontro Nacional da ANPAP - Ano I, N° 1, V. 1

Local	Data	Apoio	Comissão de Publicação	Artigos	Artigos	Artigos
Casa da Cultura Japonesa da USP	Jan. 1991	CNPq, CAP/ECA USP Depto. de Artes Plásticas	Daisy V. M. Peccinini de Alvarado, Maria Cecília França Lourenço, Maria Heloísa C. Toledo Ferraz	<p><b>Comitê de História, Teoria e Crítica da Arte</b></p> <p>A Aventura Surrealista ( e suas relações com a América Latina). Sérgio de Franceschi Lima</p> <p>· A Modernidade Pictural Argentina e suas Relações com o Rétour à L'Ordre Francês. Maria Lúcia Bastos Kern</p> <p>· Um Pontor Nacionalista: Antonio Paim Vieira. Ruth Sprung Tarasantchi</p> <p>· Antonio Virzi. Irmã Arestizabal</p> <p>· Uma recuperação: Adriana Janacopulos. Marta Rossetti Batista</p> <p>· Arquivo Lasar Segall: Signos de uma vida. Vera D'Horta</p> <p>· Exposições Coletivas Brasileiras no Exterior nas Décadas de 1930-1940. Walter Zanini</p> <p>· Duas Coleções de Arte dos Anos 20 aos 40 (século XX): Bruno Lobo e Frederico Barata no Rio de Janeiro... Mario Barata</p> <p>· Artesanato, Arte e Indústria. Ana Maria de Moraes Belluzzo</p> <p>· Sobre Cerâmica: 1. Uma terracota da oficina dos Della Robbia no Rio de Janeiro; 2. O serviço do Reino Unido: Presente do Imperador da China? José Roberto Teixeira Leite</p> <p>· Azulejo da Bahia: um meio poético. Olímpio Pinheiro</p> <p>· Do MAM ao MAC – História de uma Coleção. Aracy Amaral</p> <p>· Novas Figurações, novo realismo e nova objetividade brasileira (1963-1968) Daisy V. M. Peccinini de Alvarado</p> <p>· O Sistema das Artes Plásticas no Brasil nos Anos 60/70. Maria Amélia Bulhões Garcia</p> <p>· Esgotamento das Formas ou Rutura? Elza Maria Ajzenberg</p>	<p><b>Comitê de Linguagens Visuais</b></p> <p>· A questão da pesquisa em Artes. Silvio Perini Zamboni</p> <p>· Arte Popular – Possibilidades como Arte Erudita. Berenice Gorini</p> <p>· Fibra Metálica – Uma Linguagem Têxtil. Ana Norogrande</p> <p>· Transfigurações da Pedra nº IV – Um projeto. Zoravia Bettiol</p> <p>· Intertextualidade e intergestualidade em Pintura: Uma Pesquisa em Desenvolvimento Vivian I Gottheim</p> <p>· Vértice e Diedro: uma revisão do quadro perspectivo Albertiano. Regina S. Silveira</p> <p>· Em busca de um espaço ritual do feminino nas expressões visuais: o espaço da cor Anna Barros</p> <p>· Arte Posta: Uma Experiência Com Paulo Bruscky Maria Lúcia Morales Silva Gomes</p>	<p><b>Comitê de Arte Educação</b></p> <p>· Arte Educação e Museu de Arte: O Caso MAC Ana Mae Barbosa</p>

## Anais do II Encontro Nacional - Ano I, N° 2, V. 2

Local	Data	Apoio	Artigos
Casa da Cultura Japonesa da USP	Fev. 1991	MCT/ CNPq	<p><b>Comitê de História, Teoria e Crítica da Arte</b> · Estado Atual das Pesquisas Históricas das Arquitetura no Ceará José Liberal de Castro</p> <ul style="list-style-type: none"><li>· O Incêndio e a Reconstrução do recolhimento do parto de João Francisco Muzzi, e suas cópias por Leandro Joaquim, 1789-1989. José Roberto Teixeira Leite</li><li>· João Theodoro Braga. Um Pintor Nacionalista. João Spinelli</li><li>· As Confrarias Artísticas como Alternativas Socializantes na Passagem do Simbolismo para o Modernismo: Repercussões no Brasil. Carlos Scarinci</li><li>· O Neocolonial da América Latina Aracy Amaral</li><li>· A Obra de Arte nos Leilões Paulistanos do Começo do Século Maria Isabel Meireles R. B. Ribeiro</li><li>· O Modernismo em Minas, Nas Artes Plásticas. Ivone Luzia Vieira</li><li>· A Crítica da Arte no Rio Grande do Sul e o Debate Sobre Tradição e Modernidade Maria Lúcia Bastos Kern</li><li>· Arte de Santa Rosa em Capas e Ilustrações de Livros nas edições José Olímpio (Rio 1934 1954) Mario Barata</li><li>· Ênfases do Moderno entre Nós. A Ecloração dos Painéis nos Anos 50. Maria Cecília França Lourenço</li><li>· Novas Indagações sobre a Questão da Arte Abstrata nos Anos 50 no Brasil. Anna Bella Geiger</li><li>· O Olhar na Obra de Três Artistas do Centro Oeste D. J. Oliveira, Siron Franco e Marques Sá. Grace Maria Machado de Freitas</li><li>· Irradiação Atômica – Pesquisa Sobre o Grupo Ateliê de Letícia Faria Londrina PR sobre o Acidente com Césio 37 em Goiânia. Es tágio II Pesquisa 1º Salão Nacional de Aquarelas da FASM. Ana Maria Neto Nogueira</li><li>· Revisitando as Artes Plásticas: Artes Plásticas em Revista no Brasil anos 70/80. Daisy V. M . Peccinini de Alvarado</li></ul>

## Artigos

### Comitê de Linguagem Visuais

· Estudo de Sistematização Bibliográfico Bibliométrica sobre Cerâmica no Brasil: Região Sudeste. Mary Di Lorio

· Um Retrato de Grupo Quatrocentos Anos Depois: Releitura Crítico Auto Biográfica de Uma Composição do Pintor Holandês Dirk Barendszoon feito em 1562. Sonia Von Bruscky

· Poesia Visual em Computador Silvio Zamboni

· Diário de Classe Berenice Henrique Vasco de Toledo

· Vídeo Encontros na Rede de Mail Art. Gilberto Prado

· Teiatteiatteia y Outras Cousas Mas (Por Eni di Guerra) Olímpio Pinheiro

· Imagem Eletrônica e o Processo de Criação. Diana Domingues

· Comitê de Curadoria/Comitê de Conservação e Materiais

## Artigos

### Comitê de Curadoria/Comitê de Conservação e Materiais

· Museu, Pesquisa e Acervo: Análise de uma Situação. Maria Alice Milliet

· Transposição do Painel Tiradentes de Portinari. Augusto Froehlich e Carlos Régis Leme Gonçalves

· Fungos Contaminantes Isolados em Obras de Arte (Pintura sobre tela) Lenora Ierrer Resenfield e Suzana Andreatta

· Elementos para Pesquisa de Rococó Luso Brasileiro. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira

## Anais do III Encontro Nacional - Ano I, N° 3, V. 3

Local	Data	Apoio	Comissão de Publicação	Artigos	Artigos	Artigos
Casa da Cultura Japonesa da USP	Mar. 1991	MCT/ CNPq	Daisy V. M. Peccinini de Alvarado, Maria Cecília França Lourenço, Maria Heloísa C. Toledo Ferraz	<b>Comitê de História, Teoria e Crítica da Arte</b> <ul style="list-style-type: none"><li>· Implantação de Base de Dados Sobre Arte no Brasil – História e Patrimônio: Reflexões e Abordagens. Daisy V. M. Peccinini de Alvarado</li><li>· Levantamento Documental da SPHAN: Arquivo e Biblioteca (sua posição central, no Rio de Janeiro) Mario Barata</li><li>· Produção Artística e Identidade. Icleia Borsa Cattani</li><li>· A Vanguarda Artística de Belo Horizonte nos anos 60. Marília Andrés Ribeiro</li><li>· Rotinização: uma categoria significativa para análise da produção artística emergente nos anos 30. Maria Cecília França Lourenço</li><li>· Retomada de Pesquisa sobre Vicente do Rego Monteiro Walter Zanini</li><li>· Considerações Sobre a Modernidade de Zina Aita. Ivone Luzia Vieira</li><li>· Martin Fierro: Modernidade e Identidade Nacional. Maria Lucia Bastos Kern</li><li>· O Pombalino das Igrejas do Rio de Janeiro. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira</li></ul>	<b>Comitê de Linguagens Visuais</b> <ul style="list-style-type: none"><li>· A luz na imagem. Milton Sogabe</li><li>· Instalação: Luzgar-Lugares de Muy Vivir (espaço rituais do arquétipo do feminino na arte contemporânea) Anna Barros</li><li>· A Práxis Artística na Era Pós Industrial A Arte de Governar. Diana Domingues</li><li>· A Holarquia do Pensamento Artístico – Princípios Fundamentais para Compreender a Arte como Representação Branda. Paulo Laurentiz</li><li>· UKIYO-É Xilogravura Tradicional Japonesa. Stella Maris Figueiredo</li></ul>	<b>Comitê de Arte Educação</b> <ul style="list-style-type: none"><li>· Pesquisa Interdisciplinar de Integração Artes-Ciências – Tecnologia Através do Fenômeno Água. Ivone Mendes Richter, Wilhelm Walgenbach e Cleusa Peralta</li><li>· Projeto Arte e Meio Ambiente. Ana Mae Barbosa</li><li>· Novo Currículo do Curso de Desenho e Plástica da Universidade Federal de Santa Maria. Ana Maria Norogrande, Edemur Casanova e Silvestre Eciar Basiaco</li></ul>

## Anais do VI Encontro Nacional da ANPAP - Ano II, N°4, V. 4

<b>Local</b>	<b>Data</b>	<b>Apoio</b>	<b>Artigos</b>
	<b>20 e 21 Set. 1994</b>	CNPq e UnB/IdA/VIS	<b>Projetos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>· O arquivo documental de Raimundo Ottone Castro Maya. PiedadeGrinberg</li><li>· A crítica de arte na epistemologia de Mário de Andrade. José Augusto Avancini</li><li>· Exame da tela pintada dos dois lados de Robert Henri. Lenora Rosenfield</li><li>· A contribuição dos premiados no Salão de Arte Moderna par aa difusão de novas tendências na arte brasileira. Ângela Ancora da Luz</li><li>· Posição estilística de duas obras fundamentais do Museu de Arte de Belém (antiga Pinacoteca Municipal) e de uma do Museu do Estado do Pará (Palácio Lauro Sodré). Mário Barata</li><li>· Arte na cidade e cidade na arte. Ilsa Kalwall Leal Ferreira</li><li>· A gravura artística: anos 60. Maria Luisa L. Távora</li><li>· Recepção estética em museu de arte. Lisbeth Rebolo Gonçalves</li><li>· Localidade e universalismo na expressão artística latino-americana. Lisbeth Rebolo Gonçalves</li><li>· Estudo e sistematização bibliográfico-biliometrico sobre cerâmica no Brasil. Mary Di Lorio</li><li>· Luz como percepção espacial. Anna Barros</li><li>· O fax: da descoberta ao fazer artístico. Paulo Bruscky</li><li>· Construção e animação de imagens bi e tri dimensionais. Suzete Venturelli</li><li>· Experiências artísticas nas redes de telecomunicações. Gilberto Prado</li><li>· As tecnologias eletrônicas e a poética da metamorfose. Diana Domingues</li><li>· Abstrato pós TV Romanita Disconzi</li><li>· MAB FAAP: uma proposta para a recuperação da memória. Maria Isabel M. R. Branco Ribeiro</li><li>· Um artista, uma geração, um período histórico: três experiências em curadoria de exposições. Gabriela Wilder</li><li>· As representações sensíveis e antropologia estética II Regina Pólo Muller</li><li>· Arte História Catástrofe. Neide Marcondes de Faria</li><li>· Arquitetura eclética no Rio de Janeiro. Sonia Gomes Pereira</li><li>· Joaquin Torres-Garcia: do mediterraneismo ao universalismo construtivo. Maria Lucia Bastos Kern</li></ul>

## Artigos

### Atividades Paralelas

- Corpos Informáticos. Maria Beatriz de Medeiros
- Xilo porque qui-lo – 15 anos do Ateliê de Xilogravura da UnB. Stella Maris de Figueiredo Bertinazzo
- Homenagem a Mário Barata. Margareth da Silva Pereira e Sonia Gomes Pereira

## Anais do Congresso Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - ANPAP 10 Anos - V. 1

Local	Data	Apoio	Artigos	Artigos	Artigos
São Paulo	22 a 26 Out. 1996	CNPq, FAPESP, CAPES, UNESP, The Getty Institute for the Arts in Education, PARTHENON, Vitae, NACE - NUPAE – Pro Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, Fundação IOCHPE	<p><b>Mesas Plenárias</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Pesquisa em Arte: Situação Atual</li> <li>· As teses sobre o ensino/aprendizagem da arte – Ana Mae Barbosa</li> <li>· Produção Artística e Pesquisa – Situação Atual – Regina Silveira</li> <li>· Relato da minha experiência como representante da área de Artes no CNPq e outras questões relativas à pesquisa em Artes. – Carlos Zílio</li> <li>· A História através da Arte e a Arte através da História. Subtextos Políticos na Iconografia Medieval de Ingres. – Tereza Aline Pereira de Queiroz</li> <li>· Conferências</li> <li>· O Museu de Arte Contemporânea como um lugar de inovação. The Museum's Dilemma. – Márcia Tucker</li> <li>· Arte-Educação em Formosa... Art Education in Taiwan: Localization, Internationalization and Multiculturalism. – Ann C. S. Kuo.</li> <li>· Pendulum: acerca de Arte e Ciência. PENDULUM about Art and Science about Art and Play about Past and Future. Weeslaw Karolak, Polónia.</li> <li>· O desenvolvimento da habilidade de interpretação em e através da Arte. Changing Directions in Contemporary Research in Art Education. – Michael J. Parsons</li> <li>· Comunidade de aprendizagem eletrônica e Arte. Electronic Learning Communities and new Technology in Art Education. Don H. Krug</li> <li>· O nexo entre o museu e a loja de departamentos... Museums e Magazines: The Arts of Display. – L. W. Rosenfield and Janet Farrell Leontiou</li> <li>· Avaliação em Arte: diagnóstico. Quilata Diagnostic Assessment of Art Understanding. Carol Susann Stavropoulos, Ph. D.</li> </ul>	<p><b>Mesas Temáticas</b></p> <p><b>Arte-Educação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Ensino da Arte e Currículo</li> <li>· O Ensino de Arte: em Busca de um Olhar Filosófico. Fernando Antônio Gonçalves de Azevedo.</li> <li>· Parâmetros Curriculares Nacionais. – Maria Heloísa T. Ferraz, Rosa Iavelberg</li> <li>· Arte-Educação e Cultura.</li> <li>· Arte-Educação e Multiculturalismo: algumas questões relativas a pesquisa em andamento no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Christina Rizzi.</li> <li>· Museum/School Collaborations Resources for School Curricula and Research. Donna Love Vliet</li> </ul> <p>Ensino e Aprendizagem: Apreciação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Art education for children. A. de Chamiec-Parisis</li> <li>· Um mergulho no Imaginário com Cascaes e Eli.</li> <li>· A Pesquisa como Princípio para a Sistematização de um Processo de Alfabetização Estético-Artístico-Visual nas Primeiras Séries do Ensino Fundamental. – Carlos Alberto Carneiro Asp, Fabíola Crimbelli Búrigo Costa, Yara Regina Bianchini Mello</li> <li>· Projeto Arte na Escola: a trajetória de uma pesquisa. – Maria Cristina V. Biazus</li> <li>· História, Teoria e Crítica</li> <li>· História da Arte: Visão do Artista</li> <li>· O Modernismo Revisitado: cenário e personagens. – Annateresa Fabris</li> </ul> <p><b>Linguagens Visuais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· A Criação Artística em Perspectiva.</li> <li>· A Criação Artística em Prospectiva. - Lucia Santaella</li> <li>· Lugares Tecnológicos – Geraldo Orthof</li> <li>· Linguagens Eletrônicas</li> <li>· Educação Estética da Comunidade para a Arte Contemporânea. – Bia Medeiros e Grupo de Pesquisa Corpos Informáticos.</li> <li>· Uma experiência envolvendo Arte, Matemática e a Linguagem de Programação Post Script. – Lygia Sabóia</li> <li>· Arte e Tecnologia uma nova Relação? – Ana Claudia de Oliveira</li> </ul> <p><b>Arte Computacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Interação Vídeo/Computação Gráfica: Uma pesquisa de linguagem. – Silvio Zamboni</li> <li>· Performance e Videoperformance: Especificidades e Relações. – Rosângela Leote</li> <li>· Dos Métodos Heurísticos de Criação. – Mônica Tavares</li> <li>· Restauração</li> <li>· Relatório Final do Solar dos Câmara. – Lenora Lerrer Rosenfield</li> </ul>	<p><b>Mostras</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· 12 Artistas Pesquisadores da ANPAP. – Anna Barros</li> <li>· Canto-Chão. – Anna Barros</li> <li>· Perpendicular de Trezentos e Sessenta Graus. – Antonio Lizárraga</li> <li>· Grupo de Pesquisa Corpos Informáticos – Bia Medeiros</li> <li>· NBP. Ricardo Basbaum</li> </ul>

## Anais do Congresso Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - ANPAP 10 Anos - V.3

### Local Data Apoio

São Paulo  
**22 a 26 Out. 1996**  
CNPq, FAPESP, CAPES, UNESP, The Getty Institute for the Arts in Education, PARTHENON, Vitae, NACE-NUPAE – Pro Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, Fundação IOCHPE

### Comunicações História, Teoria e Crítica de Arte/Curadoria/Restauro

#### História, Teoria e Crítica de Arte

- Um Corte Horizontal na História da Arte. Líbia Schenker
- A Negação da Arte e do Artista: das vanguardas ao pós-modernismo. Terezinha Losada
- Janga, o Catalisador da Cultura Ilhoa. Dora Maria Dutra Bay
- A Revista Cercle et Carré e a crise dos projetos messiânicos. Maria Lúcia Bastos Kern
- O que é o Projeto Dicionário das Artes Plásticas no Paraná. Adalice Maria de Araújo
- O Salão Nacional de Arte Moderna: 1952-1976 Tradição e Ruptura na construção do novo. Ângela Ancora da Luz
- Ex Voto: Objeto Estético: Uma Linguagem Brasileira. João J. Spinelli
- A Figura em Geraldo de Barros. Carlos Eduardo da Silva Valente
- Poesia e atmosfera oriental na gravura abstrata de Fayga Ostrower. Maria Luisa Luz Távora
- Antropologia Simbólica: Hermenêutica do Mito do Artista nas Artes Plásticas. Antônio Vargas
- De Modrian ao Labirinto: Contribuição para a leitura de obras de Waldemar Cordeiro em sua fase Concretista. Neiva Maria Fonseca Bohns
- Apontamentos sobre a modernidade em três gravadores brasileiros. Edison Farias
- O tratamento das Paisagens nas Obras de Viagens (Vedutas) Dalmo de Oliveira Souza
- Art Deco e o Poético em Cartazes. Nara Sílvia Marcondes Martins
- Sacilotto: Visão e Fruição Plástica de Mundo. Agda Regina de Carvalho
- Brasileiras Neobarrocas Na Cena da Contemporaneidade. Silvia de Souza Queiroz
- Um Século de História das Artes Plásticas em Belo Horizonte. Marília Andrés Ribeiro e Fernando Pedro da Silva
- As cores e formas presentes na ornamentação escultórica e pictórica da Capela de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa, em Florianópolis. Sandra Makowiecky Salles
- O Acervo do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro: uma contribuição ao estudo do retrato. Mônica de Almeida Cadornin
- Schenberg: A crítica e o olhar da descoberta. Elza Maria Ajzenberg
- O Livro do Tempo de Lygia Pape. Maria Clara Amado Martins
- Ruben Navarra, crítico de arte da década de 40 no Rio de Janeiro. Piedade Epstein Grinberg
- Arte Incidental. As mostras de artes plásticas em Porto Alegre entre 1875 e 1903. Flávio Krawczyk
- A Pintura Brasileira do Século XIX – Museu Mariano Procópio. Vanda Arantes do Vale
- Um Trabalho com História da Arte e Museu junto ao PAE/USP. Dilma de Melo Silva e Maria Antonieta Zaroni Pereira Villela
- O Caráter Ideológico da Estatuária Comemorativa O Monumento ao General Osório. Suely de Godoy Weisz
- Considerações sobre a Reforma Pedreira ou Reforma Porto Alegre na Academia Imperial de Belas Artes. Cybele Vidal Neto Fernandes
- O Clássico no Contemporâneo. Eileen M. F. Cunha
- Monumentos Públicos: A Escultura de Vasco Prado e Carlos Tenius RS/ Anos 70. Virgínia Gil Araújo

### Artigos

### Artigos

**Curadoria**  
· Curadorias Educativas a Consciência do Olhar: Percepção Imaginativa Perspectiva Fenomenológica aplicadas à Experiência Estética. Luiz Guilherme Vergara  
· Curadoria e Pesquisa em História da Arte Exposição: Arte Funerária: A Produção das Marmorarias do Estado de São Paulo ( Século XIX XX) Elizia Borges  
· O Museu de Arte e a Criança Pré Escolar: Uma Proposta de Museologização dos Espaços Escolares. Gabriela Suzana Wilder

**Restauro**  
· Museu de Arte da Pampulha – reflexões acerca da conservação de obras de arte moderna e contemporânea. Marilene Corrêa Maia



## Anais do Congresso Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - ANPAP 10 Anos - V. 2

### Local Data

São Paulo  
22 a 26  
Out. 1996

### Apoio

CNPq,  
FAPESP,  
CAPES,  
UNESP, The  
Getty Institute  
for the Arts in  
Education,  
PARTHENON,  
Vitae, NACE -  
NUPAE –  
Pro Reitoria de  
Cultura e  
Extensão  
Universitária,  
Fundação  
IOCHPE

### Artigos

#### Arte-Educação

- Currículo
- Pesquisa Exploratória: A Escolha e a Organização Curricular em Educação Artística na Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro. Marisa Egrejas de Melo Ramos
- Aspectos da Educação Artística no Mato Grosso do Sul. – Richard Perassi
- Formação de Docentes de Artes Plásticas em la Modalidad de Educacion a Distancia em Colômbia, una Respuesta a la Tendências Educacionales del Siglo XXI em Lationamerica. Olga Lucia Olaya Parra

#### Métodos e Princípios

- Arte-Educação: Um Estudo sobre os Pressupostos Teóricos Metodológicos na Obra de Ana Mae Barbosa. – Gerda M. S. Foerste
- Ato Criador Artístico-Visual como Material de Apoio para a Educação Artística. Carmen Sylvia Guimarães Aranha
- Do olho à mão: um método de ensino das artes plásticas. Silvio Dworecki
- As Regras da Espontaneidade: sobre o ensino do desenho. Leda Maria de Barros Guimarães

#### Formação de Educadores

- A Arte-Educação no Brasil e a Análise Crítica da Escola: uma Pesquisa com Arte-Educadores. Flávia M. C. Bastos
- Relação entre Competências Intelectuais e Criatividade na formação do profissional de Artes Plásticas. Ayrton Dutra Correa.
- O Olhar Pré-Meditado: reflexo no ensino de arte. Miriam Celeste Martins
- Análise Comparativa sobre a Formação do Professor de Artes Visuais em Universidades do Canadá, Inglaterra, Alemanha e Brasil. Ivone Mendes Richter

### Artigos

#### Arte Educação e Cultura

- Exceções e Impedimentos: A Cidade Pós Moderna. Ilsa Kawall Leal Ferreira (coordenadora), Davi Fazzolari, Maria Alice S. Ferreira, Márcia Silva Pinto
- Critical analyses of art children's art books. Elisa Barros
- Como Pedços Intempestivos. Leopoldo Nelson Por Ele Mesmo. Vicente Vitoriano M. Carvalho

#### Educação Especial

- Foto Grafando: Sobre Arte Educação e Educação Especial. Ana Elisabete Rodrigues de Carvalho Lopes
- Reflexão Investigativa Sobre Uma Experiência Em Artes Visuais Na Instância Psicopatológica. Thomas José da Silva

#### Estética e Ação Cultural

- Ação Educativa em Museu – Um Relato e Uma Reflexão Sobre A Experiência Pioneira na Região Norte do Brasil. Janice Shirley Souza Lima, Rosangela Marques de Britto
- Arte Folia. Nilza de Oliveira
- O Acesso aos produtos estéticos e a quebra de paradigmas. Sandra Regina Ramalho e Oliveira

#### Apreciação

- Jogos de Apreciação Artística. Moema Lucia Martins Rebouças
- Ensino de Arte: Novos Caminhos. Antônia Fernanda Jalles
- Museu a Educação e Jogo: Refletindo sobre a construção de uma metodologia lúdica em visitas. Maria Ângela Serri Francoio
- Natureza Morta – Uma Proposta de Ensino -Aprendizagem dos Conteúdos Estético-Artístico-Visuais. Neide Pelaez de Campos

#### Desenho/Criança

- **Reconstrução e Leitura: A criança e seus desenhos. Análise Outra Pillar**
- **Ensino de Arte na Pré Escola – Primeiras Aproximações. Vera Lourdes Rocha P. Ferreira (Vera Rocha)**
- **Representação e Esquemas Gráficos nos Desenhos Infantis. Maria Lúcia Batezat Duarte**
- **O Desenho da Criança: Reflexões sobre os primeiros estudos. Rejane G. Coutinho**

#### Relatos

- A Prática da Linguagem Plástica em Sala de Aula: um Prisma da Abordagem Vygotskiana em Breve Análise. Rosangela Marques de Britto
- Galeria TANGARÁ – Um espaço de expressão interdisciplinar da arte produzida num pequeno centro urbano paulista. Maria Verônica Rezende de Azevedo e Christina Edith Lehmann César
- Implantação de Projeto de Atividades Programadas no Ensino do Terceiro Grau – Curso de Educação Artística das Faculdades Integradas de Guarulhos: Objetivos e Primeiros Resultados. Milene Chiovatto
- A Ação Cultural como Caminho para o Ensino de Arte na Instituição. Ronaldo Oliveira

#### Linguagens Visuais

- **Pictograma, Ideograma, Metáfora Visual. Afonso Medeiros**
- **Desenho: Uma Construção Moebius (Ana). Lucimar Bello Pereira Frange**
- **Ex Libris, Pequeno Objeto do Desejo. Stella Maris de Figueiredo Bertinazzo**
- **Notas Sobre Metodologia em Artes Plásticas. Sandra Rey**
- **A Integração do Espectador/Leitor como Participante na Realização da Obra. Yara Ferreira Clüver**
- **Invertendo Autorias: o Fetiche Africano e Lês Demoiselles de Picasso. Artur Matuck**
- **O afolhamento da pintura. Reflexões sobre a prática da instalação. Patrícia Franca**
- **O Cartaz como Pretexto. Olympio Pinheiro**
- **Materiais de Arte. Joyce Brandão Soares Ferreira**
- **A utilização de fibras, pigmentos e corantes naturais brasileiros na criação plástica, associados a possibilidades sintéticas. Viga Gordilho – Maria Virginia Gordilho Martins**
- **Os Mestres dos Aquarelistas: Anos 60,70 e 80. Ana Maria Netto Nogueira**
- **Sistema: Uma Trajetória Poética. Maria José Spiteri Tavoraro Passos**
- **Palimpsestos Gráficos. Valdelino Gonçalves dos Santos Filho**
- **Arqueologia da Imagem no Fazer Artístico Darli Reinalda Pinto de Oliveira**
- **Luz e Escuridão nas Imagens Pictóricas da Loucura. Adriana Maria dos Santos**

## Anais do IX Encontro Nacional da ANPAP - V.1

Local	Data	Apoio	Artigos	Artigos
São Paulo	14 a 18 Out. 1997	NACE-NUPAE, CNPq, ECA/USP e FAPESP	<p><b>Mesas Temáticas, Palestras e Comunicações – Arte-Educação</b></p> <p><b>Mesas Temáticas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Globalização e Multiculturalismo</li> <li>· Arte Computacional na era da Globalização e do Multiculturalismo. Suzete Venturelli</li> <li>· Globalização e Multiculturalismo. Lucia Santaella</li> <li>· Tempo em Transformação</li> <li>· Tempo em Transformação. Jorge de Albuquerque Vieira</li> <li>· Formas do Tempo. Ricardo Bausbaum</li> <li>· Tempo em Transformação. Celso Favaretto</li> <li>· Os Cânones de Valor nas Artes Visuais</li> <li>· Cânones de Valor em Arte? Amélia Toledo</li> </ul>	<p><b>Palestras</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Death is My Oldest Friend. Eric Orr</li> <li>· Project Arts: a Community-Based Art Talent Development Program for Rural Communities. Enid Zimmerman Indiana University</li> <li>· Accessing the Value Inherent in Works of Art through Art Criticism. George Geahiagan Purdue University</li> <li>· Cultural Studies, Visual Culture. Douglas Crimp.</li> <li>· Some Elements of the Contemporary: place, identity and technology. Berta Sichel</li> </ul> <p><b>Comunicações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Arte-Educação</li> <li>· Empatia ou dificuldade com a Arte Contemporânea. Sebastião Gomes Pedrosa</li> <li>· Delineando Percursos. Vera Rocha</li> <li>· Formação do Professor de Artes Plásticas: uma visão contemporânea. Ayrton Dutra Corrêa</li> <li>· Reflexões sobre a pesquisa no Ensino Fundamental e Médio: Perspectivas de aproximação com os princípios da pesquisa científica. Fabiola Cirimbelli Búrgio Costa</li> <li>· Leitura Formal da Obra de Arte Visual. Um Exercício de Pesquisa em Sala de Aula. Vicente Vitoriano Marques Carvalho</li> <li>· Arte Contemporânea na Educação Infantil. O exercício da diversidade. Gabriela Suzana Wilder</li> <li>· Professor, um Pesquisador do Contexto Educacional: um estudo sobre a prática de ensino em artes. Gerda Margit Schutz Foerste.</li> <li>· O Olhar da Criança: da Tela Eletrônica à Tela Tradicional, Leituras e Relações. Analice Dutra Pillar</li> <li>· Arte Pré Arte. Cleusa Peralta</li> <li>· Interrelações entre Cultura Visual e Desenho Infantil. Leda Guimarães</li> <li>· Ressonâncias do Olhar Mediado: marcas de história do passado. Mirian Celeste F. D. Martins.</li> <li>· Uma questão de gosto ou de emoção estética. Moema Rebouças</li> <li>· A Estética como Campo de Emergência da Pesquisa em Arte. Richard Perassi Luiz de Sousa.</li> <li>· Reflexões sobre a LDB e a Formação de Professores de Artes Visuais. Maria Lúcia Betezat Duarte</li> </ul>

## Anais do X Encontro Nacional da ANPAP - V. 1

### Local Data Apoio

São Paulo 10 a 12 Nov. 1999  
CNPq, FAPESP, UNESP, UNICAMP, USP, PUC-SP, FAAP e UnB

### Artigos

- Palestras
- L'Interactivite Entraine-T-Elle Dês Redefinitions Das Lê Champ De L Art. Anne Marie Duguet
- A Permutational unfolding: Art and the Culture of Science. Eve Andree Laramée
- Art Projects On The Web: The Artchvist Site. Laren O'Rourke
- La Creacion Interactiva En Informática: Consecuencias epistemológicas. Margarita Schultz
- Arte e Inteligência Artificial: Um Novo Potencial Criativo? Luciano da Fontoura Costa
- Comunicações
- História, Teoria e Crítica de Arte
- A Poética Hispânica de Fernando Odriozola. Agda Regina de Carvalho
- A Influência do Pensamento de K. R. Popper na Teoria da História Arte de E. H. Gombrich. Ana Judith M. B. Velloso.
- Os Leilões de Obras de Arte: O Leiloeiro e o Marchand como Agentes de Valorização e Legitimação Artística. Andréa Brache
- Modernismo e Pintura mural religiosa no Brasil nas Décadas de 1940 -50. Anna Paola P. Baptista
- Forjando a Nação, o Cidadão o Artista.... O Sentido da Academia. Cybele Vidal Neto Fernandes
- A Trama do Valor na Arte: O Debate Desenho e Cor. Elaine Caramella
- Cultura e Espacialidade. Elisabeth Grillo
- Arte Pública Hoje. João J. Spinelli
- Instalação: O Prazer e as Dificuldades na Pesquisa de Arte. Joedy Luciana Barros Marins Bamonte
- A Dimensão Construtivista na Obra de um Artista Mato Grossense. José Serafim Bertoloto
  
- Da Imagem Retórica: A Questão da Visualidade na Pintura de Pedro Américo no Brasil Oitocentista. Liana Ruth Bergstein Rosenberg
- Arte e Identidade – Olhares e Representações Sobre o Passado, Nas Imagens das Missões Produzidas Pelos Pintores Gaúchos Contemporâneos. Liane Maria Nagel
- As Vanguardas Russas e a Revolução de Conceitos. Malvina Sammarone
- Affonso Taunay e Henrique Bernardelli: Os Limites da Relação Entre o Encomendante e o Artista. Maraliz de Castro Vieira Chistro.
- O Depoimento de Roberto Schwarz Sobre o Tropicalismo. Marcelo Mari
- Arte Funerária no Brasil Maria Elizia Borges
- Arte e Abdução. Maria José Palo
- Fouquet e la Tour nas Ilustrações do Livro de Cabeceira. Maria José Palo
- O Processo de Criação de Antonio Lizarraga Maria Jose Spiteri Tavolaro Passos
- A Poética da Resistência na Xilografura de Isa Aderne Maria Luiza Luz Távora
- Figuração, Imaginação. Mauricio Cunha de Mendonça
- O Reflexo no Espelho - O Vestuário e a Moda Como Linguagem Artística Simbólica. Miriam da Costa Manso Moreira de Mendonça
- A Poesia Visual de William Blake. Nancy Betts
  
- Vanguardismo e Resistência no Sul da América Latina: Câmbios Artísticos Modernistas Entre Montevidéu, Buenos Aires e Porto Alegre nas Décadas de Trinta, Quarenta e Cinquenta. Neiva Maria Fonseca Bohns · Um Panorama dos Museus Virtuais de Arte Contemporânea e Algumas Propostas em Ação Cultural. Patrícia Yamamoto
- A Predominância de Pinturas de Paisagem nos Acervos do Palácio do Governo e Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo (1930 1960). Samira Margotto
- Mundo, Vida e Arte: Relações entre o Conceito de Modernidade de Hannah Arendt e a Produção Artística Contemporânea. Terezinha Losada
- O Caderno de Notas do Pintor Antônio Parreiras Observações sobre seu Conteúdo e Significado. Valéria Salgueiro

### Artigos

- #### Comunicações
- Conservação e Materiais
  - A Técnica do Entalhe Sobre Madeira. Mozart Alberto Bonazzi da Costa
  - Curadoria
  - Quatro Gerações de Mulheres Gravadoras. Ana Maria Netto Nogueira

## Anais do X Encontro Nacional da ANPAP - V. 2

Local	Data	Apoio	Artigos
São Paulo	10 a 12 Nov. 1999	CNPq, FAPESP, UNESP, UNICAMP, USP, PUC- SP FAAP e UnB	<b>Ensino Aprendizagem de Arte</b> <ul style="list-style-type: none"><li>· Artes Plásticas e Percepção: Um Olhar Sobre o Fazer Artístico do Deficiente Visual. Álvaro da Cruz Picanço Jr. E Paulo Pitombo</li><li>· Museu de Arte e Público Especial. Amanda Tojal e Margarete de Oliveira</li><li>· Oficina do Olhar: Uma Estratégia Metodológica para a Pesquisa e a Produção do Conhecimento no Espaço Escolar. Ana Elisabete lopes e Luciana Becker Sander</li><li>· Prática do Ensino Reflexiva: O fazer e pensar arte tendo como base os fundamentos da linguagem visual e o contexto sócio cultural. Ana Luiza Ruschel Nunes e Silvana B. Padoin</li><li>· As Escuelas de Pintura Al Aire Libre do México: Liberdade, Forma e Cultura. Ana Mae Barbosa</li><li>· Criatividade: Aspectos Fundamentais. Ayrton Dutra Corrêa.</li><li>· Percursos Visuais no Acervo do MAC USP. Carmen S. G. Aranha</li><li>· Arte Local, Conto Biográfico e Narração Oral: Uma Trilogia No Ensino Fundamental. Célia Maria do Santos Santiago</li><li>· Livre Expressão e Processo Triangular no Ensino das Artes na Educação Infantil: Uma Investigação Sobre o Desenho Infantil. César Pereira Cola</li><li>· Jogo Cinco Marias – Instalação e Educação Multicultural: A Arte como Forma de Expressão da Identidade Cultural. Elisa Iop</li><li>· Um Olhar Apreciador Não Se Ganha de Presente. Fernando Antonio Gonçalves de Azevedo</li><li>· O Entrelaçamento: Uma Visita ao Grande Interior Vermelho – Matisse. Giovana Santos Dantas da Silva</li><li>· Vertentes Para o Ensino em Arte Visual. Isaac Antonio Camargo</li><li>· Ensino Multicultural da Arte e Valores Estéticos da Comunidade Escolar. Ivone Mendes Richter</li><li>· Identidades de Artista: Um Percurso da Pintura. Ligia Dabul</li><li>· Ensino da Arte e Novas Tecnologias: O Desenvolvimento do Pensamento Artístico, a Imagem Estática e Animações. Lucia Gouvêa Pimentel</li><li>· Arte – O Seu Encantamento e o Seu Trabalho na Educação de Educadores: A Celebração de Metamorfose da Cigarra e da Formiga. Miriam Celeste F. D. Martins</li><li>· A Coleção de Desenhos Infantis do Arquivo Mário de Andrade. Rejane G. Coutinho</li><li>· Criar, Jogar e Julgar Basta Começar. Rosa Maria Lellis Werneck</li><li>· Criança e Pintura: Ação e Paixão do Conhecer na Educação Infantil. Sandra Regina Simonis Richter</li><li>· Artes Visuais no Ensino Fundamental: Práticas de Pensar e de Transformar Atividades Educativas de Desenho e Pintura nas Séries Iniciais. Silvia Gentile Rocha</li><li>· Um Mar na Estrela de Hassan - Em Busca de Uma Metodologia Para Estudar o Processo de Desenho Infantil. Solange Galvão Coutinho</li><li>· Fazendo Arte na Escola. Suely Alonso Prestes Correa, Maria Teresa Faria Micuci e Tatiana Prado</li><li>· Arte/Público: Convite para Encontros Sensíveis na Cidade de São Paulo. Mirian Celeste F. D. Martins, Bianka Tomie Ortega e Heloísa Lombello</li><li>· Semiótica e Estética da Modernidade: Para Uma Leitura da Pintura de De Fiori. Moema Rebouças</li><li>· A Imagem no Livro Infantil: Um Exercício de Leitura. Neiva Senaide Petry Panozzo</li><li>· O Pensamento na Moda. Nilza de Oliveira</li><li>· Docência No Curso De Gravura no Processo do SPIT BITE (Gravura em Metal: Processo do Lavis Água Tinta. Norberto Stori</li></ul>

## Artigos

### Linguagens Visuais

- Corpo Presente. Alice Stefania
- Interferências Imaginárias com o Público Ana Cristina da Natividade
- Superfície do Desenho. Antonio Lizarraga
- Evoluindo Para o Domínio da Complexidade Ártemis Moroni
- Cibionte: O Selo Cibernético. Cleomar de Sousa Rocha
- Espolio de Romolo Gomes de Castro Deus Teatro Monótono – Pesquisa Comunitária em Arte 1998 1999. Didonet Thomaz
- Metagravura, Memória, Semiose. Edson Farias
- A Disciplina do Ócio. Elyeser Szturm
- Imagens do Texto. Gerty Saruê
- Utilizações Artísticas em WebCam: Projetos Viridis e Colunismo. Gilberto Prado
- The Wanderer – O Andarilho. Grupo SDVila
- Mutações em Arte e Design: A Cibercultura. Isis Fernandes Braga
- Os Meios Eletrônicos e as Metamorfoses da Libido. João Gabriel L. C. Teixeira
- Um Olhar Cronista, Editando Fotografias Ensaio, Relatos, Seqüências e Narrativa Joel La Laina Sene
- Manual de Litografia Sobre Pedra. José César Teatini de Souza Climaco
- Artesanato: Um tabu na Academia Leda Guimarães
- Memória do Espaço ou Escultura do Pensamento. Lílian Amaral
- Pontes do Recife, Uma Aquarela Noemiana. Lucimar Bello Pereira Frange
- Algumas Colocações do Historiador Eric Hobsbawn Sobre a Arte no Final do Século XX. Lígia Sabóia
- Atualizações do Homem. Maria Beatriz de Medeiros
- Sobre o Sentido nas Representações Gráficas Infantis. Maria Lucia Batezat Duarte
- Ampliações Icônicas - Ressemantizações. Romanita Disconzi
- Performances Biocibernéticas – A Relação do Corpo Com a Máquina Nas Artes Performáticas. Rosangella Leote
- A Pesquisa em Arte no Distrito Federal – Um Lugar Sem Passado. Silvio Zamboni
- Colecionador Ex Libris? Stella Maris de Figueiredo Bertinazzo
- Mundos Virtuais e Vidas Artificiais. Suzette Venturelli
- Luza, Um Conceito Azul. Viga Gordilho
- Standing Apart/Facing Faces: Semiotização de Uma Vídeo Instalação. Yvana Carl Fechine de Brito

## Anais do I Encontro Centro-Oeste ANPAP

Local	Data	Apoio	Artigos	Artigos	Artigos	Artigos
Faculdade de Artes Visuais – FAV/UFMG	14 a 16 de Set. 2000	Fundação Jaime Câmara, ANPAP, UFU, PRODIRH/UFMG, PRPPG/UFMG, UFMS, FOR Microsystems, Sisdata, Marina Potrich Galeria.	<b>Historia, Teoria e Crítica de Arte</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Imagem, Memória e Arte: A Visibilidade Fotográfica Capixaba (1850 1980). Almerinda da Silva Lopes</li> <li>· A Fotografia em Goiânia nas Décadas de 30 e 40. Ana Claudia de Assis Rocha</li> <li>· Conhecimento Visual: Aproximações. Carmen S. G. Aranha.</li> <li>· A Arte da Gravura em Goiás: Raízes e Evolução. Edna de Jesus Goya</li> <li>· Natureza e Processos do Artesanato Goiano. Flávia de J. Goya, Alexandre J. Guimarães, Ana P. de S. Pettersen</li> <li>· A Fotografia da Fachadas Remanescentes em Goiânia (Anos 1930 e 1940). Henrique de Freitas</li> <li>· As Cores do Nacionalismo e da Diversidade: Educação e Artes Plásticas no Período Modernista. Lucia Monte Serrat Alves Bueno</li> <li>· Quatro Artistas em Visão Crítica. Marco Antonio Pasqualino de Andrade</li> <li>· Comunidades Virtuais e Avatares: Uma Remodelagem da Realidade ? Maria de Fátima Borges Burgos</li> <li>· Arte e Simbologia de Objetos Rituais, Mágicos e Lúdicos dos Índios Karaja. Maria Paulina Anna Antonia Van Del Wiel de Barros</li> <li>· O Espelho de Bronze Polido – O Vestuário Oriental e Sua Dimensão Espaciotemporal. Miriam da Costa Manso Moreira de Mendonça</li> <li>· Vanitas: Uma Estrutura Emblemática de Fundo Moral. Yacy-Ara Froner</li> <li>· A Arte Karaja e a Ótica Ocidental. Rosirene Rodrigues dos Santos</li> <li>· Da Artesania ao Kitsch: Elementos Conceituais sobre o Espaço Estético Visual das Cidades Contemporâneas. Telma Luzia Pegorelli Olivieri</li> </ul>	<b>Ensino e Aprendizagem de Arte</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>· A Evasão do Curso de Educação Artística – Habilitação em Artes Plásticas de Universidade Federal de Uberlândia. Adriana Lúcia Pimentel</li> <li>· Arte Terapia no Ambiente Hospitalar Pediátrico Uma Vivência de Auto Expressão e Criatividade. Ana Claudia Afonso Valladares</li> <li>· Estudo e Promoção de Integração da história da Arte às Práticas Artísticas. Ana Paula Baraúna de Nogueira</li> <li>· Lixo Vira Arte Cíntia Guimarães Santos Sousa</li> <li>· A Avaliação na Arte Educação Escolar 5ª e 6ª Séries do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Goiânia. Guaraciaba Caetano Rodrigues Ferreira</li> <li>· Objeto e Instalação – Processos de Criação e Apreciação em Artes Plásticas. Heliana Ometto Nardin</li> <li>· Educação, Criatividade e Arte: Contribuições para a Fundamentação da Educação Estética Escolar. Marcos Antonio Soares</li> <li>· Uma Leitura Estética da Arte na Educação: Do Desejo de Saber para o Prazer de Conhecer. Maria Celene de Figueiredo Nessiamian</li> <li>· Construção da Sensibilidade, Resgate da Cidadania Estética. Maria Heliana de Almeida Leivas</li> <li>· Gênero, Discurso e Visualidade: Um Estudo de Imagens e Ações Descritas Por Homens e Mulheres a Partir da Audição Musical. Raimundo Martins e Irene Tourinho</li> <li>· A História do Ensino da Arte do Final do Século XIX, No Colégio Nossa Senhora das Dores em Uberaba. Roberta Maira de Melo</li> <li>· Arte-Escola na Web. Sheila Maria Cone Rocha Campello</li> </ul>	<b>Linguagens Visuais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Construindo o Conhecimento Através de Signos e Símbolos. Ana Helena da Silva Delfino Duarte</li> <li>· Fio de Luz. Anna Barros</li> <li>· Arvore Lenho: Emblemas de Vida e Morte. Beatriz Basile da Silva Rauscher</li> <li>· A Pele Da Terra Elyeser Szturm</li> <li>· A Cidade Arte Fabiana Mabel Azevedo de Oliveira</li> <li>· A Estética da Sensação. Frederick Sidou Piedade</li> <li>· Deslocamentos – Fazer Artístico Digital. Helena Barroso Marques Pereira</li> <li>· Imagens Faladeiras Desenhos – Lúdicos. Hélio Aparecido Lima Silva</li> <li>· Estudos Sobre a Série de Desenhos: Rosas de Sangue. Ivana Soares Paim</li> <li>· Poética das Multidões – Cenários Vivos. Lúcia Helena Paula Borges</li> <li>· Materiais e Materialidade, Uma Trajetória Desenhante. Lucimar Bello P. Frange</li> <li>· Tele Performance. Maria Beatriz de Medeiros</li> <li>· A Expressividade na Cultura Religiosa do Sertanejo – Uma Visão na Gravura em Metal. Maria Clara Souto Ferraz</li> <li>· Homenagem ao Quadrado. Miriam de Castro Lobato Valadares Vasconcelos</li> <li>· Processos Híbrido em Gravura: Laboratório de Criação de Imagens Impressas. Paola Cristine Almeida Azevedo</li> <li>· Metanarrativas Corporais: Espaço e Corpo. Quéfren Trindade de Mesquita Crillanovick</li> <li>· Imagens Objetos . Regiane Spolon</li> <li>· Quem Tem Medo do Tempo? Renata Vallada Guadagnucci Rozestraten</li> <li>· Participação e Interação na Arte. Suzete Venturrelli</li> </ul>	<b>Conservação e Materiais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>· A Preservação no Contexto Nacional: O IPHAN. Resilene Cerri</li> </ul> <b>Curadoria</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>· A Exposição como Instrumento de Inclusão Social. Gabriela Suzana Wilder</li> </ul>

## EVENTO - A Arte Pesquisa 2003 - XII Encontro da ANPAP - O Tempo na/da Arte - V. 2

Local	Data	Artigos
Brasília	25 a 28 Jun. 2003	<p><b>Ensino e aprendizagem da arte</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Interferências Imaginárias um currículo para o olhar. Ana Cristina da Natividade</li><li>· Arte educação no Brasil: do modernismo ao pós modernismo. Ana Mae Barbosa</li><li>· Semiótica e ensino das artes visuais. Anamélia Carlos Vargas Sant'Anna e Casthalia Digital Art Studio Ltda</li><li>· Um contexto: a cultura visual e o ensino das artes na escola. Cristiane Herres Terraza</li><li>· Crítica genética: os documentos de processo de criação artísticos e o ensino de arte. Edna de Jesus Goya</li><li>· Concepções sobre arte na universidade: um caso de rivalidade fraterna. Irene Tourinho e Raimundo Martins</li><li>· Percurso Histórico da Licenciatura em Artes Visuais na Universidade Federal de Goiás. Leda guimarães, Ana Lúcia Nunes, Fernanda Moraes, Henrique Lima, Suelma Vieira</li><li>· Desenho, uma condição desenhante, ações entre uma universidade e várias comunidades. Lucimar Bello</li><li>· Retrato de casal – uma proposta de leitura. Maria Auxiliadora de Carvalho Corassa</li><li>· Experiência Estética: constituindo-se professor de arte. Maria Cristina Alves dos SnatosPessi.</li><li>· Sobre o funcionamento cerebral e a importância do desenho para os cegos. Maria Lucia Batezat Duarte</li><li>· O Cd Rom da coleção de desenhos infantis do acervo Mario de Andrade. Rejane Galvão Coutinho</li><li>· O processo de mediação na construção de conhecimento em arte e educação: o caso da exposição Rembrant e a arte da gravura. Rejane Galvão Coutinho e equipe do arteducação produções.</li><li>· O tempo na aula de/da arte. Sonia Regina Fernandes</li></ul> <p>Linguagens Visuais</p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Instalação multimídia: coexistência dos espaços físico e virtual. Ana Cecília Mac Dowell</li><li>· Corpo lugar tempo e novas mídias. Anna Barros</li><li>· Do fotográfico ao virtual: algumas hipóteses sobre a imagem. Annateresa Fabris</li><li>· Regimes de Imersão e Modos de Agenciamento. Arlindo Machado</li><li>· Solicitações do tempo e do espaço ou: relações dinâmicas entre forma, matéria e lugar. Claudia Maria França Silva Gozzer</li><li>· Estética Digital. Claudia Giannetti</li><li>· Arte e técnica, tenco arte. Cleomar Rocha</li><li>· Imersão e autopoiesis: a estética e a construção de mundos poéticos de realidade virtual. Diana Domingues</li><li>· Espaço tempo computacional. Douglas de Paula</li><li>· Fronteiras cambiantes em territórios efêmeros. Dulcimira Capisani</li><li>· Viagem por arestas e horizontes. Elyeser Szturm</li><li>· Palavras e imagem: a incorporação de códigos da escritura no trabalho de pintura. Geraldo Souza Dias</li><li>· Experimentações artísticas em redes telemáticas. Gilberto Prado</li><li>· Cibermuseus. Isis Fernandes Braga</li><li>· Uma interpretação do tema O tempo na da arte. Lygia Sabóia</li><li>· Arte digital y câmbios epistemológicos. Margarita Schultz</li><li>· Pequeno ensaio sobre o tempo na da arte: o tempo como elemento estético na arte da performance em telepresença. Maria Beatriz de Medeiros</li><li>· Projeto tracajá-e net – o tempo. Maria Luiza Frago</li><li>· A construção do corpo nas mídias contemporâneas. Maria Teresa Santoro</li><li>· Van Gogh, arte tecnologia e girassol. Milton Sogabe</li><li>· Art, Science and Technology: collaborative practices. Nina Czegledy</li><li>· O tempo do corpo: a carne como vestido. Quefren Crillanovick</li><li>· Ambientes inteligentes:Bodyarchitecture. Rejane Cantoni</li><li>· Come to Mommy – Criação e sinestesia no videoclipe. Rosangella Leote</li><li>· Mapping the colective. Sara Diamond</li><li>· Os relicários azuis: devaneios sobre a noção de tempo na arte. Sebastião Gomes Pedrosa</li><li>· Robonet: uma pesquisa que relaciona a arte, a ciência da computação e a mecatrônica. Suzete Venturelli</li><li>· A arte do código na Universidade de Brasília. Tânia Fraga</li><li>· Visões visíveis nas águas do recôncavo baiano e Mpumalanga na África do Sul. Virginia Gordilho; · A intermediaridade interpoética. Wilton Azevedo</li></ul>

## EVENTO - A Arte Pesquisa 2003 - XII Encontro da ANPAP - O Tempo na/da Arte - V. 2

Local	Data	Artigos
Brasília	25 a 28 Jun. 2003	<b>História, Teoria e Crítica da Arte</b> <ul style="list-style-type: none"><li>· Do cinematográfico na arte contemporânea. Alexandre Santos</li><li>· Tempo linear e tempo cíclico na pintura de Eliseu Visconti (1866-1944). Ana Maria Tavares Cavalcanti</li><li>· Fotografando cegamente um estudo sobre o trabalho de pessoas (in)capazes visualmente. Andréa Brächer</li><li>· A dinâmica do contra tempo na poética visual de Cícero Dias. Ângela Maria Grandó Ribeiro</li><li>· Testemunho sobre a videoarte no Brasil. Cacilda Teixeira da Costa</li><li>· O virtual, o visível e o tangível: interações performáticas em ciberespaciais. Carina Viana,, Carla Antonello, Douglas de Paula, Janete Dutra, Sandro Alves</li><li>· Estratégias do vídeo em tempo real. Christine Mello</li><li>· Literatura em Bits – A arte literária em meio virtual. Eleonora Viggiano</li><li>· Prayer Mat: a inconformidade como marca de intertextualidade. Elisa de Souza Martinez</li><li>· O tempo em Cândido Portinari. Emília Vicente Lourenço</li><li>· A fotografia documental contemporânea no Brasil. Etelvina Borges Reis</li><li>· A experiência dos Bichos como conhecimento de si. os Bichos somos nós. Felipe Scovino</li><li>· Identidade local e produção artística: condições sociais e formação de talentos em Brasília. João Gabriel Lima Cruz Teixeira</li><li>· O Café e os outros a exposição de Lisboa em 1940. Luciene Lehmkuhl</li><li>· Tipologia dos retábulos baianos oitocentistas. Luiz Alberto Ribeiro Freire</li><li>· A autonomia do corpo e sua expressão poética na dança um reflexo sobre a influência dos espaços estéticos no fazer artístico. Márcia Soares de Almeida</li><li>· Tempo e metamorfose na arte e na literatura digital brasileira. Marcus Bastos e Priscila Arantes</li><li>· Arte conceitual em um contexto político autoritário: Brasília, Brasil 1967 1984. Maria Angélica Madeira</li><li>· O tempo das vanguardas: a crítica brasileira e o neoconcretismo. Maria Fátima Morethy Couto</li><li>· Caligrafias e escrituras: dialogo e intertexto no processo escritural nas artes no século XX. Maria do Carmo de Freitas Ceneroso</li><li>· Cemitério de La Recoleta: o melancólico prazer de contempla-lo (Sarmiento, 1860) Maria Elizia Borges</li><li>· O inferno brasileiro: narrativa visual em dois tempos. Maria Eurydice de Barros Ribeiro</li><li>· Modernidade e o mito do sagrado em arte na obra de Xul Solar. Maria Lucia Bastos Kern</li><li>· Núcleos de ensino da gravura artística no Rio de Janeiro: trajetórias e contribuições. Maria Luisa Luz Távora</li><li>· Monumentos e referências iconográficas na memória coletiva de Ouro Preto Mario Roberto Bonomo</li><li>· Muntadas: um hum anista entre máquinas. Mariza Veloso</li><li>· O tempo histórico na A Última Ceia de Giotto. Nancy Betts</li><li>· Passagens da gravura contemporânea. Nara Beatriz Milioli Tutida e Tatiana dos Santos Baltar</li><li>· A re invenção do imaginal moderno na era da globalização. Nara Sílvia Marcondes Martins</li><li>· Mundos possíveis na arte e no tempo. Neide Marcondes</li><li>· François-Auguste Biard (1798 1882): artista viajante, colecionador e contador de histórias. Pedro de Andrade Alvim-</li></ul> Investigação sobrescrita: ideograma, diagrama. Rogério Câmara <ul style="list-style-type: none"><li>· Imagem+tempo= arte? Sandra Regina Ramalho e Oliveira</li><li>· Forma e reflexão: permanência do romantismo no expressionismo. Sheila Cabo Geraldo</li><li>· Tempo e imagem na história da arte. Vera Pugliese</li><li>· O declínio da atividade do santeiro popular no Vale do Paraíba paulista no início do século XX. Vera Toledo Piza</li><li>· A linha vivida de Lygia Clark: O caminhando. Vicente Martinez Barrios</li><li>· Quando as fotografias se transformam em atitudes: imagens do caráter temporário da arte no Brasil dos anos 60 e 70. Virginia Gil Araújo</li><li>· A temporalidade como figuração (o problema do tempo na representação figurativa) Walter Menon</li><li>· As zonas sagradas da morte: o tempo e o espaço. Yacy-Ara Froner</li></ul>

## EVENTO - XIII Encontro Nacional da ANPAP - A Arte em Pesquisa: Especialidades - V. 1

### Local Data

UnB 10 a 13 Nov.  
2004

### Artigos

- Curadoria
- Narratividade, curadoria e história das Américas. Elisa de Souza Martinez
  - Obra e espaço nas exposições de arte: destaque de alguns projetos curatoriais que tiveram grande repercussão devido à escolha da expografia. Maria Violeta Pólo História, teoria e crítica da arte
  - A Escola de Belas Artes e o contexto artístico capixaba no início dos anos 50. Almerinda da Silva Lopes
  - Uma conversão do olhar: o Blaue Reiter. Ângela Grandó
  - O fim das utopias: política e estética nos anos 80. Angélica Madeira
  - O papel do mito na aceitação da arte. Antonio Vargas
  - Extremidades do vídeo. Christine Pires Nelson de Mello
  - Espaço e criação. Os ateliês das cidades contemporâneas. Claudia Marinho
  - Pesquisa de história da arte na cibercultura Daisy Peccinini
  - Bienais e o acervo MAC USP Elza Ajzenberg
  - O projeto de Portinari Jesus e os Apóstolos: especificidades da cidade de Brasília. Emilia Lourenço
  - O perfil de um designer brasileiro: Aloísio Magalhães. Isis Fernandes Braga
  - O olhar e o limite da palavra. O conto O Búfalo de Clarisse Lispector como parábola do olhar. Joana Vasconcellos Prudente
  - Especificidades e in tradutibilidade. Jorge Carlos Gomes da Silva e Ana Paula de Oliveira Alcântara
  - A diluição do autor na ciberarte. Kátia de Marco
  - Os Incríveis Painéis. A constituição do meio artístico (Curitiba 1960-2000). Katiúcyca Perigo
  - Panorama dos Salões de Arte em Pernambuco. Kleumanery de Melo Barboza
  - Artista e modelo: uma visualidade poética. Liana Ruth Bergstein Rosemberg
  - Djanira: pintora de sua gente. Loris Graldi Rampazzo
  - A arte rupestre e sua relação com a contemporaneidade. Ludimila Justino de Melo Vaz
  - A Sé da Bahia na reforma ornamental oitocentista. Luiz Alberto Ribeiro Freire
  - Luigi Pareyson e a análise da experiência estética. Do pensar o pensamento para o pensar o fazer. Marcus Mota
  - Arte e pesquisa: linguagem. Maria Beatriz de Medeiros
- Entre a celebração e a crítica. O relato de uma pesquisa de doutorado sobre Antonio Bandeira. Maria de Fátima Morethy Couto
- Arte funerária no Brasil: possibilidades de interagir nos programas de ensino, de pesquisa e de extensão na universidade. Maria Elizia Borges, Marissol M. Santana e Sabrina Del Bianco
- O espelho azul de louça: os azulejos portugueses da Igreja da Ordem Terceira, Conjunto do Carmo, Cachoeira, Bahia, 1702. Maria Eurydice de Barros Ribeiro
- Historiografia da arte e o debate sobre a crise da disciplina. Maria Lúcia Bastos Kern
- O resgate da palavra e o caso das duas pérolas defeituosas: (neo) barroco em questão. Marina Machain
- Três passos para uma análise estética da arquitetura. Matheus Gorovitz e Ricardo Silveira Castor
- As raízes poéticas da arte aberta à recepção mônica Tavares
- A instigante ousadia: arte e cibernética em mundo possível contemporâneo. Neide Marcondes
- Arte, comunicação e o território intermidial do livro de artista. Paulo Silveira
- Temática evolucionista e estilo primitivo – comparação entre duas séries de pinturas de Piero de Cosimo e Alberto Eckhout. Pedro de Andrade Alvim
- Perspectiva da estética digital. Priscila Arantes
- Entre o pincel e a colher: o alimento como tema e material pictórico em cinco artistas do país da feijoada. Sálvio Juliano Peixoto Farias
- A representação da cidade de Florianópolis na visão dos artistas plásticos. Sandra Makowiecky
- Uma perspectiva sobre o espaço escultórico contemporâneo. Tatiana Sampaio Ferraz
- Níveis e âmbitos da compreensão crítica da arte. Teresinha Sueli Franz
- Aproximações à trama conceitual de Didi-Huberman. Vera Pugliese
- Considerações sobre a presença da igreja nas artes visuais nos anos 450 anos da cidade de São Paulo. Vera Toledo Piza
- Uma pintura no espaço do mundo. Vicente Martinez Barrios
- Anna Bella Geiger e a fotografia – um estudo sobre o retrato em Brasil Nativo/Brasil Alienígena (1977). Virginia Gil Araújo
- História da arte e história do trabalho: a persistência dos códigos de nobreza e o espaço dos oficiais mecânicos no período colonial. Yacy-Ara Froner
- O olhar na contemporaneidade. Cristiane P. de Alcântara
- Arte pública e cidade. Mariza Veloso

### Artigos

#### Questões do corpo e da cena

- Uma compreensão da arte a partir da tragédia. Ana Beatriz de Paiva Costa
  - A dança que vemos, que nos olha. Ana Carolina Mendes
  - Fusões interativas em cena. Carla Antonello e Douglas de Paula
  - Culutura Rap nas conexões das linguagens artísticas. Celso Martins Rosa
  - O corpo inscrito. Danilo Silva Barata
  - O corpo e as novas tecnologias materiais. Flavia Regina da Motta Amadeu
  - Matracar: dança que recupera a memória perdida. Márcia Almeida
  - Carlos Miele, arte/moda: posição ex centrica. Naia La Bella
  - A arte no mundo Fuzzy. Nara Sílvia Marcondes Martins
  - Formas distendidas de performance. Regina Melim
  - Arte e moda: das vanguardas do início do século XX aos Wearable Computers. Suzana Avellar
- Restauração e conservação de materiais
- Efêmera permanência. Produção artística contemporânea e procedimentos museológicos. Ana Paula Felicíssimo de Camargo Lima
  - Centro de Memória MAM A pesquisa documental em artes e cinema. Hernani Heffner e Rosana de Freitas
  - A eficácia dos tratamentos aquosos para a desacidificação da celulose. Isis Baldini Elias Maria Luiza Otero D' Almeida, Adriana Meira
  - Reaproveitamento de filtros de cigarro usados para fabricação de papel. Thérèse H. Gatti, Marco A. B. Duarte, Paulo A. Z. Suarez e Joel J. Rubim



## EVENTO - XIII Encontro Nacional da ANPAP - A Arte em Pesquisa: Especialidades - V. 2

Local	Data	Artigos	Artigos
UnB	10 a 13 Nov. 2004	<p><b>Ensino e aprendizagem da arte</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Museus e educação em museus: história, metodologias e projetos. Com análises de caso: museus de arte contemporânea de São Paulo, Niterói e Rio Grande do Sul. Alice Bemvenuti</li><li>· O objeto do ensino das artes visuais: entre as noções de obra de arte e cultura visual. Alice Fátima Martins</li><li>· Construção de uma metodologia para mediação: uma experiência no Instituto de Arte Contemporânea da UFPE. Ana Lisboa</li><li>· Prática educativa multicultural: artes visuais e expressão artística do patchwork. Ana Luiza Ruschel Nunes e Sandra Borsoi Minetto</li><li>· Porque e como: arte na educação. Ana Mae Tavares Barbosa</li><li>· Regimes de visibilidade nos desenhos animados da televisão. Analice Dutra Pillar</li><li>· Arte-br – da teoria à prática, da prática à teoria. Anamélia Bueno Buoro, Lucimar Bello P. Frange e Moema Martins Rebouças</li><li>· Nem tudo que tem teclas é computador: uma análise do processo de desenho de professoras primárias. Bárbara Gomes Formiga e Solange Galvão Coutinho</li><li>· Desenho de memória versus desenho da imagem mental: reflexões sobre o desenho infantil. Eva Rolim Miranda e Solange Galvão Coutinho</li><li>· Leitura de imagens na cultura escolar de ensino médio. Gerda Margit Schutz Foerste</li><li>· Educação visual: pensando o currículo através de perguntas. Irene Tourinho</li><li>· Arte-Educação-Internet. João Vicente dos Santos Adário</li><li>· Cultura e visualidade no cotidiano escolar Lílian Ucker e Raimundo Martins</li></ul> <p>· A especificidade das interfaces cérebro-computador nas criações artísticas. Rachel Zuanon</p> <p>· A arte do objeto digital: a experiência de um percurso. Ricardo Cristóforo</p> <p>· Gênese da Escrita. Rogério José Câmara</p> <p>· Objeto Fractal. A beleza monstruosa. Romanita Disconzi</p> <p>· Testemunhos silenciosos: uma nova concepção de realismo na fotografia contemporânea. Ronaldo Entler</p> <p>· Sobre interfaces e corpos. Rosangella Leote</p> <p>· Arte em pesquisa: das imagens e dos enigmas no processo criativo pessoal. Sebastião Gomes Pedrosa</p> <p>· Padrões emergentes e ou valores estéticos. Silvia R. F. de Laurentiz</p> <p>· Fotografia digital: o computador como hiperferramenta. Silvio Zamboni</p> <p>· Arte, interação e política. Suzete Venturelli</p> <p>· Deslocamentos de spectrum. Ficção e realidade na imagem de síntese. Valéria de Faria Cristofaro</p> <p>· O tempo polidimensional. Valzeli Figueira Sampaio</p> <p>· Assentos: lugares de ausência, Relato de uma experiência como artista curadora. Viga Gordilho</p> <p>· A arte da interface. Yara Rondon Guasque Araújo</p> <p>· Produção artística: experimentação de materiais. Metropolis ZéCésar (José César Teatini de Souza Climaco)</p>	<p><b>Linguagens Visuais</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Relações palavra-imagem na mídia impressa: comparações entre veja e Der Spiegel. Afonso Medeiros</li><li>· Imagens e cores da terra, a contemplação de uma obra. Ana Maria Netto Nogueira</li><li>· O evento na arte. Do Barroco à Realidade Virtual. Anna Barros</li><li>· InterArte. Cleomar Rocha</li><li>· Uma casa em desmancho. Teatro Monótono: 1992-2004. Didonet Thomaz</li><li>· Caixas de memórias e os arquivos visuais contemporâneos. Eriel Araújo Santos</li><li>· A obra de arte no espaço urbano. Geraldo Souza Dias</li><li>· Redes e espaços artísticos de intervenção. Gilberto Prado</li><li>· A poesia tradicional no meio eletrônico. Poesias digitais: pele corpo tempo, pele corpo carne, amar o amor. Heloisa Helena da Fonseca Carneiro Leão</li><li>· Mediações: arte pública, cotidiano urbano e reconstrução social. Lílian Amaral</li><li>· Internet Art. Lygia Sabóia</li><li>· A serigrafia e suas aplicações: recursos para a produção artística. Maria Alice Alvim de Macedo</li><li>· Imagem da escrita, escrita da imagem circuito atelier. Maria do Carmo Freitas Veneroso</li><li>· Tracajando além do jardim. Projeto Tracajá- E. Net. Uma experimentação em arte contemporânea e multimídia. Maria Luiza Fragoso</li><li>· Le temps de l'oeuvre réseau Monument Du Vide. Marie-Christiane Mathieu</li><li>· O desenho nos jogos eletrônicos. Mario Maciel</li><li>· Fragmentos de uma poética do feminino. Maristela Santos Almeida Ribeiro</li><li>· Processo criativo em artetecnologia. Milton Sogabe</li></ul> <p>· Imagens deslocadas: vínculos, corpo e arte. Orlando Maneschy Ricardo Cristóforo</p>

## Anais do XIV Encontro Nacional da ANPAP - Cultura Visual e desafios da Pesquisa em Artes -V. 1

Local	Data	Apoio	Artigos	Comitê Curadoria
Goiânia	2005	FAV, UFG, Mestrado Cultura Visual, CNPq, conpeex	<b>História Teoria e Crítica de Arte</b> <ul style="list-style-type: none"><li>· Graffiti e o espaço público político. Adriana Valadares Sampaio</li><li>· Crônica visual ou a modernidade do prosaico: notas sobre a gravura japonesa. Afonso Medeiros</li><li>· O Corpo como objeto sensível na contemporaneidade corpo/vestir/lugar. Agda Regina de Carvalho</li><li>· Atilio Gomes ou Nenna e a vanguarda capixaba. Almerinda da Silva Lopes</li><li>· Cinema, literatura e imaginário: uma discussão sobre o curta-metragem “o cego estrangeiro”. Ana Rita Vidica</li><li>· Ismael Nery: a filiação invertida. Ângela Maria Grando Bezerra</li><li>· O mito do herói na interpretação das práticas artísticas. Antonio Vargas</li><li>· A representação do feminino na obra de Claude Cahum. Aparecida Malta da Silva</li><li>· A estética neoclássica inglesa no mobiliário luso-brasileiro, 1770,1830. Carolina Bortolotti de Oliveira</li><li>· Nota sobre as condições possibilitadoras do estético. Cayo Vinícius Honorato da Silva</li><li>· Desconstrução do Vídeo. Christine Mello</li><li>· Duas Cidades: o tempo na obra de João Câmara. Cláudio José Magalhães</li><li>· A arquitetura funerária de Victor Brecheret aplicada ao túmulo da família Scuracchio. Ave Maria, Cemitério São Paulo. Cristina Grafanassi Tranjan, Aurélio Mendes Nogueira, Isolina Severo Sanchothene</li><li>· O ensino de arquitetura no Brasil no Século XIX – uma contribuição ao estudo do tema. Cybele V. N. Fernandes</li><li>· A atualidade da criação abstrata de Mário Cravo Junior. Dilson Rodrigues Midley</li><li>· A construção do lúdico e o lugar do jogo na arte contemporânea brasileira. Felipe Scovino</li><li>· Imagem em Mídia: desafios para a pesquisa em arte. Isaac Antonio Camargo</li><li>· Art&amp;Cidade: novas paisagens urbanas no século XXI. José Artur D’Aló Frota, Eline Maria Moura Pereira Caixeta</li><li>· Uma e mais duas sem juro: a comercialização da pintura no Brasil do Século XX. Katiucya Perigo</li><li>· Identidade nacional na pintura paisagística de Antonio Parreiras. Leci maria de Castro Augusto Costa</li><li>· A talha de Vitoriano dos Anjos na Sé de Campinas. Luiz Alberto Ribeiro Freire</li><li>· Arte como tecnologia: a potencia do pensamento como produção não orgânica das sensações.Luiz Cláudio da Costa</li><li>· Da abstração informal à perspectiva de Brasília: os salões de Arte Moderna do Distrito Federal nos anos 60. Marco Antonio Pasqualini de Andrade</li><li>· Sistemas de ilusão: institucionalizações que não se evidenciam. Maria Amélia Bulhões</li><li>· Amar, se amar, nos amar. Maria Beatriz de Medeiros</li><li>· Espaço claustal e imagens: os pilares do claustro românico de Moissac. Maria Cristina Correia Leandro Pereira</li><li>· Visualidade, simbologia e poder da imagem: atributos para o estudo da arquitetura Neomanuelina no Brasil. Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de Mattos</li><li>· Da obra aos objetos: a vanguarda brasileira dos anos 1960. Maria de Fátima Morethy Couto</li><li>· A gravura de Rossine Perez: da essência geométrica à descarga de energias. Maria Luisa Luz Távora</li><li>· Generalizações históricas e processos de manufatura da cerâmica Karaja. Maria Paulina Anna Antonia Van de Wiel de Barros</li><li>· O neutro, o outro e o fora – intersecções entre conceitos de Maurice Blanchot e a produção artística contemporânea. Maria Raquel da Silva Stolf</li><li>· Exposição de uma Casa Modenista. Maria Violeta Pólo</li><li>· O trompe l’oeil da imaginação: decoração, literatura e cultura visual no século XIX. Marize Malta</li><li>· História da Arte: performatividade e burocracia. Mauricio Topal de Moraes</li><li>· Universo Artístico da moda. Miriam da Costa Manso Moreira de Mendonça</li><li>· A representação do trabalhador em obras de Portinari, Tarsilla, Sigaud e Confaloni. Mônica Mitchell de Moraes Braga</li><li>· Sobre modernidade e fotografia. Orlando Maneschy</li><li>· Os livros desalinados do Brasil. Paulo Silveira</li><li>· Percepção do espaço-tempo em ambientes midiáticos. Priscila Almeida Cunha Arantes</li><li>· Reflexos do Atlântico: os azulejos de Portinari no Palácio Copanema. Rafael Alves Pinto Junior</li><li>· O alfabeto e o pensamento abstrato. Rogério Câmara</li><li>· Corpo lido , corpo revelado. Imagens médicas entre a arte e a ciência. Rosana Horio Monteiro</li><li>· Aparições de um retrato esquecido. Rosângela Miranda Cherm</li><li>· Construções imaginárias: Florianópolis e as influências bruxólicas açorianas. Sandra Makowiecky</li><li>· Uma proposta de leitura para imagens: na busca de rizomas significantes. Sandra Regina Ramalho e Oliveira</li><li>· Eis o saldo: a arte como fotografia. Sheila Gabo Geraldo</li><li>· O diálogo arte cidade na re criação do mosaico por Bel Borba. Sicília Calado Freitas</li><li>· A família AlphaBética: uma tipografia para leitores iniciantes. Solange Coutinho, Gustavo Gusmão</li><li>· Sobre as possibilidades da arte na cidade. Tatiana Sampaio Ferraz</li><li>· Aspectos do Barroco na arquitetura de Oscar Niemeyer: uma primeira leitura do Complexo da Procuradoria Geral da República. Tsuruco Uchigasaki</li></ul>	<b>Comitê Curadoria</b> <ul style="list-style-type: none"><li>· A exposição cinético-digital: conceitos e reflexões. Mônica Tavares e Suzete Venturrelli</li></ul> <b>Comitê: Linguagens Visuais</b> <ul style="list-style-type: none"><li>· Constâncias e impermanências:recodificação do corpo, da imagem e da palavra. Adalberto Alves de Souza Filho</li><li>· Relevos de cor inexistente. A busca da fronteira entre práticas pictóricas e espaços tridimensionais. Um processo híbrido resultando em gravura. Alana Moraes, Jose César Teatini de Souza Clímaco</li><li>· Significados provisórios e indefinições confusas: possibilidades e pensamentos entre o sujeito e a arte ambiental. Alexandre Adalberto Pereira</li><li>· Fotoescultura: a fotografia dentro da escultura ou a escultura dentro da fotografia? Anahy Jorge</li><li>· Anthotypes e o limite da visibilidade: segredos, coleção e sombras. Andréa Bracher</li><li>· O conceito colagem e o universo digital. Anna Barros</li><li>· Novas cartografias e o espaço de globalização na cidade de Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. Célia Maria Antonacci Ramos</li><li>· Ciência e resistência em Jeff Wall.Cezar Tadeu Bartholomeu</li><li>· Arte robótica: vida artificial para uma sociedade pós biológica. Christus Menezes da Nóbrega</li><li>· Dos trajetos aos lugares para repouso do corpo. Cíntia Guimarães Santos Sousa</li><li>· Keleuthos: viagens de significação. Cleomar Rocha</li><li>· Cibercepção: uma abordagem do conceito de Avatar em Néon Gênesis Evangelion. Danielly Amatte Lopes.</li><li>· Corpo e alma no Brasil dos anos 30. Uma leitura de obras significativas da pintura figurativa nacional da década. Vanessa Brasil Campos Rodriguez</li><li>· Regina Silveira e a fotografia: um leitura do retrato na performance Biscoito Arte (1976) Virginia Gil Araújo</li><li>· História da Arte e Biografia: Castro Maya, Goeldi, Serpa. Vera Beatriz Siqueira</li><li>· Telefagia: A fantasia do colonizado tecnologicamente. Yara Rondon Guasque Araújo</li></ul>

## Anais do XIV Encontro Nacional da ANPAP - Cultura Visual e desafios da Pesquisa em Artes -V. 2

Local	Data	Apoio	Artigos
Goiânia	2005	FAV, UFG, Mestrado Cultura Visual, CNPq, conpeex	<p><b>Comitê Ensino e Aprendizagem em Artes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Uma casa em desmancho, teatro monótono: Raciocínio 2. Didonet Thomaz</li> <li>· A imagética rural na estrutura do design têxtil. Edemur Casanova, Elza Hirata</li> <li>· O olhar e o chão: o desenho do piso do calçadão de Londrina. Elisa Roberta Zanon, Fernando Augusto dos Santos Neto</li> <li>· Visões Kalunga. Elyeser Szturm</li> <li>· A pintura como arte pública. Fernando Augusto dos Santos Neto</li> <li>· Cozinheiro das Almas. Gilberto Prado (coord.). Grupo Poéticas Digitais.</li> <li>· Sistema de leitura visual – Casa Mar Azul. Gláucia Augusto Fonseca, Eloísa Andrade Silva, Ana Paula de Menezes Pereira</li> <li>· Reencontro com o objeto perdido: uma poética do olhar. Graça Ramos</li> <li>· Considerações da arte que não se parece com arte. Hélio Custódio Ferverza</li> <li>· Arte-Fax e Algumas de suas Poéticas. Hermes Renato Hildebrand</li> <li>· A virtualidade na apresentação de objetos de arte1. Isis Fernandes Braga</li> <li>· Memória da Pedra Talhada: um vídeo documental sobre a arte rupestre de Niquelandia – GO. Ludimilla Justino de Melo Vaz</li> <li>· Design de superfície: a criação em ladrilho hidráulico através do jogo de xadrez. Luis Tadeu Martil Fleck, Ana Luiza Ruschel Nunes</li> <li>· A vertente neobarroca da obra de Iole de Freitas. Marcela Rangel</li> <li>· Cartografias em GPS – desenhando no ciberespaço. Maria Luiza Fragoso</li> <li>· Espaço (ciber) espaço: novas tecnologias de comunicação colando arte nos espaços urbanos. Marilei Fiorelli</li> <li>· Fendas e Frestas: Procedimentos artísticos contemporâneos em diálogo com a problemática que permeia a condição existencial e social da mulher. Maristela Santos Almeida Ribeiro</li> <li>· Instalações interativas. Milton Sogabe</li> <li>· Arte e moda: quem pertence a quem? Naia La-Bella</li> <li>· Oficina de Árvore no Festival Internacional de Cinema Ambiental – FICA. Nancy de Melo Batista Pereira, José César Teatini de S. Clímaco</li> <li>· Um modelo para a percepção visual voltado a artistas plásticos. Paula Csillag</li> <li>· O Potencial performático e as interfaces hipermidias. Rosangella Leote</li> <li>· Cruzamentos impuros, “Processos híbridos na arte contemporânea”. Sandra Rey</li> <li>· OS relicários azuis: segredos por trás do vidro. Sebastião Gomes Pedrosa</li> <li>· A ausência da imagem matriz no paradigma pós fotográfico. Sérgio Antônio Penna de Moraes</li> <li>· Falando de processo de produção e apropriação: a instalação e a exposição fotográfica “deixando marcas”. Silemar Silva, Virginia Maria Yunes</li> </ul> <p>· 10 questões da imagem e outras tantas mais. Sílvia Laurentiz</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Coração monumento – monumento como objeto. Suyan Sant’ Anna Baptista de Mattos</li> <li>· Casa 401: Deslocamentos de memórias. Uma experiência como artista-curadora. Viga Gordilho</li> </ul> <p><b>Comitê Ensino e Aprendizagem em Artes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Arte e cotidiano: experiência homossexual, teoria queer e educação. Adair Marques Filho, Raimundo Martins</li> <li>· Visões do futuro: projetando o devir em interpretações de filmes de ficção científica. Alice Fátima Martins</li> <li>· O artista, o processo criativo e a mediação cultural. Ana Lisboa</li> <li>· Festas e celebrações: um estudo sobre visualidades na escola. Ana Lucia S. de O. Nunes</li> <li>· Docência e história da arte; da formação de professores ao desenvolvimento do pensamento da criança nos anos iniciais do ensino fundamental. Ana Luiza Ruschel Nunes</li> <li>· Interterritorialidade: fronteiras intermédias, contextos e educação. Ana Mae Barbosa, Lílian Amaral</li> <li>· A proposta triangular. Uma leitura da imagem na visão de dois historiadores da arte: Panofsky e Gombrich. Ana Maria de Jesus Sousa da Cunha</li> <li>· Experiência do projeto dobradura-origami na escola democrática. Cecília Noriko Ito Saito</li> <li>· Infância: desejo e expressão no ato de desenhar. César Cola</li> <li>· Leitura de imagens de game como abordagem crítica do cotidiano. Débora da Rocha Gaspar</li> <li>· A leitura de imagens na educação infantil. Gerda Margit Schütz Foerste</li> <li>· Arqueologia e arte: processos de ensino-aprendizagem do Projeto de Educação Patrimonial na área do Sossego em Canaã dos Carajás (PA). Janice Shirley Souza Lima, Vânia Leite Leal Machado</li> <li>· Tecendo a compreensão crítica da interface artística arte-moda na contemporaneidade – possibilidades ao ensino da arte. Jocielle Lampert</li> <li>· Arte dialogada: identidades culturais na sala de aula. Kátia Helena Alves Pereira</li> <li>· Bairro, Escola, Universidade: uma experiência interdisciplinar na Licenciatura de Artes Visuais da UFG. Leda Maria Guimarães, Maria Elizia Borges, Ana Rita Vidica</li> <li>· Escola: espaço/lugar onde cotidianos são e estão sendo praticados. Lílian Ucker, Raimundo Martins</li> <li>· A descontextualização do material elemento industrializado e das técnicas de construção mecânica para a cognição em arte. Márcia Lenir Gerhardt, Ayrton Dutra Corrêa</li> <li>· Sobre a arte de educar na cultura popular. Marcos Antonio Soares</li> <li>· A universidade contemporânea e o ensino de arte. Marcos Rizolli</li> <li>· Uma experiência estética com os portadores de baixa visão. Maria Cecília do Amaral Campos de Barros Santiago</li> <li>· Apontamentos para compreensão da arte afro-brasileira: sistematização para o ensino de artes. Maria Cristina da Rosa</li> <li>· Experiências de formação de professores: desafios da pesquisa e da extensão. Maria Isabel Leito, Carla Daniela Jeremias, Heloisa Gonçalves Ribeiro, Marcelo Lucas Paines, Renata Duminelli Destro</li> <li>· Diário de Manu: revelando a aprendizagem do desenho por uma criança cega. Maria Lucia Batezat Duarte, Alessandra Klug</li> </ul>

